



PIDDAR 2004

PLANO E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

**PLANO
E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
E DESPESAS DE
DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DA MADEIRA PARA
2004**

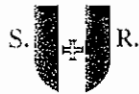
PIDDAR 2004

Novembro de 2003



ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
I. INTRODUÇÃO	5
II. CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL	9
1. Enquadramento Internacional	11
2. Enquadramento Europeu	13
3. Enquadramento Nacional	15
III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA.....	19
IV. PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	27
V. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO SECTORIAIS PARA 2004.....	33
1. Agricultura, Silvicultura e Pecuária	35
2. Pesca	55
3. Indústria	61
4. Energia	67
5. Turismo.....	71
6. Transportes e Comunicações.....	77
7. Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	87
8. Educação.....	95
9. Formação Profissional e Emprego	101
10. Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	111
11. Cultura	117
12. Saúde	127
13. Segurança e Acção Social	135
14. Habitação e Urbanismo.....	139
15. Defesa e Protecção do Ambiente	147
16. Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	163
17. Informação Científica e Técnica	165
18. Administração Pública Regional	173
19. Apoios ao Sector Empresarial	177
20. Apoios ao Desenvolvimento Local	181
VI. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	187



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

4

VII. QUADROS GLOBAIS E GRÁFICOS	193
VIII. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	205
Vice-Presidência	207
Secretaria Regional dos Recursos Humanos.....	211
Secretaria Regional do Turismo e Cultura	215
Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes.....	221
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.....	233
Secretaria Regional da Educação	237
Secretaria Regional do Plano e Finanças.....	243
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	247



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

5

I. INTRODUÇÃO



I. INTRODUÇÃO

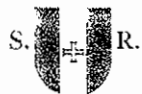
O Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR) para o ano de 2004, enquadra-se no Programa do Governo 2001-2004 e no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) 2000-2006.

Tendo em vista o crescimento da Região Autónoma da Madeira (RAM) num contexto de sustentabilidade e do reforço da sua competitividade ao nível nacional e internacional, importa adoptar medidas que potenciem a coesão económica e social da Região de modo a fomentar o desenvolvimento endógeno.

Importa garantir esse desenvolvimento numa lógica de integração, que assegure a convergência económica, não apenas com o restante território nacional, mas também com os nossos parceiros da União Europeia, por forma a evitar situações de marginalização num quadro de aceleração do processo de globalização e de continentalização.

Para uma região insular e ultraperiférica como é a Região Autónoma da Madeira, que se debate com fortes e permanentes condicionalismos ao seu desenvolvimento - resultantes não apenas do afastamento dos grandes mercados, mas também da escassez de recursos naturais e da pequena dimensão do seu mercado doméstico -, a evolução da economia nacional e internacional assume um papel extremamente importante. De facto, a economia regional pauta-se por uma grande abertura, que advém da sua dependência acentuada ao exterior.

Do disposto, considera-se pertinente proceder ao enquadramento económico da envolvente, tanto nacional como internacional.

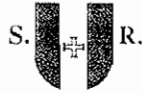


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

9

II. CONTEXTO INTERNACIONAL, EUROPEU E NACIONAL



II.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

O panorama económico mundial tem-se caracterizado por um clima de elevada incerteza relacionado com a intervenção militar no Iraque, que terá tido um impacto negativo na confiança dos agentes económicos, no primeiro semestre de 2003. A resolução parcial dessas incertezas geopolíticas deverá, por conseguinte, reforçar a actividade económica global.

Neste contexto, segundo projecção do Banco Central Europeu (BCE), prevê-se que o crescimento real do PIB mundial fora da área euro atinja, em média, cerca de 3.5% em 2003, o que corresponde, aproximadamente, à taxa de crescimento observada em 2002. Em 2004, esta taxa deverá aumentar para 4.5%.

O preço internacional do petróleo apresentou uma trajectória ascendente ao longo do ano de 2002, explicada sobretudo pelas perspectivas de uma eventual intervenção no Iraque e pelas perturbações na oferta relacionadas com a crise política na Venezuela. A rápida conclusão do conflito armado no Iraque e a consequente diminuição da probabilidade de perturbações na oferta internacional deste produto, permite conjecturar uma trajectória descendente para os anos de 2003 e 2004.

A economia norte-americana pautou-se essencialmente pela recuperação da actividade económica em 2002, após a quase estabilização registada no ano anterior. O forte crescimento da produtividade do trabalho, o agravamento do desequilíbrio externo e a inversão da tendência de apreciação do dólar, constituíram os aspectos mais marcantes da evolução desta economia.

Segundo previsões do Banco Central Europeu, espera-se que o crescimento real do PIB dos Estados Unidos se fortaleça no segundo semestre de 2003 e que se mantenha estável em 2004. O crescimento da economia norte-americana deverá, no entanto, permanecer estrangido pela existência de desequilíbrios nas situações financeiras das famílias, empresas e, mais recentemente, das administrações públicas, que se manifestam em termos macroeconómicos em elevados défices público e externo.

Os países asiáticos (excluindo o Japão) registaram, em 2002, um crescimento económico apreciável, reflectindo um comportamento favorável das exportações, em



parte resultante do comércio intra-regional, bem como uma melhoria da procura interna nalguns países. Mais recentemente, embora as perspectivas económicas para estes países, no geral, se mantenham positivas para 2003, a actividade económica revela-se em baixa, com a pneumonia atípica, em particular, a ter potencial para agravar o comportamento económico a curto prazo.

No decurso de 2002, a actividade económica no Japão continuou a apresentar sinais de grande debilidade, mantendo-se os problemas estruturais que têm afectado a economia, nomeadamente a situação de deflação, as dificuldades no sistema financeiro e no sector empresarial e a fragilidade das contas públicas. Em termos médios anuais, o PIB registou um aumento de 0.3%, em 2002, face a 0.4 % no ano anterior.

Numa análise prospectiva, a economia japonesa deverá manter-se relativamente fraca a curto prazo, podendo ao longo de 2003 ocorrer um crescimento moderado, principalmente impulsionado por uma melhoria da procura externa, contribuindo para tal o forte crescimento dos restantes países asiáticos. Contudo, a deflação e o forte desequilíbrio das contas públicas deverão persistir nos próximos anos.

Na América Latina, a actividade económica manteve-se bastante fraca em 2002, reflectindo o agravamento das condições de financiamento enfrentado por algumas das principais economias da região e as incertezas de natureza política que afectaram alguns países.

Especificamente, na Argentina, a crise económica e financeira acentuou-se drasticamente, com repercussões nalguns países vizinhos como o Uruguai e o Paraguai. O PIB apresentou uma queda de 11%, em 2002, depois de uma queda de 4.4% no ano anterior. No que concerne ao Brasil, a actividade económica manteve um crescimento modesto em 2002 (1.5%), influenciado, em grande medida, pela deterioração da confiança dos investidores na perspectiva de uma mudança política nas eleições presidenciais realizadas em Outubro desse ano.

Face às instabilidades que têm vindo a verificar-se nalguns países Sul-Americanos, nomeadamente na Argentina e na Venezuela, torna-se delicado fazer previsões económicas para esta região. Não obstante, na América Latina, as informações recentes confirmam a actual melhoria das condições económicas.



II.2. ENQUADRAMENTO EUROPEU

As economias na área euro caracterizaram-se por um crescimento modesto, que reflectiu o fraco dinamismo da procura interna, para o qual contribuiu a actual situação no mercado de emprego. A persistência de taxas de inflação em níveis superiores a 2%, a apreciação da taxa de câmbio do euro e a deterioração da situação das finanças públicas constituíram os aspectos mais marcantes da evolução económica na área euro em 2002. Assim, nesse ano, o PIB correspondente cresceu apenas 0.8% (1.5 % em 2001).

O menor crescimento da actividade económica em 2002 foi extensivo a quase todos os países da área euro, tendo a redução do ritmo de crescimento entre 2001 e 2002 sido mais pronunciada na Itália, em Portugal e nos Países Baixos. É de salientar o crescimento praticamente nulo da economia alemã nesse ano (0.2%), tendo registado um aumento também reduzido em 2001 (0.7%), bem como a manutenção de um crescimento significativo na economia espanhola (2%, após 2.7% no ano anterior).

Em harmonia com os países da área euro, o PIB no Reino Unido cresceu 1.8% em 2002, menos 0.3 pontos percentuais do que no ano anterior. O saldo das Administrações Públicas deteriorou-se, o investimento privado manteve-se bastante fraco e o consumo privado cresceu a um ritmo muito superior ao do produto, levando a que as exportações líquidas contribuíssem negativamente para a riqueza do Reino Unido.

A actividade económica nos outros países da UE não pertencentes à área euro apresentou um crescimento moderado em 2002.

Nos dez países que deverão ser admitidos na UE em Maio de 2004, a actividade económica registou um crescimento na ordem de 2.4 %. O crescimento nestes países foi, em grande medida, sustentado pela robustez das procuras internas, fomentadas por políticas orçamentais expansionistas, que continuam a ser um factor importante para explicar o actual dinamismo do crescimento do consumo privado.

Para o conjunto dos países da área euro prevê-se uma aceleração da actividade económica, com as projecções do BCE a apontarem para um crescimento do PIB entre 0.4% e 1% em 2003 e entre 1.1% e 2.1% em 2004. A procura interna deverá



apresentar uma ligeira melhoria, com forte recuperação do investimento e as exportações deverão ter um crescimento moderado, reflectindo a incerteza da conjuntura internacional e os efeitos da apreciação da taxa de câmbio do euro. O maior crescimento dos mercados externos e a hipótese de manutenção de taxas de juro em níveis baixos são factores que contribuem para o perfil de aceleração do PIB.

Em razão da prolongada fraqueza da actividade económica ter levado as empresas a ajustarem cada vez mais o número dos seus trabalhadores, projecta-se um ajustamento em sentido descendente do emprego, em 2003, antes do seu crescimento começar a recuperar em 2004. O crescimento moderado do PIB e dos salários deverão contribuir para a desaceleração da taxa de inflação nos próximos anos.

Em 2003, o défice global das Administrações Públicas na área euro deverá continuar a deteriorar-se devido a factores conjunturais.



II.3. ENQUADRAMENTO NACIONAL

O desafio que se coloca à política económica portuguesa nos próximos anos consiste no ajustamento a uma fraca procura interna, numa conjuntura internacional que ainda não recuperou a sua antiga dinâmica, ajustamento este que terá de se fazer sem a contribuição da política orçamental pelo lado da procura.

Em virtude de políticas orçamentais desadequadas à consolidação do Saldo Orçamental, prosseguidas a partir de 1997, registou-se em 2001 uma situação de défice excessivo. Por considerar premente a regularização desta situação, o Governo tem encetado políticas que conduzam ao objectivo preconizado no Pacto de Estabilidade e Crescimento, de um défice orçamental inferior a 3% do PIB.

Face à política orçamental de contenção que deverá continuar a ser prosseguida a curto prazo, à maior restritividade das condições monetárias decorrente da apreciação do euro, à baixa confiança dos consumidores e empresários e ao endividamento ainda elevado do sector privado, é pouco provável que o crescimento do PIB em 2003 ou 2004 volte a registar taxas da ordem das observadas no final da década de 90. A curto prazo, a componente mais dinâmica da procura deverá ser sobretudo externa, quando os principais parceiros comerciais de Portugal recuperarem do abrandamento registado em 2002.

Em 2002, a actividade económica abrandou de forma significativa pelo segundo ano consecutivo. De acordo com as estimativas do Banco de Portugal, o crescimento real do PIB situou-se, nesse ano, em 0.4%, muito aquém das variações de 3.7% em 2000 e 1.7%, em 2001. Perspectiva-se que em 2003 as taxas de crescimento do Produto registem valores negativos, antes da sua recuperação em 2004.

Em consequência da acentuada desaceleração da actividade económica, o mercado de trabalho em Portugal caracterizou-se por um forte crescimento da taxa de desemprego, em particular na parte final de 2002, e por uma desaceleração do emprego total, que apresentou um aumento praticamente nulo em relação ao ano anterior.

A produtividade, pilar da sustentabilidade económica, é uma problemática que pela sua complexidade, acarreta medidas de carácter estrutural, como a qualificação dos recursos



humanos. De facto, subsiste uma multiplicidade de problemas, com realce para a débil estrutura económica, em que continuam a ser predominantes as actividades de produção de bens e serviços de fraco valor acrescentado e uma inserção internacional na cadeia de valor "desvalorizada", exactamente porque a nossa capacidade de exploração e de domínio dos mercados continua muito aquém das potencialidades.

Os indicadores mostram que, em 2002, a taxa de crescimento dos custos unitários do trabalho foi superior em Portugal comparativamente à área euro (4.6% e 2.2%, respectivamente) e o crescimento real das remunerações do sector privado manteve-se acima do crescimento da produtividade pelo sexto ano consecutivo. Realçando a importância da produtividade para a economia nacional, o Banco de Portugal no seu Relatório Anual de 2002 sustenta que "sendo indiscutível que Portugal tem um nível de salários médios bastante inferior ao da generalidade dos países da área euro, o único processo sustentável de aproximação aos níveis médios europeus é através do crescimento da produtividade."

A taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice de Preços o Consumidor, diminuiu de 4.4 %, em 2001, para 3.6 %, em 2002. A conversão dos preços em escudos para euros e o aumento da taxa normal do IVA terão tido um contributo desfavorável na evolução da inflação.

A evolução do investimento privado realça o processo de ajustamento gradual que se tem verificado na economia portuguesa. O facto de se ter verificado uma redução significativa em 2002 reflectiu as perspectivas pouco favoráveis quanto à evolução da procura, tanto interna como externa, os níveis relativamente baixos da utilização da capacidade produtiva, o forte investimento acumulado ao longo dos últimos anos e finalmente, os altos níveis de endividamento atingidos.

O investimento público, em virtude da situação de défice excessivo, tem sofrido quebras que se perspectivam continuar em 2003 e 2004. O alargamento aos países de Leste obriga a fazerem-se prognósticos pessimistas relativamente à evolução das transferências de verbas da UE.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

17

As exportações de serviços de turismo tendem a ser particularmente sensíveis à conjuntura económica internacional. A organização em 2004 do Campeonato Europeu de futebol em Portugal poderá potenciar o reforço da recuperação das mesmas.

Em síntese, a economia portuguesa perspectiva uma recuperação para o segundo semestre de 2003 e para o ano de 2004, ainda que ligeira e condicionada pela recuperação da procura externa. De acordo com previsões da Comissão Europeia, a inflação média deverá desacelerar nos próximos dois anos. Segundo projecção da mesma fonte, registar-se-á uma quebra do emprego e um aumento do desemprego em 2003.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

19

III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



III. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

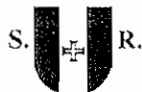
Sujeita a condicionalismos próprios, a Região Autónoma da Madeira confronta-se com influências externas de âmbito nacional e internacional e com as especificidades inerentes ao seu isolamento. A sua situação económica e social está por isso condicionada pela envolvente, por um lado, e pelos constrangimentos que lhe são inerentes, por outro. Do disposto justifica-se a sua análise, para a qual se reserva esta secção.

Relativamente às contas da Região, tem vindo a verificar-se uma recuperação significativa do PIB face à média nacional. Efectivamente, a RAM registou um crescimento médio de 13.2% entre 1995 e 2000. Similarmente, o PIB *per capita* registou um crescimento médio de 13.7% no período considerado, reflexo do dinamismo que a economia regional tem evidenciado nos últimos anos.

A economia regional comporta atrasos estruturais importantes relativamente ao resto do país e da Europa, que têm vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, fundamentalmente pelo crescimento verificado no sector do turismo e pelos avultados investimentos em infra-estruturas, parcialmente motivados pelas transferências da UE para a Região Autónoma.

Os dados disponíveis do Índice de disparidade do PIB *per capita* da Região em relação à média nacional, permitem aferir que a RAM tem registado, desde 1997 valores sempre superiores aos verificados, em média, para Portugal. Efectivamente, o PIB *per capita* regional situava-se, segundo a Direcção Regional de Estatística, em 1997, 4% acima da média nacional e 19%, em 2000. Relativamente à Europa dos 15, denota-se uma evolução igualmente positiva no que respeita à diminuição das disparidades. Tomando os valores do PIB *per capita*, verificamos que, de 1995 a 2000, apesar de estar abaixo da média europeia, a Região tem vindo a recuperar consideravelmente, passando de 45% da média europeia, em 1995, para 60% em 2000.

Com o alargamento que se vaticina para 2004, a UE prepara-se para crescer consideravelmente no que respeita à área que a compreende e à população que a inclui.



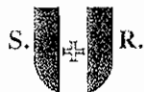
A maior parte dos países aderentes sofre de atrasos estruturais importantes, resultando num PIB médio per capita necessariamente inferior, pelo que, em princípio, algumas regiões deixarão de pertencer ao Objectivo I, como serão provavelmente os casos da Região Autónoma da Madeira e do Algarve. Não obstante, a perenidade das limitações inerentes à ultraperifericidade reprimem severamente o desenvolvimento económico e social da Região e resultam na necessidade contínua dos apoios oriundos da UE, independentemente da RAM ser ou não elegível para Objectivo I.

Relativamente à estrutura da economia regional, o sector primário apresenta-se como o mais modesto, uma vez que representava, em 2000, cerca de 3% da riqueza da Região. Este facto advém da dificuldade de exploração dos terrenos, imposta pelas condições orográficas, bem como da transferência de mão-de-obra do sector primário para os restantes sectores, aliciada por maiores rendimentos. Estas duas razões contribuíram para o constrangimento do sector, levando, inclusivamente, ao decréscimo da sua importância no PIB regional de 1 ponto percentual, entre 1995 e 2000.

O sector secundário ocupa a segunda posição pelo peso que representa na economia regional (20%, em 2000). A Construção e Obras públicas constituiu-se como o grande pilar deste sector nos últimos anos, representando, em 2000, 12.3% do PIB. Esta relevância foi induzida pelos elevados investimentos, preconizados pelo sector público, designadamente em obras públicas, e pelo sector privado, tanto pelo dinamismo que tem caracterizado a actividade turística, como pelo aumento da procura de habitação própria por parte das famílias, motivadas pelas condições favoráveis do mercado, nomeadamente as taxas de juro a níveis historicamente baixos.

Acresce, no entanto, o facto de no futuro o sector da construção poder vir a registar um abrandamento, uma vez que, apesar dos investimentos de substituição e de manutenção que terão de ser executados, se perspectiva a redução dos níveis do investimento público, até porque o grosso da infra-estruturação ficará concluída até 2004. A limitação imposta pelo Plano de Ordenamento Turístico no número de camas pode implicar, igualmente, um decréscimo na construção.

A economia regional caracteriza-se pelo predomínio do sector terciário que compreendia, em 2000, cerca de 77% do PIB total da Região. A terciarização da economia é



essencialmente alimentada pela vitalidade da Administração Pública Regional e pelo dinamismo da actividade turística.

Concretamente, a actividade turística na RAM tem-se caracterizado por uma evolução favorável nos principais indicadores. Segundo dados da Direcção Regional de Estatística da Madeira, as taxas de crescimento médias anuais no período de 1998 a 2002 foram de 6.8% para a capacidade de alojamento e de 5.4% para a permanência de hóspedes. No que diz respeito aos proveitos totais, registou-se um crescimento médio de 9% no período considerado.

Não obstante, no ano de 2002 assistiu-se a um abrandamento da actividade que se traduziu numa redução (1.3% face ao ano anterior) do número de hóspedes entrados. A conjuntura económica nacional e internacional desfavorável e os atentados levados a cabo em 11 de Setembro de 2001, contribuíram, de forma decisiva para o referido abrandamento.

O tecido empresarial da Região caracteriza-se por uma elevada predominância de empresas de pequena dimensão. De facto, segundo os Quadros de Pessoal de 2000, 91% das empresas tinham menos de 20 trabalhadores e 79.7% possuía menos de 10, abrangendo respectivamente 42.9% e 27.3% do emprego. Do referido, aliado ao facto das reduzidas dimensões do mercado e da baixa escolaridade que ainda caracteriza parte dos recursos humanos, aduz-se a fraca produtividade que tem caracterizado a economia regional, a qual, ainda assim, tem evoluído de forma positiva.

No que concerne ao emprego, o total da população empregada compreendia, em 2002, segundo o INE, cerca de 114.100 indivíduos, dos quais 59.8% pertenciam ao sector dos serviços, comprovando a relevância do sector terciário na economia regional. A actividade da construção contribuiu com 17.5% para o emprego total, o que corresponde a 64.1% do emprego total no sector secundário. Por seu turno, o sector primário contribuiu com 12.8% para o emprego total constituindo-se como o sector que contém o menor volume de emprego.

A taxa de desemprego não tem sofrido grandes alterações desde o ano de 2000, tendo permanecido relativamente constante nos dois anos seguintes. O facto de termos registado taxas de desemprego baixas – na ordem dos 2.5 % - justifica-se, em parte,



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

24

pelos avultados investimentos ao nível das infra-estruturas que se têm verificado nos anos em questão, levando a um aumento do emprego no sector da construção. A evolução positiva do número de camas e de estabelecimentos hoteleiros tem contribuído também de forma positiva para a absorção de mão-de-obra.

Comparativamente ao resto do país, as taxas de desemprego da Região foram consideravelmente inferiores – Portugal tem registado taxas a rondar os 4% e 5% entre os anos de 2000 e 2002 – comprovando a pujança que a economia regional tem vindo a evidenciar. Segundo os resultados do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego na RAM, no segundo trimestre de 2003, foi de 3.4%, valor superior em 0.5 pontos percentuais ao registado no trimestre precedente. A taxa de desemprego nacional foi, na mesma altura, de 6.2%.

A inflação tem sido igualmente estável e baixa nos últimos anos. O índice de preços ao consumidor tem apresentado nos últimos anos taxas de inflação que têm oscilado entre os 2.3% e os 3.5%. A Região tem tido, nos últimos anos, taxas manifestamente inferiores às do Continente.

No que respeita ao comércio internacional, este faz-se essencialmente ao nível Comunitário, já que a livre circulação de factores de produção, a inexistência de tarifas alfandegárias e a eliminação de outras barreiras ao comércio facilitam em muito as transacções. A Região Autónoma da Madeira, por ser parte constituinte deste espaço comunitário goza dos mesmos benefícios.

A Balança Comercial da Região apresenta um saldo negativo, o que evidencia a elevada dependência face ao exterior. Efectivamente, as suas dimensões físicas, escassez de recursos e outros constrangimentos agravam essa dependência, que é demonstrada pela importação de uma grande multiplicidade de produtos, em contraste com a exportação de uma reduzida diversidade de mercadorias, nomeadamente vinhos, produtos relacionados com a floricultura, artesanato (cestaria e bordados). Dos bens importados, salientam-se os produtos alimentares, material de construção e electrodomésticos.

O grande desafio que se coloca à Região Autónoma da Madeira passa por assegurar a melhoria continuada das condições de vida dos madeirenses, numa lógica de

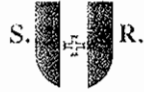


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

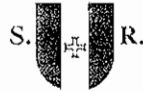
PIDDAR 2004

25

sustentabilidade, de equidade e de reforço da coesão regional, consolidando ainda mais a Região no contexto nacional, europeu e mundial.



IV. PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO



IV. PRINCIPAIS VECTORES DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

A política de desenvolvimento que tem vindo a ser prosseguida tem procurado responder de forma satisfatória:

- Às questões relacionadas com o processo de desenvolvimento da Região, visando a superação de debilidades e insuficiências de base económica e social;
- Ao desenvolvimento sustentável e à coesão interna, procurando reforçar a capacidade de afirmação da economia regional em áreas de especialização estratégicas, aproveitando ao máximo todas as vantagens comparativas de que possa usufruir.

São três os **grandes objectivos**, estabelecidos no PDES 2000-2006 e confirmados no Programa do Governo 2001-2004, que têm norteado a acção governativa e que o PIDDAR para 2004 prosseguirá a respectiva concretização:

- Reforçar a competitividade da economia madeirense;
- Promover o emprego e a empregabilidade do potencial humano;
- Assegurar a melhoria da qualidade de vida e preservar os valores ambientais.

Para a prossecução dos dois primeiros grandes objectivos enunciados tem sido desenvolvida uma estratégia de intervenção envolvendo actuações a nível do sistema produtivo, das infra-estruturas de ligação ao exterior e serviços conexos, da Sociedade da Informação, do potencial humano e das capacidades em I&D.

Neste âmbito, constituem, pois, **objectivos específicos**:

- Fortalecer e promover a eficiência de base empresarial e produtiva;
- Melhorar as acessibilidades externas e promover uma utilização eficiente das capacidades existentes em termos de infra-estruturas físicas e de serviços de transportes e comunicações;
- Reforçar o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços ligados à Sociedade da Informação;
- Reforçar a valorização dos recursos humanos e a capacidade de inovação.



O último grande objectivo envolve actuações visando a melhoria das condições de acesso a bens cruciais para a qualidade de vida e/ou para a mobilidade e inserção social. Paralelamente tem sido prosseguida uma estratégia de desenvolvimento territorial por forma a reduzir as assimetrias existentes, evitando situações de risco de marginalização, e a promover uma gestão prudente dos recursos e a melhoria da qualidade de vida urbana.

As actuações desenvolvidas, e a desenvolver, neste sentido convergem para a prossecução dos seguintes **objectivos específicos**:

- Promover a coesão interna (social e territorial) e a melhoria da qualidade de vida;
- Preservar e valorizar o ambiente e o património natural, urbano e cultural.

Para a consecução de cada um dos objectivos específicos atrás enunciados proceder-se-á, no âmbito do PIDDAR 2004, à implementação de estratégias específicas sectoriais.

Assim, para fortalecer e promover a eficiência de base empresarial e produtiva, desenvolver-se-ão projectos e acções no domínio da Agricultura e Florestas, das Pescas e Aquacultura, da Indústria e Artesanato, do Comércio, do Turismo e da Energia.

Para melhorar as acessibilidades externas e promover uma utilização eficiente das capacidades existentes, as estratégias incidirão no domínio dos Transportes Marítimos e dos Transportes Aéreos.

No sentido de promover o desenvolvimento da Sociedade da Informação, serão desenvolvidas diversas actividades neste âmbito.

Com o objectivo de reforçar a valorização dos recursos humanos e a capacidade de inovação serão implementadas estratégias nos domínios da Educação, Qualificação e Emprego, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Juventude e das Comunidades Madeirenses.

Finalmente, com os objectivos de promover a coesão interna (social e territorial) e a melhoria da qualidade de vida e de preservar e valorizar o ambiente e o património natural, urbano e cultural, os projectos e acções a desenvolver incidirão sobre as Acessibilidades Internas, o Ambiente e Ordenamento do Território, a Saúde, a



Habitação, a Segurança e Acção Social, o Desporto, a Cultura e a Defesa do Consumidor.

Paralelamente, continuarão a ser desenvolvidos esforços no sentido de promover a melhoria da qualidade dos serviços da Administração Pública.

A concretização da estratégia sectorial que seguidamente se apresenta conta com a contribuição de apoios comunitários no financiamento de um número elevado de acções, através do Fundo de Coesão, dos instrumentos financeiros de finalidade estrutural integrados em intervenções operacionais de carácter regional – FEDER, FSE, FEOGA e IFOP –, do Programa Operacional da Sociedade de Informação (POSI) e do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), de âmbito nacional, e em Iniciativas Comunitárias, nomeadamente, INTERREG III B, LEADER e EQUAL.



V. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE ACÇÃO SECTORIAIS PARA 2004



V.1. AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA

AGRICULTURA

A política a prosseguir no sector agrícola continua a ter, como grande objectivo, a melhoria do rendimento e da qualidade de vida das populações rurais, valorizando o papel multifuncional que a agricultura desempenha na Região e promovendo uma estratégia de diferenciação positiva num mundo global e de exploração adequada das especificidades regionais em que, num cenário de dificuldades, estas deverão ser convertidas em vantagens competitivas ligadas à qualidade e segurança alimentar.

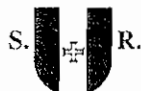
A Região tem ao seu dispor, durante o período 2000-2006, um conjunto de medidas, co-financiadas pela União Europeia, que se traduzem em apoios ao investimento, no âmbito do Programa de Apoio Rural (PAR), em ajudas ao rendimento previstas no Plano de Desenvolvimento Rural (PDRu-Madeira) e em ajudas à produção e à comercialização consignadas no POSEIMA.

As candidaturas a estas medidas traduzem-se em elevados níveis de compromisso e execução, o que reflecte, por um lado, o empenho dos agricultores no sector e, por outro, a garantia de transformação estrutural do mesmo, assegurando um aumento do rendimento e melhoria da situação sócio-económica da população ligada ao sector.

Assim, no âmbito do PAR, que contempla os apoios estruturais, foram aprovados, desde a sua entrada em vigor até ao 3.º trimestre de 2003, um conjunto de 417 projectos que totalizam um investimento de 112,4 milhões de euros.

No quadro do PDRu-Madeira são concedidos apoios aos agricultores que se traduzem em indemnizações compensatórias, ajudas agro-ambientais, ajudas à florestação de terras agrícolas e apoios à reforma antecipada. Até ao 3.º trimestre de 2003 o montante de apoios pago ascendeu a cerca de 9,5 milhares de euros.

As ajudas previstas no âmbito do POSEIMA, contemplam um importante conjunto de ajudas específicas ao rendimento (vinha, cana-de-açúcar, vime e batata) e ajudas à comercialização (vinho, flores, frutas, produtos hortícolas). Durante o ano de 2002 (abrangendo este ano e campanhas de 2001/2002) foram atribuídas ajudas, ao abrigo



do Título II do Regulamento (CE) n.º 1453/2001, no montante de cerca de 2,2 milhões de euros.

Para o futuro, a revisão intercalar da Política Agrícola Comum concluída no ano de 2003 permite prever uma mudança radical dos apoios atribuídos às produções tradicionais da agricultura europeia, reforçando o pilar do desenvolvimento rural.

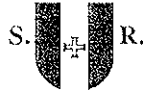
Atendendo aos pressupostos da revisão intercalar, de reforçar os apoios ao desenvolvimento rural e à prática de uma agricultura mais amiga do ambiente, é de esperar que, tendo em conta as características muito próprias que caracterizam o sector na Região e a sua importância em termos ambientais e paisagísticos, esta reforma conduza a um reforço dos meios financeiros de apoio ao rendimento dos agricultores regionais.

Com efeito, o acordo político estabelecido em Julho de 2003, aquando da aprovação da Reforma, consagrou a especificidade do grupo das regiões ultraperiféricas, em que a RAM se enquadra, garantindo-lhes que a revisão intercalar da PAC não implica qualquer redução das ajudas directas, dado que estas regiões ficarão isentas da aplicação da modulação prevista.

No quadro da política de desenvolvimento do sector tem sido lançado pelo Governo Regional um conjunto de infra-estruturas, como a rede de Centros de Acondicionamento de Produtos Agrícolas em Santana, no Porto Moniz, nos Prazeres e na Ponta do Sol, que visam uma maior valorização da produção agrícola, e de estruturas orientadas para o desenvolvimento de tecnologias e práticas agrícolas mais compatíveis com o ambiente e com as preferências do consumidor.

Em complemento a estas medidas, foi criada, no âmbito dos Centros, uma equipa de assistência técnica para apoiar os agricultores na diversificação e melhoria qualitativa da produção.

Tem vindo a ser dada especial atenção ao desenvolvimento e aplicação de métodos de produção alternativos ao tradicional, incrementando-se o apoio técnico aos agricultores que utilizem, como modo de produção, a "produção integrada" e a "agricultura biológica". São já visíveis os resultados da actuação da Missão para o Desenvolvimento



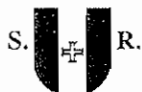
da Agricultura Biológica, sendo esta actuação já reconhecida, no plano nacional e internacional, como bom exemplo de trabalho consequente e de qualidade. Regista-se um incremento do investimento privado nesta área, tendo sido apresentadas várias candidaturas de projectos a co-financiamento no âmbito do PAR. A dinamização desta actividade já se traduz num aumento da área de cultivo dedicada a este modo de produção, o qual é estimado em 12%, para 2003, e num acréscimo superior para o ano de 2004. Regista-se também um interesse crescente por parte das unidades hoteleiras por este tipo de produtos.

Por outro lado, é decisiva a valorização dos produtos regionais, através de acções específicas de apoio aos agrupamentos de produtores na caracterização dos seus produtos e definição das regras de produção e comercialização, tendo em vista o seu registo como "denominação de origem", "indicação geográfica" ou "produtos de qualidade" que podem beneficiar do logotipo POSEIMA.

Com o objectivo de disponibilizar terras a jovens que pretendam instalar-se como agricultores a título principal, foi lançado um programa de criação dos Parques Agrícolas, com o intuito de incentivar o desenvolvimento de explorações de dimensão adequada, devidamente apoiadas com assistência técnica especializada. A sua implementação encontra-se em fase adiantada, estando já em fase de concurso os principais projectos e em preparação os procedimentos relativos a outros.

No ano de 2003 foi criada uma linha de crédito destinada a jovens empresários agrícolas que se candidatem aos apoios específicos previstos no PAR e no Plano de Reestruturação das Vinhas na Região Autónoma da Madeira. A disponibilização de meios financeiros através desta linha de crédito permite fazer face aos constrangimentos que se colocam aos jovens que iniciam a sua actividade empresarial no sector agrícola, resultantes da falta de capacidade de auto-financiamento. Esta nova medida, que se articula e complementa as já existentes com apoio comunitário, constitui mais um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento de uma estrutura empresarial mais jovem neste sector.

Releve-se ainda, como investimento estruturante do desenvolvimento do sector, a implementação de sistemas inovadores de irrigação que passam pela criação da rede



pública de rega sob pressão, no âmbito territorial de perímetros de rega já identificados, em que os agricultores terão um acesso directo e fácil a uma rede de distribuição que permitirá uma utilização mais eficiente do recurso "água".

O ano agrícola de 2003 tem decorrido com normalidade, sendo notórias melhorias em sectores fundamentais, particularmente no vinho, na horticultura e na banana.

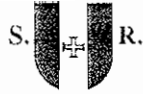
No que respeita ao sector da banana, a reestruturação operada e o reforço de uma política de promoção de qualidade têm permitido fazer face a exigências de um mercado cada vez mais concorrencial, pelo que se perspectiva um incremento da quantidade de banana expedida, com qualidade, para fora da Região. Com efeito, invertendo-se a tendência dos últimos anos, em 2002, registou-se um aumento de produção, relativamente de 2001, de cerca de 1.000 toneladas, o que se traduz num acréscimo de 6.9%.

No sector vitivinícola, a produção de mosto situou-se em cerca de 4,7 milhões de litros em 2002, sendo 86% deste volume proveniente de castas autorizadas e os restantes 14% de castas nobres, onde se destacam o Boal e a Malvasia.

A maior parcela da produção destina-se à indústria de vinho Madeira. No entanto, no ano de 2002 obteve-se já um volume de produção significativo destinado a vinho de mesa com denominação de origem Madeirense (cerca de 102,6 mil litros contra 90 mil no ano anterior).

Relativamente aos vinhos comercializados no ano de 2002, o quantitativo de vinhos engarrafados foi de mais de 2 milhões de litros (73% do total), sendo o volume restante comercializado a granel. Em termos de valor médio por litro de vinho comercializado é notória a maior valorização do vinho engarrafado que se cifrou em 5,14 euros, enquanto o vinho a granel se situou em 1,95 euros.

O ano de 2003 foi considerado o melhor de sempre, em termos qualitativos, pelas empresas que compram uvas para a produção de vinho Madeira, sendo essa qualidade aferida pelo excelente aspecto fitossanitário das uvas e pelos graus alcoólicos prováveis obtidos (superiores a 9). Neste ano, o volume de mosto correspondente a uvas compradas pelas empresas situou-se em cerca de 4,3 milhões de litros. A produção total



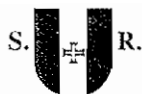
não é ainda conhecida, já que decorre o prazo para recepção dos manifestos de produção pelo IVM.

Continua a perspectivar-se um aumento da produção de mostos provenientes das castas *vitis vinifera*, já que existe um conjunto de instrumentos, no âmbito da política vitivinícola, que visam o desenvolvimento da cultura da vinha orientada para a produção de vinhos de qualidade. Este aumento permitirá sustentar a política de qualidade do produto final que tem vindo a ser prosseguida, quer no que respeita a vinho generoso Madeira, quer relativamente à produção de vinho de mesa, que tem tido boa aceitação no mercado.

Nos últimos anos, o sector vitivinícola regional passou por mudanças estruturais extremamente importantes para o futuro do sector. A interdição de exportação de vinho Madeira a granel representa a principal medida que determinará uma mudança fundamental para o futuro de qualidade pretendido.

Todo o esforço que está a ser realizado para apoiar, cada vez mais, o sector vitícola (produção de uva), através, nomeadamente, da realização do cadastro vitivinícola, da instituição de serviço técnico contratualizado, do Programa de Reestruturação e Reconversão da Vinha (PRRV), da fiscalização da vindima, do POSEIMA Vinha, da disponibilização de uma estrutura fundamental para o sucesso e crescimento do Vinho de Mesa de Qualidade VQPRD "Madeirense", designadamente na Adega de São Vicente, enquadra-se numa política que visa garantir mais sustentabilidade ao sector.

No sector da produção de vinho, estão também a ser implementadas ferramentas fundamentais para a sua sustentação, como sejam os novos projectos de promoção, publicidade e marketing, com a criação de nova imagem para o Vinho Madeira (cujo principal objectivo é o aumento das exportações do vinho engarrafado), as medidas do POSEIMA (abrangendo armazenamento/envelhecimento de vinho Madeira, aquisição de álcool vínico/mosto concentrado e exportação de vinho engarrafado), a reestruturação da Câmara de Provadores do IVM, a criação de uma nova categoria de vinho de mesa de qualidade (Vinho Regional "Madeirense") e o projecto de mais uma adega vocacionada para a produção de vinhos tintos de mesa.



A conjugação das competências ligadas à produção da uva e do vinho, decorrentes da nova orgânica do IVM, representa mais um passo fundamental para consolidar uma gestão sustentada do sector, sempre em colaboração com as associações ligadas ao mesmo.

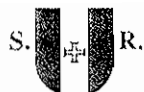
A fruticultura é um sector que regista importantes melhorias na qualidade da produção. Perspectiva-se um aumento da procura externa da anona e oportunidades de mercado para a pitanga e para o limão.

Quanto à floricultura, verifica-se uma diversificação das espécies em cultura, fruto do trabalho experimental dos serviços do Governo Regional, o que tem permitido um melhor ajustamento da produção à procura, quer regional, quer externa. Existem novos projectos em agenda, nomeadamente no domínio das proteáceas, que constituem garantia de expansão do sector.

Na horticultura, em coberto e ao ar livre, tem-se verificado uma maior diversificação de produtos no mercado. Esta evolução reflecte a dinâmica de jovens empresários agrícolas e também os efeitos positivos da criação de estruturas de conservação e armazenagem de produtos hortícolas e frutícolas, bem como do apoio das equipas de assistência técnica que prestam serviços na área de influência dessas mesmas estruturas, nomeadamente orientando os produtores na adopção de novas técnicas culturais, de que é exemplo a hidroponia, e na utilização de variedades mais adequadas.

A estratégia definida para o sector, tendo em conta o carácter multifuncional que a agricultura assume na Região, continua a assentar nos seguintes **objectivos**:

- Promover a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações rurais, quer através de uma participação activa no seu desenvolvimento económico e social, quer através da melhoria das infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas, nomeadamente ao nível das acessibilidades, electrificação e regadios, e do apoio à organização, associação e iniciativas dos agricultores, nas vertentes sócio-económica e sócio-profissional;
- Reforçar a competitividade económica das produções regionais, ao nível dos mercados local e externo, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento



de produções que beneficiam de regimes de apoio comunitários e nacionais, da valorização e protecção de produtos e da promoção da qualidade e da inovação da produção agro-rural, de forma a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e segurança alimentar;

- Garantir a sustentação de explorações de pequena dimensão que desempenham uma importante função de equilíbrio ambiental e de composição da paisagem, através da melhoria das condições de formação do rendimento dos produtores e famílias que sustentam as explorações agrícolas, privilegiando acções ligadas à multifuncionalidade da agricultura, ao artesanato, ao turismo em espaço rural e à protecção e valorização do património rural e natural;
- Preservar uma paisagem natural humanizada, através da valorização das características tradicionais de gestão e manutenção das explorações agrícolas e da correcção gradual das pressões sobre os recursos naturais;
- Incrementar modos de produção compatíveis com o ambiente, com a defesa da qualidade e segurança alimentar, através do incremento de boas práticas agrícolas, como sejam a "produção integrada" e a "agricultura biológica", as quais desempenham uma importante função de melhoria do rendimento dos agricultores;
- Dar continuidade ao reforço da rede de mercados agrícolas regionais;
- Aproveitar, de forma integral e estruturante, os financiamentos dos fundos comunitários.

As **actuações prioritárias** em 2004 para prossecução dos objectivos atrás referidos são, por áreas de intervenção, as seguintes:

Infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas

- Apoio ou construção/melhoramento de infra-estruturas, sobretudo no domínio das acessibilidades às explorações e das infra-estruturas de irrigação em que assume particular relevância a implementação de sistemas de rega sob pressão em determinados perímetros de rega, nomeadamente em Santa Cruz, Gaula e

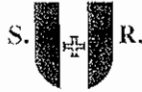


Água de Pena, Funchal (São Martinho e São Roque), Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Madalena do Mar, Porto Moniz (Santa), Seixal e Faial;

- Concretização da implementação de parques agrícolas, de iniciativa pública e privada, dotados de infra-estruturas e serviços adequados à viabilização de explorações agrícolas vocacionadas para produções de qualidade.

Apoio às explorações agro-pecuárias e a unidades agro-industriais

- Concessão de apoios, no âmbito do POPRAM III e da medida relativa ao PAR, nomeadamente ajudas ao investimento nas explorações agrícolas e à instalação de jovens agricultores, ao desenvolvimento de produtos de qualidade e aos investimentos que visem a melhoria e racionalização da transformação e comercialização de produtos agrícolas;
- Prestação de assistência técnica e material aos agricultores, visando a adaptabilidade dos sistemas produtivos e de novas variedades, complementada, nomeadamente, com o fornecimento, a preços simbólicos, de plantas de interesse regional;
- Comparticipação nas ajudas ao rendimento co-financiadas pelo FEOGA-Garantia no âmbito do PDRu-Madeira, designadamente as associadas a indemnizações compensatórias, a ajudas agro-ambientais, à florestação de terras agrícolas e à reforma antecipada;
- Apoio técnico aos viticultores através do serviço de assistência técnica aos viticultores, designado por "VITITEC" (constituído no Instituto do Vinho da Madeira e dirigido apenas aos viticultores que produzam uvas de castas recomendadas ou autorizadas, quer para vinho licoroso, quer para vinho de mesa) e aplicação e controlo das ajudas à manutenção da vinha orientada para a produção de vinhos VQPRD (POSEIMA Vinha);
- Apoio técnico e financeiro aos agricultores em acções de fertilização e correcção de solos, bem como no diagnóstico das doenças e pragas das culturas, com vista à racionalização do uso de fitofármacos, numa perspectiva de melhoria do modo



de produção tradicional e da sua evolução para o modo de produção integrado e/ou biológico;

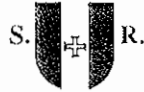
- Apoio técnico aos agricultores no domínio da produção e promoção da agricultura biológica, nomeadamente através da Missão para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica;
- Concessão de apoio financeiro para aquisição de desinfestantes do solo e realização de campanhas visando o controlo e equilíbrio da população de murinos na RAM, de modo a evitar a destruição de culturas e as doenças provocadas pelos ratos.

Estruturas e acções de apoio à transformação e comercialização

- Realização de investimentos e prestação de serviços no âmbito das estruturas que constituem a Rede de Centros de Abastecimento Agrícola da Madeira - CA, vocacionados para a preparação, para venda, da oferta horto-frutícola das suas áreas de influência, nomeadamente o "CASAN", o "CAPRA", o "CASA" e o "CASOL";
- Prosseguimento dos investimentos numa unidade logística polivalente nos Canhas, de apoio ao comércio agrícola (Centro de Abastecimento Hortícola dos Canhas), que está dotada de condições para concentrar a oferta local e lançá-la nos canais de distribuição convencionais, bem como para servir de local de venda a retalho ao consumidor final;
- Desenvolvimento de estudos e projectos relativos ao modelo de organização e gestão da rede de "Centros de Abastecimento Agrícola da Madeira - CA", designadamente face à necessidade de melhorar a implementação da ajuda POSEIMA à comercialização dos produtos agrícolas no mercado local, bem como os respeitantes à criação do "Centro de Abastecimento Hortofrutícola do Sul - CASUL" e à reestruturação (ou construção) do "Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas do Funchal - CAPA";



- Realização de investimentos visando a melhoria das condições de funcionamento do CAPA e a manutenção e conservação, quer de edificações, quer de equipamentos;
- Construção e equipamentos da Adega da Bela Vista, em Câmara de Lobos, vocacionada para a vinificação de uvas destinadas à produção de vinhos tintos de qualidade ("Regional" e VQPRD "Madeirense");
- Promoção/criação de estruturas de apoio à valorização agro-industrial de produtos regionais, de que é exemplo a criação de uma unidade para a transformação de refugo de banana;
- Aplicação e controlo das ajudas do Programa POSEIMA, pelo IVM, designadamente as ajudas ao envelhecimento do vinho, à compra de mosto concentrado rectificado e de álcool vínico e as ajudas à exportação do vinho da Madeira engarrafado;
- Ampliação e adaptação do Museu do Vinho, que constitui uma peça fundamental quer para uma melhor divulgação do vinho da Madeira, quer para o incremento do enoturismo;
- Desenvolvimento de acções de promoção e marketing dos principais produtos agrícolas frescos e transformados, de que se destacam as seguintes:
 - Realização de acções de promoção do vinho Madeira nos mercados externos e nacional, designadamente através da participação em feiras da especialidade, missões comerciais, mostras, seminários e outros eventos, da concepção e promoção de uma nova campanha de publicidade e marketing, bem como da produção de material informativo e de apoio às acções de divulgação e promoção do sector vitivinícola da Região;
 - Concertação de acções promocionais, com o ICEP e com os agentes económicos ligados à exportação, a realizar nos mercados de maior interesse para o vinho da Madeira, nomeadamente nos Estados-membros da União Europeia;



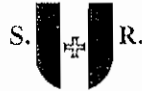
- Apoio a acções de iniciativa privada, dirigidas à promoção em mercados externos de produtos frescos e transformados (em complemento das ajudas à comercialização no mercado regional atribuídos no âmbito do POSEIMA a frutas, produtos hortícolas, flores, plantas vivas e mel), e;
- Participação em feiras e certames nacionais e internacionais considerados de interesse para a Região e em alguns eventos regionais, bem como edição de prospectos e brochuras temáticos e inserções publicitárias.

Promoção e dinamização do meio rural

- Concessão de apoios, através de contratos-programa, a estruturas locais de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural, destinados à concretização dos seus planos de actividade e prestação de apoio técnico às actividades sócio-culturais das Casas do Povo;
- Participação em acções de sensibilização e em estudos sobre a problemática do ordenamento e desenvolvimento sustentável do território rural e instituição de um fórum para a sustentabilidade, no âmbito de projectos de cooperação apoiados pela União Europeia através do INTERREG III B ("TERRAJOVEM – Dinamização de Jovens de Zonas Rurais para o Desenvolvimento Sustentável" e "ECORURAL - Observatório da Realidade Agrária").

Formação e informação

- Realização de obras de remodelação e conservação no Centro de Formação Agrária das Preces;
- Desenvolvimento e manutenção do pólo informativo dirigido às necessidades do empresário agrícola;
- Continuação da identificação das parcelas agrícolas (base de validação das ajudas comunitárias que incidem sobre as superfícies agrícolas cultivadas);
- Realização, através do IVM, das operações ligadas ao cadastro vitivinícola comunitário (conclusão do ficheiro vitivinícola).



Investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração, fitossanidade e promoção da qualidade

- Criação/melhoria de estruturas de apoio ao desenvolvimento de actividades de experimentação e demonstração no domínio da horticultura, da fruticultura (temperada e subtropical), da floricultura (temperada e subtropical), da viticultura e da bananicultura, visando o apoio aos agricultores, através da produção e fornecimento de plantas seleccionadas e da prestação de apoio técnico, abrangendo, nomeadamente, variedades regionais que interessa incentivar;
- Desenvolvimento de projectos de experimentação e demonstração, alguns deles em cooperação, com incidência em plantas de interesse regional, incluindo novas culturas, com aceitação no mercado, novas técnicas culturais e de propagação do material vegetativo;
- Criação de um laboratório de análise de resíduos de pesticidas em horto-frutícolas, com condições de operacionalidade rastreáveis internacionalmente, o qual deverá integrar a rede nacional de análise de resíduos e passar por um processo de acreditação;
- Desenvolvimento de um projecto de cooperação entre Açores, Madeira e Canárias, no âmbito do INTERREG III B, tendo em vista a promoção da fruticultura e a pesquisa de plantas bioactivas, na perspectiva da protecção e produção integrada e implementação de outras acções no domínio da protecção integrada, tendo em vista a redução de práticas agrícolas contaminantes no ecossistema agrícola, mediante o recurso a métodos de luta biológica;
- Apetrechamento dos serviços vocacionados para o controlo das pragas e doenças nas diferentes espécies de interesse agrícola da RAM e para a inspecção fitossanitária dos produtos vegetais e de origem vegetal entrados na Região;
- Implementação, através do IVM, de medidas legislativas e regulamentares, com vista a salvaguardar, cada vez mais, a qualidade dos produtos e a protecção das



denominações de origem Madeira e Madeirense e desenvolvimento de acções de controlo de qualidade e certificações do vinho Madeira e outros produtos vínicos.

SILVICULTURA

O património florestal é constituído, genericamente, por floresta natural e floresta introduzida.

A floresta natural desempenha, no seu conjunto, um papel fundamental no equilíbrio hídrico, na retenção e formação de solos e enquanto património natural de inegável valor, sendo a Floresta Laurissilva o único valor classificado como Património Natural Mundial pela UNESCO de que Portugal usufrui e do qual advém uma importante mais valia ambiental e económica para a RAM.

A área de floresta introduzida representa cerca de 18% da superfície da ilha da Madeira e 15% da ilha do Porto Santo.

Tendo em conta a importância assumida pelo património florestal, a que estão associadas funções de produção, protecção e de constituição da paisagem, bem como a caracterização da evolução recente e perspectivas futuras, a estratégia prosseguida visa conservar e fomentar a biodiversidade, protegendo e ampliando, sempre que possível, as áreas de espécies indígenas e ou naturalizadas, e instalando espécies exóticas devidamente adaptadas à estação florestal.

Em síntese, pretende-se privilegiar a qualidade e adequação dos povoamentos florestais, não esquecendo as múltiplas funções que lhes estão associadas.

Tendo em vista a concretização dos grandes objectivos atrás definidos, o sector florestal tem beneficiado da realização de diversas actuações, nomeadamente as seguintes:

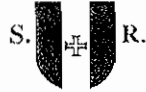
- Arborização e/ou beneficiação, quer no âmbito de acções co-financiadas pela União Europeia no âmbito do POPRAM III, quer através de plantações (retanchas) executadas pela Direcção Regional das Florestas;



- Melhoria das infra-estruturas viárias e divisionais, tendo em vista a obtenção de uma maior operacionalidade nas operações silvícolas e de prevenção e combate aos incêndios florestais;
- Detecção, prevenção e combate a incêndios florestais, de modo a proteger as áreas florestais existentes;
- Racionalização do regime silvo-pastoril, através da retirada, já concluída, do gado nas zonas de aptidão florestal, do melhoramento do *habitat* e instalação de pastos melhorados em zonas de pastoreio ordenado, do reforço de estruturas de apoio (estábulo, cercas, parques de maneio e de tratamento hígio-sanitário), do melhoramento animal e de uma forte intervenção na sensibilização e apoio logístico aos produtores;
- Valorização de áreas florestais situadas em locais de elevado interesse paisagístico, através da criação de miradouros, caminhos de acesso e áreas recreativas e da protecção de manchas de vegetação;
- Repovoamento piscícola das águas interiores, visando o desenvolvimento da pesca desportiva, e acções de fomento cinegético e de ordenamento e gestão destes recursos;
- Acções ligadas à criação de um sistema de informação florestal, tendo em vista a elaboração do plano de ordenamento florestal da RAM;
- Desenvolvimento de acções de sensibilização e divulgação.

Numa perspectiva futura, o desenvolvimento florestal deverá permitir conciliar as funções de produção com as de protecção ambiental e de usufruto lúdico, constituindo também um importante recurso económico, enquanto elemento integrante da paisagem que é de importância fundamental para a sustentação da principal actividade económica da Região – o Turismo.

Apesar das limitações existentes, o sistema florestal detém potencialidades que, se bem exploradas, permitirão uma evolução positiva do sector.



No âmbito da estratégia de desenvolvimento, serão prosseguidos, em 2004, os seguintes **objectivos prioritários**:

- Criação de instrumentos de apoio ao ordenamento e gestão florestal;
- Promoção da expansão do património florestal;
- Protecção e conservação dos diversos ecossistemas florestais;
- Aproveitamento do potencial dos múltiplos recursos associados à floresta enquanto factor de promoção e desenvolvimento do ecoturismo;
- Potenciação das consequências benéficas decorrentes da retirada do gado, nomeadamente ao nível da regeneração natural dos ecossistemas e reflorestação das serras;
- Ordenamento, exploração e conservação dos recursos cinegéticos e aquícolas em águas interiores.

Tendo em vista a consecução dos objectivos prioritários definidos para o sector florestal, serão desenvolvidas as seguintes **medidas**:

- Realização de acções de arborização e beneficiação florestal;
- Promoção e aplicação de técnicas ligadas à silvicultura preventiva, como sejam a abertura e limpeza de aceiros, a abertura e manutenção de caminhos florestais, a limpeza de povoamentos florestais e a redução de materiais combustíveis, bem como o reforço da capacidade de prevenção, detecção e combate dos incêndios florestais;
- Melhoramento de infra-estruturas afectas à silvopastorícia e dos rebanhos que se apresentam em regime silvopastoril ordenado;
- Prosseguimento da execução da "operação verde", por via da arborização e ajardinamento dos espaços públicos;
- Estabelecimento de normas específicas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, em ordem a garantir a produção sustentada de



- bens e serviços a eles associados, através de um ordenamento florestal que preserve a diversidade biológica e a paisagem;
- Prosseguimento dos trabalhos de elaboração dos inventários florestais, tendo em vista a realização do Plano Regional de Ordenamento Florestal;
 - Instalação/melhoramento de infra-estruturas de uso múltiplo em áreas de especial vocação para o lazer;
 - Realização de acções de repovoamento piscícola das ribeiras;
 - Promoção de acções de combate ao furtivismo na caça e de vigilância sobre o estado sanitário das populações cinegéticas;
 - Realização de acções de informação e sensibilização junto de entidades públicas e, principalmente, de entidades privadas, tendo em vista incrementar o nível de adesão aos apoios ao investimento previstos no POPRAM III;
 - Adequação da legislação relativa à conservação, protecção e gestão do património florestal e natural;
 - Celebração de protocolos com entidades singulares e colectivas, nomeadamente com associações de regantes, tendo em vista melhorar e expandir o património florestal e natural.

PECUÁRIA

A pecuária madeirense tem um papel importante a desempenhar no abastecimento regional, sendo fundamental para a criação de riqueza, satisfação de necessidades básicas de consumo e garantia de qualidade e segurança alimentar dos produtos. Esse papel deverá ser compatibilizado com a necessidade de prevenir os impactes ambientais da actividade, no âmbito de uma política de promoção da reconversão e modernização das explorações, já em curso e a prosseguir pelo Governo Regional, recorrendo, nomeadamente, ao aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis.

A pecuária tradicional (sobretudo os ramos da bovinicultura e ovinicultura) tem um importante papel a desempenhar na manutenção do espaço rural madeirense, pelo que



importa continuar a apoiar o seu desenvolvimento, apesar dos constrangimentos existentes que têm conduzido a uma diminuição gradual dos efectivos.

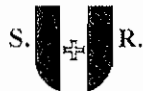
Com efeito, existem oportunidades decorrentes, nomeadamente, da preferência da população residente consumidora pela carne de bovino “produzida” localmente. Além disso, assiste-se a um interesse crescente por produtos seguros, de qualidade reconhecida, incluindo os obtidos através do modo de produção biológica. A valorização comercial do requeijão e queijo fresco de origem regional tem contribuído para o surgimento de pequenas indústrias vocacionadas para este tipo de produtos que se instalaram perto dos produtores de leite.

No que respeita à pecuária intensiva, suinicultura e avicultura, o grande desafio que se coloca aos produtores será na promoção dos produtos, uma vez que grande parte deles já apresentam a qualidade exigível para a utilização do símbolo de origem e qualidade já aprovado pela União Europeia. Acresce ainda que, na avicultura, há, potencialmente, uma margem para crescimento, atendendo a que a produção regional de frango corresponde a cerca de 40% do consumo.

Tendo por base esta apreciação sumária, promover-se-á a dinamização do sector pecuário através da conjugação das estruturas de experimentação, divulgação e controlo de qualidade existentes (Estação Zootécnica da Madeira, Centro de Ovinicultura da Madeira, Laboratório Regional de Veterinária, Unidade Laboratorial para Rastreio da BSE e Centros de Atendimento Veterinário), dos diversos instrumentos de apoio, regionais e comunitários (“Apoio Financeiro aos Riscos Inerentes à Actividade Agrícola no Ramo Pecuário”, o POSEIMA e acções co-financiadas no âmbito do QCA III) e do apoio científico e técnico prestado por outras entidades (Estação Zootécnica Nacional, Laboratório Nacional de Veterinária e centros de investigação de diversas universidades).

Na perspectiva de contribuir, de forma sustentada, para o desenvolvimento do sector, serão prosseguidos os seguintes **objectivos** principais:

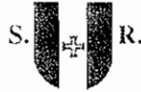
- Melhorar a qualidade, diversificar e promover a comercialização dos produtos produzidos na RAM;



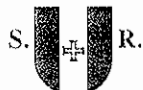
- Promover modos de produção ecológicos, bem como a melhoria das condições de bem-estar animal;
- Incrementar o nível de formação profissional dos agentes do sector;
- Maximizar a utilização dos recursos locais.

A concretização dos objectivos enunciados depende da execução de **medidas** já em curso, aprovadas anteriormente, bem como de algumas outras a iniciar em 2004, nomeadamente as seguintes:

- Continuar as acções de diagnóstico médico-veterinário, bem como as que se relacionam com a qualidade e higiene dos produtos de origem animal, dando-se início à construção do novo edifício onde será instalado o Laboratório Regional de Veterinária;
- Continuar a promover o melhoramento das estruturas de apoio à produção pecuária (Estação Zootécnica da Madeira e Centro de Ovinicultura da Madeira);
- Criar/apetrechar os centros de atendimento veterinário da Madeira, dotando-os dos meios humanos e materiais adequados, nos concelhos do Funchal, Calheta, Santana, Porto Moniz e Porto Santo;
- Continuar a promover a pecuária regional de qualidade, disponibilizando reprodutores seleccionados das espécies bovina, equina, ovina e caprina, incentivar a utilização da inseminação artificial em bovinos e delinear um programa de melhoramento genético para apoio à produção de leite;
- Divulgar produtos e técnicas de produção em mercados e feiras, nomeadamente na Feira Agro-Pecuária de Porto Moniz, cujo recinto continuará a ser gradualmente remodelado;
- Construir uma nova queijaria no Centro de Ovinicultura da Madeira (para a qual se conta com apoio comunitário, mediante candidatura a apresentar no âmbito do POPRAM III);
- Continuar a incentivar a pecuária segundo o modo de produção biológico;



- Prosseguir os estudos que visam a utilização de subprodutos da agricultura na alimentação animal, de modo a reduzir custos de produção;
- Continuar o programa de rastreio e controlo de zoonoses na Madeira e no Porto Santo;
- Continuar as actividades de investigação aplicada à tipificação e certificação de produtos regionais de qualidade, nomeadamente prosseguindo o estudo sobre o processo tecnológico do fabrico do requeijão madeirense, com vista à sua certificação;
- Dar início ao estudo genético, morfológico, biométrico e comportamental das cabras do Bugio;
- Dar continuidade a acções de formação profissional no sector pecuário;
- Implementar o programa global de apoio à pecuária tradicional madeirense, a realizar até 2006 no âmbito do POSEIMA, incluindo medidas de apoio à produção local de bovinos de leite, bovinos de carne e de ovinos (que se encontra em fase de apreciação pelas entidades comunitárias competentes);
- Prosseguir os investimentos na reestruturação da rede pública de abate de gado, com a centralização de todas as operações públicas de abate numa única estrutura a remodelar e ampliar, localizada no Santo da Serra.



V.2. PESCA

A frota madeirense tem vindo a modernizar-se, assegurando maior capacidade individual e global de pesca, maior promoção do rendimento e segurança das tripulações.

A reforma da Política Comum de Pescas, aprovada recentemente pelo Conselho de Ministros da União Europeia, introduziu alterações no regime de acesso às 200 milhas marítimas da Região Autónoma da Madeira. Assim, da linha de costa até às 100 milhas marítimas, vigorará a exclusividade para a frota de pesca registada na Região. Isto é, apenas as embarcações registadas na Região poderão exercer actividade de pesca, excepto para as embarcações que tradicionalmente pescavam nessas águas, desde que não excedam o esforço de pesca tradicionalmente exercido. Em termos práticos, até à data, para além das embarcações regionais, apenas algumas embarcações registadas nos Açores e algumas registadas no Continente exercem esforço de pesca na faixa das 100 milhas marítimas. Em conclusão, não haverá qualquer alteração ao *status quo*. Na faixa das 100 às 200 milhas marítimas é proibido o arrasto nas zonas dos bancos, mesmo para além das 200 milhas.

A evolução da pesca descarregada está fortemente sujeita a variações significativas, devido essencialmente a factores externos não controláveis. Após um período de redução de capturas que afectou particularmente os tunídeos e similares, foi notória alguma recuperação em 2001 e em 2002. O crescimento em volume foi determinado pelo forte incremento obtido nas capturas das espécies atrás referidas (79%).

A política que tem vindo a ser concretizada no sector das pescas visa promover a modernização do sector, de modo a aumentar a produtividade e a melhorar a competitividade das empresas e a situação sócio-económica dos pescadores, garantindo a sustentabilidade da actividade da pesca, mediante a salvaguarda do equilíbrio entre os recursos e o esforço de pesca.

Ao nível das infra-estruturas e equipamentos dos portos de pesca, tem vindo a ser desenvolvido um esforço de investimento em matéria de construção e modernização de infra-estruturas, das quais se destaca a construção do porto de pesca e da nova lota do Caniçal e a modernização dos entrepostos frigoríficos do Funchal e do Porto Novo. Este

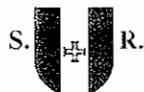


esforço prosseguirá, com o aumento da capacidade de frio, nomeadamente na zona portuária do Caniçal e no Porto Santo.

Têm vindo a ser lançadas estruturas em zonas abrigadas da costa, tendo em vista proteger os peixes juvenis e aumentar a produtividade de certos *stocks*, em especial de demersais, mediante a instalação e ampliação de recifes artificiais.

Continua a ser promovido o desenvolvimento da aquicultura marinha, enquanto actividade alternativa ou complementar da pesca que poderá vir a assumir um papel fundamental na economia do sector e no abastecimento de pescado às populações. No Centro de Maricultura da Calheta continuam a ser objecto de experimentação “novas” espécies em cativeiro e de desenvolvimento da produção de peixes juvenis, da espécie “dourada”, para fornecimento às pisciculturas de engorda. O estágio já alcançado pelo projecto-piloto desenvolvido no Caniçal, que envolveu esta espécie, permite perspectivar a concessão da sua exploração à iniciativa privada, pelo que foi já autorizada, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 1167/2003, de 18 de Setembro, a abertura de concurso público para efeitos de concessão da exploração por um período de dez anos.

O sector industrial tem apresentado situações diversas, consoante as espécies com que trabalha. As que laboram o peixe-espada-preto mantêm bons níveis de produção ao longo do ano e têm contribuído para o equilíbrio deste sub-sector. Por outro lado, as empresas conserveiras de atum têm-se confrontado com dificuldades advenientes da escassez de matéria-prima, nos mares da Região, que se tem verificado nos últimos anos. Para fazer face a estas dificuldades, têm sido concedidos apoios, desde 1998, no âmbito do POSEIMA, nas situações em que houve necessidade de recorrer a importações de atum (de origem comunitária). Paralelamente, o Governo Regional tem-se associado a este apoio financeiro destinado a compensar os industriais pelos custos adicionais resultantes do recurso à importação para suprir a falta temporária de matéria-prima, concedendo, actualmente, um apoio de 10 cêntimos de euro por Kg. A previsão para 2003 aponta para que o volume de matéria-prima a laborar até ao final do ano seja de cerca de 3.000 toneladas.



No domínio da investigação aplicada às pescas e aquacultura, tem sido dado continuidade ao trabalho de aprofundamento do conhecimento das diversas espécies, bem como de avaliação das potencialidades, quer dos recursos existentes quer das experiências em cativeiro.

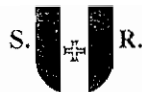
A política a desenvolver em 2004 continuará a prosseguir os seguintes **objectivos**:

- Melhoria da exploração do potencial haliêutico;
- Reforço da competitividade das estruturas de exploração;
- Melhoria da segurança e das condições de trabalho a bordo;
- Melhoria do aprovisionamento;
- Valorização dos produtos;
- Valorização dos recursos humanos;
- Melhoria do abastecimento do mercado.

Para atingir os objectivos gerais mencionados será desenvolvido um conjunto coerente de acções que se inserem nas **linhas de actuação** apresentadas seguidamente, por domínios de actuação:

Investigação experimental e demonstração

- Prosseguir acções, visando a avaliação dos *stocks* dos recursos haliêuticos mais significativos para a economia do sector, bem como daqueles que apresentam potencialidades de exploração, de que se destaca a implementação de um projecto de cooperação, no âmbito do INTERREG III B, que se destina à prospecção e desenvolvimento das bases para a gestão de recursos marinhos de águas profundas (PESCFROF 1 - Recursos Pesqueiros de Águas Profundas e ORPAM - Observatório em Rede das Pescas e Ambiente Marinho da Macaronésia);



- Dar continuidade ao levantamento oceanográfico da Z.E.E. e respectiva caracterização ambiental, com vista a um melhor conhecimento dos *habitats* das populações marinhas e do seu comportamento, e desenvolver projectos em cooperação com as regiões das Canárias e dos Açores, no quadro do INTERREG III B, com o objectivo de melhorar o conhecimento da circulação oceânica da RAM e os seus impactes sobre a pesca pelágica (SIGMARMAC - Sistema de Informação Georeferenciada dos Recursos Marinhos da Macaronésia e PREVIMAR – Previsão da Circulação no Espaço Marinho da Macaronésia);
- Construção, montagem e instalação de um sistema de produção marinha integrada, no âmbito de um projecto-piloto co-financiado pelo FEDER no quadro do INTERREG III B, tendo em vista a avaliação do potencial piscícola em ambientes artificiais, nomeadamente o resultante da sinergia: jaulas de cultura/recifes artificiais (MARINOVA – Aquicultura Marinha e Recifes Artificiais – novos modelos de produção integrada);
- Apoiar as acções de organização das zonas marinhas protegidas e a criação de condições favoráveis ao repovoamento pesqueiro (recifes artificiais) e concentração dos recursos (dispositivos de concentração de pescado);
- Desenvolver o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras regiões;
- Iniciar o processo de aquisição de uma embarcação, dotada de características adequadas ao trabalho de investigação;
- Explorar a possibilidade de produção de diversas novas espécies em cativeiro com interesse comercial e/ou com a finalidade de proceder a repovoamentos pesqueiros;
- Incrementar o fornecimento de “juvenis” às explorações da iniciativa privada.

Frota pesqueira e unidades aquícolas

- Promover a atribuição de apoios, e o acompanhamento da sua aplicação, destinados à construção, modernização e reconversão de embarcações de pesca, fazendo com que as unidades modernizadas sejam dotadas de melhores



condições de operacionalidade, segurança e conservação do pescado a bordo, possibilitando uma melhor qualidade das capturas e uma maior rentabilidade das embarcações;

- Proceder à aplicação dos apoios no âmbito do ajustamento do esforço de pesca, com o objectivo de adequar o esforço de pesca aos recursos disponíveis, mediante a retirada selectiva de embarcações em função dos objectivos fixados no Programa de Orientação Plurianual da Pesca e conforme definido no POPRAM III-MAR-RAM;
- Promover o incremento da aquicultura, apoiando, sob várias formas, os novos projectos da iniciativa privada neste domínio.

Equipamento dos portos de pesca

- Melhorar as condições de descarga nos portos de pesca e, conseqüentemente, a qualidade dos produtos, equipando adequadamente os portos de pesca, de modo a cumprir e a fazer cumprir as normas hígio-sanitárias em vigor, de que se relevam os investimentos na Lota do Caniçal e na Lota do Funchal;
- Promover o melhoramento da rede de frio de apoio ao sector industrial, através, nomeadamente, da construção do Entrepasto Frigorífico do Caniçal e do Entrepasto Frigorífico do Porto Santo (início) e do reequipamento dos Entrepastos Frigoríficos do Funchal e do Porto Novo.

Formação profissional

- Disponibilizar os incentivos e meios de formação aos activos da pesca que frequentam acções de formação profissional na Região ou no exterior, valorizando os recursos humanos do sector e optimizando a utilização dos meios técnicos disponíveis.



V.3. INDÚSTRIA

A indústria regional representa cerca de 20% do PIB regional, empregando aproximadamente 28% dos activos empregados na Região, para os quais contribui fortemente o sector da construção civil.

A sua estrutura é pouco diversificada. Engloba essencialmente os sectores da construção civil, as indústrias agro-alimentares (moagens e produtos de panificação e pastelaria, massas alimentícias, lacticínios, vinhos, cervejas e refrigerantes), os tabacos e o mobiliário, mas também abrange actividades industriais de base artesanal e tradicional, mais viradas para a exportação (bordados, tapeçarias e vimes).

A indústria regional enfrenta ainda algumas dificuldades que constituem condicionantes do crescimento e desenvolvimento industrial, embora, na sequência da atribuição de diferentes sistemas de incentivos ao investimento, bem como do desenvolvimento dos parques empresariais e da Zona Franca Industrial do Caniçal, se assista a uma alteração positiva no sector, essencialmente no que respeita às indústrias dominantes, verificando-se o aparecimento de novas indústrias, o que tem levado à dinamização e diversificação da base produtiva regional, bem como ao acréscimo no contributo do sector industrial para a criação de postos de trabalho.

Em 2003, continua a verificar-se um acréscimo nos pedidos de licenciamento industrial e de licenciamento de pedreiras, derivados, em grande parte, dos sistemas de incentivos existentes e de uma maior sensibilização por parte dos industriais. Relativamente a estes dois tipos de licenciamento e atendendo ao seu impacto, a Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia (DRCIE) decidiu aderir ao projecto FORQUAL, financiado pelo Fundo Social Europeu, para implementar um Sistema de Gestão da Qualidade na Direcção de Serviços da Indústria, processo esse que se pretende dar continuidade no sentido da sua certificação no âmbito da Norma NP EN ISO 9000.

Por outro lado, e com vista a minimizar os impactes visuais negativos, a DRCIE tem contado com a colaboração do Instituto Geológico e Mineiro para o levantamento geológico da RAM no sentido de serem definidos os locais adequados para a exploração de pedreiras para produção de inertes. Este levantamento encontra-se na 3.ª fase, prevendo-se a sua conclusão para breve.



O sector do artesanato regional, no que toca às áreas de maior tradição histórica, nomeadamente o bordado Madeira, a tapeçaria e obra de vimes, encontra-se actualmente numa fase de reestruturação e adequação às necessidades do mercado, também ele em mutação e com grande concorrência de produtos orientais, e de adaptação às técnicas actuais de desenvolvimento e fabrico.

Nesta fase é essencial a política de apoio que tem sido adoptada pelo Governo Regional, nomeadamente no sentido de se implementarem medidas de reestruturação – já aprovadas –, que resultaram de uma actuação concertada com os parceiros do sector, nomeadamente a Associação dos Industriais e o Sindicato.

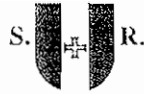
Não obstante a existência de algumas dificuldades, é possível ultrapassar a situação, mediante a concretização de algumas acções de fundo que possam potenciar e servir de alavanca para todo o processo de reestruturação.

Os sectores dos bordados, das tapeçarias e dos vimes foram já declarados em reestruturação, de que resulta a criação de um regime de excepção que permitirá criar as condições indispensáveis para que possam beneficiar de um conjunto de participações financeiras e benefícios fiscais visando a sua reorganização estrutural, a modernização dos pontos de venda, a reorganização e desenvolvimento dos circuitos de distribuição nacionais e internacionais e a implementação de práticas de gestão, de marketing e comerciais adequadas.

As acções a desenvolver na área do artesanato devem ter como objectivo criar um ambiente de competitividade salutar, que permita iniciar um ciclo de melhoria e de inovação.

Face ao exposto, constituem **objectivos fundamentais** a prosseguir em 2004:

- Desenvolver actividades empresariais e industriais competitivas de modo a promover a criação de mais valias económicas e sociais tanto a nível concelhio, como regional;
- Aumentar a eficácia do licenciamento dos estabelecimentos industriais e promover o estudo das condições técnicas de instalação e de laboração dos estabelecimentos industriais;



- Promover a caracterização, valorização e preservação dos recursos geológicos;
- Incentivar a apresentação de pedidos de exploração de pedreiras;
- Criar normas legais definindo os locais adequados para exploração de inertes, bem como os requisitos exigidos para o exercício desta actividade;
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade da Direcção de Serviços da Indústria, no sentido da sua certificação na norma NP EN ISO 9000;
- Promover a cooperação internacional na área dos laboratórios;
- Adequar os produtos resultantes do trabalho artesanal às solicitações dos mercados, compatibilizando a tradição com a inovação;
- Modernizar os pontos de venda de artesanato, dando maior valor e dignidade aos artigos e conferindo-lhe elevados padrões de qualidade;
- Promover a modernização das infra-estruturas industriais, através da reorganização e acreditação dos mesmos;
- Contribuir para a dignificação dos trabalhadores das artes e ofícios tradicionais, nomeadamente as bordadeiras de casa, os artesãos de obra de vimes, bem como outros agentes ligados às indústrias artesanais regionais, reforçando o valor intrínseco das suas actividades;
- Apostar nos mercados internacionais, em articulação com a área do turismo, nomeadamente através de iniciativas de comunicação junto dos visitantes;
- Dinamizar o sector do vime, através da inovação do design dos produtos, na incorporação de novos materiais, na especialização das unidades produtivas e no reforço da imagem e notoriedade;
- Criar as condições indispensáveis para que os sectores dos bordados, das tapeçarias e da obra de vimes possam beneficiar do conjunto de



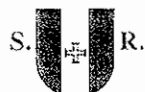
comparticipações financeiras e benefícios fiscais previstos no plano de reestruturação.

Para implementação destes objectivos, as intervenções programadas para 2004, da responsabilidade da Vice-Presidência e da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, são as seguintes:

- Conclusão, no início de 2004, dos trabalhos de levantamento dos recursos geológicos da Região, no âmbito da parceria com o Instituto Geológico e Mineiro;
- Realização, no Funchal, do Congresso Ibero-Americano de Laboratórios, de modo a proporcionar aos diversos laboratórios da Região uma troca de conhecimentos técnicos, experiências e contactos com especialistas a nível mundial;
- Certificação, no âmbito da Norma NP EN ISO 9000, da Direcção de Serviços da Indústria, como forma de garantir aos agentes económicos uma resposta aos seus pedidos em consonância com as suas expectativas;
- Apoio na implementação e na dinamização de parques empresariais, sendo de referir a entrada em funcionamento, em 2004, dos parques empresariais da Calheta, de Machico e da Ribeira Brava e o início das obras respeitantes ao Parque Empresarial da Quinta Grande, no Estreito de Câmara de Lobos;
- Promoção da criação de infra-estruturas para dinamização e apoio ao sector empresarial;
- Incrementação de uma política de valorização e promoção do artesanato regional através da adopção de um conjunto de instrumentos que permitam aumentar a venda local, designadamente através da melhoria dos pontos de venda, da realização de acções de formação de técnicas de vendas destinadas aos proprietários e colaboradores desses pontos de venda, e da elaboração de catálogos, os quais serão posteriormente colocados nas principais unidades hoteleiras da Região;



- Reforço a fiscalização com vista a salvaguardar a qualidade do produto "bordado Madeira", fundamentalmente através de inspecções regulares aos locais onde esse produto é fabricado e armazenado;
- Criação do selo de garantia para a obra de vimes e incluir na orgânica do IBTAM o departamento do vime, proporcionando uma maior dignificação, valorização e divulgação deste tipo de artesanato;
- Continuidade da política de apoio ao artesanato indiferenciado, mediante a formação e realização de cursos por forma a atrair as camadas mais jovens, evitando-se assim que este património cultural se desvaneça;
- Apoio e promoção da realização de acções de formação nas áreas dos bordados, das tapeçarias e dos vimes;
- Realização, em parceria com o Centro de Moda e Design, de um conjunto de acções tendo em vista a inovação e modernização do bordado da Madeira, indo ao encontro e acompanhando as tendências e preferências da actualidade;
- Continuação do trabalho desenvolvido tendo em vista a implementação do projecto "Centro de Vimes da Camacha", cujo espaço já se encontra definido no Parque Industrial da Camacha;
- Apoio da deslocação individual de artesãos a feiras de artesanato, quando reconhecida a sua importância para as respectivas áreas de actividade.



V.4. ENERGIA

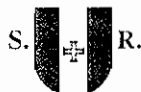
A Região Autónoma da Madeira encontra-se numa fase de desenvolvimento sócio-económico que se reflecte no crescimento acelerado da procura de energia, o que é revelador da importância da energia para a competitividade das actividades económicas da Região.

No entanto, a evolução da procura de energia traduz-se no aumento da dependência dos produtos petrolíferos e em incidências ambientais negativas, que podem afectar o meio natural, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento económico, fortemente suportado pelo turismo.

Há, assim, a necessidade de adoptar uma estratégia, alicerçada nos objectivos centrais da política energética regional – segurança do aprovisionamento, competitividade económica e protecção do ambiente – e definida em torno da valorização dos recursos energéticos regionais e da implementação de acções de eficiência e racionalidade energética, que satisfaça o crescimento da procura de energia e favoreça o desenvolvimento regional de uma forma equilibrada.

O Plano de Política Energética da Região Autónoma da Madeira (PPERAM), aprovado pelo Conselho de Governo, em 2 de Dezembro de 2002, através da Resolução n.º 1468/2002, veio dotar o Governo Regional de um instrumento de política energética, para o período 2003-2010, assente nos três objectivos centrais da política energética e adaptado às novas oportunidades e condicionantes induzidas pelo desenvolvimento regional, pelas tendências do sector energético (políticas e tecnológicas) e pelas preocupações de ordem ambiental.

Deste modo, é objectivo da política energética regional, tal como se encontra estabelecido no PPERAM, desenvolver estudos e projectos com vista à redução da dependência energética do exterior através da valorização dos recursos energéticos locais e da utilização racional da energia, bem como a melhoria do ambiente e qualidade de vida, através de soluções inovadoras de produção e utilização energéticas.

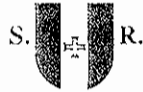


Consideram-se como **objectivos prioritários** para 2004:

- Promover o acompanhamento da implementação das medidas enunciadas no PPERAM;
- Incentivar a utilização racional de energia e a utilização de energias renováveis, como forma de melhorar a qualidade do ambiente e os padrões de vida regionais;
- Reordenar o centro logístico de combustíveis, por forma a reduzir os impactes ambientais da actividade de armazenamento de combustíveis;
- Investigar a viabilidade da utilização do gás natural como fonte energética;
- Promover a garantia de aprovisionamento de combustíveis na Região, considerando a evolução da procura, as condicionantes inerentes à ultraperiferia e a estabilidade dos mercados internacionais.

Para 2004, prevê-se a concretização das seguintes **medidas e acções**:

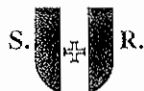
- Estabelecer com a Agência Regional de Energia e Ambiente (AREAM) um novo contrato-programa para o período 2004-2006, no sentido desta entidade prosseguir com a implementação de medidas e acções tendo como finalidade:
 - Apoiar o Governo Regional na formulação e execução das políticas energética e ambiental da Região, nomeadamente no acompanhamento da implementação das medidas enunciadas no PPERAM;
 - Apoiar e aconselhar os agentes económicos, no sentido de utilizarem sistemas e tecnologias eficientes e compatíveis com um desenvolvimento sustentável;
 - Estudar, promover e divulgar as medidas e tecnologias adequadas à implementação das políticas energética e ambiental, tendo em vista, sobretudo, a redução da dependência energética do exterior e a protecção do ambiente;



- Promover a realização de projectos com vista à utilização racional da energia e ao aproveitamento das energias renováveis, no âmbito dos programas comunitários e de sistemas de incentivos nacionais ou regionais;
- Promover a cooperação inter-regional, especialmente com outras regiões insulares e ultra-periféricas.

Neste sentido, a AREAM, no âmbito do novo contrato-programa a estabelecer com o Governo Regional, propõe desenvolver um conjunto de acções enquadradas nas seguintes três medidas: i) "investigação, demonstração e inovação" no domínio da energia e do ambiente, visando soluções para problemas regionais específicos e a afirmação da Região Autónoma da Madeira como um centro de excelência europeu na área da energia; ii) "cooperação" técnica e estratégica, designadamente com outras regiões ultraperiféricas, no âmbito de programas comunitários e de redes de cooperação; iii) "apoio técnico-científico" permanente na implementação da estratégia estabelecida no PPERAM.

- Acompanhar o projecto e a execução da instalação do Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal, procedendo, com o apoio técnico da DRCIE, da Direcção-Geral de Energia e de outros organismos do sector, à análise dos requisitos técnicos para a sua entrada em funcionamento;
- Conclusão do apoio instituído pelo Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de Maio, adaptado à Região pela Resolução n.º 1063/88, aplicado aos parques eólicos da RAM no âmbito do projecto "apoio aos produtores privados de energia eléctrica";
- Prossecução dos apoios concedidos no âmbito do Sistema de Incentivos à Energia Solar Térmica (SIEST), criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2001/M, no sentido de dar resposta ao número crescente de candidaturas visando o aquecimento de águas no sector residencial;
- Realização de um estudo, com co-financiamento comunitário no âmbito do POE, visando analisar a viabilidade da utilização do gás natural como fonte energética.



V.5. TURISMO

A recente aprovação do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT) – Decreto Legislativo Regional n.º 17/2002/M, de 29 de Agosto – constitui um dos aspectos mais relevantes para o sector turístico da Região.

O POT define a estratégia de desenvolvimento turístico da Região e o modelo territorial a adoptar, orientando os investimentos públicos e privados, garantindo o equilíbrio na distribuição territorial da oferta turística, bem como um melhor aproveitamento e valorização dos recursos humanos, culturais e naturais.

Assim, importa relevar que o referido plano estabelece limites e, principalmente, ritmos de crescimento da oferta de alojamento turístico, bem como valores para a sua distribuição territorial.

Ao nível das infra-estruturas turísticas, ou com aproveitamento turístico, o actual plano de obras desenvolvido pelo Governo Regional e pelas Sociedades de Desenvolvimento irá dotar todos os concelhos da Região de importantes pólos de interesse turístico, diversificando a oferta existente e permitindo acessibilidades mais rápidas, cómodas e seguras.

Neste sentido, importa analisar a actual oferta de alojamento turístico de acordo com os objectivos definidos no POT, tendo por horizonte o ano de 2012 – período de vigência do POT. Os empreendimentos turísticos em funcionamento no final de 2002 totalizavam 27.835 camas, número a que corresponde um aumento de 3.6 % em relação ao ano anterior, o que se enquadra dentro dos padrões indicados no POT (5% ao ano). A esta capacidade de alojamento correspondem 254 empreendimentos turísticos e 44 unidades de Turismo em Espaço Rural (TER).

Os estabelecimentos de cinco e de quatro estrelas continuam a representar a maioria da oferta, com cerca de 70% do total.

Estes valores demonstram que a par da hotelaria tradicional, localizada essencialmente no eixo Funchal - Caniço, têm surgido outras tipologias de alojamento, designadamente unidades de Turismo em Espaço Rural, estalagens e albergarias, distribuídas por todos



os concelhos da Região. Estes novos produtos vão ao encontro das novas necessidades e motivações da procura, nomeadamente a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza.

Ao nível da procura a variação foi negativa no ano 2002. A conjuntura mundial pós 11 de Setembro tem sido caracterizada pela diminuição dos fluxos turísticos internacionais. O fraco desempenho das principais economias europeias - mercados emissores para a Região - e da economia nacional penalizaram o sector turístico, não sendo a Região excepção nesta conjuntura de abrandamento. Assim, em 2002 a RAM apresentou menos 0.7% de dormidas e menos 1.1% de hóspedes em relação ao ano anterior. Contudo, regista-se o aumento das receitas totais da hotelaria que atingiram os 238 milhões de euros, o que significa uma variação de 2.9 % em relação a 2001.

Os principais mercados emissores foram o britânico (28%), o alemão (21,5%) e o português (14,3%), à semelhança de anos anteriores.

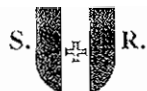
A taxa média de ocupação situou-se nos 54.2%. Os "hotéis-apartamentos" de quatro estrelas foram o tipo de estabelecimento que apresentou a taxa de ocupação mais elevada, com 71.6%.

Os objectivos prioritários para o sector apontam para um crescimento sustentável do turismo, articulado com o desenvolvimento global da RAM e com a preservação da diferenciação e qualificação da Madeira como destino turístico.

Haverá que responder com adequação e eficácia ao aumento previsível da capacidade de oferta de alojamento e à melhoria das condições de acessibilidade ao destino em consequência da recente abertura do novo aeroporto, sendo que o PIDDAR para 2004 contempla um reforço de verbas destinado à promoção turística.

Assim, como **objectivos estratégicos** para 2004 salientam-se os seguintes:

- Consolidação dos produtos turísticos dominantes, mantendo as características de destino de qualidade;
- Desenvolvimento da segmentação turística, através do reforço de produtos turísticos já identificados – congressos e incentivos, golfe, turismo náutico,



passeios a pé e ecoturismo para a ilha da Madeira, praia, saúde e turismo náutico para a ilha do Porto Santo;

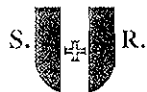
- Potenciação do mar como o recurso turístico e de lazer com grande capacidade de carga, integrando as novas acessibilidade marítimas, as novas marinas e a requalificação do Porto do Funchal;
- Atenuação da actual predominância de alguns mercados emissores, mediante o crescimento das quotas dos mercados com maior potencial de crescimento;
- Aumento do volume de receitas e respectivo gasto médio por turista;
- Sensibilização da população para a importância do sector e da necessidade de um desenvolvimento sustentável;
- Dignificação das carreiras profissionais do sector, sensibilizando a população estudantil para as oportunidades de emprego que o turismo apresenta;
- Dinamização das parcerias público-privadas na promoção institucional do destino turístico "Madeira", nomeadamente no âmbito do "Protocolo de Concertação e Contratualização da Promoção Turística" recentemente assinado com o Ministério da Economia;
- Utilização das novas tecnologias para a inventariação e divulgação dos produtos turísticos regionais em redes de informação com fins promocionais e comerciais, nomeadamente em parcerias com o sector privado;
- Criação e apoio ao desenvolvimento do conhecimento (estudos de mercado, sondagens e elementos estatísticos) que permita ao sector do turismo inovar e responder pro-activamente às realidades existentes e a novos desafios;

Assim, no sector do Turismo, e durante 2004, serão implementadas acções que se inserem nas seguintes **medidas**:

- Apresentação e representação do destino em feiras, exposições, congressos e campanhas de "porta a porta";

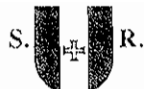


- Desenvolvimento de campanhas de publicidade a nível nacional e internacional dirigidas a profissionais e ao cliente final;
- Organização de acções promocionais – seminários, semanas da Madeira, *workshops*, sessões de formação aos agentes, etc., nos mercados prioritários;
- Realização de acções de relações públicas, quer ao nível do receptivo local, quer através do patrocínio de eventos com interesse turístico;
- Estabelecimento de parcerias com operadores turísticos, designadamente através de campanhas conjuntas, aquando da abertura de novos mercados ou de novas operações e brochuras “Madeira”;
- Implementação de planos promocionais específicos para os produtos “congressos e incentivos”, “turismo náutico” e “turismo activo”;
- Criação de novos suportes informativos e promocionais, impressos e multimédia, e actualização dos já existentes;
- Desenvolvimento de uma “intranet de serviços na DRT”, possibilitando uma informação mais célere e efectiva ao cidadão e ao turista;
- Desenvolvimento do Sistema de Informação e Gestão de Recursos Turísticos da RAM;
- Desenvolvimento do novo site de promoção institucional da Região;
- Desenvolvimento do plano de marketing da marca de prestígio “Quintas da Madeira”;
- Monitorização e implementação das orientações definidas no Plano de Ordenamento Turístico;
- Consolidação dos programas de animação que já são cartazes internacionais, com alargamento do seu período de duração, quando aplicável, e com a introdução conteúdos inovadores, destacando-se a continuidade do Festival do Atlântico, com grande margem de progressão ao nível da sua notoriedade;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

- Coordenação e divulgação dos eventos sociais, culturais e religiosos com interesse turístico, tendo em vista a sua divulgação atempada;
- Renovação e aumento do número de alunos envolvidos no programa "Educar para o Turismo";
- Alargamento e melhoria de infra-estruturas turísticas, nomeadamente da rede de postos de turismo;
- Compatibilização e operacionalização da informação estatística e de I&D, no âmbito das parcerias já estabelecidas com outras regiões da Macaronésia.



V.6. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

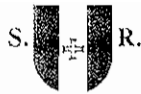
ACESSIBILIDADES INTERNAS

No domínio das acessibilidades internas as acções e medidas a desenvolver no âmbito do PIDDAR 2004, a exemplo do ano em curso, têm por objectivo a melhoria da mobilidade intra-regional, através da construção de novas vias de comunicação entre os principais centros urbanos, da melhoria do nível de serviço nas vias regionais já existentes e de um melhor funcionamento do sistema de transportes terrestres.

No que respeita às **Infra-estruturas Rodoviárias – Rede Viária Regional**, tem sido desenvolvido nas últimas duas décadas um significativo esforço de investimento visando o reforço da mobilidade interna e a compatibilização da rede viária regional com a procura de transporte a médio e longo prazo, assumindo-se, simultaneamente, a rede hierarquizada de acessibilidades internas, também, como um factor de estruturação física e de ordenamento do território.

A rede viária regional actualmente em serviço, cuja extensão ascende a cerca de 600km, além de estruturalmente condicionada pelas características orográficas muito particulares da Região, denota alguns constrangimentos decorrentes essencialmente dos seguintes factores:

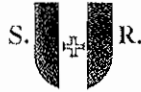
- Antiguidade de algumas vias em serviço, desadequadas aos actuais níveis de tráfego, em termos de fluxos e tonelagem do mesmo, o que implica a necessidade de recorrentes intervenções de ampliação e reabilitação das mesmas;
- Aumento generalizado dos fluxos de tráfego rodoviário em toda a Região, com maior incidência na faixa litoral sul da Ilha da Madeira, particularmente no concelho do Funchal e concelhos envolventes – Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Santa Cruz e Machico. Em termos da procura de tráfego actual, constata-se como aspecto mais relevante, fluxos de tráfego muito elevados nos eixos Funchal/Ribeira Brava e Funchal/Machico, particularmente nas secções mais próximas do concelho do Funchal, onde se registam em alguns troços tráfegos médios diários superiores a 50.000 veículos/dia.



Na sequência da entrada em serviço dos principais eixos estruturantes, dos quais a Via Rápida Ribeira Brava – Machico e as ligações ao Norte da Ilha da Madeira através do Túnel da Encumeada e do Túnel do Norte, este último incluído na Via Expresso Machico–Faial, constituem os exemplos mais relevantes, prevê-se, para 2004, concluir a execução de um conjunto de novas ligações rodoviárias, no sentido de os complementar, ligando-os aos principais centros de actividade económica da Região, nomeadamente ao Caniçal, e assegurar a sua compatibilização com a restante malha viária regional e local. Realça-se também o lançamento da Cota 500, via que permitirá melhorar a acessibilidade às zonas altas do concelho do Funchal, designadamente das freguesias de São Roque, Santo António e São Martinho.

Assim, no âmbito da **construção/beneficiação das infra-estruturas rodoviárias**, prevê-se realizar em 2004 um conjunto de intervenções de natureza diversa, embora complementares, em termos, designadamente, da construção de novas acessibilidades internas, da criação de variantes aos principais centros urbanos, da diversificação e modernização da rede viária principal e complementar e da reabilitação e requalificação da rede existente em termos de sinalização e segurança, por forma a permitir atingir os seguintes **objectivos**:

- Redução das assimetrias regionais, através do aumento da oferta de infra-estruturas rodoviárias em zonas de menor cobertura, de forma a promover o pleno aproveitamento dos recursos e o reforço da coesão e solidariedade internas;
- Descongestionamento das zonas urbanas, através da construção de variantes aos respectivos centros, evitando-se o seu atravessamento pelo tráfego de passagem, contribuindo-se assim para a preservação da qualidade do ambiente urbano e qualidade de vida das suas populações;
- Diminuição dos custos de operação e dos custos associados ao tráfego em trânsito;
- Melhoria da malha de acessibilidades às zonas portuárias, aeroportuárias e principais centros de actividade económica, designadamente às novas zonas industriais;



- Valorização dos circuitos turísticos;
- Aumento da dimensão económica do mercado;
- Reforço da segurança da circulação rodoviária.

Neste domínio e como **projectos de investimento mais relevantes** a desenvolver em 2004, destacam-se os seguintes:

- Via Rápida Machico – Caniçal, compreendendo a construção das seguintes obras e lanços: Túnel Duplo do Caniçal, Nó de Machico Sul e os troços Túnel da Queimada – Nó do Caniçal e Nó do Caniçal – Rotunda do Caniçal;
- Via Expresso Machico – Faial, troços Serrado – Longueira e Terça – Ribeira Grande;
- Via Expresso Faial – Santana, 1.^a e 2.^a Fases;
- Nova Ligação Caniço – Camacha, 1.^a e 2.^a Fases;
- ER 101, troço Calheta – Prazeres, 2.^a e 3.^a Fases;
- Correção do Traçado da ER 101, troço São Vicente – Porto Moniz, 3.^a e 4.^a Fases;
- Variante à ER 104 na Ribeira Brava, 2.^a Fase;
- Variante à ER 104, troço Rosário – São Vicente, 2.^a Fase;
- Variante à Vila da Calheta, 1.^a e 2.^a Fases;
- Variante à Vila da Ponta do Sol;
- Variante à ER 107, Túnel entre a Ribeira da Lapa e o Curral das Freiras;
- ER 101 – troço Prazeres – Raposeira do Lugarinho;
- Acessos Leste e Oeste à Circular ao Funchal à Cota 200;
- Acesso Oeste ao Porto do Funchal;



- Novo Acesso ao PIZO – Parque Industrial da Zona Oeste;
- Acesso Oeste a Santo Amaro no Funchal;
- Cota 500.

Num outro plano, e para além da implementação dos habituais programas de conservação preventiva e correctiva da rede viária regional que vêm sendo desenvolvidos, prevê-se a realização de um conjunto de intervenções no âmbito da **reabilitação estrutural e requalificação da rede regional**, em termos da sinalização, segurança e uniformização das condições de serviço das vias regionais complementares. Salienta-se neste particular a conclusão da obra de Reconstrução da ER 111 – troço Hotel do Porto Santo – Calheta no Porto Santo, que incluirá para além da criação de bolsas de estacionamento, a construção de uma via para bicicletas. Destaca-se também as intervenções decorrentes do Plano Director de Sinalização de Orientação Rodoviária e Turística da Madeira e do Porto Santo, instrumento que constitui um elemento fundamental para o ordenamento da rede viária regional e para a homogeneização da sinalização existente e a promover nas Ilhas da Madeira e do Porto Santo, permitindo, nomeadamente, melhorar significativamente o acesso aos destinos turísticos destas duas ilhas.

Estas intervenções serão complementadas com a implementação de programas de monitorização, segurança e manutenção dos equipamentos dos túneis rodoviários de maior dimensão e com a execução de infra-estruturas de apoio à segurança da circulação rodoviária, de forma a melhorar a eficiência da rede rodoviária, designadamente através da criação de bolsas de estacionamento, não só nos principais centros de procura de tráfego mas também ao longo dos troços da rede mais antiga.

A consciência da necessidade de aprofundamento e consolidação de um **Sistema de Transportes Terrestres**, devidamente adaptado às novas exigências da realidade regional, enquanto área de interesse público com imediata e relevante incidência na vida das populações e no desenvolvimento das actividades económicas, consubstancia as principais **linhas de actuação** a prosseguir neste sector e que são, no essencial, as seguintes:



- Satisfação das necessidades reais de deslocação de pessoas e bens, propiciando deslocações em transportes com elevados níveis de segurança, comodidade e rapidez;
- Incremento e melhoria da segurança rodoviária para os utentes das vias públicas, considerados quer enquanto condutores, quer enquanto peões;
- Maximização do aproveitamento das novas acessibilidades existentes e previstas;
- Melhoria das condições do estado dos veículos afectos ao parque automóvel regional.

Nesta perspectiva serão implementadas as acções e medidas correspondentes quer aos factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre, quer à área da viação considerada na sua generalidade.

No que concerne aos factores produtivos afectos às deslocações por via terrestre, importa referir as seguintes medidas conducentes à melhoria da qualidade do sistema de transportes e ao reforço das condições de segurança do seu funcionamento:

- Promoção da utilização do transporte público colectivo de passageiros, em particular nas zonas urbanas;
- Assegurar maior celeridade na satisfação das necessidades de deslocação das populações, através de carreiras de transporte público colectivo de passageiros, que façam o adequado aproveitamento das novas acessibilidades criadas e a criar, e uma cobertura espacial mais equilibrada, aumentando o número de conexões disponíveis;
- Manutenção de um justo e equilibrado serviço público de transporte de cariz social;
- Fomento da criação de condições propiciadoras à renovação periódica de frotas dos transportes públicos de passageiros e promoção de novos sistemas de informação ao público e de novas tecnologias associadas à bilhética;
- Aperfeiçoamento do funcionamento do sector da indústria de aluguer de veículos sem condutor, nomeadamente através do incremento das acções de fiscalização;
- Promoção de um melhor aproveitamento do material circulante.



Em matéria de viação, considerada na sua generalidade, salientam-se:

- A implementação e desenvolvimento de campanhas de prevenção rodoviária direccionada quer para a melhoria da segurança dos condutores, quer para a dos peões;
- A concertação entre as diversas entidades envolvidas em termos de acções de prevenção e fiscalização, conducentes à diminuição da sinistralidade rodoviária;
- A manutenção, e nalguns aspectos, elevação dos níveis de exigência requeridos aos novos condutores;
- A continuação da realização de cursos de formação de instrutores e de directores de escolas de condução;
- O reforço das acções de fiscalização às escolas de condução.

ACESSIBILIDADES EXTERNAS

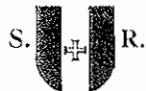
As acessibilidades externas, dadas as condições de insularidade e ultraperiferia da Região, constituem um factor fundamental para o seu desenvolvimento. Neste âmbito, destacam-se as intervenções conducentes à melhoria da operacionalidade das infra-estruturas que asseguram a ligação da Região ao exterior – Aeroporto da Madeira e do Porto Santo; Portos do Funchal, do Porto Santo e do Caniçal.

Salientam-se como principais **linhas de actuação** sectorial:

- Fazer cumprir, por parte do Governo da República, o Princípio da Continuidade Territorial;
- Melhoria das condições de segurança e eficácia económica dos serviços portuários e aeroportuários.

O **sistema de transportes marítimos e as infra-estruturas portuárias** a eles associadas assumem um papel fundamental em termos da garantia do abastecimento da Região, em condições adequadas de segurança, regularidade e qualidade.

No domínio do sector portuário os investimentos a desenvolver em 2004 são da responsabilidade da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da



Madeira, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por missão administrar as infra-estruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação por via marítima de pessoas e bens na Região Autónoma da Madeira.

Inserem-se no âmbito do reordenamento do sistema portuário da Região, actualmente em curso, assente numa política de especialização portuária, consubstanciada nos seguintes **vectores essenciais**:

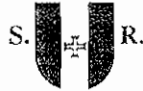
- Um porto especializado em passageiros, turismo e recreio – o Porto do Funchal;
- Um porto especializado em mercadorias, incluindo contentores e granéis – o Porto do Caniçal;
- Os demais portos desempenharão funções de acomodação de tráfegos locais de inertes, no caso do Porto Novo, e de passageiros inter-ilhas, no caso do Porto Santo.

Como principais **objectivos** destacam-se os seguintes:

- Optimizar a eficiência das operações portuárias, de modo a reduzir os custos portuários;
- Melhorar as condições de segurança e as condições ambientais nas zonas portuárias;
- Incrementar a actividade portuária, de modo especial, no sector do turismo de cruzeiros;
- Aumentar a eficiência das operações de interface;
- Melhorar as condições de exploração dos portos secundários.

Para a prossecução destes objectivos serão desenvolvidas em 2004 um conjunto de **intervenções**, das quais se destacam, por serem as mais relevantes, as seguintes:

- Ampliação Nascente e Poente do Terraplino do Porto do Caniçal;
- Ampliação do Molhe Exterior do Porto do Caniçal, 3.^a Fase;



- Acesso Rodoviário ao Porto do Caniçal;
- Frente Oriental da Baía de Machico;
- Zona de Apoio Logístico do Porto Novo;
- Ampliação do Terminal de Inertes do Porto Novo;
- Redes de Águas, Esgotos, Electricidade e Águas Pluviais do Porto do Porto Santo;
- Gare Internacional Marítima do Porto do Funchal;
- Ampliação do Cais do Porto Moniz, 2.ª Fase;
- Acesso e Protecção Marítima ao Cais de Santa Cruz.

Realçam-se também, no âmbito da segurança marítima, as diligências que vêm sendo efectuadas junto do Governo da República, no sentido da implementação de um sistema VTS – *Vessel Traffic Service* costeiro, para controlo e gestão do tráfego marítimo da zona económica exclusiva da Região.

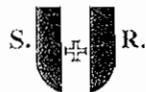
No âmbito das **infra-estruturas aeroportuárias e do sistema de transportes aéreos**, destacam-se, como **princípios básicos de actuação**:

- Revisão e adaptação às actuais circunstâncias económicas e sociais da Região, das obrigações de serviço público para as ligações aéreas entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira e no interior da própria Região, nomeadamente em termos da capacidade e continuidade dos serviços, das condições operacionais, das frequências mínimas, das tarifas e das condições de comercialização dos voos;
- Manutenção de tarifas reduzidas para residentes, estudantes e delegações desportivas nas viagens entre a Região e o Continente e entre o Porto Santo e a Madeira;
- Manutenção de taxas aeroportuárias reduzidas para os voos regulares entre o Porto Santo e a Madeira;



- Apoio às políticas comunitária e nacional de transporte aéreo, que promovam a competitividade e a melhoria da qualidade de serviço entre a Região e o exterior;
- Promoção e incremento de ligações directas da Região aos seus principais mercados turísticos, às Comunidades Madeirenses e às Regiões Ultraperiféricas do Atlântico Norte.

Em termos de novos investimentos nesta área, uma vez concluída a obra de Ampliação do Aeroporto da Madeira nas suas diversas componentes – aumento da pista, novo terminal de passageiros e recomposição da estrutura viária circundante e de acesso à cidade de Machico – apresentando o terminal de passageiros, na sua configuração final, uma capacidade de movimentação anual até 3.5 milhões de passageiros, com uma hora de ponta de 3.600 passageiros/hora, e para além dos diversos investimentos em termos de melhorias de carácter operacional, destaca-se a construção do Posto de Socorros a Náufragos a construir no aterro marítimo sob a pista do Aeroporto da Madeira. Dá-se assim cumprimento às novas exigências da ICAO, de que as infra-estruturas aeroportuárias, em que as rotas de aproximação ou descolagem sobrevoam áreas marítimas, devem ser dotadas de meios de socorro com capacidade para auxiliar os passageiros da aeronave de maior porte que utiliza normalmente a infra-estrutura, permitindo, também, que a RAM disponha de uma adequada infra-estrutura dotada dos necessários meios para apoio e socorro no mar.



V.7. COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR

O sector do comércio tem um peso preponderante na economia regional, quer ao nível do seu contributo para a formação do PIB regional, quer em termos da ocupação da população activa, quer ainda em termos da contribuição para o rendimento das famílias. Contudo, e não obstante a evolução que tem tido, continua a caracterizar-se por uma fraca produtividade das empresas, aliada a problemas de gestão das mesmas.

O sector do comércio enfrenta actualmente uma nova realidade, resultante da implantação de novas unidades comerciais, com tipificação diferente da que era habitual na RAM, nomeadamente das grandes superfícies. Por outro lado, tem-se assistido, nos últimos anos, ao desenvolvimento de formas inovadoras de comércio, como é o caso do franchising, venda por catálogo, venda directa, televenda, bem como a especialização de estabelecimentos comerciais.

Esta nova realidade teve um efeito de arrastamento sobre as empresas comerciais de pequena e média dimensão, tendo-as levado a um esforço acrescido de modernização e de reforço dos seus factores de competitividade. Desta forma, nestes últimos anos, assistiu-se ao acréscimo dos níveis de qualidade e dos níveis de formação profissional, à adopção de novos conceitos no fornecimento de serviços e de práticas de gestão modernas, bem como ao desenvolvimento de projectos inseridos em programas de revitalização das áreas comerciais.

Na sequência dos apoios que têm sido atribuídos à actividade comercial nos últimos anos, assistiu-se à revitalização do comércio regional. Contudo, os esforços que até agora foram feitos, são manifestamente insuficientes e constata-se a necessidade de desenvolver mais acções, de uma forma integrada, que conjugue os esforços dos diversos agentes intervenientes no sector, conforme apontam as orientações do Estudo do Comércio Tradicional, realizado em 2002. Este estudo preconiza diversas medidas que passam pelo reforço da formação dos trabalhadores do sector, mas também dos próprios empresários, nomeadamente criando um "manual de boas práticas" específico para a sua área de actividade. Passa também, entre outras medidas, por sensibilizar um maior número de jovens para uma especialização no sector do comércio, com vista a dotar o sector dos recursos humanos necessários e com a formação adequada.



A manutenção dos apoios financeiros ao sector e o incentivo às actividades mobilizadoras das estruturas associativas junto das empresas são fundamentais para que efectivamente se proceda ao reforço da competitividade do sector do comércio.

No que respeita ao regime específico de abastecimento no âmbito do Programa POSEIMA, desde que a sua gestão passou a ser efectuada *on-line*, houve necessidade de adaptar os procedimentos, administrativos e informáticos por forma a evitar constrangimentos no abastecimento alimentar da Região, verificando-se actualmente que, depois de algumas reformulações, o sistema se encontra a funcionar bem.

Por outro lado, a comercialização e o escoamento dos produtos regionais tem vindo a ser incentivada e apoiada, verificando-se ser ainda necessário desenvolver medidas nesta área.

Dever-se-á continuar a incentivar a implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade, bem como a aplicação da metrologia, legal e não legal. A qualidade constitui um elemento chave da estratégia competitiva das empresas e, conseqüentemente, do desenvolvimento da Região.

A orientação estratégica do Governo Regional em promover a qualidade, quer ao nível das estruturas, quer ao nível de programas de dinamização da qualidade, tem resultado num acréscimo da procura dos serviços de apoio ao nível da metrologia e da qualidade, em sentido lato. Em 2003 também se constatou o aumento da procura, pelos serviços, do Laboratório de Metrologia da Madeira (LMM), tendo surgido a necessidade de alargar o seu campo de actividade a áreas ainda não abrangidas (controlo dos pré-embalados, esfigmomanómetros e analisadores de gases de escape).

Refira-se também que o LMM tem vindo a intensificar a prestação de uma variedade de serviços ao nível da metrologia legal, que têm incidência directa no quotidiano das empresas e dos cidadãos em geral. A este propósito, salienta-se que o LMM se encontra em processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade com vista à sua acreditação, prevendo-se que a mesma venha a acontecer no 4.º trimestre de 2004.

O Decreto Regulamentar Regional n.º 43/2000/M, de 12 de Dezembro, cometeu atribuições à Secretaria Regional dos Recursos Humanos na área da Defesa do



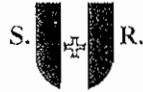
Consumidor, criando o Serviço de Defesa do Consumidor, e contribuindo desta forma para a integração da Lei n.º 24/96, de 31 de Julho, que incumbe às Regiões Autónomas a protecção dos consumidores.

Nesta perspectiva, e concretizando os objectivos de Programa do Governo em matéria de consumo, vêm sendo desenvolvidas, através dos vários eixos de intervenção (prevenção, informação, formação e mediação de conflitos de consumo), um vasto conjunto de acções por forma a dar resposta às mais variadas solicitações da sociedade civil, nomeadamente o atendimento jurídico aos cidadãos e a diversificação de canais formativos e informativos em matéria de consumo.

Dado que as competências em matéria de defesa do consumidor não abrangem quer a representação, quer a substituição dos consumidores quando a resolução das situações de conflito de consumo exigem a intervenção das instâncias judiciais, vêm sendo desenvolvidos esforços no sentido da criação de um Centro de Arbitragem de competência genérica.

Deste modo, constituem **objectivos prioritários** para 2004:

- Intensificação das medidas de apoio ao aprovisionamento e do aumento da eficiência da gestão operacional do POSEIMA;
- Aumento da eficácia na manutenção e disponibilização da informação na área do comércio, com a implementação de sistemas de informação sobre o sector comercial regional, quer através da constante actualização do cadastro comercial, quer através de um sistema de informação geográfica, em articulação com outras bases de informação georeferenciada;
- Estímulo à inovação e à aplicação dos factores dinâmicos de competitividade nas empresas. A este nível, pretende-se ainda o desenvolvimento económico e social da Região através da promoção do emprego e da empregabilidade do potencial humano, pelo que se perspectiva reforçar a colaboração com as estruturas associativas na implementação de acções, nomeadamente, ao nível de novos processos de gestão comercial e desenvolvimento de atitudes competitivas, bem



como com outras entidades que actuem no sentido das orientações consagradas no Estudo do Comércio Tradicional da RAM;

- Promoção e divulgação de produtos e serviços da RAM, essencialmente através da formação e informação de alvos que constituam potenciais mercados válidos;
- Garantia da aplicação e fiscalização do cumprimento da regulamentação relativa ao controlo metrológico em áreas ainda não abrangidas, bem como alargamento das operações de verificação metrológica para as novas áreas;
- Acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira, por forma a garantir aos utilizadores destes serviços os níveis de qualidade imprescindíveis às operações de controlo metrológico;
- Realização de levantamento dos equipamentos sob pressão (ESP) existentes na Região, de modo que se possa fazer aplicar a legislação em vigor sobre a matéria no concernente ao licenciamento destes equipamentos;
- Garantia da aplicação do cumprimento da regulamentação em vigor relativamente ao transporte de mercadorias perigosas por estrada (RPE), na medida em que os transportadores deverão apresentar os respectivos relatórios de inspecção das cisternas, a fim de serem emitidas as autorizações de utilização das mesmas;
- Definição da Estratégia Regional para a Qualidade na RAM, com vista a definir as orientações que o Governo Regional deve seguir na área da qualidade, no âmbito da definição da estratégia para o desenvolvimento sustentável;
- Apoio aos cidadãos, através do aconselhamento e informação, mediação e resolução dos conflitos de consumo dos casos apresentados ao Serviço de Defesa do Consumidor, colaborando com os vários organismos regionais e nacionais, numa perspectiva de assegurar a protecção dos interesses e direitos dos consumidores da Região;



- Reforço da política de confiança dos consumidores através do acesso mais fácil e célere dos cidadãos à justiça, apoiando e desenvolvendo meios de resolução extra judicial de conflitos de consumo;
- Proporcionar à sociedade civil um quadro próprio de debate e análise e de actualização da informação de problemáticas associadas ao consumo, assim como fomentar o aprofundamento e o gosto pela investigação no domínio da defesa do consumidor;
- Desenvolver parcerias com outros organismos, nomeadamente o Instituto do Consumidor, associações empresariais e associações de consumidores, numa perspectiva de desenvolvimento de medidas articuladas de protecção dos interesses e direitos dos cidadãos, por forma a permitir uma maior aproximação dos serviços aos consumidores e agentes económicos, colaborando no processo de confiança mútua entre consumidores e agentes económicos, necessário à concretização de um mercado da qualidade e de segurança.

Para a prossecução de tais objectivos serão desenvolvidas as seguintes **medidas e acções**:

No âmbito do comércio e abastecimento:

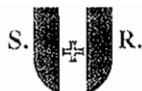
- Dar continuidade às acções desenvolvidas no último triénio. Prevê-se, além de uma campanha de comunicação, a desenvolver no 1.º semestre de 2004, participar noutras iniciativas, ainda por definir, que contribuam para a promoção dos produtos e serviços da Região.

No âmbito da promoção da qualidade:

- Realizar um estudo sobre a situação da Qualidade na Região, tendo como finalidade definir a Estratégia Regional para a Qualidade, componente estrutural da envolvente que é necessário criar de modo a que seja possível requalificar as organizações, nomeadamente empresariais, e assim reforçar a capacidade competitiva da Região;



- Acreditação do Laboratório de Metrologia da Madeira, de modo a garantir aos utilizadores daquela estrutura, na sua grande maioria empresas, a qualidade dos serviços e dos equipamentos utilizados. Este processo de acreditação, que se prevê concluir em 2004, tem envolvido consultoria externa e formação à equipa de trabalho do LMM, existindo já diversos procedimentos de gestão da qualidade;
- Realização de três reuniões no âmbito do Conselho Regional da Qualidade, criado pela Resolução n.º 154/2001, tendo uma delas a participação de elementos do Conselho Nacional da Qualidade;
- Realização de cursos de dinamizadores e auditores da qualidade na administração pública e de outras acções de formação sobre a qualidade em áreas consideradas deficitárias. Neste campo, prevê-se vir a estabelecer parceria com a Direcção Regional da Administração Pública e Local e dar continuidade ao acordo de cooperação já existente com a RELACRE;
- Realização de seminários na área da qualidade, por forma a dar continuidade ao trabalho de sensibilização já encetado em anos anteriores;
- Aquisição de novos equipamentos para o Laboratório de Metrologia da Madeira, no sentido de satisfazer a crescente procura em áreas até agora não abrangidas por aquela estrutura. É o caso dos opacímetros, que permitirão efectuar as verificações metrológicas dos equipamentos existentes na Região que fazem o controlo dos gases de escape dos veículos a diesel;
- Realização da calibração, fora da Região, de alguns equipamentos do LMM, no sentido de permitir que aquela estrutura cumpra a sua missão;
- Prosseguimento do projecto "programa da qualidade em parceria com o Instituto Português da Qualidade", por forma a assegurar a execução do projecto "Região Autónoma da Madeira na Senda da Qualidade", que, ainda este ano, será submetido à comissão de análise do Programa Operacional da Economia e que envolve diversas iniciativas, nomeadamente: projectos-piloto de certificação na Norma NP EN ISSO 9000, acções de sensibilização e informação em áreas



relacionadas com a qualidade e a metrologia, criação do “prémio regional da qualidade” e uma medida de investigação e aplicação de novos métodos de produção do Bordado Madeira.

No âmbito do apoio e defesa do consumidor:

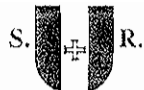
- Apoiar o desenvolvimento de projectos na área do consumo, em articulação com a comunidade escolar, associações de consumidores e associações empresariais;
- Produzir material didáctico de suporte à informação/educação para o consumo assim como distribuição de diverso material informativo, nomeadamente desdobráveis, guias, panfletos e outros materiais didácticos;
- Ministrando formação a docentes, por forma a permitir o aprofundamento da informação técnica e a introdução desta matéria nos conteúdos educacionais dos alunos e acções de informação/formação à comunidade escolar, em todos os concelhos da Região;
- Participação nas comemorações do “Dia Mundial dos Direitos do Consumidor”;
- Participação em feiras regionais ou em eventos similares, por forma a divulgar a temática da defesa do consumidor;
- Coordenar e difundir informações e recomendações de interesse aos consumidores e agentes económicos na área do consumo, por forma a promover uma política de promoção da saúde e segurança dos produtos e serviços;
- Proporcionar à sociedade civil um quadro próprio de debate e actualização de informação de temas e problemáticas associadas ao consumo, através da realização de um ciclo de conferências;
- Realizar o segundo Curso de Pós-Graduação em “Direito do Consumo” em colaboração com o Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Integrar o Serviço de Defesa do Consumidor na Loja do Cidadão, com um balcão de atendimento, de forma a facilitar o contacto com os consumidores, conferindo



uma maior celeridade na resolução das questões apresentadas sejam na forma de informação, como de reclamações;

- Entrada em funcionamento do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo da Região Autónoma da Madeira.

A acção do Serviço de Defesa do Consumidor articular-se-á com a actividade da Inspeção Regional das Actividades Económicas, a qual manterá a sua acção preventiva e fiscalizadora de combate ao comércio ilegal, à especulação, à concorrência desleal e às infracções contra a saúde pública, sancionando as práticas lesivas da actividade económica ou que atentem contra a saúde e segurança dos consumidores.



V.8. EDUCAÇÃO

Na actual situação do sistema de educação e ensino é possível constatar o seguinte:

- Ao nível das creches, um reduzido crescimento da oferta de lugares, prevendo-se 1.880 vagas disponíveis (públicas e particulares) contra cerca de 1.710 em 2002/2003. Entretanto estão em preparação vários estabelecimentos públicos e em construção diversos espaços particulares, alguns dos quais com início de funcionamento previsto para 2003.
- Ao nível da educação pré-escolar, a continuidade do crescimento da oferta pública e particular, de 7.300 para aproximadamente 7.750 lugares, assegurando uma oferta de cobertura generalizada a todas as crianças de 5 anos e de cerca de 82% do total de crianças da RAM de 3, 4 e 5 anos, das quais mais de 50% com frequência gratuita em salas de educação pré-escolar. De realçar a importância de se garantir a todas as crianças da RAM a possibilidade de frequência (não obrigatória) de um ano de educação pré-escolar antes do acesso à escolaridade obrigatória.
- Relativamente ao 1.º ciclo, um novo decréscimo no número de alunos, de 15.800 para 15.500, em resultado da redução demográfica. Foram eliminados edifícios não apropriados e o número de "escolas a tempo inteiro" (ETI's) aumentou de 82 para 89, abrangendo 79% da população total escolar da RAM do 1.º Ciclo. Cerca de 84 destas escolas ficarão dotadas com, pelo menos, uma sala de informática (de 9 a 11 computadores ligados em rede) com ligação à Internet, impressoras e scanner. O facto de serem ETI's (e oferecerem actividades de complemento curricular) permitirá o desenvolvimento de actividades regulares para aprendizagem nas novas tecnologias. Um computador para 20 alunos será o rácio aproximado da RAM nas escolas públicas de 1.º Ciclo.
- No 2.º ciclo do Ensino Básico, manutenção do número de alunos em valores pouco inferiores a 7.600.
- No 3.º Ciclo do Ensino Básico, em virtude da redução demográfica, o número de alunos passa de 10.300 para cerca de 10.100 alunos.

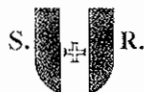


- No Secundário, espera-se uma redução do número de alunos no Ensino Secundário Via Ensino, Tecnológico e Profissional em cerca de 5%. Continuará o apetrechamento de meios informáticos e laboratoriais. O rácio alunos por computador nos 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário baixará (escolas públicas) para cerca de 23. Todas as escolas estão ligadas à internet desde finais de 1998.

No que respeita à educação especial, sendo a RAM pioneira no lançamento de alguns métodos de intervenção e na introdução de novas formas de trabalho, são inúmeros os projectos em que tem participado, quer por sua própria iniciativa quer em parceria com outros organismos e instituições. Alguns desses projectos assumem uma dimensão internacional, existindo uma rede de contactos a nível europeu, e mesmo fora da Europa, que permite a troca de conhecimentos e a partilha de experiências e saberes, algo fundamental para a necessária actualização de processos e a comparação de resultados e métodos de intervenção. Estas parcerias e projectos permitem ainda que a Região participe, em igualdade de circunstâncias, com outros Estados-membros da União Europeia na definição de políticas visando a harmonização e a implementação de estratégias concertadas e formas comuns de intervenção em todo o território da União. No âmbito de comissões especializadas da União Europeia, o Governo Regional tem sido chamado a participar em estudos no domínio da deficiência e sobredotação, bem como na avaliação de experiências inovadoras. Revestem-se da maior importância os programas em curso, no âmbito do Pós-HÉLIOS II, que consubstancia o plano de acção comunitária a favor das pessoas com deficiência, aprovado pela decisão do Conselho da União Europeia, de 25 de Fevereiro de 1993, para os sectores da Integração Económica, Educação Integrada, Integração Social e Vida Activa.

Constituem **objectivos** para 2004:

- Aumentar a cobertura da Educação Pré-Escolar e de frequência nas Escolas Básicas de 1.º Ciclo a Tempo Inteiro;
- Atingir taxas de 100% no último ano da Educação Pré-Escolar e 80% no global dos 3, 4 e 5 anos;
- Alcançar o rácio de um computador por cada 20 alunos;



- Elaborar protocolos de definição dos campos de actuação dos poderes locais e regionais, em particular no caso dos transportes escolares das crianças do 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar;
- Contribuir para a formação integral das crianças e jovens a frequentar os estabelecimentos de ensino/educação, numa perspectiva de conjugar a componente curricular com actividades de enriquecimento curricular e extra-escolar;
- Continuar a melhorar as condições necessárias ao sucesso educativo e à diminuição do absentismo escolar, nomeadamente através do alargamento dos currículos alternativos regionais e, ainda, através da elaboração e disponibilização de material didáctico e equipamentos adequados;
- Reforçar a aposta na formação dos recursos humanos e sua inserção no mercado do trabalho, nomeadamente com o alargamento dos cursos profissionalizantes ao nível do 3.º ciclo do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do 13.º Ano Profissionalizante;
- Prosseguir a política de formação de docentes, tendo em conta a implementação e desenvolvimento da reorganização curricular do Ensino Básico;
- Alargar a criação de acompanhantes locais de apoio aos docentes nas áreas que impliquem a introdução de novos programas disciplinares e de novas áreas curriculares;
- Continuar a proporcionar a melhoria da qualidade do Ensino nas áreas consideradas essenciais, nomeadamente nas "tecnologias de informação e comunicação", e também na área da "dimensão europeia na educação", mediante projectos, alguns deles pioneiros no todo nacional;
- Renovar o equipamento informático e outro em fim de vida útil do Centro de Inovação da Direcção de Serviços das Tecnologias de Informação e Comunicação, de modo a continuar o trabalho de formação em tecnologias de informação e comunicação de professores, bem como melhorar o nível de apoio



ao desenvolvimento de trabalhos integrados em projectos escolares que envolvam as TIC's;

- Melhorar as condições de funcionamento do Centro Multimédia, de modo a facilitar o acesso ao acervo áudio visual disponível por parte dos professores e alunos dos estabelecimentos de ensino da RAM;
- Desenvolver programas de estímulo à utilização pedagógica das tecnologias de informação e comunicação e à produção de conteúdos digitais, nomeadamente a nível do Ensino Básico;
- Assegurar a educação e integração familiar e social das crianças, jovens e adultos com deficiências auditivas, intelectuais, motoras, visuais e outras que exijam métodos especiais de acção;
- Assegurar a colaboração com as famílias nas acções que exijam uma intervenção médico-psicológico-pedagógica adequada;
- Assegurar a formação técnico-profissional, de acordo com as possibilidades individuais e do meio;
- Promover acções tendentes à prevenção, reabilitação e integração social das pessoas com deficiência.

Dentro das **medidas e acções** a desenvolver em 2004, destacam-se:

- Aquisição de equipamento para as novas salas de Educação Pré-Escolar;
- Aquisição de equipamento de cópia, de material pedagógico e de cozinha para as novas ETI's;
- Início das obras, a realizar pela Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo com PE do Faial e da Bica de Pau e nas Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos do Campanário, Bartolomeu Perestrelo e Fajã da Ovelha;

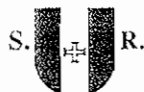


- Aquisições e *upgrades* dos laboratórios e salas de informática nas escolas do 2.º e 3.º Ciclos e secundárias;
- Concretização da adaptação do Plano de Ordenamento da Rede Regional Escolar, face à Agenda 2000, ao POPRAM III, ao Programas do Governo e às disponibilidades orçamentais;
- Concretização de instrumentos de recolha e tratamento de informação que garantam os diagnósticos do sector, permitindo a tomada de decisões em antecipação de roturas e problemas;
- Articulação com as autarquias sobre a distribuição de funções e acções na rede escolar;
- Concretização de novos instrumentos legislativos referentes às definições sobre instalações de creches e de educação pré-escolar;
- Reorganização do acervo audiovisual disponível, de modo a constituir a base de uma mediateca, que irá incluir um sistema de disponibilização de conteúdos on-line para as escolas da RAM;
- Renovação do equipamento do Centro Multimédia, a fim de continuar a apoiar satisfatoriamente as solicitações dos estabelecimentos de ensino, em termos de produção audiovisual, e os eventos escolares;
- Desenvolvimento de modelos de formação à distância e mistos (*blended learning*), bem como os respectivos sistemas de certificação;
- Criação de centros de audiovisuais e multimédia escolares, numa óptica de aperfeiçoamento de conhecimentos, de modo a rentabilizar os equipamentos existentes;
- Reorganização do parque audiovisual, bibliográfico e multimédia dos estabelecimentos de ensino;
- Intensificação dos projectos de educação para a cidadania, apostando na formação no âmbito da "educação para a saúde", em áreas tais como a



“educação para a sexualidade e para os afectos”, a “educação alimentar” e a “educação anti-tabágica e anti-alcoólica”, da “educação rodoviária” e da “educação ambiental”;

- Prosseguimento da política de apoio ao desenvolvimento da formação artística dos jovens da Região, nomeadamente nas áreas da expressão dramática, musical e plástica;
- Continuidade dos programas relacionados com o desporto escolar, numa perspectiva de proporcionar estilos de vida saudáveis, através da prática de todas as modalidades desportivas, permitindo a realização de campeonatos nas escolas, inter-escolas e a nível nacional;
- Levantamento e despiste da deficiência;
- Implementação do atendimento precoce em todas as deficiências, incluindo o apoio domiciliário;
- Integração de crianças e jovens deficientes e com necessidades educativas especiais nos equipamentos sociais existentes;
- Prosseguimento do Programa Regional de Apoio aos Sobredotados;
- Adequação de estruturas e equipamentos escolares, de modo a facilitar o acesso a crianças e jovens deficientes;
- Intensificação dos programas de pré-profissionalização, formação profissional e emprego, uma vez que a transição dos jovens deficientes para a vida activa constitui objectivo decisivo da política desenvolvida e que foi possível dinamizar com a entrada em funcionamento do Centro Regional de Formação Profissional de Deficientes. Neste âmbito é de realçar a inovação relativa ao projecto de tele-trabalho;
- Continuação do programa de cobertura da RAM com centros de apoio psicopedagógico devidamente equipados com recursos materiais e humanos;
- Criação de centros de actividades ocupacionais e de emprego protegido.



V.9. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O reforço das competências dos recursos humanos apresenta-se como um dos maiores desafios do período posterior ao ano de 2000, não só ao nível da qualificação inicial dos jovens que ingressam no mercado de emprego mas também pelo aperfeiçoamento dos activos, no cumprimento do objectivo geral do Conselho Europeu de Barcelona: "Tornar os sistemas de educação e formação europeus numa referência mundial de qualidade, até 2010".

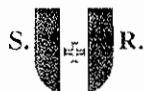
A nível nacional estão em curso alterações profundas nas leis de bases de educação e de formação, sendo que a tendência vem confirmar que a orientação da Região de criar uma tutela conjunta destes dois sistemas foi a mais correcta.

Têm sido dados importantes passos na promoção de uma maior aproximação do sistema educativo e de formação profissional, através de sinergias eficazes, como os cursos com currículos alternativos ao 3.º ciclo do ensino regular e o 13.º ano qualificante, capazes de assegurar uma eficaz transição dos jovens para a vida activa.

Na Região Autónoma da Madeira, compete à Direcção Regional de Formação Profissional (DRFP) a gestão da vertente FSE do POPRAM III.

A par da Direcção Regional de Formação Profissional, há que destacar, no Ensino Profissional, o papel da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (EPHTM) e o Conservatório – Escola de Artes da Madeira (CEPAM)

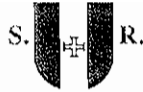
Sendo o sector do turismo um dos grandes responsáveis pelo crescimento económico sustentado da economia regional, pela criação de emprego e riqueza gerada, a EPHTM desempenha um papel fulcral na política de preservação e valorização do atractivos naturais da Região, em clara sintonia com o equilíbrio ambiental, continuando a apostar na qualidade da oferta, quer em termos físicos, através de unidades hoteleiras de grande qualidade, quer em termos humanos, através da formação mais adequada, a fim de assegurar a competitividade e manter a posição de destaque no mercado de turístico em que a RAM se colocou ao longo da sua história.



No CEPAM são ministrados cursos de formação a diplomados do ensino básico (9 anos de escolaridade), conferindo-lhes certificado de aptidão profissional de nível III, equivalência ao ensino secundário e facultando-lhes o acesso ao ensino superior ou o exercício de uma profissão no domínio das artes do espectáculo – música, dança e teatro. Além destes, é ministrado o curso livre de jazz destinado a músicos profissionais e alunos com o 5.º grau do Conservatório, bem como outras acções de formação, nomeadamente, *masterclasses* e *workshops*.

Assim, constituem **objectivos prioritários** para 2004, em matéria de formação profissional:

- Realizar na Região cursos "EFA", no âmbito do Protocolo assinado ente a DRFP e a Direcção Geral de Formação Vocacional, dirigidos a adultos desempregados;
- Desenvolver uma política para a implementação de um sistema de gestão da qualidade, com vista à certificação neste âmbito, baseada na norma ISO 9001:2000;
- Formalizar um processo de candidatura junto do Instituto Superior de Soldadura e Qualidade (ISQ), para o reconhecimento do Centro de Formação Profissional da Madeira como "centro de formação autorizado";
- Melhorar o nível de prestação de serviços e satisfação das necessidades do utente/cliente;
- Manter a articulação entre os sistemas educativo e formativo, para incremento dos projectos profissionalizantes;
- Reforçar as competências profissionais por via da formação inicial, reforçando a componente de formação em contexto de trabalho e promovendo um maior envolvimento das empresas no acolhimento e acompanhamento aos formandos, bem como reforçar a orientação profissional dos jovens, através de campanhas activas junto da população escolar, promovendo um conhecimento da oferta formativa do Centro Regional de Formação e das respectivas saídas profissionais;



- Incrementar as intervenções de aperfeiçoamento dirigidas aos activos, no sentido do reforço das suas qualificações e promoção da sua certificação profissional;
- Promover e apoiar projectos que combatam os fenómenos de exclusão social, nomeadamente, os dirigidos a um público-alvo socialmente desfavorecido, procurando garantir uma eficaz integração ou reintegração no mercado de trabalho;
- Apoiar projectos de carácter inovador, no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico, assim como em áreas prioritárias como o marketing, o ambiente, a multimédia, as telecomunicações e o apoio familiar;
- Incrementar a formação contínua por parte de entidades públicas e privadas, fruto do forte apoio e sensibilização para a necessidade de investimento contínuo na formação dos recursos humanos;
- Promover mecanismos de reforço da credibilidade do Sistema de Formação, através do reforço do sistema de acreditação das entidades promotoras de formação, da certificação de formadores e pela implementação dos perfis profissionais nos currículos dos cursos de formação;
- Apoiar a elaboração de estudos científicos, não só com características prospectivas, mas capazes de aferir e avaliar os impactes resultantes das acções apoiadas e desenvolvidas;
- Estabelecer protocolos e parcerias com entidades regionais, nacionais e europeias, para cooperação institucional e reforço das competências nas áreas de tutela da DRFP;
- Ministrando cursos de formação profissional nas áreas da música, dança e teatro e organizar eventos nessas áreas;
- Manter a qualidade da formação implementada pela Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira;



- Promover a melhoria sustentada de competências resultantes da formação em hotelaria e turismo.

No que se refere às **medidas** a implementar em 2004, destacam-se as seguintes:

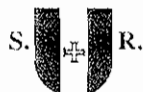
- Propor um diploma regulador dos apoios aos jovens para a participação nos concursos nacional e internacional de formação profissional;
- Preparar diploma de alteração da designação no âmbito da carreira de monitor de formação profissional;
- Ministras os cursos profissionais de dança, de instrumento, de teatro /interpretação e o curso de jazz, e realizar *master-classes* e *workshop's* nas áreas da música, dança e teatro;
- Promover o concurso infantil nas modalidades de piano/flauta e violino;
- Organizar a segunda edição do concurso internacional "Madeira Music" na modalidade de clarinete;
- Implementar o Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

EMPREGO

Sendo a taxa de desemprego um dos indicadores mais significativos na análise da situação em matéria de emprego, importa referir que, na Região Autónoma da Madeira, aquele indicador se tem mantido, com pequenas oscilações, num nível bastante baixo, se comparado com as médias europeia e nacional.

No segundo trimestre de 2003, a taxa de desemprego na Região cifrou-se em 3.4%. Em igual período, a taxa nacional era de 6.2% e a europeia de 8.1%.

No final do mês de Agosto de 2003, o número de pedidos de emprego registados no Instituto Regional de Emprego (IRE) ascendia a 5.294, número que, apesar de superior ao período homólogo do ano anterior iniciou, em Março de 2003, uma tendência decrescente.



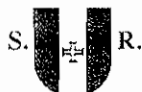
O Centro de Emprego continua a apresentar um bom índice de colocações, para o que tem contribuído a colaboração dos empregadores que a ele recorrem para satisfazer as suas ofertas de mão-de-obra. No entanto, subsiste ainda algum desajustamento entre a oferta e a procura, permanecendo no Centro um conjunto de ofertas de emprego para as quais não se encontram candidatos disponíveis e que satisfaçam os requisitos apresentados pelos empregadores.

A procura de soluções para os desempregados inscritos, para a qual tem contribuído a crescente adesão das empresas e entidades aos programas de incentivo promovidos pelo IRE, e a utilização dos seus serviços como meio de recrutamento de pessoal bem como a consecução de bons níveis de execução das medidas activas de emprego, têm permitido alcançar resultados positivos na luta contra o desemprego.

Pese embora a existência de algum desemprego estrutural, verifica-se, nos últimos anos, uma alteração de carácter qualitativo, mercê do trabalho desenvolvido pelo Governo Regional em benefício dos grupos de desempregados tradicionalmente menos favorecidos no acesso ao mercado de emprego.

Os **objectivos** da política de emprego a prosseguir na Região em 2004, são os seguintes:

- Manutenção de uma baixa taxa de desemprego;
- Intervenção prioritária no sentido de interagir proactivamente junto dos diferentes públicos-alvo, com destaque para os que têm maior dificuldade de inserção na vida activa;
- Reforço das medidas activas de emprego, colocando-as ao serviço do ajustamento entre a oferta e a procura, e continuando a sua avaliação, racionalização, acompanhamento e controlo;
- Melhorar a empregabilidade e a qualificação dos jovens, dos desempregados de longa duração e dos adultos, e efectuar um tratamento específico dos grupos mais desfavorecidos;



- Contribuir para o desenvolvimento do espírito empresarial e de criação de novas actividades, bem como para a consolidação da respectiva viabilidade;
- Promover a igualdade de oportunidades de grupos desfavorecidos e excluídos relativamente ao emprego;
- Reforçar os serviços de informação e orientação profissional por forma a apoiar as escolhas profissionais dos jovens e a reinserção profissional dos adultos desempregados, em especial, os de longa duração.

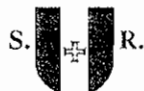
Tendo em conta a revisão do Plano Regional de Emprego para 2003/2006 pretende-se reforçar algumas **medidas** existentes e lançar um conjunto de novas iniciativas, tendentes a melhorar o nível de qualificação dos desempregados, promovendo a sua integração na vida activa e fomentando a criação de emprego, numa lógica de coesão social e desenvolvimento económico, entre as quais se destacam:

- Num contexto de intervenção precoce junto dos desempregados, a intensificação das iniciativas "OrientaJovem" e "Guia" que integram metodologias de acompanhamento integral e individual dos desempregados inscritos no IRE;
- Desenvolvimento de uma medida específica para os beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
- Implementação da medida "Apoio à Família", instrumento que permitirá promover a conciliação entre a vida profissional e familiar, mediante a substituição de trabalhadores ausentes do posto de trabalho, nos períodos de licença de maternidade ou paternidade, de licença especial para assistência a filhos ou licença parental;
- Execução de acções de formação profissional em gestão, visando apoiar o processo de consolidação das empresas resultantes dos programas de apoio à criação do próprio emprego, bem como para os animadores das estruturas de apoio ao emprego, por forma a desenvolver as suas capacidades e favorecer a aquisição de competências técnico/pedagógicas e de comportamentos que permitam o bom desempenho das suas funções;



- Continuação da intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos através de medidas activas de emprego, entre as quais os programas "Vida e Trabalho" e "Empresas de Inserção";
- Implementação do processo de revisão das estruturas de apoio ao emprego, unificando as duas medidas "Unidades de Inserção na Vida Activa" e "Clubes de Emprego" numa única estrutura de apoio aos jovens e adultos desempregados;
- Estímulo à criação de novas actividades através das medidas de apoio à "criação do próprio emprego", permitindo a dinamização do desenvolvimento local e a criação de emprego a partir da promoção da iniciativa empresarial de pessoas desempregadas ou com escassa sustentabilidade;
- Lançamento de uma "bolsa de ideias de investimento", que se pretende seja um instrumento que permita obter informação sobre oportunidades de criação de emprego e de empresas;
- Continuação da execução de medidas facilitadoras da integração sócio-profissional de pessoas com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, através de formação no posto de trabalho com vista à sua integração no mercado de trabalho;
- Majoração dos apoios financeiros à contratação de adultos com mais de 45 anos e de deficientes em todas as medidas activas de emprego a serem implementadas;
- Intensificação dos serviços prestados pela Rede Eures (Serviços de Emprego Europeus), promovendo a mobilidade de trabalhadores no espaço europeu;
- Continuação da descentralização dos serviços de emprego, nomeadamente através da criação de um "posto de atendimento" itinerante.

As medidas a implementar em 2004 encontram-se consagradas no Plano Regional de Emprego 2003/2006, instrumento que aplica, na Região, as linhas de orientação europeias em matéria de emprego, tendo em conta as especificidades regionais.



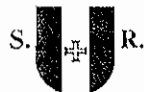
TRABALHO

O desenvolvimento económico tem na dimensão laboral um importante pilar de sustentabilidade, estruturado em factores ponderadores de cariz económico e social, que valorizam adequadamente o factor Trabalho e toda a problemática inerente à estabilidade e justiça das relações laborais.

No essencial, constituem prioridades para o ano de 2004, melhorar as condições de trabalho na Região, estimulando a confiança e promovendo o investimento gerador de emprego com a consequente criação de trabalho com qualidade e em condições justas e dignas.

É nesta linha de orientação que se enquadram os **objectivos estratégicos** da política laboral a prosseguir no ano de 2004:

- Promoção do modelo regional no contexto laboral, em respeito pelo quadro legal e na salvaguarda das competências e especificidades regionais, com incidência na adaptação do novo Código do Trabalho;
- Prossecução da criação de condições de consolidação e afirmação da estabilidade e da paz sociais e do adequado nível de relacionamento institucional entre parceiros sociais e departamentos laborais;
- Fomento do tripartismo e do diálogo como instrumentos e processos de abordagem à realidade laboral;
- Promoção da melhoria das condições de trabalho em todos os sectores, com especial incidência nos mais desfavorecidos;
- Promoção de crescimento dos salários reais, quer por acção directa das partes nos processos negociais da contratação colectiva, quer por intervenção conciliadora e administrativa do Governo Regional;
- Promoção do aumento crescente dos ganhos salariais médios regionais;
- Supressão progressiva de carências de mão-de-obra em alguns sectores e profissões, que implicam recurso, embora limitado, a trabalhadores estrangeiros;



- Prosseguimento da política activa de promoção da igualdade de oportunidades, consolidada no Plano Regional de Igualdade de Oportunidades (PRIO);
- Promoção da melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, através dos programas e acções a desenvolver neste domínio;
- Redução da sinistralidade no trabalho, com recurso a campanhas de sensibilização, informação e formação, bem como com o reforço da acção fiscalizadora;
- Fomento da "medicina do trabalho" e da sensibilização para as questões inerentes às doenças e lesões profissionais, junto das empresas, trabalhadores e médicos;
- Promoção da qualidade nas relações laborais, através do fomento de parcerias e de grupos de trabalho e da realização de acções de divulgação do quadro legal e de seminários, colóquios e outras iniciativas de cariz formativo e informativo;
- Divulgação da informação estatística da realidade laboral e concessão de incentivos à elaboração de estudos nesta área;
- Entrada em pleno funcionamento da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CRITE), de composição tripartida;
- Acompanhamento dos novos desafios da modernidade e da participação da Região na construção europeia, participando em projectos e programas comunitários.

Contribuem para a concretização de tais objectivos o seguinte conjunto de **medidas e acções** a implementar em 2004:

- Reforço da acção da CRITE de modo a que esta Comissão possa prosseguir a sua dinâmica de intervenção, no acompanhamento de todas as situações indiciadoras de desigualdade e discriminação;
- Dinamização de medidas e acções de divulgação e informação que possibilitem a adequada aplicação prática do PRIO;



- Activação de programas e medidas que contribuam para a sensibilização, formação e informação nas áreas da prevenção, higiene, segurança e saúde no trabalho, visando a redução da sinistralidade laboral e a prevenção das doenças e riscos profissionais;
- Aprofundamento de estudos sobre temáticas laborais, e elaboração actualizada de estatísticas do trabalho sobre os diversos vectores e aspectos da realidade laboral;
- Realização de programas, colóquios e seminários nos vários domínios do trabalho, contribuindo para a formação profissional nesta área;
- Promoção de acções de informação e divulgação do novo Código do Trabalho;
- Promoção de acções conciliatórias nos conflitos individuais e colectivos de trabalho;
- Disponibilização permanente de serviço jurídico-laboral a todos os interessados;
- Intensificação da acção inspectiva laboral, de modo a continuar a responder com qualidade e eficácia às solicitações;
- Fomento da função pedagógica, orientadora e sensibilizadora da acção inspectiva, como meio mais adequado para promover o respeito dos direitos sociais, sem prejuízo da acção sancionatória, quando necessária;
- Participação no programa "Madeira – Região Europeia do Ano 2004", com especial relevo para as profissões típicas madeirenses, bem como para a participação feminina no mercado de trabalho.



V.10. DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

DESPORTO

Nos últimos anos o desporto regional tem registado momentos marcantes em função dos modelos de organização pública e da forma como se tem processado a sua integração nacional e internacional.

Os indicadores sobre o estado de desenvolvimento desportivo desde 1976 revelam o progresso que tem havido, no que respeita, nomeadamente, ao número de praticantes e de modalidades desportivas, ao nível de infra-estruturas e ao movimento associativo.

Prosseguindo nas linhas de actuação definidas, o Governo Regional, através do Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira (IDRAM), assume, como **objectivos prioritários** para 2004:

- Aperfeiçoamento dos modelos de apoio ao desporto enquanto prática diferenciada, englobando desde a manutenção e lazer até ao espectáculo de alta competição;
- Manutenção de apoios diferenciados em função dos níveis de competição, com progressiva adaptação aos projectos, aos resultados e à qualidade atingida, com introdução de factores subjectivos, sem prejuízo da manutenção das condições mínimas de participação nacional;
- Promoção da participação em projectos de concentração de recursos visando a melhoria da representação nacional e internacional;
- Introdução de apoios, não necessariamente consubstanciados em subvenções financeiras, para a prática desportiva regional, de manutenção e de lazer;
- Criação de modelos de formação de base para enquadramento técnico das actividades de lazer, em colaboração com a Secção Autónoma de Educação Física e Desporto da UMA, a Associação Profissional dos licenciados em EFD e o Movimento Associativo;



- Celebração de protocolos com as autarquias locais, visando uma progressiva adopção, por parte destas, de responsabilidades na criação de condições para a prática desportiva de lazer, incentivando o recrutamento de profissionais de educação física e desporto para os respectivos quadros, aumentando as oportunidades de mercado de trabalho neste sector e potenciando uma intervenção de qualidade na aquisição de hábitos de vida salutareis;
- Promoção da criação de clubes e associações direccionados exclusivamente para práticas desportivas de lazer e manutenção, que reúnam vocações em que à vertente da prática do movimento se associem outras formas de ocupação de tempos livres sejam elas do domínio lúdico, cultural ou artístico;
- Desenvolvimento de estratégias concertadas entre o desporto e o turismo para aproveitamento das potencialidades do sector como meio de promoção e de atracção turística;
- Promoção da fixação à Escola de quadros técnicos envolvidos em projectos desportivos plurianuais;
- Implementação de formas de generalização apoiada no exame médico desportivo de base e de formas cientificamente mais aperfeiçoadas para o acompanhamento e controlo da condição física dos desportistas, proporcionando a criação de bases de dados e informação, cientificamente controlada, para a determinação, a breve prazo, da condição, dos hábitos e do desenvolvimento físico dos atletas de média/alta competição;
- Intervenção, pela via de propostas legislativas, nas áreas do financiamento ao desporto, nomeadamente pelo uso e aperfeiçoamento dos incentivos fiscais consubstanciados no Estatuto dos Benefícios Fiscais e no Estatuto do Mecenato, usando as competências próprias e o interesse específico da Região nesta matéria;
- Prosseguimento da política de modernização do parque desportivo regional, co-responsabilizando o sector privado, o movimento associativo e o poder autárquico (fundamentalmente na disponibilização/construção de espaços



vocacionados para o desporto-lazer, bem como a manutenção de instalações desportivas), coordenando o programa de investimentos em função de um plano de ordenamento das construções desportivas, entre as quais se incluem as acessibilidades ao mar e as instalações vocacionadas para as práticas de lazer como vertentes prioritárias;

- Promoção da revisão do modelo de atribuição à Madeira de receitas nacionais vocacionadas para a prática desportiva, defendendo a assunção nacional dos custos de insularidade representados pela componente do transporte aéreo;
- Criação de condições para o reconhecimento das profissões ligadas ao desporto como área de formação específica e criação de emprego especializado;
- Proporcionar condições financeiras e logísticas para que o apetrechamento, transformação e construção de infra-estruturas desportivas mantenha um "ciclo de qualidade", proporcionando cada vez melhores condições de treino sobretudo para os mais jovens (arrelvamentos sintéticos, cobertura de polidesportivos, construção de piscinas, etc.);
- Criação de condições para que os clubes possam construir as suas sedes, como forma de reavivar o voluntariado e a solidariedade imprescindíveis ao movimento associativo;
- Continuar a dinamização do Conselho Desportivo Regional enquanto fórum regional de debate de ideias e aconselhamento desportivo;
- Manutenção da política de apoio ao movimento associativo na aquisição de meios de transporte próprios.

Das **medidas e acções** a desenvolver em 2004, destacam-se as seguintes:

- Obras de construção e de melhoramento de infra-estruturas desportivas e respectivo apetrechamento;
- Apoio técnico e de consultoria ao movimento associativo;
- Apoio à promoção de actividades que conduzam a hábitos de vida saudáveis;

- Apoio financeiro através do estabelecimento de contratos programa com clubes e associações;
- Aprofundamento das ligações com as autarquias e o turismo;
- Continuação das acções tendentes à generalização do controlo médico-desportivo;
- Actualização permanente da Carta Desportiva;
- Aperfeiçoamento da Biblioteca/Videoteca;
- Realização e patrocínio de estudos.

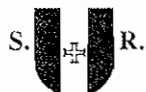
JUVENTUDE

A política de juventude que tem vindo a ser prosseguida pelo Governo Regional através da Secretaria Regional dos Recursos Humanos visa responder, de forma cada vez mais eficaz, às preocupações e interesses dos jovens, contribuindo para a sua integração social e cultural na comunidade.

A estratégia prosseguida tem incidido fundamentalmente na auscultação activa dos jovens, na implementação de programas e projectos, tendentes a estimular a participação dos jovens e a dinamizar o seu espírito de voluntariado e de iniciativa, no apoio ao associativismo juvenil e na democratização do acesso às novas tecnologias.

De entre as **medidas e acções** a desenvolver no ano de 2004, destacam-se as seguintes:

- Implementação de "lojas de juventude" nos Concelhos do Porto Santo, Porto Moniz, São Vicente e Funchal e nas instalações do Instituto de Juventude da Madeira (IJM);
- Concepção de um projecto de gemação de associações juvenis com sede na Região Autónoma da Madeira com associações de jovens luso-descendentes, como forma de estabelecer parcerias culturais e sociais entre as comunidades;



- Criação de uma caixa de correio electrónico por cada associação juvenil registada no IJM, facilitando os contactos e a troca rápida de informações;
- Reforço da capacidade de intervenção e de afirmação do associativismo juvenil, como instrumento estratégico de uma política estruturada de educação não formal, fundamentalmente através do apoio à aquisição de sedes sociais, mediante a celebração de contratos-programa e/ou a concessão de participações financeiras;
- Execução do contrato-programa visando a construção do edifício do Campo-Escola, no Montado do Pereiro, cuja conclusão está prevista para 2004;
- Prosseguimento dos programas de iniciativa regional "Voluntariado Juvenil", "Jovens em Formação" e "Juventude Activa", com os objectivos de, respectivamente, estimular o espírito de solidariedade, contribuir para uma escolha profissional mais consciente e incentivar a participação dos jovens nas «lojas de juventude», no sentido de potenciar futuras actividades profissionais relacionadas com as novas tecnologias de informação e com a investigação científica;
- Prossecução do programa de âmbito comunitário "Juventude 2000/2006" e participação no programa nacional de mobilidade e intercâmbio juvenil, dando-se particular ênfase aos jovens socialmente desfavorecidos;
- Reedição da "Agenda Jovem 2003-2004", cuja temática é dedicada aos concelhos da Região, e relançamento do concurso "Jovem Prodígio 2004", o qual visa estimular e premiar a capacidade criativa e inovadora dos jovens, nas mais diversas áreas, nomeadamente, artes visuais, dramáticas, performativas e literárias;
- Realização dos eventos de carácter pontual "Encontros com a Formação", "Ciclos de Cinema", "Cenários da Juventude", "Jogo do Hemiciclo", "Vozes da Rádio", "Instituto de Juventude da Madeira nas Escolas", "Euro 2004 Voluntariado", "Mercado do Livro", "Feira do Coleccionismo", "Crossing Book", "Peddy Papper do



IJM”, “Comemoração do Dia Mundial da Juventude” e “Exposição para Jovens Artistas”;

- Prosseguimento de um atendimento personalizado ao jovem, facultando-lhe informação e documentação para estudo e pesquisa, ajuda na preparação e procura de ofertas de emprego, acesso gratuito à *internet* e apoio psico-terapêutico, além da orientação vocacional e profissional;
- No âmbito do estímulo ao turismo juvenil, construção de um Centro de Juventude no Concelho de Santana e respectivo apetrechamento, ampliação das actuais instalações do Centro de Juventude do Porto Moniz e obras de restauração do Centro de Juventude da Calheta;
- Reapetrechamento e modernização dos Centros de Juventude da Quinta da Ribeira, Calheta, do Porto Santo e do Porto Moniz;
- Integração dos centros de juventude da RAM nos circuitos nacionais e internacionais, complementando-se a oferta de alojamento com um suporte informativo das actividades de lazer e sócio-culturais locais promovidas nos concelhos onde estão inseridos;
- Ampliação e remodelação das instalações do IJM, no sentido de fazer face às respectivas atribuições;
- Continuação do estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação e intercâmbio com organismos de juventude, públicos e privados, nomeadamente com as autarquias locais, sempre que estejam em causa matérias de interesse para os jovens.



V.11. CULTURA

São de evidenciar, no âmbito deste sector, as intervenções cometidas à Direcção Regional dos Assuntos Culturais nas áreas do património cultural, dos museus, das bibliotecas, do arquivo e da animação e divulgação culturais.

No âmbito do património cultural, grande parte das acções e das iniciativas têm sido desenvolvidas na área do património arquitectónico, nomeadamente no que se refere ao património classificado, sem descurar os aspectos relativos à preservação e divulgação do património móvel existente, principalmente nos espaços religiosos e museológicos da Região.

Deu-se continuidade à realização de obras em alguns monumentos da Região, designadamente no Convento de Santa Clara, na Igreja da Sé e na Igreja do Colégio, foi adjudicada a empreitada de execução da cafetaria e recuperação da "casa de prazeres" do Museu Quinta das Cruzes, tendo sido aberto concurso para a empreitada de reabilitação da Torre do Capitão e da área verde envolvente.

Os museus têm desenvolvido a sua acção tendo em vista uma maior interligação com outras instituições que promovam a defesa da memória e da identidade cultural, entendida como dinâmica actuante, da patrimoniologia. Como reserva da memória, têm por objectivo a conservação, restauro, investigação e divulgação dos bens culturais postos à sua guarda. Devem criar as condições da sobrevivência de testemunhos materiais à lógica do curto prazo.

Assim, tornou-se estruturante não descurar aspectos da manutenção dos edifícios onde se encontram as colecções, criando condições da denominada conservação preventiva, essencial para o desenvolvimento dos seus princípios de acção. Estes princípios devem incluir as colecções dos museus, onde se deve reconhecer uma necessidade imperiosa de aturados trabalhos de conservação e restauro.

Outro aspecto tomado em atenção é o da necessidade da continuação de uma política de investigação das colecções tendo em vista a edição de catálogos temáticos e demais material informativo que possa abarcar diversos públicos.



Para além dos conteúdos científicos, os museus devem, hoje, transformar-se em poderosos instrumentos de informação, com políticas de acção aos seus vários públicos: quer as crianças, parte substancial do seu trabalho educativo, quer o turismo, essencial na dinâmica económica regional.

A divulgação dos respectivos espólios e do seu funcionamento com apelo às novas tecnologias deve ser incrementada, nomeadamente através do estreitar de relações com a Rede Portuguesa de Museus, do desenvolvimento do programa de inventário matriz, a *matriz-net*, assim como do desenvolvimento de sites individualizados.

O Arquivo Regional da Madeira é simultaneamente o órgão de gestão dos arquivos da Região e o arquivo definitivo (histórico) da Região, tendo à sua guarda um valioso espólio documental que remonta ao século XV.

Diversas medidas legislativas propostas por este organismo e publicadas nos últimos anos, valorizaram o papel do Arquivo Regional e definiram uma política regional de arquivos.

Enquanto órgão de gestão dos arquivos da Região, o Arquivo Regional tem vindo a apoiar alguns arquivos particulares, com destaque para o Arquivo da Diocese do Funchal, e tem vindo a propor normas e a disponibilizar acompanhamento técnico no sentido de uma crescente implementação de políticas de gestão de documentos junto dos serviços dependentes dos órgãos de governo da RAM, bem como de organismos sob a sua tutela.

Enquanto arquivo histórico regional, tem a responsabilidade de organizar, conservar, comunicar e valorizar o acervo sob a sua custódia. Em termos de organização o Arquivo Regional da Madeira tem feito um esforço considerável no sentido de solucionar o problema das massas documentais acumuladas nos seus depósitos. Tem igualmente implementado medidas de conservação e criado novos instrumentos de acesso aos documentos e à informação, consultáveis nas suas edições e na sua página na *internet*.

Relativamente à área da animação e divulgação cultural, pretende-se proporcionar uma oferta cultural que visa a consolidação e incremento dos chamados públicos culturais, pelo que se tem dado continuidade às iniciativas previstas em matéria de exposições, conferências e concertos musicais, bem como se tem procurado descentralizar a oferta



cultural, levando a concelhos rurais actividades, como o "mercado do livro madeirense", que procura atingir e angariar novos públicos.

Quanto às exposições, procurou-se uma programação que preenchesse, ao longo do ano, a vocação das Galerias do Turismo, do Centro Cívico e Cultural Edmundo de Bettencourt e Casa das Mudanças - Casa da Cultura da Calheta, para dar maior visibilidade aos artistas regionais e a alguns convidados nacionais e internacionais.

Ainda neste âmbito, foi inaugurado o Centro Cívico e Cultural de Santa Clara, com uma exposição permanente.

No Porto Santo realizou-se o Festival Colombo, que também integrou no seu programa o "mercado do livro madeirense", evento que, em 2003, foi objecto de uma nova dinâmica a fim de, cada vez mais, se afirmar como um cartaz turístico-cultural daquela Ilha.

Promoveu-se, de novo, o Festival Raízes do Atlântico, vocacionado para a música tradicional, ampliado em 2003 com uma série de eventos paralelos.

No campo das publicações e da actividade editorial, alcançámos o número 33 da revista ISLENHA, uma publicação que cada vez mais se afirma como uma referência da cultura insular, e que, em 2003, sofreu uma remodelação ao nível dos responsáveis editoriais e da sua imagem gráfica.

Prosseguiu o "apoio à edição", adquirindo-se aos privados um certo número de títulos para divulgação institucional, modalidade que tem mostrado ser cada vez mais aceite e importante em termos de dinamização do mercado cultural.

Quanto ao serviço de bibliotecas, a Direcção Regional dos Assuntos Culturais conta com a Biblioteca de Documentação Contemporânea e com a Biblioteca de Culturas Estrangeiras, adiante designadas Biblioteca Pública Regional (BPR), as quais se têm desenvolvido como espaços diferenciados, tanto no recheio bibliográfico como nos públicos que mais os procuram: no primeiro caso, estudantes de todos os graus de ensino e leitores adultos; no segundo caso, turistas, estudantes universitários e demais interessados na cultura dos países representados.



Muito relevante nesta área foi a criação, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2002/M, de 22 de Agosto, da Rede Regional de Bibliotecas Públicas (RRBP) da Região Autónoma da Madeira, a qual foi regulamentada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2003/M, de 13 de Março, rede essa constituída pela Biblioteca de Documentação Contemporânea, pelas bibliotecas municipais existentes e pelas novas bibliotecas a criar pelos municípios da Região.

A BPR encontra-se actualmente desactualizada, não conseguindo atingir ainda todos os seus objectivos enquanto beneficiária do depósito legal e enquanto equipamento cultural, fonte de informação, educação e lazer ao serviço da comunidade.

Prevê-se a inauguração do novo edifício Arquivo Regional - Biblioteca Pública Regional no próximo ano de 2004, que constituirá a solução para as dificuldades agora sentidas.

Tendo em vista a nova dinâmica da BPR, perspectivam-se cursos intensivos e acções de formação profissional, bem como a aplicação de novas técnicas e tecnologias no tratamento e divulgação dos documentos e da informação.

Perspectiva-se igualmente o início de um programa contínuo de dinamização cultural.

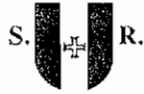
Por outro lado, por força do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2003/M, de 30 de Junho, que aprova a nova Orgânica da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, a BPR é responsável por coordenar e gerir a Rede Regional de Bibliotecas Públicas, criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2002/M, de 22 de Agosto.

Esta gestão implica o apoio técnico, a organização de acções de formação profissional e a oferta de publicações às bibliotecas municipais.

Como **objectivos e linhas prioritárias de actuação** para 2004, salientam-se:

Na área do Património:

- Proceder à reorganização dos serviços da Direcção de Serviços do Património Cultural, no sentido de dar resposta às solicitações decorrentes da nova orgânica da SRTC;



- Proceder à inventariação do património regional por concelho, através, nomeadamente:
 - Do lançamento, num curto espaço de tempo, do inventário sistemático e exaustivo do património, com o recurso a equipas de levantamento externas ao serviço;
 - Do lançamento de uma publicação por concelho, no sentido de fomentar a valorização por parte das populações do seu património, levando à respectiva preservação, e;
 - Do melhoramento da vertente cultural do turismo, área actualmente em expansão;
- Proceder à recuperação das casas de colmo do Concelho de Santana, permitindo a recuperação de um conjunto de construções com cobertura de colmo, a criação de sinergias de salvaguarda que evitem o desaparecimento desta importante e simbólica tipologia de construção madeirense e a qualificação da oferta turística;
- Criação de um *site* de modo a tornar a informação sobre o património da Região e as acções e obras em curso acessíveis aos estudantes e ao público em geral, a sensibilizar para a salvaguarda do património cultural e a promover e divulgar o património;
- Proceder à realização de um ciclo de conferências, englobando a realização de um ciclo de conferências com a periodicidade de 3 anos, a realização de acções de alerta e sensibilização para as diversas vertentes e problemáticas do património e a divulgação do património e da Região;
- Proceder ao restauro do património monumental Sé, Colégio e Santa Clara, e do conjunto de Santo Amaro, de modo a possibilitar a travagem da degradação existente e o aumento da vida útil dos imóveis, a valorização patrimonial dos imóveis e do seu recheio artístico e a reabilitação dos imóveis promovendo a acessibilidade, a divulgação e o conhecimento público;



- Proceder à realização de diversas obras de recuperação, intervindo, nomeadamente:
 - Na recuperação de um conjunto edifícios com instalações de serviços da DRAC (Museu Etnográfico, Museu Vicentes, Museu Colombo, Forte de São Tiago, Centro Cultural Edmundo Bettencourt), tendo em vista parar a sua degradação e melhorar as condições de habitabilidade, melhorar e dinamizar a resposta dos serviços e criar espaços atractivos;
 - No restauro de um conjunto de órgãos existentes em várias igrejas da Região, considerando que constituem um importante património móvel da Região e proporcionando a difusão cultural com a realização de concertos;
 - Na realização de intervenções urgentes em imóveis com valor patrimonial afectos a várias entidades (Igreja de Machico, Capela de São Roque em Machico, Capela do Loreto, Colégio dos Jesuítas, Capela do Amparo em São Roque, Igreja de São Jorge, Serragem da Achadinha, Casa Museu Dr. Horácio Bento de Gouveia), evitando a degradação e criando pólos de atracção;
- Proceder a acções de divulgação, criando e divulgando suportes de informação com vertente educacional, criando a Loja do Património e objectos de marketing para a difusão da imagem do património cultural da Região;
- Comemorar o Dia dos Monumentos;
- Realizar um conjunto de iniciativas, envolvendo a sociedade civil e os empresários, destinadas à dinamização e divulgação do património.

Na área dos Museus:

- Prosseguir os trabalhos de conservação e restauro dos edifícios,
- Promover a abertura de novas áreas de lazer, como cafetarias;
- Promover o estudo e a conservação das colecções, os programas educativos, a promoção de eventos temporários e a melhoria das condições de acessibilidade e informação.



No âmbito do Arquivo Regional da Madeira:

- Avançar na descrição de determinados fundos documentais e higienizar, acondicionar convenientemente e cotar toda a documentação que se encontra por identificar a fim de possibilitar a mudança de instalações;
- Implementar as novas normas internacionais de descrição arquivística, adaptando os antigos instrumentos descritivos, e inserindo-os no novo programa informático recentemente adquirido;
- Iniciar os levantamentos da documentação anterior a 1974 existente em diversos serviços da administração regional e local, por forma a preparar as futuras incorporações no novo edifício.

No domínio da Animação e Divulgação Cultural:

- Desenvolver iniciativas nos concelhos rurais, no intuito de continuar a incrementar uma política de descentralização cultural nas mais diversas áreas de intervenção da DRAC;
- Continuar a apoiar as associações culturais que sejam capazes de estruturar projectos e de promover uma diversificação das iniciativas por toda a Região;
- Promover a divulgação da cultura regional fora da Madeira, nos diferentes níveis da sua expressão;
- Editar novos autores na área do ensaio e reeditar obras de referência no campo da historiografia e da literatura insular.

Na área das Bibliotecas:

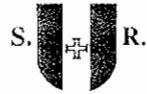
- Actualização de técnicas de tratamento documental;
- Formação /reciclagem profissional;
- Aquisição de um conjunto de obras literárias, 1^{as} edições (sécs. XIX - XX), obras raras e preciosas;



- Recuperação de documentos antigos em estado degradado de conservação;
- Aquisições de documentos em suporte multimédia;
- Aquisição de equipamento informático adequado;
- Aquisição de documentos impressões em *braille* e em outros tipos de suporte destinados à Sala de Leitura Especial prevista na nova Biblioteca;
- Acompanhamento do processo de candidatura dos municípios à Rede Regional de Bibliotecas Públicas;
- Apoio técnico aos municípios seleccionados antes e depois da assinatura do respectivo contrato-programa, relativamente à elaboração e execução dos projectos de construção/remodelação, equipamento, constituição de fundos documentais e informática, apoio técnico biblioteconómico e oferta de publicações.

Relativamente às **medidas de política** a concretizar em 2004:

- Aplicar o regime de apoios financeiros a conceder em cada ano económico pela administração regional à conservação e recuperação do património cultural e arquitectónico da Região Autónoma da Madeira, regime esse cujo processo legislativo e regulamentar já foi iniciado no corrente ano de 2003;
- Aprovada a nova Lei das Carreiras na área da Museologia, aguarda-se a aprovação na Assembleia da República da nova Lei de Bases dos Museus, e a sua necessária adaptação à Região Autónoma da Madeira;
- Sensibilização dos serviços da administração regional no sentido de criarem os seus arquivos centrais ou intermédios, admitindo arquivistas nos seus quadros de pessoal, nos termos do DLR n.º 17/2001/M, de 29 de Junho, e de elaborarem as suas portarias de gestão de documentos, com o apoio técnico do Arquivo Regional da Madeira e nos termos do DLR n.º 26/99/M, de 27 de Agosto;
- Elaboração do quadro de pessoal para o novo edifício do Arquivo Regional da Madeira e Biblioteca Pública Regional;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

125

- Celebração de protocolos e outros instrumentos jurídicos com entidades privadas, designadamente associações e empresas, no sentido de as chamar a intervir e a apoiar nas mais diversas iniciativas culturais que se pretendam levar a cabo;
- Aprovada a legislação que criou e regulamentou a Rede Regional de Bibliotecas Públicas, a mesma terá de ser implementada, envolvendo os municípios da Região, o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e o Governo Regional, candidatando a apoios comunitários os projectos das novas bibliotecas.



V.12. SAÚDE

A análise dos indicadores de saúde evidencia uma evolução positiva no que concerne quer à oferta e utilização dos serviços, quer às condições de saúde da população. Contudo, alguns indicadores indiciam a necessidade de reforço de acções de luta contra determinadas causas de morbilidade e mortalidade, bem como junto de certos grupos populacionais com problemáticas específicas, nomeadamente a população mais desfavorecida socialmente e os idosos.

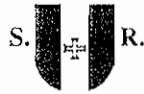
No ano de 2002 registaram-se 11 óbitos com menos de um ano de vida, o que equivaleu a uma taxa de mortalidade infantil de 5.8‰, ou seja, inferior ao valor verificado no ano anterior. Os óbitos infantis ocorreram sobretudo no período neonatal, correspondendo a uma taxa de 3.8‰.

As doenças do aparelho circulatório constituem a principal causa de morte na RAM, totalizando 850 óbitos, no ano de 2002. Destes, 275 deveram-se a doenças cerebrovasculares e 198 a doenças isquémicas do coração. As doenças do aparelho respiratório surgem, em segundo lugar, com 462 casos, destacando-se, em particular, os óbitos por influenza (gripe) e pneumonia (297 casos). Seguem-se-lhes as neoplasias (tumores) e as doenças do aparelho digestivo com 439 e 130 óbitos, respectivamente.

A rede pública actualmente existente é composta por 52 centros de saúde, três unidades de prestação de cuidados de saúde à comunidade, um centro de tratamento da toxicodependência, um serviço de tuberculose e doenças respiratórias e um laboratório de saúde pública, que desenvolvem a sua actividade essencialmente na área dos cuidados de saúde primários, e por três unidades hospitalares que constituem o Hospital Central do Funchal.

Em 2003, a rede telemática expandiu-se a novas unidades do Serviço Regional de Saúde, servindo actualmente 27 centros de saúde, o Laboratório de Saúde Pública e os Hospitais da Cruz de Carvalho e dos Marmeleiros.

Relativamente ao sistema e serviço regional de saúde, cuja renovação está prevista no Programa de Governo para o actual mandato, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais procedeu, ao longo de 2002, ao desenvolvimento conceptual das mudanças a introduzir no sistema e no serviço regional de saúde, que começaram a ser implementadas a partir de Junho de 2003.



Foi cumprido, assim, esse objectivo, que se traduz actualmente na efectiva mudança que o sector atravessa.

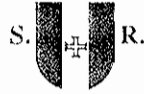
Durante as "Jornadas de Reflexão para a Saúde", realizadas em finais de 2001, centenas de profissionais de todas as áreas apresentaram as suas preocupações, analisaram pontos fortes e fracos do sistema regional de saúde e debateram problemas e soluções, de forma livre e aberta. O diagnóstico da situação permitiu identificar como principais necessidades:

- Uma maior articulação entre cuidados primários e hospitalares;
- A introdução de novas metodologias de gestão e de novos instrumentos de análise e avaliação dos desempenhos;
- A descentralização e responsabilização aos diversos níveis;
- Uma melhor circulação de informação nos serviços;
- A implementação de critérios e procedimentos de qualidade;
- A avaliação da capacidade e eficiência dos serviços;
- A criação de incentivos.

A reforma em curso assenta em pressupostos de humanização, inovação e criatividade, designadamente no que respeita à realização de experiências de gestão nas unidades de saúde, à melhor articulação dos serviços e continuidade na prestação dos cuidados ao utente, ao papel da formação e da investigação, à dinamização do conceito de qualidade no sector da saúde e ao apoio e complementaridade do sector privado e convencionado.

Com o novo Estatuto do Sistema Regional de Saúde, verteram-se novos valores e princípios orientadores da reforma do sector e, atendendo às características geográficas e demográficas, às novas acessibilidades internas e à evolução das técnicas de informação e comunicação, bem como à evolução da ciência biomédica e de todas as suas áreas afins e úteis para a prevenção e tratamento das doenças e promoção da saúde, gizou-se o Serviço Regional de Saúde (SRS), como unidade integrada de prestação de cuidados continuados, orientado para a obtenção de ganhos em saúde.

Criou-se, assim, uma nova pessoa colectiva, dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de natureza empresarial, a partir dos ex - Centro Regional de Saúde e Centro Hospitalar do Funchal.



Enquanto unidade funcional de saúde, o SRS actua como dispositivo articulador dos cuidados primários e dos cuidados hospitalares e como instância de planeamento de recursos, cabendo-lhe a prestação de cuidados aos indivíduos, às famílias e aos grupos sociais.

Ao nível dos recursos, com o novo Serviço Regional de Saúde pretende-se evitar a sobreposição de estruturas e prosseguir uma gestão mais eficiente da capacidade instalada.

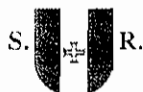
Quanto à prestação dos cuidados de saúde, será promovida uma maior acessibilidade à Rede Regional de Prestação de Cuidados e uma melhor circulação e segurança do utente dentro da mesma.

Para além dos ganhos em termos de economias de escala e do reforço da necessária continuidade da prestação dos cuidados ao utente, sem rupturas, a centralização dos recursos numa única entidade deverá permitir uma maior uniformidade das orientações e procedimentos a seguir em matéria de cuidados de saúde, uma melhor e mais rápida concretização dos procedimentos e uma maior articulação dos processos.

A fim de aumentar a eficácia e melhorar a qualidade dos serviços, autonomizar-se-á a gestão intermédia das unidades de saúde, através de "centros de responsabilidade integrada", no sentido de promover a competência, responsabilizar os seus profissionais, garantir o aumento da produtividade e permitir premiar e incentivar o mérito e a eficácia dos resultados.

Visa-se a adopção de modelos alternativos às normas tradicionais da administração pública e, para tal, o novo modelo do Serviço Regional de Saúde prevê o recurso a formas de organização e de gestão dos recursos mais simples, céleres e eficazes, mantendo intacta, no entanto, a responsabilidade do Governo Regional pela prestação dos cuidados de saúde à população.

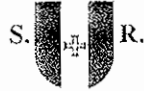
O Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2003/M, estabelecendo a estrutura orgânica da Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública, apresenta a nova estrutura dos serviços de saúde que assenta numa moderna filosofia de organização onde se privilegia um modelo de gestão que visa a optimização dos resultados e a obtenção de ganhos em saúde e tem na sua base quatro grandes vertentes de actuação:



- Proceder ao planeamento estratégico do Sistema Regional de Saúde e avaliar os padrões de qualidade e desempenho das actividades integradas na Rede Regional de Prestação de Cuidados de Saúde;
- Exercer a função de "entidade reguladora da saúde", através da emissão de orientações e do estabelecimento de regras de actuação no âmbito do sistema de saúde regional;
- Exercer as funções de "entidade executora de actividades de saúde pública" onde se integra o exercício dos poderes de "autoridade de saúde";
- Exercer as funções de "entidade executora da vigilância epidemiológica e controladora dos Sistemas de Alerta e Resposta Adequada (SARA)" aplicados aos fenómenos da saúde e da doença a nível regional e integração com os sistemas similares nacionais.

Na área dos **cuidados primários e saúde pública** constituem **medidas prioritárias** para 2004:

- Iniciar a implementação, após a respectiva aprovação, do Plano Regional de Saúde;
- Prosseguir com a beneficiação das estruturas físicas dos centros de saúde, no sentido de melhorar o acesso aos utentes e de criar condições de trabalho mais apropriadas ao desempenho dos profissionais de saúde. Prevêem-se várias remodelações, designadamente nos Centros de Saúde do Bom Jesus e da Calheta;
- Prosseguir com a aquisição de equipamentos de inovação e de substituição, designadamente para os Centros de Saúde de Santo António, do Jardim da Serra, da Ribeira Brava, do Faial, da Santa e do Caniço;
- Completar a rede telemática RISM que passará a abranger a totalidade dos estabelecimentos do SRS. Esta rede deverá servir de suporte a uma gestão mais eficiente dos recursos e a uma melhor avaliação dos resultados da actividade desenvolvida;

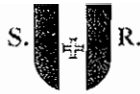


- Implementar novas tecnologias de suporte à prescrição médica e à gestão da prescrição de medicamentos, no sentido de reduzir os gastos com os medicamentos e de facilitar o incremento do uso de genéricos.

Na área da prevenção da toxicodependência terão continuidade, no ano de 2004, os projectos de intervenção no âmbito da prevenção primária, incidindo preferencialmente na Família, na Comunidade e na Prevenção em Meio Escolar, envolvendo os diversos agentes e articulando as intervenções com as diversas estruturas que estão no terreno. A informação recolhida em 2003 permitirá uma percepção mais precisa sobre a problemática das toxicodependências, possibilitando ajustar a resposta às necessidades constatadas nesta matéria, actuando-se sobre os comportamentos de risco e trabalhando competências psico-sociais, conducentes à adopção de estilos de vida saudáveis. Dar-se-á continuidade à implementação do Plano Regional de Luta contra a Toxicodependência em colaboração e pareceria com os organismos e instituições públicos e privados com intervenção nesta área. Garantir-se-á, particularmente, a articulação entre o Serviço Regional de Prevenção da Toxicodependência, a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência, a Direcção Regional de Planeamento e Saúde Pública, o Serviço Regional de Saúde, os Serviços de Psiquiatria, o Centro de Tratamento de S. Tiago e os centros de saúde, quer através dos médicos de clínica geral e medicina familiar, quer dos psicólogos.

No que concerne à área dos **cuidados diferenciados**, as **linhas de actuação prioritária** onde se inserem as acções e investimentos previstos para 2004 são as seguintes:

- Beneficiação das estruturas físicas hospitalares, prevendo-se a reestruturação de todas as áreas do ex - Hospital de Dia de Hemato-Oncologia, do Serviço de Recursos Humanos, atendendo à fusão dos ex - CHF e CRS, e do Serviço de Informática e a beneficiação da área do Serviço de Apoio Social e Reprografia. Será ainda reestruturada uma área do Hospital dos Marmeleiros com vista à criação de um espaço, com capacidade para 15 utentes, para implementação da 1.ª fase da rede de cuidados continuados;
- Aquisição de equipamentos de diagnóstico e terapêutica, quer na perspectiva da introdução de novas tecnologias, quer na perspectiva da renovação e

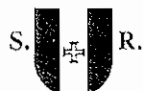


substituição do equipamento considerado obsoleto. Para o ano de 2004 irá proceder-se à aquisição de alguns equipamentos para o bloco operatório;

- Aquisição de equipamentos de apoio às áreas médicas, tendo como ponto de partida a actualização e a diferenciação das técnicas e métodos de trabalho, das condições de funcionamento e de apoio logístico e da capacidade de resposta dos serviços de apoio às áreas médicas às novas exigências decorrentes da evolução e complexidade de que se reveste a prestação de cuidados de saúde hospitalares. No âmbito deste projecto proceder-se-á, em 2004, à aquisição de mobiliário de gabinete para equipar diversos serviços;
- Aquisição de bens e equipamentos para acolhimento de doentes, prevendo-se a reestruturação do posto de atendimento da consulta externa e a criação de postos de secretariado para apoio médico;
- Implementação, no âmbito do Plano Director do CHF, actualmente HCF (Hospital Central do Funchal), de um conjunto de acções que visam garantir níveis de operacionalidade e funcionalidade na prestação de cuidados de saúde com um nível crescente de qualidade e de eficiência. No ano de 2004 proceder-se-á nomeadamente:
 - À conclusão da 1.^a fase de remodelação do Serviço de Urgência e do processo de renovação das camas do Hospital Central do Funchal e à beneficiação dos Serviços Pediatria,
 - À renovação da rede de água potável de abastecimento ao Hospital Cruz de Carvalho, no troço compreendido entre o tanque localizado à rua das Virtudes e o Hospital,
 - À execução de obras de remodelação no Hospital dos Marmeleiros com vista à criação de Hospital de Dia Polivalente e de Doenças Infecto-Contagiosas, e
 - À implementação de medidas de gestão de risco e segurança contra incêndios nos Hospitais da Cruz de Carvalho e dos Marmeleiros;
- Reequipar as renovadas instalações do Hospital Dr. João de Almada;

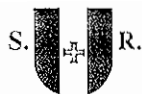


- Integrar e tornar mais funcionais os serviços de saúde com a implementação dos seguintes novos projectos integrados no programa “Madeira Digital”, que, por sua vez, faz parte do POSI (Programa Operacional da Sociedade da Informação):
 - “Telemedicina”, com o objectivo de criar facilidades nas consultas de dermatologia, de pediatria de urgência, de cardiologia pediátrica e nas avaliações de ECG’s e de imagens radiológicas, ecográficas, ou outras, fixas ou com movimento. A implementação destas facilidades envolve, numa parceria técnica, o SRS e eventuais estabelecimentos de referência no continente (por exemplo, maternidades e hospitais pediátricos);
 - “Digitalização da Informação Clínica”, que visa a criação das infra-estruturas e a aquisição dos equipamentos necessários à digitalização das imagens e dos documentos que constituem o actual processo clínico hospitalar, com o objectivo de possibilitar a disponibilização imediata da informação clínica necessária ao prestador de cuidados, nas seguintes condições: i) garantindo que ao utilizador é apresentada somente a informação pretendida, ii) possibilitando a consulta simultânea do mesmo processo por diversos utilizadores, iii) permitindo a consulta da informação a partir de qualquer estabelecimento do SRS independentemente da sua localização geográfica, para os níveis de consulta que vierem a ser autorizados, e, iv) garantindo a segurança e o controlo de acesso à informação, eliminando os riscos de extravio e a deterioração dos suportes originais, bem como impedindo a consulta não autorizada dos dados neles contidos. Este projecto é de grande importância na melhoria da qualidade dos cuidados de saúde prestados, com vantagens evidentes para os profissionais de saúde e com ganhos substanciais para os utentes do Serviço Regional de Saúde;
 - “Processo Clínico Electrónico”, que prevê a implementação de um processo clínico electrónico, nomeadamente com os módulos médico e de enfermagem, que substitua progressivamente o processo clínico baseado em papel;
 - “Portal do Serviço Regional de Saúde”, com os objectivos de i) disponibilizar informações de saúde da mais diversa natureza, assim como informação sobre o SRS e sobre os serviços que ele oferece aos residentes, ii)



disponibilizar acesso à *internet* dos doentes internados no SRS, iii) disponibilizar componentes lúdicos e pedagógicos às crianças internadas, iv) oferecer um "balcão de saúde" virtual de atendimento a turistas, ao qual se poderá aceder de qualquer ponto do país ou do estrangeiro, nomeadamente para assegurar a prestação de cuidados de saúde continuados a turistas que deles necessitem, por exemplo, os portadores de doenças crónicas, e, v) possibilitar aos familiares e amigos a visitação virtual a doentes internados não residentes na RAM (turistas, trabalhadores temporários, etc.);

- Cooperar com outras regiões ultraperiféricas na implementação dos seguintes projectos com co-financiamento comunitário no âmbito do PIC INTERREG III B:
 - "MEREMA", que estabelece a criação de uma rede de telemedicina particularmente dedicada à área da Imagiologia entre os Açores, a Madeira e as Canárias;
 - "ATLANTE", projecto inovador no âmbito da prevenção primária das toxicodependências, no espaço da Macaronésia, consistindo numa plataforma de tele-formação que permite o desenho, a elaboração, a validação e a gestão experimental de uma proposta formativa e informativa global, que procura a implicação de diferentes agentes comunitários dirigindo-lhes uma oferta informativa e formativa especializada.



V.13. SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL

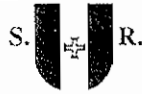
Este sector tem como grande objectivo o aumento da coesão e da justiça social.

Esta visão geral de bem-estar social implica uma constante adaptação aos novos modelos sociais e às dinâmicas sociais em permanente mudança. Exige conhecer mais e melhor as comunidades ou os grupos sociais a que se dirige, envolvendo os mesmos, a sociedade civil e os vários departamentos governamentais num trabalho conjunto em prole de todo um equilíbrio social que se busca constantemente.

Os fenómenos da pobreza e da exclusão social, os grupos sociais mais vulneráveis como as crianças e jovens em risco, os idosos, os sem abrigo, as pessoas portadoras de deficiências, as mulheres vítimas de violência, constituem-se como os grandes alvos de actuação da **Segurança Social** e delineiam as suas políticas de intervenção social.

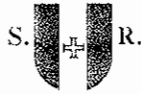
Orientada por estas linhas de actuação prioritária, em 2004, o Centro de Segurança Social da Madeira prevê concretizar varias acções, financiadas através do Orçamento da Segurança Social, destacando-se as seguintes **áreas de investimento**:

- Aquisição de imóveis e construção de lares para idosos, centros de dia e clubes inter-gerações;
- Intervenção integrada em estabelecimentos oficiais / lares para idosos, visando obras de conservação e manutenção;
- Obras de recuperação no Centro Polivalente do Funchal;
- Renovação de serviços locais de segurança social;
- Remodelação de diversas estruturas sociais;
- Desenvolvimento de um plano de modernização dos serviços de acção social;
- Continuação do apoio concedido às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), vistas como um dos mais importantes parceiros no trabalho social desenvolvido junto das comunidades e dos grupos sociais mais fragilizados.



Na área da **Protecção Civil**, constituem **objectivos prioritários** a prosseguir no ano de 2004:

- Dotar a Região de uma única rede rádio digital de tecnologia universal, possibilitando a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços, e, em caso de emergência, a centralização do comando e da coordenação. Desta forma é melhorada a eficácia das intervenções, tanto no plano individual como no de conjunto, e é reduzida a proliferação de antenas e casotas nos pontos mais elevados da RAM. O SICOSDIMA, Sistema Integrado de Comunicações de Segurança, Emergência e Defesa da Madeira, funciona como a componente regional do SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal – e conta, também, com a participação das forças armadas no âmbito do projecto SICOM, que disponibiliza a sua capacidade instalada na RAM. O custo de implementação desta rede será co-financiado pelo FEDER, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III B;
- Equipar os serviços com equipamentos e pessoal habilitado de modo a aumentar a capacidade de resposta face a situações de emergência. Neste âmbito pretende-se dar continuidade aos seguintes projectos de investimento:
 - “Aquisição de Equipamentos de Socorro”, para situações de risco especiais, envolvendo túneis e zonas de montanha, bem como para actualizar os equipamentos de primeira intervenção no âmbito da emergência pré-hospitalar;
 - “Construção do Campo Escola”, para treino dos agentes de socorro;
 - “Desenvolvimento de Estudos Técnicos”, no sentido de procurar soluções especiais para situações de risco específicas, que têm a ver com características próprias da Região, e de aprofundar os factores que irão influenciar as decisões e rentabilizar os investimentos, e;
 - “Equipamentos de Comunicações”, que consiste na aquisição de instrumentos de comunicação compatíveis com a nova rede rádio que se pretende implementar através do projecto SICOSDIMA.



As **Comunidades Madeirenses** residentes no estrangeiro são sem dúvida um dos traços estruturais da História da Madeira, sendo por isso necessário promover um permanente aprofundamento da ligação a estas comunidades, tentando também aproximar cada vez mais os luso-descendentes às suas origens.

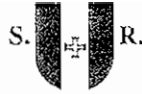
Os fenómenos de emigração definitiva e temporária são praticamente inexistentes. Em contrapartida, a Região Autónoma da Madeira começou a acolher imigrantes que, de uma forma definitiva ou temporária, procuram a Madeira para trabalhar e viver.

São **objectivos prioritários**, nesta área, para o ano de 2004:

- Preservar e estreitar os laços existentes entre a Madeira e as suas Comunidades no exterior, dando particular relevância aos luso-descendentes para que não esqueçam a terra dos seus ascendentes;
- Contribuir para a integração das comunidades imigrantes residentes na Região Autónoma da Madeira.

Assim, em 2004 o Governo Regional, através da Secretaria Regional dos Recursos Humanos, centrará a sua atenção nos seguintes **vectores**:

- Assegurar uma presença constante junto dos madeirenses emigrados, incentivando e apoiando todas as iniciativas dos seus movimentos associativos que tenham como objectivos a divulgação da nossa cultura e tradições e uma maior integração nos países de acolhimento, de forma a fomentarem a criação de grupos de pressão madeirense no mundo;
- Acompanhar e continuar a melhorar as condições em que ainda se processa alguma emigração temporária, assegurando todas as tarefas inerentes ao processo emigratório e zelando pela observância das disposições legais;
- Manter contactos constantes com as autoridades dos países de acolhimento, nomeadamente Reino Unido e, neste particular, Ilhas do Canal, de forma a garantir uma continuada melhoria das condições de vida e de trabalho dos nossos conterrâneos;



- Manter o contacto directo com as comunidades, de forma a auscultar as suas preocupações e acompanhar os seus momentos mais marcantes;
- Cativar os luso-descendentes para a terra de origem dos seus pais, apoiando iniciativas e projectos já existentes ou outros que venham a ser criados, nomeadamente os "Jogos Escolares", em colaboração com a Secretaria Regional de Educação, os "Cursos de Verão", em colaboração com a UMA, e o projecto "Conhece as tuas origens", em colaboração com o IJM;
- Continuar a apoiar as visitas à Região de jovens luso-descendentes que se tenham destacado no mundo da cultura, desporto, moda ou outras áreas;
- Apoiar as pessoas envolvidas na temática da emigração, privilegiando os contactos entre os vários departamentos regionais, nacionais ou internacionais ligados a este fenómeno, tentando minorar as diferenças de tratamento que possam existir entre os emigrantes residentes no continente europeu e os residentes noutros continentes;
- Continuar a colaborar com outras entidades para assegurar uma boa reintegração dos nossos emigrantes que regressam;
- Garantir uma informação ampla de, e para, as Comunidades Madeirenses;
- Prestar apoio à realização do Conselho e do Congresso das Comunidades Madeirenses, e intervir no sentido do cumprimento das respectivas recomendações;
- Incentivar o movimento associativo dos imigrantes e apoiar encontros dedicados a estes povos com tradições e culturas diferentes da nossa, por forma a que se sintam integrados na sua terra de acolhimento;
- Prestar todo o apoio solicitado por entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ligadas ao fenómeno da imigração, nomeadamente o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas;
- Continuar a acompanhar as Casas da Madeira em território nacional, de forma a contribuir para a resposta às suas aspirações e necessidades.



V.14. HABITAÇÃO E URBANISMO

HABITAÇÃO

A resolução dos problemas habitacionais tem sido uma das principais prioridades das políticas sociais do Governo Regional, com importância evidenciada na consagração e reforço das dotações que os sucessivos orçamentos regionais vêm afectando a este sector de intervenção.

O Governo Regional, através do Instituto da Habitação da Madeira, já apoiou cerca de 13 mil famílias, correspondendo a mais de 58.000 madeirenses, ou seja mais de 24% da população da RAM. Foram construídos ou apoiados mais de 6.000 fogos para arrendamento social, 800 habitações económicas e cerca de 2.000 fogos de iniciativa das cooperativas de habitação. Mais de 3.500 habitações particulares foram apoiadas na recuperação ou reabilitação e foram ainda disponibilizados cerca de 400 lotes em direito de superfície para auto-construção. A estes números devem ser acrescentadas as famílias beneficiadas com o novo programa de subarrendamento privado que ascende a 220 contratos.

É de destacar que nos últimos cinco anos verificou-se um grande incremento na política social de habitação, traduzido num aumento de cerca de 50% no número de famílias apoiadas, passando de cerca de 8.800 em 1998, para mais de 13.000 em 2003. A nível da habitação social, só desde o ano 2000 já foram construídos ou terão a sua conclusão até final de 2004 cerca de 2.500 fogos.

O fomento da habitação social pelo Governo Regional da Madeira beneficia actualmente da possibilidade de aceder a fundos e poder ser parte de programas, protocolos e acordos de cooperação com o Instituto Nacional de Habitação e outras entidades, graças ao Decreto-Lei n.º 157/2002, de 2 de Julho, que institucionaliza o reconhecimento por parte do Governo da República da necessidade de resolução dos problemas habitacionais ainda existentes nas Regiões Autónomas.

Em 2004, o Governo Regional vai prosseguir e reforçar os seus programas e investimentos no sector da habitação, nomeadamente com a construção de fogos para arrendamento social e para venda a preços sociais (habitação económica) e com os



apoios às cooperativas de habitação e à recuperação e aquisição de casa própria. No âmbito da colaboração entre o Governo da República e o Governo Regional, serão implementadas acções nos domínios da construção de fogos para arrendamento social e do incentivo ao arrendamento por jovens.

Paralelamente, o Governo Regional vai prosseguir a sua política habitacional complementar, alternativa à habitação social, reforçando as condições para que as famílias pertencentes a segmentos de rendimento intermédio, embora carenciadas, possam resolver, com ajuda pública, o seu problema habitacional, no sentido de adquirir, construir ou arrendar habitação e de criar condições de habitabilidade através da reabilitação da habitação.

Para a concretização destes objectivos estão previstas, para 2004, várias **medidas e acções**, nomeadamente:

- Implementação de acordos de colaboração com o Governo da República e com os municípios, com vista à construção de fogos para arrendamento social. Assume, nesta área, especial destaque o acordo de colaboração celebrado entre o Instituto de Habitação da Madeira, o Instituto Nacional de Habitação e o município de Câmara de Lobos para a construção de 450 fogos destinados a arrendamento social, nomeadamente para realojamento das famílias do Ilhéu de Câmara de Lobos e solução de outros problemas habitacionais do concelho;
- Implementação de acções concretas de apoio à integração sócio-económica das famílias, envolvendo as áreas de protecção social, saúde, educação e emprego, nomeadamente com a continuação e reforço dos projectos "Clube de Emprego" e "Férias Vivas";
- Desenvolvimento de acções com vista a dotar os empreendimentos de infra-estruturas e equipamentos sociais complementares, com vista à integração das populações realojadas;
- Implementação de acções de regeneração urbana, designadamente com a conclusão do Plano de Requalificação do Bairro de Santo Amaro, com a



requalificação do Ilhéu, em Câmara de Lobos, e com a reabilitação dos denominados "Flats 4", na Matur, freguesia de Água de Pena;

- Desenvolvimento de acções nos domínios da administração, conservação e reabilitação do parque habitacional;
- Lançamento de acções com vista a minimizar os efeitos da perda do crédito bonificado para aquisição de casa própria;
- Construção de habitação para venda a preços sociais (habitação económica);
- Apoio a cooperativas de habitação económica;
- Cedência de terrenos, em direito de superfície, para autoconstrução;
- Apoio a famílias na recuperação das suas habitações, alargando o âmbito de intervenção dos actuais programas PRID e RAVP;
- Continuação do desenvolvimento de acções no domínio do arrendamento, com vista à dinamização do mercado privado de arrendamento para fins sociais, em particular no âmbito do incentivo ao arrendamento por jovens.

No quadro desta actuação, o Governo Regional, através do IHM, prevê implementar, em 2004, acções concretas de apoio integral ou complementar que permitirão solucionar ou encontrar soluções para os problemas habitacionais de cerca de 2500 famílias, o que contribuirá decisivamente para erradicar a maioria das situações de carência ainda sentidas.

URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

À semelhança do que generalizadamente se verifica em todas as sociedades modernas, também na Região se constata uma tendência para a concentração de pessoas e actividades nos centros urbanos. Com efeito, verifica-se uma forte concentração urbana da população no Concelho do Funchal e nos concelhos envolventes – Santa Cruz, Machico e Câmara de Lobos, onde reside e trabalha mais de 70% da população da Região. O Concelho do Funchal, que constitui a zona central desta faixa situada no



litoral sul da Ilha, assume-se como pólo dinamizador das principais actividades sócio-económicas, concentrando cerca de 60% da população.

Os principais acréscimos populacionais registados num passado recente, verificaram-se, para além do Funchal, nos concelhos envolventes, que desfrutam de razoáveis níveis de acessibilidade, e, dentro destes, particularmente, nas freguesias que confinam com o Funchal. Registe-se, no entanto, que a política de promoção habitacional, que vem sendo prosseguida nos últimos anos, mais concretamente, a resolução das carências de primeira habitação nas suas diferentes vertentes e o vasto conjunto de acessibilidades criadas, vêm contribuindo para a atenuação da referida pressão urbanística.

A promoção do ordenamento e valorização do território tem por objectivo o desenvolvimento sustentado, espacialmente equilibrado e socialmente justo, da Região. Neste sentido importa garantir a todo o espaço regional determinados padrões de qualidade de vida e de ambiência urbana, generalizando o acesso qualificado da população a todos os equipamentos e serviços colectivos.

Neste domínio destacam-se como **prioridades de actuação** a desenvolver em 2004:

- Consolidação e implementação dos principais instrumentos de gestão territorial, designadamente os Planos Directores Municipais e os POOC – Planos de Ordenamento da Orla Costeira, na medida em que constituem factores essenciais de uma política urbana e de desenvolvimento territorial equilibrada e qualificante, acompanhando a execução das medidas e intervenções neles previstas, em articulação com as restantes entidades com competências na matéria, designadamente com as autarquias locais;
- Promoção da qualidade de vida das populações nas áreas urbanas, consolidando as já residentes, através da melhoria das suas condições de acessibilidade e de mobilidade, do reforço dos níveis de infra-estruturação básica e da qualificação dos seus espaços públicos, zonas verdes, mobiliário urbano e equipamentos sócio-desportivos e culturais;
- Aprofundamento e consolidação do conhecimento da nossa orla costeira, nomeadamente dos fenómenos da sua evolução fisiográfica, no sentido de



permitir a sua monitorização e uma melhor eficácia na formulação e programação das acções conducentes à sua defesa e gestão integrada e à exploração dos seus recursos vivos e não vivos;

- Promoção de acções de requalificação e valorização do litoral, potenciando a protecção, conservação e qualificação dos seus espaços e seu usufruto pela população;
- Implementação de projectos de infra-estruturas e equipamentos públicos e de desenvolvimento sócio-cultural, na óptica de um desenvolvimento equilibrado do espaço regional e enquanto elementos potenciadores de coesão social;
- Recuperação e conservação dos centros históricos e qualificação do património edificado de interesse relevante;
- Manutenção do apoio técnico às autarquias locais através do GATAL – Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias Locais, designadamente em termos do planeamento, controlo e fiscalização das obras nos domínios da rede viária, da reabilitação, reordenamento e renovação urbana e da construção de equipamentos sócio-culturais e desportivos de apoio ao desenvolvimento social, de forma a garantir o seu imprescindível contributo e participação no processo de desenvolvimento integrado da Região.

Como **acções e projectos mais relevantes** a desenvolver no âmbito do PIDDAR 2004, destacam-se os seguintes:

No âmbito da renovação e requalificação urbana e do património edificado:

- Jardim Público do Torreão;
- Jardim Público da Graça, em Machico;
- Arranjo Urbanístico do Largo da Freguesia de S. Roque e do Largo da Freguesia de S. Martinho no Funchal;
- Recuperação do Solar do Ribeirinho em Machico.



No âmbito da protecção e valorização da orla costeira:

- Zona Balnear e Protecção Marítima de S. Vicente;
- Zona Balnear do Calhau da Lapa no Campanário;
- Complexo Náutico-Balnear na Foz da Ribeira da Boaventura, em Santa Cruz;
- Frente Mar de Machico: Passeio Marítimo entre a Banda d'Além e S. Roque, em Machico;
- Prolongamento do enrocamento de protecção e solário na praia da Calheta;
- Enrocamento de protecção à Praia da Ponta do Sol;
- Ampliação do solário e enrocamento de protecção na Ribeira Brava.

No âmbito dos equipamentos sócio-culturais de apoio ao desenvolvimento local:

- Centro Cívico do Estreito da Calheta;
- Centro Cívico do Caniço;
- Centro Cívico da Ilha;
- Centro Cívico do Porto da Cruz;
- Centro Cívico do Arco de S. Jorge;
- Centro Cívico da Ponta do Pargo;
- Centro Cívico da Quinta Grande;
- Casa do Povo do Faial;
- Centro Cívico de Santo António – Funchal;
- Casa da Música de Machico;
- Centro de Saúde S. Vicente;



- Centro de Saúde da Ponta do Sol;
- Centro de Saúde dos Prazeres;
- Centro de Saúde da Santa.

No âmbito das acessibilidades locais:

- Variante à ER 207 no Santo da Serra;
- Acesso Oeste a Santo Amaro – Funchal;
- Ligação entre a ER 101 e a Ribeira Funda – Seixal;
- Ligação entre o Sítio da Achada do Marques e o Lombo Antão Alves – Santana.

No domínio deste sector, destacam-se ainda as intervenções no âmbito da **hidráulica torrencial** – canalização e ordenamento de ribeiras e córregos – visando atenuar os riscos de cheias e, simultaneamente com o reforço da segurança das populações, valorizar socialmente os terrenos marginais aos cursos de água.

Salientam-se as obras de canalização das Ribeiras de Machico, do Faial e da Boaventura, que permitirão que, nas áreas adjacentes e foz das respectivas ribeiras, sejam implantadas infra-estruturas de lazer e de valorização urbana. Serão ainda desenvolvidas as obras de canalização das Ribeiras de Santo António, a montante da Estrada de Circunvalação, e de Santa Cruz.



V.15. DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

As actuações em matéria ambiental programadas para 2004 enquadram-se na estratégia definida no Plano Regional de Política do Ambiente e nos demais instrumentos de planeamento estratégico, que têm por objecto componentes e factores ambientais de primordial importância, como sejam o Plano Regional da Água da Madeira, o Plano Estratégico de Resíduos da Região Autónoma da Madeira e os instrumentos de ordenamento do território em vigor, os quais contribuem e/ou interagem na consecução dos seguintes grandes objectivos da política ambiental:

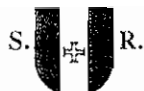
- Bem-estar sustentável da população com padrões elevados de qualidade de vida;
- Adequação ambiental das actividades económicas;
- Valorização do património natural e da paisagem humanizada.

Uma das grandes vertentes da gestão ambiental é constituída pelo domínio do saneamento básico ambiental. Este domínio exige uma dotação adequada em importantes infra-estruturas básicas nas áreas de resíduos sólidos, dos resíduos especiais, das águas residuais e do abastecimento de água.

Abastecimento de Água

No domínio dos recursos hídricos têm sido realizados vultuosos investimentos em infra-estruturas, com o objectivo de assegurar um abastecimento regular, contínuo e eficiente aos utilizadores. Através destes investimentos é já possível garantir uma taxa de cobertura de cerca de 95% em termos de rede pública de distribuição. Esta taxa já ultrapassa a média nacional e corresponde à meta proposta no Plano de Desenvolvimento Regional para 2003. As maiores obras realizadas, ou em curso, subordinam-se a uma lógica de interligação das origens com vista a otimizar a satisfação das necessidades de abastecimento público, regadio e produção de energia eléctrica.

O Plano Regional da Água da Madeira visa o desenvolvimento de uma política integrada, no tempo e no espaço, dos recursos hídricos disponíveis, constituindo um instrumento



que equaciona as bases para a gestão deste recurso e dá enquadramento e coerência aos investimentos regionais a realizar até 2020.

A política de gestão neste domínio obedece a uma perspectiva de racionalização de consumos e de valorização e preservação dos recursos hídricos, com garantia da qualidade ambiental e sustentabilidade económica dos sectores relacionados com o domínio hídrico. Este Plano está integrado no Plano Nacional da Água, dando cumprimento às disposições legais em matéria de águas de abastecimento público e residuais, em particular no que respeita às imposições insertas na Directiva Quadro da Água.

Águas Residuais

O desenvolvimento das acessibilidades e das redes de abastecimento de água, que beneficiam a quase totalidade dos aglomerados populacionais, bem como as exigências comunitárias nesta matéria, vieram introduzir maior exigência no que respeita a drenagem, tratamento e destino final de águas residuais.

Em resposta a essas exigências, estão em curso intervenções em todos os concelhos, em parceria com os municípios, a quem cabe a responsabilidade pela construção e exploração das redes. Foram já concretizados importantes investimentos nos sistemas de destino final das águas residuais, designadamente em Câmara de Lobos, Funchal, Caniço, Santa Cruz, Porto Moniz e Porto Santo, no sentido de fazer face às necessidades mais prementes, determinadas pela dinâmica de desenvolvimento territorial, e em conformidade com as normas vigentes, em ordem a preservar a qualidade do meio receptor.

As imposições comunitárias implicam que até 2005 todos os aglomerados com mais de 10 mil habitantes deverão estar dotados de sistemas de tratamento secundário de águas residuais. Esta exigência obriga à reformulação de sistemas existentes, nomeadamente no Funchal, Câmara de Lobos, Caniço, Santa Cruz e Machico.

As linhas de actuação a desenvolver enquadram-se, também, no Plano Regional da Água, que se encontra em fase de conclusão.



Em termos de **obras a executar** em 2004, salienta-se as relativas à construção dos sistemas de destino final de águas residuais de Ponta do Sol, Santana, Santa e Lamaceiros, São Vicente, Calheta, Ribeira Brava, Gaúla, Machico, Porto da Cruz e Seixal e a reformulação dos Sistemas de Tratamento das ETAR's do Funchal, Câmara de Lobos e Caniço.

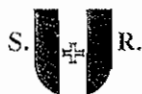
Ao nível das **acções** de monitorização no domínio das águas residuais, serão desenvolvidos programas de monitorização dos sistemas de destino final e da componente biológica marinha dos emissários submarinos de Câmara de Lobos, Funchal, Caniço e Santa Cruz, bem como de controlo de qualidade dos efluentes nos sistemas do Caniçal, Ribeiro Serrão e Boaventura (lagoas macrófitas).

Resíduos Sólidos Urbanos

Os **objectivos prioritários** visados com as intervenções que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do PIDDAR são os de proporcionar uma gestão eficiente e ambientalmente adequada dos resíduos, através da implementação de um sistema integrado de tratamento e valorização, incluindo soluções de tratamento e deposição de resíduos, tecnologicamente testadas e verificando exigentes requisitos de qualidade ambiental.

As **medidas de política** sectorial inserem-se no quadro dos princípios orientadores do PERRAM – Plano Estratégico de Resíduos da RAM e consistem basicamente em:

- Prevenir a produção de resíduos e reduzir a quantidade de resíduos a confinar, recuperando, reutilizando e/ou reciclando os componentes susceptíveis de valorização;
- Promover a sensibilização das populações, procurando ampliar, progressivamente, a base social de apoio ao sistema de gestão de resíduos;
- Promover a aplicação programada do princípio da responsabilidade partilhada;
- Privilegiar soluções de tratamento fiáveis, eficazes e eficientes, tecnologicamente testadas, financeiramente sustentáveis e ambientalmente correctas;



- Criar condições institucionais que assegurem a viabilidade sócio-económica do sistema de gestão de resíduos.

De entre as **actuações** a desenvolver em 2004 destacam-se os investimentos relativos à Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos da Madeira, os quais permitirão reforçar significativamente a capacidade de tratamento e destino final de resíduos na Madeira e Porto Santo, contribuindo assim para preservar a qualidade do ambiente, proteger a saúde das populações e melhorar a sua qualidade de vida. Uma das valências importantes dos investimentos em curso consiste na valorização energética dos resíduos, através da qual poderá ser originada uma produção de energia eléctrica suficiente para satisfazer 24% do consumo doméstico da RAM.

Destaca-se ainda a implementação dos Sistemas de Transferência e Triagem da RAM, que integram a construção da Estação de Transferência da Zona Oeste, no sítio da Meia Léguas, da Estação de Transferência da Zona Leste, no sítio do Porto Novo, do Centro de Processamento de Resíduos Sólidos do Porto Santo, no sítio do Porto das Salemas e a Estação de Triagem, no sítio do Porto Novo, em espaço contíguo à Estação de Transferência da Zona Leste.

A construção de um centro de triagem constitui uma componente fundamental para apoiar a implementação da estratégia de reciclagem preconizada no PERRAM. As estações de transferência permitem a obtenção de vantagens, nomeadamente em termos de redução de custos de transporte, de melhor aproveitamento dos veículos de recolha e de resolver conjuntamente os problemas de transporte de várias comunidades, bem como em termos de minimização de impactes ambientais.

Paralelamente, serão lançados concursos públicos para a selagem do aterro do Porto Santo e para a operação de aterro e requalificação de áreas degradadas localizadas naquela ilha.

Continuarão a ser implementadas campanhas de sensibilização das populações focalizadas na necessidade de diminuir a actual produção de resíduos sólidos urbanos.

Em conformidade com o Estudo de Impacte Ambiental desenvolvido para a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos da Meia Serra, continuarão a ser executadas as



medidas minimizadoras (preconizadas quer para a fase de construção, quer para a fase de operação), bem como o plano de monitorização que irá suportar uma gestão da Estação que atenda a padrões elevados de qualidade ambiental.

Para acompanhar e fiscalizar a execução da obra em todas as questões referentes a aspectos ambientais, foi criada uma Comissão de Avaliação de Impactes Ambientais, que integra elementos de várias instituições (Direcções Regionais de Ambiente, Saneamento Básico, Agricultura, Florestas, Saúde Pública, autarquias locais e associações de defesa do ambiente). Em termos de instrumentos de apoio à monitorização e à função de avaliação de impactes ambientais, está a ser implementada uma Rede de Qualidade Ambiental na área circundante daquela estação, a qual compreende a execução de programas de monitorização ambiental que envolvem diversos parâmetros ambientais.

No que diz respeito aos sistemas de transferência e de triagem, os respectivos estudos de impacte ambiental identificaram, igualmente, as medidas minimizadoras e os respectivos programas de monitorização ambiental, de modo a garantir a execução e a operação destes sistemas numa óptica de desenvolvimento sustentável.

Serão também prosseguidas as campanhas de sensibilização das populações que induzam a diminuição do actual nível de produção de resíduos sólidos urbanos.

Paralelamente será incrementada a fiscalização do cumprimento da "Lei das Embalagens".

Terras e entulhos

Os resíduos enquadrados nesta categoria continuarão a merecer particular atenção pelo Governo Regional. De facto, mantém-se como objectivo o aumento da capacidade de resposta nesta área e o reforço da acção preventiva e de controlo de comportamentos desviantes a que ainda se assiste.

Existem actualmente condições para que os resíduos de demolições possam ser reciclados, de modo a serem obtidas britas de diferente dimensão, areia e pó, o que contribuirá para evitar procedimentos irregulares e lesivos da qualidade ambiental. Para além disso constitui uma alternativa importante à extracção de inertes na Região.



No que se refere à gestão de terras resultantes de desaterros, foram criadas condições – aterros devidamente concebidos, licenciados e geridos – para acondicionamento de terras resultantes de desaterros, e estão a ser equacionadas novas soluções adequadas para deposição e gestão de terras.

Resíduos Especiais

Os resíduos produzidos pelas actividades económicas e pela população poderão classificar-se em resíduos sólidos urbanos, equiparáveis a urbanos ou resíduos especiais. Parte dos resíduos especiais são considerados perigosos.

O destino final dos resíduos sólidos urbanos, com excepção dos resíduos de embalagens, está assegurado pela Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Meia Serra. Uma parcela dos resíduos perigosos, relativa a resíduos hospitalares e de matadouro, será brevemente objecto de tratamento pela mesma estação. Os resíduos de embalagens estão a ser enviados para o continente para reciclagem, bem como os referentes a sucata, que se incluem nos resíduos especiais, e os resíduos de óleos minerais que são considerados resíduos perigosos.

Todos os outros resíduos produzidos na RAM estão a ser temporariamente armazenados ou depositados em locais provisórios, pelo que é necessário alterar esta situação e estudar soluções para um correcto encaminhamento de todos os resíduos.

Os estudos a desenvolver deverão quantificar e classificar os resíduos produzidos na RAM e prever as infra-estruturas a construir para a sua recepção, armazenamento, tratamento e envio para destino final adequado.

O recurso ao envio de resíduos para o exterior deverá continuar a ser assegurado, prevendo-se mesmo um aumento da sua variedade e quantidade. De entre os resíduos que, prioritariamente, deverão ser enviados para o Continente, para destinos finais adequados, destacam-se os óleos usados e outros resíduos produzidos por diferentes sectores de actividade, designadamente amianto e materiais que o contêm, pneus, baterias e resíduos de laboratórios.

As **prioridades da actuação** neste domínio, para 2004, consistem na realização de estudos conducentes à definição de um modelo de gestão para os resíduos especiais e



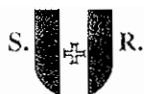
ao assegurar do transporte, entre a RAM e o Continente, dos resíduos recicláveis e de outros que careçam de tratamento e ou destino final adequado.

As **acções** a desenvolver em 2004 são as seguintes:

- Desenvolvimento de um projecto de cooperação, no âmbito do programa INTERREG III B, visando a definição e a implementação de uma estratégia comum a diferentes regiões do espaço sudoeste europeu no domínio da gestão de resíduos perigosos;
- Realização de estudos, em cooperação com as regiões dos Açores e das Canárias, em ordem à constituição de uma rede entre os três arquipélagos, que permita a reconversão do sector da sucata, de modo a adaptá-lo à nova Directiva da União Europeia;
- Criação de infra-estruturas de gestão de resíduos especiais (na sequência dos estudos e projectos a efectuar no domínio da gestão dos resíduos perigosos), constituídas por uma estação de transferência de resíduos especiais na ilha da Madeira e uma outra, de menores dimensões, na ilha do Porto Santo;
- Realização de acções de informação sobre resíduos especiais dirigidas aos diversos produtores, na perspectiva do cumprimento da legislação e do conhecimento da sua diversidade e do destino final adequado.

A par das actuações na área do saneamento básico ambiental, da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, será desenvolvido um conjunto de intervenções no âmbito da política ambiental desta Secretaria Regional, através da Direcção Regional do Ambiente (que tem atribuições básicas e específicas no sector do ambiente), em interligação com o Parque Natural da Madeira e com a Direcção Regional de Florestas. Essas intervenções estruturam-se em torno das seguintes áreas:

- Qualidade do ambiente;
- Conservação da natureza e gestão de espaços naturais protegidos;
- Educação e informação ambiental;



- Requalificação ambiental;
- Inspeção ambiental.

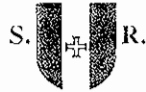
Qualidade do Ambiente

As acções nesta área de intervenção derivam, essencialmente, da necessidade de sustentar a gestão ambiental num conjunto de indicadores de qualidade ambiental, incluindo os descritores relativos às componentes ar, água, ruído e biodiversidade, entre outros.

No âmbito desta linha de acção, foi já implementada a Rede de Monitorização da Qualidade do Ar, a qual dispõe de diversas estações, sendo quatro na ilha da Madeira e uma na ilha de Porto Santo. A partir das estruturas já criadas, é divulgada, diariamente, informação ao público sob a forma de índice da qualidade do ar.

Para 2004, relevam-se, neste domínio, as seguintes **iniciativas**:

- Optimização dos sistemas de divulgação da informação ao público sobre a qualidade do ar e realização das campanhas de caracterização da qualidade do ar;
- Caracterização de fontes poluidoras e produção de indicadores de apoio ao sistema de monitorização e controlo das emissões atmosféricas, nomeadamente o Sistema Nacional de Inventário de Emissões de Gases com Efeito de Estufa;
- Prosseguimento de acções de monitorização de substâncias perigosas para o ambiente, incidindo na avaliação da qualidade das águas costeiras, doces, superficiais e subterrâneas, sedimentos e biota, com o apoio técnico do Laboratório de Referência do Ambiente pertencente ao Instituto do Ambiente;
- Promoção de acções necessárias para a implementação da Directiva 2000/60/CE (Directiva Quadro da Água), nomeadamente acções de:
 - Identificação da existência de zonas vulneráveis e execução de planos de acção para minorar os impactes ambientais da actividade agrícola nos ecossistemas;



- Identificação e caracterização dos efluentes provenientes de unidades susceptíveis de lançar substâncias perigosas para o meio hídrico e identificação de zonas críticas, com definição de planos de acção;
- Aperfeiçoamento da caracterização e monitorização da qualidade ecológica, físico-química e hidro-morfológica das ribeiras da Madeira, e;
- Desenvolvimento de planos de acção com o objectivo de melhorar a qualidade das águas balneares;
- Aquisição de equipamentos de controlo e combate à poluição marinha;
- Continuação do desenvolvimento de acções específicas de caracterização e monitorização ambiental, de acordo com os requisitos dos normativos em vigor.

Conservação da Natureza e Gestão dos Espaços Naturais

A Região Autónoma da Madeira possui uma diversidade de habitats, de espécies e de paisagens que urge conservar, salvaguardando-as para o futuro. A necessidade de preservar o património natural e cultural levou à criação de diversas áreas protegidas na Região. No arquipélago da Madeira, cerca de 73% do território e 19.350 hectares marinhos são áreas protegidas. Algumas dessas áreas compreendem ecossistemas reconhecidos internacionalmente, de que são exemplos: a Floresta Laurissilva, que é detentora do galardão da UNESCO como Património Natural, além de ser Reserva Biogenética do Conselho da Europa para Áreas Protegidas, a Reserva Natural das Ilhas Desertas, detentora da classificação de Reserva Biogenética do Conselho da Europa para áreas protegidas, e a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, já detentora do diploma europeu e candidata, por Portugal, a Património Mundial Natural da Humanidade.

A riqueza e importância deste património biológico obrigam-nos a continuar o trabalho de preservação e de conservação da natureza que concretiza um dos pilares estratégicos definidos no Plano Regional de Política do Ambiente. Este trabalho, consistente e sustentado, é compatível com a salvaguarda dos interesses sócio-económicos, sendo determinante para garantir um desenvolvimento sustentável da Região. Numa perspectiva estratégica, o seu contributo para a formação e manutenção da paisagem



constitui um recurso económico e factor de desenvolvimento das populações locais, dado que esta é considerada um dos principais atractivos da Região.

As acções e investimentos previstos para 2004 inserem-se, assim, na Estratégia de Conservação da Natureza estabelecida para o arquipélago da Madeira, sendo as **linhas de actuação prioritária**, essencialmente, as seguintes:

- Promover e apoiar acções que visam o ordenamento do território, a defesa da paisagem e do habitat rural e a conservação e melhoria dos recursos naturais e da biodiversidade, assim como promover actividades relacionadas com esses recursos, nomeadamente, o desporto ao ar livre e o contacto com a natureza;
- Desenvolver iniciativas de sensibilização e de informação das populações locais e dos visitantes e turistas relativamente aos valores ambientais, culturais e paisagísticos, bem como à sua utilização de modo correcto.

Os investimentos e acções previstos visam, essencialmente, o cumprimento da legislação em vigor referente às áreas protegidas: Parque Natural da Madeira (77% da ilha da Madeira), Reservas Naturais das Ilhas Desertas e Selvagens, Reserva Natural Parcial do Garajau e Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio, e a relativa aos sítios da Rede Natura 2000, assim como a aplicação de directivas comunitárias.

As intervenções neste domínio envolvem **actuações** concertadas, da responsabilidade da Direcção Regional de Ambiente, do Parque Natural da Madeira e da Direcção Regional de Florestas:

- Desenvolvimento de um projecto, em cooperação com Canárias, no âmbito do INTERREG III B, sobre as espécies ameaçadas da Macaronésia (seguimento e planificação), que envolve a realização de estudos e a produção de material de informação e divulgação;
- Intercâmbio de experiências ao nível do controlo de plantas invasoras nas ilhas de Portugal e de Espanha;
- Prosseguimento de acções visando a estruturação da rede de áreas marinhas protegidas, tendo em vista proteger um conjunto de habitats e espécies



existentes nessas áreas, incluindo planos específicos de protecção e recuperação de espécies e habitats em perigo, no âmbito de um projecto de cooperação, co-financiado através do INTERREG III B, OGAMP – Ordenamento e Gestão de Áreas Marinhas Protegidas;

- Implementação de acções de reabilitação e preservação do habitat existente no Bioparque da Lagoa do Lugar de Baixo (Ponta do Sol) e valorização do património faunístico, paisagístico e cultural da mesma;
- Implementação de Planos de Gestão da Rede Natura 2000;
- Desenvolvimento do projecto “Biodiversidade.net”, no âmbito do Programa Operacional da Sociedade da Informação - Programa Madeira Digital - ,cujo objectivo consiste em criar, na *world wide web*, um portal completo sobre a fauna e flora endémicas da Madeira;
- Realização de um projecto, em cooperação com Canárias, Açores e Cabo Verde, no âmbito do INTERREG III B, designado ATLANTICO – Base de Dados da Biodiversidade da Macaronésia, através do qual se pretende obter informação e elaborar estudos rigorosos sobre a fauna e flora dos arquipélagos macaronésicos e, posteriormente, criar uma ferramenta informática que permita efectuar análises e estudos relacionados com a conservação e gestão de habitats e espécies existentes nos mesmos;
- Desenvolvimento de acções com vista a criar condições para assegurar a protecção e preservação dos habitats da Reserva Natural das Ilhas Desertas e da Ponta de São Lourenço, envolvendo, nomeadamente, a melhoria das infra-estruturas existentes (substituição, na íntegra, da casa da Doca, com dotação de fontes de energia limpa, e recuperação da casa do Vale da Castanheira), a aquisição de equipamentos e de sinalética, como meio de informação aos visitantes, e o desenvolvimento de acções de informação e sensibilização dirigidas ao público, em geral, e ao estudantil, em particular;
- Realização de diversas acções na Reserva Natural das Selvagens com o objectivo de garantir a manutenção da biodiversidade mundial, compreendendo a

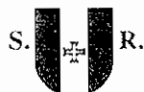


protecção de importantes áreas de nidificação de aves marinhas raras, a protecção de uma flora com espécies únicas e a manutenção de stocks de pesca na área envolvente, e que consistem, designadamente, na melhoria das infra-estruturas (substituição da casa existente), na renovação das fontes de energia limpa existentes na Reserva, na instalação de sinalética e na aquisição de equipamentos;

- Recuperação de habitats terrestres na Deserta Grande, através da erradicação de espécies introduzidas pelo homem (coelhos, murganhos e planta tabaqueira), no âmbito de um projecto co-financiado pelo Programa Leader+;
- Prosseguimento de acções visando a conservação e a salvaguarda da Floresta Laurissilva, de que se destacam a eliminação de diferentes espécies exóticas e controlo de outras que se encontram em competição com a flora natural, o desenvolvimento de trabalhos no campo para identificação do problema das invasoras e infestantes e a divulgação desta problemática junto da população estudantil e da comunidade científica;
- Realização de acções no âmbito do projecto co-financiado pela União Europeia, através do Programa LIFE-Natureza, e pelo FFI (Fauna e Flora International), cujo principal objectivo consiste em recuperar os ecossistemas naturais do Maciço Montanhoso Oriental e Laurissilva adjacente, as quais contemplam a aquisição de terrenos, no Montado do Areeiro, a retirada de gado do mesmo, o controlo de espécies introduzidas, a produção de material de divulgação e a realização de visitas guiadas ao local e de acções de divulgação;
- Dinamização e implementação de diversas acções, com o apoio do Programa LEADER+ e no âmbito de um projecto promovido pela ADRAMA, em áreas protegidas sob gestão do Serviço do Parque Natural da Madeira, localizadas no concelho de Santana, envolvendo, nomeadamente, a criação de um Centro de Interpretação nas instalações existentes na Reserva Natural da Rocha do Navio, a realização de operações de limpeza e de protecção de veredas e levadas, a melhoria de sinalética das áreas e a criação/edição de um guia de percursos do concelho e diverso material promocional e de divulgação;



- Recuperação e manutenção de percursos pedonais, no seguimento do Decreto Legislativo Regional n.º 7-B/2000/M, que estabelece os Percursos Pedonais Recomendados na RAM, de que se destaca a limpeza e recuperação do percurso pedonal entre o Pico do Arieiro e a Achada do Marques, com colocação de varandins e manutenção dos existentes e instalação de sinalética;
- Desenvolvimento de acções, no âmbito de um projecto candidatado ao INTERREG III B, em cooperação com Canárias e envolvendo o Parque Natural da Madeira e a Direcção Regional das Florestas, tendo em vista promover a melhoria do uso público nos espaços naturais protegidos e assegurar a sustentabilidade dos respectivos ecossistemas, de que se destaca a melhoria de infra-estruturas destinadas a pólos de recepção de visitantes nas reservas naturais, a colocação de sinalética e a criação de material de divulgação, incluindo guias e folhetos didácticos;
- Realização de actividades relacionadas com a informação/sensibilização ambiental, no âmbito da acção do Centro de Informação do Serviço do Parque Natural da Madeira, as quais traduzem-se principalmente no planeamento, realização e montagem de exposições fixas e itinerantes nas áreas protegidas e nas escolas da RAM, na realização de visitas de estudo às zonas com estatuto de protecção, na elaboração de brochuras e folhetos de divulgação e na realização de palestras nas escolas;
- Prosseguimento de investimentos e acções no domínio da gestão das reservas marinhas já instituídas (Reserva Natural Parcial do Garajau e Reserva Natural do Sítio da Rocha do Navio) tendo em vista garantir a integridade e o estatuto de protecção das reservas, desenvolver acções de informação e sensibilização junto das várias camadas da população e dotar a Reserva do Garajau de condições de utilização para fins científicos e recreativos, nomeadamente mediante a aquisição de determinados equipamentos de mergulho e de um pequeno barco de apoio à Reserva, e a produção de material divulgativo;



- Desenvolvimento de acções no âmbito do projecto "Conservação de Espécies Prioritárias e Raras da Madeira", tendo em vista assegurar a perenidade dos endemismos macaronésicos e madeirenses ameaçados de extinção;
- Reforço de meios e desenvolvimento de acções visando a melhoria do conhecimento e conservação, *ex situ* e *in situ*, da diversidade vegetal do arquipélago da Madeira, com destaque para a Laurissilva.

Educação e Informação Ambiental

Neste domínio, em que estão implicados valores inerentes a uma nova cultura ambiental que conduza a uma atitude e acção preventiva de riscos ambientais presentes e futuros, será dada continuidade a importantes projectos e serão desenvolvidas novas iniciativas, envolvendo, nomeadamente, os seguintes **investimentos e acções**:

- Campanha de Sensibilização no âmbito do projecto "Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos";
- Desenvolvimento de actividades de Educação Ambiental, onde se inscrevem as acções a desenvolver nas escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos da RAM;
- Abertura da primeira Loja do Ambiente, no Ribeiro Frio, e respectivo percurso pedonal, em parceria com a Direcção Regional das Florestas e criação de novas Lojas que deverão associar objectivos de educação e informação ambiental a uma função de apoio ao desenvolvimento sócio-económico local;
- Rede de Centros de Recursos Ambientais da Macaronésia (projecto candidatado ao Programa INTERREGIII-B);
- Desenvolvimento de acções de e-formação, na área da educação ambiental, destinadas ao cidadão comum, a formadores e a agentes turísticos da Região, no âmbito do projecto co-financiado pelo POSI "Sistema de Sensibilização e Educação Ambiental Digital – SSED";
- Criação do Sistema de Regional de Informação Ambiental (SRIA), com o apoio da União Europeia no âmbito do POSI, o qual visa a integração da informação



ambiental a nível regional, a concepção e implementação de novas formas de organização e métodos de abordagem dos vários descritores ambientais a nível interno e a criação do portal do SRIA;

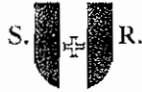
- Edição e publicação de livros, brochuras e outros materiais informativos em suporte diverso.

Requalificação Ambiental

Inserem-se neste domínio as actividades orientadas para a valorização da paisagem, para o estabelecimento de medidas de salvaguarda de áreas sensíveis e para a requalificação de espaços degradados, a par da actividade regular de acompanhamento de intervenções susceptíveis de induzir impactes negativos no território (ex: pedreiras, britadeiras, etc.).

Das **acções** a desenvolver em 2004 destacam-se as seguintes:

- Apoio à criação e gestão de aterros controlados de terras em concelhos rurais;
- Intervenções visando a recuperação de áreas e actividades de exploração de inertes (areiros, pedreiras), de antigas lixeiras, de vazadouros clandestinos ou de antigas áreas industriais, em colaboração com a DRCIE e com outras entidades envolvidas;
- Implementação de medidas de valorização da qualidade da paisagem, definindo medidas regulamentares e administrativas de gestão que permitam não só salvaguardar as características que imprimem beleza ao território, mas também promover a revitalização de cenários degradados;
- Prosseguimento de acções, nomeadamente aquisição de terrenos, (que poderá abranger uma área de cerca de um milhão de m²), tendo em vista a criação de uma zona de protecção natural nas zonas altas das serras funchalenses, designada por "Tampão Verde", destinada a evitar uma ocupação humana que possa prejudicar os equilíbrios ambientais nos espaços naturais a preservar, e na qual se pretende criar espaços de lazer, preservar os espaços verdes, limitar a



construção e desenvolver acções de equilíbrio ambiental que podem implicar a reflorestação em algumas zonas.

Inspeção Ambiental

No âmbito da inspeção ambiental será dada primazia ao estabelecimento de rotinas de fiscalização orientadas para sectores de actividade económica e/ou áreas geográficas particulares, a par do reforço da capacidade de resposta às matérias mais genéricas emanadas da diversa legislação ambiental. Dos **projectos** a desenvolver, destacam-se os seguintes:

- Prosseguimento de acções visando a consolidação da função inspectiva e preventiva a nível ambiental, nomeadamente através da remodelação e consolidação da estrutura funcional e do reforço da capacidade técnica;
- Desenvolvimento de acções de cooperação, tendo em vista a harmonização de procedimentos e critérios mínimos a seguir pelas estruturas ligadas à inspeção ambiental, em particular as que se situam em regiões insulares que enfrentam problemas distintos dos das regiões continentais.



V.16. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

As linhas orientadoras neste sector têm sido pautadas por acções, cuja finalidade assenta no aumento das competências e capacidades em I&D, através da implementação e reforço de estruturas, da formação de recursos humanos e da criação de bases para o desenvolvimento científico e tecnológico da Região. O desenvolvimento científico e tecnológico deverá contribuir para a valorização económica dos recursos regionais, para a preservação do património natural e para o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma da Madeira.

Relevam-se no âmbito deste sector, as acções de investigação e desenvolvimento inseridas no campo de acção do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), integrado desde 1997 no Sistema Português da Qualidade, no âmbito do apoio à indústria da construção civil e dos materiais e componentes para a construção e de investigação nas áreas dos recursos naturais e energias renováveis.

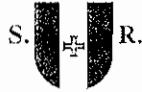
O Madeira Tecnopolo, na sua qualidade de Parque de Ciência e Tecnologia da Madeira, desenvolve um importante leque de acções no âmbito deste sector, as quais visam atingir os seguintes **objectivos** em 2004:

- Desenvolver projectos no âmbito da inovação e transferências de tecnologia;
- Incentivar projectos de internacionalização do tecido empresarial;
- Fomentar acções de divulgação das novas tecnologias de informação e projectos piloto no âmbito da investigação e desenvolvimento das tecnologias (IDT).

As acções previstas para 2004 inserem-se nos seguintes **domínios de actuação**:

Da responsabilidade do Madeira Tecnopolo:

- Realização de acções de sensibilização para a inovação;
- Elaboração de estudos de forma a definir a estratégia de inovação regional (EIR) e respectiva avaliação dessa mesma estratégia;



- Desenvolvimento de missões para participação em encontros tecnológicos internacionais e o desenvolvimento de projectos-piloto de inovação;
- Elaboração de estudos sobre o potencial de internacionalização das empresas regionais;
- Realização de missões para participação em eventos e feiras internacionais;
- Lançamento do programa regional de acções inovadoras;
- Fomento da modernização das instalações do edifício por forma a melhorar a qualidade dos congressos e feiras, prosseguindo, ao mesmo tempo, com a divulgação do Madeira Tecnopolo como parque de ciência e tecnologia;
- Lançamento dos procedimentos conducentes ao projecto de desenvolvimento das infra-estruturas do Pólo Científico e Tecnológico.

Da responsabilidade do Laboratório Regional de Engenharia Civil:

- Realização de ensaios de materiais e sistemas, certificação de qualidade e normalização;
- Assessoria técnica especializada, nomeadamente aos grandes projectos de infra-estruturas públicas;
- Observação sistemática e monitorização de infra-estruturas rodoviárias e marítimas;
- Desenvolvimento de sistemas de informação estatística e de investigação nas áreas dos recursos naturais e energias renováveis – energias eólica, solar e fotovoltaica;
- Acções de divulgação e formação técnica em cooperação com organismos nacionais e internacionais.



V.17. INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

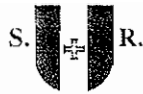
No âmbito deste sector, foi definido como objectivo estratégico a projecção da Região como "Ilha global" e laboratório de novas tecnologias e de novos conteúdos culturais. Para atingir este objectivo, a Região dispõe de um leque de apoios a nível regional, nacional e comunitário, os quais constituem uma excelente oportunidade para a modernização da economia e da sociedade madeirenses e para a integração das novas tecnologias nas suas práticas de gestão, nos seus processos produtivos, nos serviços que prestam e na sua vida quotidiana. O aproveitamento desta oportunidade permitirá acelerar o desenvolvimento de uma economia e de uma sociedade mais digitais, através de uma mobilização concertada de parceiros de todas as origens.

Neste contexto, no sentido de desenvolver estratégias para fomentar e dinamizar a Sociedade da Informação apresentam-se como **objectivos principais**:

- Promover uma cultura "digital" na economia e na sociedade regionais;
- Assegurar que sejam formados os profissionais necessários ao desenvolvimento da Sociedade da Informação em todos os sectores de actividade;
- Prestar às empresas e às entidades públicas um serviço de informação e de assistência no domínio da Sociedade da Informação.

Neste contexto, o Núcleo Estratégico da Sociedade de Informação (NESI) e o Madeira Tecnopolo, propõem-se desenvolver, no ano de 2004, as seguintes **medidas e acções**:

- Facilitação do acesso às novas tecnologias, através do desenvolvimento do projecto Info-Acesso;
- Dinamização da criação de uma indústria de conteúdos, *software* e audiovisual, e promoção do desenvolvimento de mediatecas, bibliotecas e redes atlânticas, assim como de acções específicas no domínio educativo, cultural e linguístico e de divulgação turística - projecto Info-Conteúdos;
- Formação de pessoal;



- Aquisição de equipamentos e melhoria das estruturas existentes assim como projecção de novos espaços, para que as novas tecnologias sejam acessíveis a um maior número de pessoas;
- Fomento de projectos inovadores integrados visando a melhoria da qualidade de vida dos madeirenses: promoção das novas tecnologias de informação e comunicação, telemedicina e produção de conteúdos nas ligações entre escolas;
- Lançamento de acções piloto demonstrativas da utilização e disseminação das NTIC junto às entidades beneficiárias do projecto "Um computador para todos", *e-communities*, divulgação do ensino à distância junto dos professores e estudantes universitários, *e-learning*, reorganização dos municípios da Madeira para o *e-government* e preparação das PME's para o *e-commerce*.

OUTROS PROJECTOS DE INFORMAÇÃO

Do trabalho desenvolvido em 2003, a nível da **informação estatística**, destaca-se a atenção que foi dada à difusão, quer no que respeita aos suportes utilizados, quer em relação aos formatos, no sentido de fazer chegar a informação aos destinatários de forma rápida e de fácil compreensão. Foram ainda criadas algumas estruturas que irão permitir aumentar a capacidade para fornecer, em tempo oportuno, informação específica.

No domínio da **informação georeferenciada**, através Decreto-Lei n.º 13/2003, de 28 de Janeiro, foram transferidas para a Região Autónoma da Madeira as atribuições e competências de âmbito regional do Instituto Geográfico Português (IGP), que vinham sendo exercidas pela sua delegação regional. Trata-se de um facto da maior importância, dada a crescente relevância deste tipo de informação, envolvendo a geodesia, a cartografia e o cadastro, no desenvolvimento, nomeadamente, das actividades de ordenamento do território.

No âmbito da **cooperação inter-regional**, a "Ultraperiferia e Coesão Económica, Social e Territorial (UCEST)" é um projecto de cooperação co-financiado pelo FEDER no âmbito da iniciativa INTERREG III B.



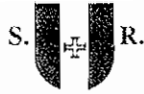
Em 2002 efectuou-se a preparação do Acordo de Cooperação entre as regiões ultraperiféricas, com o objectivo de desenvolver um projecto científico de investigação sobre a ultraperiferia, que permita a disponibilidade de uma informação mais substancial sobre este fenómeno. O projecto comporta a definição e quantificação de indicadores de ultraperiferia, a criação de uma página na *Web* e a divulgação alargada dos resultados obtidos.

O Acordo foi assinado já em 2003 e o projecto tem a participação de todas as RUP's, sendo as Canárias (líder do projecto), os Açores e a Madeira as regiões coordenadoras do mesmo. No sentido de identificar os factores determinantes da ultraperiferia e de quantificar os respectivos indicadores, a Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa coordenará, a nível regional, os trabalhos, em associação com a Direcção Regional de Estatística da Madeira.

A Direcção Regional de Estatística irá proceder ainda, em parceria com as outras regiões da Macaronésia, à implementação de um outro projecto, também com participação aprovada ao abrigo do INTERREG III B, "TIO-MAC – Sistema integrado de Contas Regionais – Elaboração de Quadros Input-Output", que, tal como o "UCEST", tem como objectivo um conhecimento mais profundo das RUP's, em termos económicos e sociais, através do estabelecimento de indicadores que permitam, de forma objectiva, efectuar uma caracterização comparada dos respectivos níveis de vida.

Sendo assim, são estabelecidos como **objectivos prioritários** para 2004:

- Dar continuidade aos projectos iniciados em 2003 no domínio da informação estatística, estabelecendo as estruturas necessárias para colmatar as deficiências de informação existentes e aumentando a capacidade de resposta do serviço aos utilizadores;
- Desenvolver novos projectos em parceria com outras regiões que envolvam estudos e caracterização de novos espaços territoriais decorrentes das alterações verificadas nos vários sectores de actividade, numa perspectiva integrada;
- Dar continuidade ao projecto de desenvolvimento profissional e pessoal dos funcionários da Direcção Regional de Estatística, por forma a que este serviço



possa adquirir a maturidade indispensável para dar resposta às necessidades de informação que vão surgindo na Região;

- Promover o aprofundamento e a consolidação da infra-estrutura regional de informação geográfica, numa perspectiva de promover junto dos principais produtores e utilizadores, a disponibilização e o acesso à informação pública em formato digital;
- Promover o desenvolvimento de acções e trabalhos nos domínios da geodesia, da cartografia e do cadastro predial, numa perspectiva de dotar a Região de elementos cartográficos e cadastrais fidedignos e permanentemente actualizados;
- Promover a cooperação inter-regional, em especial entre as Regiões Ultraperiféricas;
- Promover a melhoria da informação necessária ao desenvolvimento da actividade empresarial e ao reforço da sua competitividade.

Para a prossecução destes objectivos, torna-se necessário concretizar as seguintes **medidas e instrumentos de acção:**

No âmbito da **informação estatística**, da responsabilidade da Direcção Regional de Estatística da Madeira:

- Elaborar o relatório de execução do projecto "Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População";
- Proceder à actualização dos mapas com informação georeferenciada dos equipamentos e serviços de apoio à população;
- Dar início ao projecto "SIER - Sistema de Informação do Espaço Rural";



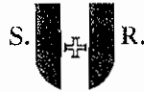
- Dar continuidade à execução dos projectos "TIO-MAC - Elaboração de Quadros Input-Output" e "UCEST–Ultraperiferia e Coesão Económica, Social e Territorial", com participação aprovada no âmbito do INTERREG III B;
- Proporcionar aos técnicos em serviço, formação avançada e estágios nas áreas de metodologia e contas regionais.

No âmbito da **cooperação inter-regional**, da responsabilidade da Direcção Regional dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa (VP):

- Estabelecer contactos com outros departamentos, públicos e privados, na sequência de pedidos de parceria em acções de cooperação externa;
- Dar continuidade à execução do projecto "UCEST–Ultraperiferia e Coesão Económica, Social e Territorial", em colaboração com a Direcção Regional de Estatística;

No âmbito da **informação georeferenciada**, da responsabilidade da Direcção Regional de Geografia e Cadastro (SREST):

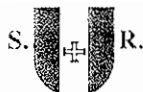
- Uniformização das redes geodésica e cadastral, através, nomeadamente:
 - Da determinação de uma rede única, a ser utilizada por todos os utilizadores da RAM, de forma a ser possível o cruzamento da diversa informação geográfica;
 - Da determinação dos parâmetros de transformação entre os diversos sistemas de coordenadas existentes, por forma a garantir que toda a informação geográfica produzida seja integrável com a informação geográfica a produzir, que se use apenas um único sistema de coordenadas e que os erros na transformação de coordenadas da referida informação estejam dentro dos limites aceitáveis;
- Informatização de toda a informação das redes geodésica e cadastral existente na DRGC, através das seguintes acções:
 - Inventariação/organização dos arquivos analógicos;



- Estruturação da base de dados, e,
- Introdução dos dados das redes na referida aplicação;
- Informatização do cadastro geométrico da propriedade rústica das Ilhas da Madeira e Porto Santo, permitindo um acesso à informação de forma expedita e rápida, através, nomeadamente das seguintes acções:
 - Conversão para formato digital do cadastro geométrico da propriedade rústica existente nas secções cadastrais, e;
 - Gestão e manutenção do cadastro geométrico da propriedade rústica;
- Informatização e resolução rápida dos processos de reclamação administrativa;
- Delimitação e demarcação das circunscrições administrativas da RAM, por forma a se utilizar uma base única;
- Elaboração de informação cartográfica de base, através da:
 - Realização de voos aerofotogramétricos;
 - Realização de ortofotomapas, e;
 - Realização de cartografia digital.

Dos projectos e acções a desenvolver, destacam-se, por serem os mais relevantes, os seguintes:

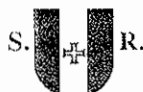
- Rede Regional de Informação Geográfica – Implementação das componentes regional e local da rede do Sistema Nacional de Informação Geográfica na Região Autónoma da Madeira que envolve, para além da instalação dos meios informáticos destinados à ligação em rede das bases de dados dos Serviços Regionais produtores de informação geográfica, a concepção e o desenvolvimento de aplicações informáticas destinadas a proporcionar aos utilizadores um acesso simplificado e em condições de grande eficácia à informação disponível nos diversos Núcleos e Base de Dados Sectoriais integrados na Infra-estrutura Regional de Informação Geográfica;



- GEOCID – Disponibilização de conteúdos de informação georeferenciada de cidadania;
- Disponibilização, no âmbito dos serviços da SRES, em intranet, de todos os instrumentos de planeamento e de toda a informação geográfica de base.

No âmbito da **melhoria da informação necessária ao desenvolvimento da actividade empresarial e ao reforço da sua competitividade**, da responsabilidade da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia:

- Participar em feiras, congressos, seminários e palestras, bem como realizar vários seminários para divulgação da informação pertinente para o adequado exercício da actividade económica;
- Realizar campanhas de informação e/ou sensibilização referentes à utilização racional de energia, bem como iniciativas de divulgação, junto dos operadores económicos e do público em geral, das áreas de actuação da DRCIE, assim como da informação necessária ao desenvolvimento da actividade empresarial e ao reforço da sua competitividade;
- Proceder à aquisição de equipamento electrónico e informático no sentido de dotar a DRCIE de meios técnicos fundamentais ao desenvolvimento da sua actividade no domínio da informação, da divulgação e da sua participação nos diversos eventos;
- Dar continuidade ao projecto "Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria", no sentido de ser disponibilizada *on-line*, a informação georeferenciada para os sectores do comércio e da indústria. Para o efeito são necessárias a aquisição de *software* específico, a assistência de uma empresa da especialidade na manutenção deste Sistema de Informação, bem como a formação dos funcionários da DRCIE que trabalham com esta aplicação.



V.18. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O acelerado desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira, associado à sua inserção no amplo espaço da União Europeia, e aos desafios decorrentes do fenómeno da globalização, constituem factores que determinam a necessidade de desenvolver e aprofundar a modernização da Administração Pública Regional.

A maioria dos departamentos do Governo Regional propõem-se prosseguir em 2004 investimentos e acções que têm como objectivo comum a progressiva melhoria na prestação de serviços, e, como **objectivos estratégicos**:

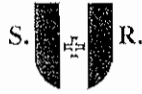
- Criação de instalações condignas, através, sobretudo, da adaptação e melhoramento de instalações já existentes e da aquisição de equipamentos;
- Simplificação, racionalização e desburocratização de métodos e procedimentos administrativos;
- Valorização do potencial humano ao serviço da administração pública.

A formação profissional é um objectivo estratégico de qualquer organização moderna e, em particular, um dos pontos-chave para a qualidade dos serviços que compõem a administração pública regional e local.

Neste âmbito, a Direcção Regional da Administração Pública e Local (DRAPL) assume um papel preponderante ao nível da formação dos quadros de pessoal da Administração Regional e Local, sendo que também a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais conta com o Serviço de Formação Permanente para fazer face às respectivas necessidades de formação.

Tendo em consideração as reformas que se perspectivam para a administração pública, há que promover um maior esforço na realização de acções de formação profissional, condição *sine qua non* para o êxito dessas reformas.

Também a entrada em funcionamento da Loja do Cidadão obrigará à realização de acções de formação, para além das que têm sido ministradas ao longo de 2002 e de 2003.



Para alcançar os objectivos estratégicos acima enunciados, está previsto implementar em 2004 as seguintes **medidas e acções**:

- Reforçar a aposta estratégica na formação que deverá ser implementada nos serviços e organismos da administração pública, designadamente, nas novas tecnologias de informação e comunicação, na modernização administrativa, no atendimento de público, na qualidade em serviços públicos e na CAF (*Common Assessment Framework*) - Estrutura Comum de Avaliação;
- Promover o aumento do nível de conhecimentos técnicos e profissionais dos funcionários públicos, através da realização de acções de formação contínua, contribuindo para um aprofundamento e melhoria das capacidades já existentes;
- Promover a realização de acções de formação em áreas específicas para uma eficaz prestação de serviços, com o nível de qualidade que lhes são exigíveis;
- Promover uma maior rapidez de comunicação e informação, intra e extra regional, através da actualização dos serviços em equipamento informático, relevando-se neste âmbito o prosseguimento de acções da responsabilidade da Direcção Regional de Informática no âmbito dos projectos "Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos", "Rede Integrada do Governo Regional" e "Serviço Electrónico do Governo";
- Promover uma maior capacidade de gestão de programas específicos, como é o caso, nomeadamente, da gestão *on-line* do Programa POSEIMA e da gestão e arquivo de informação contida em documentos públicos - projecto GEDAP;
- Conclusão das obras de adaptação no edifício onde ficará instalada a Loja do Cidadão, aquisição de equipamentos, nomeadamente os que se destinam à emissão de passaportes, e prosseguimento dos contactos e negociações com os organismos, locais e nacionais, cujos serviços irão integrar esta estrutura, por forma a que se proceda à sua inauguração e entrada em funcionamento ainda durante o 1.º semestre de 2004;
- Prosseguir os trabalhos de implementação do projecto "Formulários *On-Line* – Madeira Digital", através da compilação e/ou reformulação de todos os



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

175

formulários internos e disponibilização de modelos para preenchimento *off-line* na intranet do Governo Regional e da realização de um estudo que recomendará a plataforma e soluções técnicas a adoptar com vista à realização da fase final do projecto.



V.19. APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL

A Região Autónoma da Madeira conseguiu progressos assinaláveis na última década, quer no que se refere à modernização, quer ao nível tecnológico das empresas. Nesta evolução, deve ser salientado o contributo dos Quadros Comunitários de Apoio 1989-93 e 1994-99 que, para o efeito, disponibilizaram importantes meios financeiros que foram canalizados para o sector produtivo.

Contudo, o tecido empresarial da Região Autónoma da Madeira ainda revela grandes insuficiências em matéria de produtividade e de competitividade, sobretudo quando comparado com a média da União Europeia.

Nesta perspectiva, os objectivos que, no domínio da economia, presidirão à definição de estratégias, políticas e medidas de acção a médio prazo, são:

- Reforçar a produtividade e competitividade das empresas, bem como a sua participação no mercado global. As potencialidades e fragilidades do sistema produtivo regional terão de ser ultrapassadas para que se alcancem os níveis de competitividade necessários para defrontar uma concorrência externa e interna acrescida, no âmbito de uma União Europeia voltada para um alargamento futuro aos restantes Países da Europa;
- Promover o desenvolvimento económico. A globalização das economias, resulta numa rápida evolução tecnológica e em alterações nos padrões de consumo, o que vai implicar ajustamentos significativos ao processo produtivo, que importa promover, por forma a que as empresas se tornem competitivas no futuro.

Neste sentido, apresentam-se como **objectivos prioritários** para 2004:

- Dinamização do tecido empresarial regional, através dos interlocutores privilegiados junto das pequenas e médias empresas, que são as associações empresariais;
- Apoiar e incentivar iniciativas empresariais que tenham em vista, nomeadamente, o aumento efectivo da produtividade e da competitividade, o reforço da capacidade técnica, tecnológica e de marketing, a promoção da



inovação de produtos e processos, a alteração qualitativa dos factores dinâmicos de competitividade e o surgimento de novos sectores e actividades de alto valor acrescentado e de áreas de desenvolvimento competitivas, promovendo a progressiva alteração do perfil produtivo regional;

- Alargar as formas de financiamento das empresas, através da criação de um ambiente de inovação financeira propício ao alargamento da oferta de produtos e serviços financeiros e a consequente dinamização da procura;
- Melhorar a envolvente empresarial;
- Promover a introdução de sistemas de qualidade na dinâmica organizacional do Instituto de Desenvolvimento Empresarial – IDE-RAM;
- Prosseguir com a participação financeira no Centro de Empresas e Inovação da Madeira (CEIM), no âmbito das suas actividades em prol da inovação e da modernização empresariais.

Para 2004, prevê-se a concretização das seguintes **medidas e acções**,

- Concretizar os compromissos assumidos com a Associação de Jovens Empresários Madeirenses e com a Associação Madeirense de Mulheres Empresárias;
- Dar continuidade à concessão de apoios à Associação Comercial e Industrial do Porto Santo (ACIPS), à Associação Comercial e Industrial de Machico e à Associação de Comércio e Serviços da RAM, através da renovação dos respectivos contratos-programa, e encetar a cooperação com as Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira;
- Colaborar com o Conselho Empresarial da Madeira, assegurando a componente regional do projecto GlocalNet, que terá comparticipação financeira no âmbito do PIC INTERREG III B. Este projecto fomentará um maior intercâmbio de negócios, uma reorientação estratégica e um reforço de competências, permitindo um maior aproveitar das oportunidades inerentes ao processo de globalização;



- Promoção de iniciativas empresariais através da concessão dos incentivos integrados no SIPPE – Sistema de Incentivos a Pequenos Projectos Empresariais, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2000/M e regulamentado pela Portaria n.º 106/2000;
- Consolidação e alargamento das formas de financiamento das empresas, através, nomeadamente, da participação na constituição de fundos de capital de risco ou em fundos de investimento em activos fixos de natureza sectorial, da constituição e reforço de mecanismos de garantia e da participação em instituições de interface e inovação financeira;
- Apoio a iniciativas empresariais ao nível dos sistemas de informação, de estudos e diagnósticos do tecido empresarial da Região, do acesso aos mercados externos, da promoção turística e da promoção da imagem empresarial da RAM;
- Detecção, selecção, avaliação e acompanhamento na criação de empresas inovadoras, prevendo-se a criação e o estabelecimento de três empresas inovadoras e o relançamento do Prémio Madeira de Inovação Empresarial, prémio anual que visa premiar os projectos empresariais inovadores;
- Modernização de PME's existentes, através da realização de acções de consultoria integrada;
- Acompanhamento e consultoria a PME's que o necessitem no âmbito da assistência pontual do CEIM;
- Continuação do desenvolvimento de projectos europeus, em parceria com empresas e instituições regionais, que visem a cooperação empresarial e institucional no espaço da Comunidade Europeia.



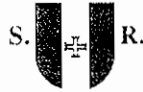
V.20. APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

No sentido de promover o desenvolvimento sustentado da Região Autónoma da Madeira e o bem estar da população residente, o Governo Regional continuará, em 2004, a conceder apoios:

- Às Sociedades de Desenvolvimento, instrumentos fundamentais na prossecução das directrizes definidas no Programa do Governo;
- Às Autarquias Locais, no sentido da concretização de obras previstas no Programa do Governo;
- À Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, mercê do seu papel catalisador da rentabilização do potencial endógeno.

A **Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo**, prossequindo os objectivos de criar as condições necessárias à afirmação e promoção da qualidade desse destino turístico, que é a Ilha do Porto Santo, e de promover o bem estar da sua população, apresenta, como **áreas de intervenção e projectos** a desenvolver em 2004:

- Promoção do destino "Porto Santo";
- Medidas de salvaguarda da Praia do Porto Santo;
- Recuperação das instalações do Centro Hípico do Porto Santo;
- Recuperação do Ilhéu da Cal, no sentido de criar um roteiro turístico e recuperar o respectivo património histórico, cultural e natural;
- Revitalização do Centro Histórico da Cidade – 2.ª Fase: Passeio Dunar;
- Construção do Pavilhão Multiusos do Porto Santo, que será utilizado para a realização de feiras e eventos culturais e desportivos de vários tipos;
- Frente Mar – Zona Lúdica do Penedo do Sono – 2.ª Fase: Piscina de competição, centro de mergulho e campo de futebol de praia;

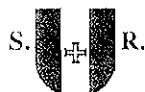


- Construção do novo parque de campismo do Porto Santo, com infra-estruturas que permitirão atingir a categoria de três estrelas;
- Conclusão do Campo de Golfe do Porto Santo e *Club House* e arranjo da zona envolvente que engloba, nomeadamente, a Igreja de São Pedro, a Pedreira do Pico da Ana Ferreira e a criação de uma zona de lagos;
- Construção de um centro desportivo – campos de ténis.

A **Sociedade de Desenvolvimento da Ponta do Oeste** inclui no seu Plano de Investimentos a execução, até 2004, de doze infra-estruturas, tendo em conta, nomeadamente, a valorização do centro histórico da Ribeira Brava, o ordenamento da frente de mar e da praia e a preservação e valorização do património cultural, paisagístico e natural:

- Ordenação e valorização da Frente Mar da Vila da Ribeira Brava;
- Construção do parque de estacionamento na Ribeira Brava;
- Ampliação das instalações da Câmara Municipal da Ribeira Brava;
- Construção do complexo desportivo da Ribeira Brava e correcção torrencial da ribeira;
- Construção de infra-estruturas de frente de mar e da marina do Lugar de Baixo;
- Recuperação do Palacete dos Zinos;
- Construção de infra-estruturas na praia da Madalena e Fajã do Mar;
- Construção do porto de recreio da Calheta;
- Construção do Centro de Congressos e Cultural da Calheta;
- Construção do Pavilhão Desportivo do Arco da Calheta.

A **Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento** encontra-se neste momento a estudar e a executar vários projectos distribuídos por vários concelhos.



Assim, no Concelho de Câmara de Lobos, projecta-se a construção das Piscinas das Salinas, que integra um complexo balnear com piscinas naturais, um restaurante, um núcleo museológico e o acréscimo e melhoramento da promenade, a construção de um centro cívico no Estreito de Câmara de Lobos, complementado com uma estrutura de natureza cultural, uma intervenção no Largo da República, que inclui um estacionamento subterrâneo e uma operação de reordenamento urbanístico.

No Concelho do Funchal será construído um troço de promenade que permitirá a ligação contínua entre o Lido e Câmara de Lobos e encontram-se em fase de estudos duas intervenções, uma integrada no Plano de Expansão do Madeira Tecnopolo e outra no Plano Director do Porto do Funchal.

No Concelho de Santa Cruz prevêem-se obras de reabilitação urbanística no Largo do Caniço, na margem leste da Ribeira da Boaventura e na praia dos Reis Magos e a construção de um aqua-parque.

Finalmente, no Concelho de Machico, projecta-se construir um centro cultural, na zona do actual campo de futebol, que incluirá um auditório, um centro cultural, zonas comerciais e um parque de estacionamento, e um parque desportivo na zona situada debaixo do aeroporto. No Porto da Cruz pretende-se intervir na zona de frente de mar, criando infra-estruturas de apoio à praia ali existente.

No âmbito da **Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira** estão em curso as seguintes intervenções:

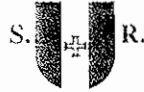
- Construção e melhoramento dos Complexos Balneares da Foz das Ribeiras de São Jorge e do Faial, e das Piscinas do Seixal;
- Construção do Parque Temático de Santana, que constituirá um importante pólo de desenvolvimento económico na medida em que representa um factor de dinamização da actividade turística e de lazer;
- Construção de infra-estruturas que permitirão o reordenamento e a requalificação de toda a Vila de São Vicente;



- Revitalização de toda a área adjacente às Grutas de São Vicente pretendendo-se a criação dos Jardins de Água e do Pavilhão de Vulcanologia;
- Remodelação do Jardim Municipal e do Parque Infantil de São Vicente;
- Remodelação e ampliação das Piscinas de Ponta Delgada;
- Requalificação da frente de mar do Porto Moniz, incluindo a construção de um passeio pedonal, de uma sala/auditório multi-usos e de um espaço de estacionamento.

As **autarquias locais** desenvolverão, com o apoio financeiro do Governo Regional, um conjunto de projectos de investimento que se podem incluir nas seguintes **áreas de intervenção**:

- Construção e beneficiação de estradas e caminhos municipais, na generalidade dos concelhos;
- Infra-estruturas e arranjos urbanísticos, nos Concelhos da Calheta, do Porto Moniz e do Funchal;
- Equipamentos sócio-culturais, no Concelho da Calheta;
- Infra-estruturas de comercialização, nos Concelhos da Calheta e do Funchal;
- Infra-estruturas de saneamento básico, nos Concelhos da Calheta, da Ponta do Sol e da Ribeira Brava;
- Infra-estruturas de apoio turístico, nos Concelhos do Funchal e do Porto Moniz;
- Valorização da orla marítima, no Concelho do Funchal;
- Protecção civil, nos Concelhos do Porto Moniz e de Santa Cruz;
- Racionalização do tráfego rodoviário, no Concelho do Funchal;
- Equipamentos desportivos, no Concelho de Machico.



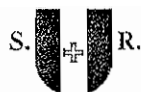
A **ADERAM** - Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira - dará continuidade, no ano de 2004, à implementação dos projectos iniciados em 2003 e executará novas iniciativas de desenvolvimento, de acordo com os seguintes objectivos estratégicos:

- Desenvolvimento de iniciativas que contribuam para o reforço da imagem do destino turístico de qualidade;
- Desenvolvimento de intervenções de recuperação de áreas urbanas degradadas, tendo em vista a melhoria das condições de habitabilidade e da paisagem;
- Potenciação do aproveitamento dos recursos endógenos.

Na continuidade dos anos anteriores, a ADERAM participará em diversas parcerias, sendo que ao nível da Região serão realizadas acções de cooperação com organizações que têm a seu cargo a coordenação ou a gestão de programas e iniciativas comunitárias, designadamente o INTERREG III, e, ao nível internacional, será aprofundada a cooperação com a EURADA - Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento, tendo em vista o incremento da participação da Região em parcerias de projectos de cooperação internacional. Neste âmbito, em Novembro de 2004, a Região será palco da primeira Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Económico.



VI. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS



VI. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A concretização das linhas de acção sectoriais apontadas no capítulo anterior traduzir-se-á, para o ano de 2004, na realização coordenada de um grande conjunto de programas e projectos de investimento, cujo valor global previsto ascende a 750.313 milhares de euros.

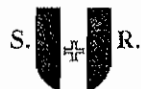
Da respectiva programação, individualizada, sectorial, espacial, por departamento executor e global, dá-se conta nos mapas financeiros do capítulo seguinte.

Em termos globais, importa aqui referir que o financiamento regional representa 81% do volume de despesa a realizar, sendo o Capítulo 50 do Orçamento Regional a principal fonte, com 99% do montante proveniente da Região.

Do ponto de vista institucional, e como já vem acontecendo nos últimos anos, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes é a que se apresenta com maior peso na despesa pública a realizar (57%), contribuindo o sector "Transportes e Comunicações" com 69% para a despesa deste departamento do Governo Regional.

Departamento Executor	PIDDAR 2004	
	Mil Euros	%
Vice-Presidência	23 676	3%
Recursos Humanos	6 954	1%
Turismo e Cultura	18 478	2%
Equipamento Social e Transportes	425 689	57%
Assuntos Sociais	18 862	2%
Educação	72 622	10%
Plano e Finanças	50 015	7%
Ambiente e Recursos Naturais	134 017	18%
TOTAL	750 313	100%

Releva-se, dentro da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, com um montante correspondente a 18% do total do PIDDAR, o sector da Defesa e Protecção do Ambiente, destinando-lhe, esta Secretaria, cerca de 46% da respectiva dotação.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

190

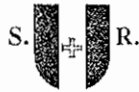
Seguem-se, ainda que com dotações significativamente inferiores, a Secretaria Regional da Educação, com 10% do investimento total, e ainda, o Plano e Finanças, a Vice-Presidência, os Assuntos Sociais, o Turismo e Cultura e os Recursos Humanos, cuja despesa prevista relativamente ao total do PIDDAR varia entre 7 e 1 por cento.

No que respeita à **repartição sectorial do investimento**, a área das "Acessibilidades", a que corresponde o sector dos Transportes e Comunicações, absorve a maior parcela da despesa global prevista (cerca de 39%), seguindo-se, em termos de montante de dotação, os sectores da Habitação e Urbanismo, com mais de 90 milhões de euros, e do Ambiente, com cerca de 62 milhões de euros.

O valor a investir na "Valorização dos Recursos Humanos" corresponde a quase 17% do montante global do investimento, merecendo destaque o sector da Educação e as medidas de apoio à formação profissional e ao emprego.

Áreas de Actuação	PIDDAR 2004	
	Mil Euros	%
Sectores Produtivos	59 779	8%
Acessibilidades	294 334	39%
Valorização dos Recursos Humanos	123 829	17%
Habitação, Urbanismo e Ambiente	151 565	20%
Saúde e Segurança Social	41 456	6%
Sectores de Apoio	30 651	4%
Apoios ao Desenvolvimento Local	48 699	6%
TOTAL	750 313	100%

A parcela restante da despesa a realizar destina-se i) aos "sectores produtivos", com preponderância para o sector agrícola (29 milhões de euros), para o turismo (12,7 milhões de euros) e para apoios ao sector empresarial (10,3 milhões de euros), ii) aos "apoios ao desenvolvimento local", concedidos maioritariamente às autarquias locais e às sociedades de desenvolvimento regional, iii) aos "sectores de apoio", relevando-se aqui a promoção da Sociedade da Informação e os investimentos destinados à modernização da administração pública, e iv) ao sector da saúde, para o qual foram reservados cerca de 37 milhões de euros (5% do montante global do PIDDAR).



Quanto à **repartição espacial** do investimento a realizar em 2004 (vide Quadro III, pág. 199), releva-se o facto de que cerca de 45% da despesa a realizar respeita a projectos de investimento de âmbito regional ou pluri-concelhio.

Dos cerca de 406 milhões de euros destinados a investimentos com localização bem determinada, i.e., dentro dos limites de concelho, 23% serão realizados no concelho do Funchal, seguindo-se-lhe o concelho de Machico, com 17%, os concelhos da Calheta, de Santana, de Santa Cruz e do Porto Moniz, entre 9 e 10% cada.

Nos restantes concelhos a despesa a realizar situa-se entre os 2 e os 5% daquele montante.

Terão lugar fora da Região acontecimentos implicando um dispêndio de cerca de 4,6 milhões de euros.

Do total das verbas provenientes da **Comunidade Europeia** destinadas a financiar os investimentos programados para 2004, cerca de 39% serão canalizados para a valorização dos recursos humanos, prioritariamente para a formação profissional, para a educação e para a promoção do emprego.

Os investimentos em prol da defesa do ambiente receberão cerca de 17% das receitas comunitárias, seguindo-se os sectores produtivos, com 12%, e os sectores de apoio e da saúde, estando destinados a cada um destes cerca de 9% do financiamento comunitário global previsto.



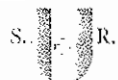
VII. QUADROS GLOBAIS E GRÁFICOS

QUADRO I

REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO POR DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL

(Un. Euros)

SECTORES	TOTAL	DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL							TOTAL	
		Vice- Presidência	Recursos Humanos	Turismo e Cultura	Equipamento Social e Transportes	Assuntos Sociais	Educação	Plano e Finanças		Ambiente e Recursos Naturais
TOTAL	TOTAL CAP. 50	23 676 440 19 698 940	6 953 949 5 260 000	18 478 000 18 478 000	425 688 474 424 927 285	18 861 876 12 200 000	72 621 589 45 965 000	50 015 440 47 061 861	134 017 221 120 500 000	750 312 989 694 091 086
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	Total Cap. 50								29 069 971 25 646 000	29 069 971 25 646 000
Pesca	Total Cap. 50								4 490 220 4 490 220	4 490 220 4 490 220
Indústria	Total Cap. 50	1 535 000 1 535 000	687 522 398 871							2 222 522 1 933 871
Energia	Total Cap. 50	576 500 576 500								576 500 576 500
Turismo	Total Cap. 50			12 658 500 12 658 500						12 658 500 12 658 500
Transportes e Comunicações	Total Cap. 50				294 334 144 294 334 144					294 334 144 294 334 144
Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	Total Cap. 50	414 690 414 690	53 835 53 835							468 525 468 525
Educação	Total Cap. 50				33 765 000 33 765 000		6 648 400 6 648 400			40 413 400 40 413 400
Formação Profissional e Emprego	Total Cap. 50		5 181 537 3 827 639	197 500 197 500		125 000 37 500	30 246 848 6 740 000		78 780 78 780	35 829 665 10 881 419
Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	Total Cap. 50		769 823 718 423		8 482 500 8 482 500		28 323 920 28 323 920			37 576 243 37 524 843
Cultura	Total Cap. 50			5 110 000 5 110 000	4 900 000 4 900 000					10 010 000 10 010 000
Saúde	Total Cap. 50				22 962 500 22 962 500	14 136 884 8 399 581				37 099 384 31 362 081
Segurança e Acção Social	Total Cap. 50		191 265 191 265			4 164 992 3 327 919				4 356 257 3 515 184
Habituação e Urbanismo	Total Cap. 50				52 086 250 52 086 250				37 432 920 27 770 000	89 519 170 79 856 250
Defesa e Protecção do Ambiente	Total Cap. 50								62 045 330 61 615 000	62 045 330 61 615 000
Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	Total Cap. 50				3 628 080 2 866 891		3 544 130 1 108 000			7 172 210 3 974 891
Informação Científica e Técnica	Total Cap. 50	874 741 874 741			3 380 000 3 380 000		3 770 291 3 056 680	5 857 314 2 903 735		13 882 346 10 215 156
Administração Pública Regional	Total Cap. 50	834 364 834 364	69 967 69 967	512 000 512 000	2 150 000 2 150 000	435 000 435 000	88 000 88 000	4 607 276 4 607 276	900 000 900 000	9 596 607 9 596 607
Apoios ao Sector Empresarial	Total Cap. 50	10 292 570 6 315 070								10 292 570 6 315 070
Apoios ao Desenvolvimento Local	Total Cap. 50	9 148 575 9 148 575						39 550 850 39 550 850		48 699 425 48 699 425



QUADRO II
REPARTIÇÃO SECTORIAL DO INVESTIMENTO

(Un.: Euros)

ÁREAS DE ACTUAÇÃO / SECTORES	CAP.50 O.R.	OUTRAS FONTES	TOTAL
TOTAL	694 091 086	56 221 903	750 312 989
SECTORES PRODUTIVOS	52 088 686	7 690 122	59 778 808
Agricultura, Silvicultura e Pecuária	25 646 000	3 423 971	29 069 971
Pesca	4 490 220	0	4 490 220
Indústria	1 933 871	288 651	2 222 522
Energia	576 500	0	576 500
Turismo	12 658 500	0	12 658 500
Comércio, Abastecimento e Defesa do Consumidor	468 525	0	468 525
Apoios ao Sector Empresarial	6 315 070	3 977 500	10 292 570
ACESSIBILIDADES	294 334 144	0	294 334 144
Transportes e Comunicações	294 334 144	0	294 334 144
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	98 829 662	24 999 646	123 829 308
Educação	40 413 400	0	40 413 400
Formação Profissional e Emprego	10 881 419	24 948 246	35 829 665
Desporto e Ocupação dos Tempos Livres	37 524 843	51 400	37 576 243
Cultura	10 010 000	0	10 010 000
HABITAÇÃO, URBANISMO E AMBIENTE	141 471 250	10 093 250	151 564 500
Habitação e Urbanismo	79 856 250	9 662 920	89 519 170
Defesa e Protecção do Ambiente	61 615 000	430 330	62 045 330
SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	34 881 265	6 574 376	41 455 641
Saúde	31 362 081	5 737 303	37 099 384
Segurança e Acção Social	3 519 184	837 073	4 356 257
SECTORES DE APOIO	23 786 654	6 864 509	30 651 163
Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico	3 974 891	3 197 319	7 172 210
Informação Científica e Técnica	10 215 156	3 667 190	13 882 346
Administração Pública Regional	9 596 607	0	9 596 607
APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	48 699 425	0	48 699 425



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

199

PIDDAR 2004

QUADRO III

REPARTIÇÃO ESPACIAL DO INVESTIMENTO

(Un.: Euros)

LOCALIZAÇÃO		DEPARTAMENTOS DO GOVERNO REGIONAL							TOTAL	
		Vice- Presidência	Recursos Humanos	Turismo e Cultura	Equipamento Social e Transportes	Assuntos Sociais	Educação	Plano e Finanças		Ambiente e Recursos Naturais
TOTAL	TOTAL CAP. 50	23 676 440 19 698 940	6 993 949 5 260 000	18 478 000 18 478 000	425 688 474 424 927 285	18 861 676 12 200 000	72 621 589 45 965 600	50 015 440 47 061 861	134 017 221 120 500 000	750 312 989 694 091 086
CALHETA	Total Cap. 50			60 000 60 000	40 143 750 40 143 750			2 807 500 2 807 500	1 010 694 1 010 694	-14 621 944 -14 621 944
CÂMARA DE LOBOS	Total Cap. 50				13 344 000 13 344 000			5 575 500 5 575 500	1 245 770 1 095 000	20 165 270 20 014 500
FUNCHAL	Total Cap. 50	94 764 94 764	388 967 366 867	10 497 500 10 497 500	52 873 394 52 863 394	9 057 061 4 997 061	6 900 246 4 459 000	8 947 758 8 947 758	4 292 268 4 016 694	93 051 958 86 291 944
MACHICO	Total Cap. 50	24 800 24 800		770 000 770 000	61 927 750 61 927 750			3 907 300 3 907 300	3 287 000 3 287 000	69 916 850 69 916 850
PONTA DO SOL	Total Cap. 50				8 112 500 8 112 500			2 150 900 2 150 900	2 600 000 2 600 000	12 863 400 12 863 400
PORTO MONIZ	Total Cap. 50		10 000 10 000		33 225 000 33 225 000			1 750 000 1 750 000	2 220 000 2 220 000	37 205 000 37 205 000
PORTO SANTO	Total Cap. 50	1 880 000 1 880 000		250 000 250 000	3 437 500 3 437 500			2 068 500 2 068 500	1 616 400 1 616 400	9 252 400 9 252 400
RIBEIRA BRAVA	Total Cap. 50			150 000 150 000	17 645 000 17 645 000			2 700 200 2 700 200	750 000 750 000	21 245 200 21 245 200
SANTA CRUZ	Total Cap. 50	97 500 97 500		5 000 5 000	30 598 000 30 598 000	74 820 74 820		4 241 100 4 241 100	6 306 000 6 306 000	-11 322 420 -11 322 420
SANTANA	Total Cap. 50				39 497 500 39 497 500			2 423 800 2 423 800	1 343 715 1 260 000	-13 265 015 -13 181 300
SÃO VICENTE	Total Cap. 50				10 568 500 10 568 500			2 169 500 2 169 500	598 000 598 000	13 336 000 13 336 000
VÁRIOS CONCELHOS	Total Cap. 50	7 328 175 7 328 175	312 823 261 423	1 497 000 1 497 000	51 345 000 51 345 000	4 685 428 4 685 428	29 192 687 6 015 390	2 210 000 2 210 000	54 486 852 44 823 932	151 057 965 118 166 348
REGIÃO	Total Cap. 50	14 251 201 10 273 701	6 070 159 4 449 710	1 951 000 1 951 000	62 970 580 62 219 391	5 044 567 2 442 691	35 662 421 34 720 610	9 063 382 6 109 803	53 974 807 50 767 374	168 988 117 172 934 280
EXTERIOR	Total Cap. 50		172 000 172 000	3 297 500 3 297 500			866 235 770 000		285 715 100 000	-4 621 450 -4 339 500



Gráfico 1

Repartição Institucional do Investimento

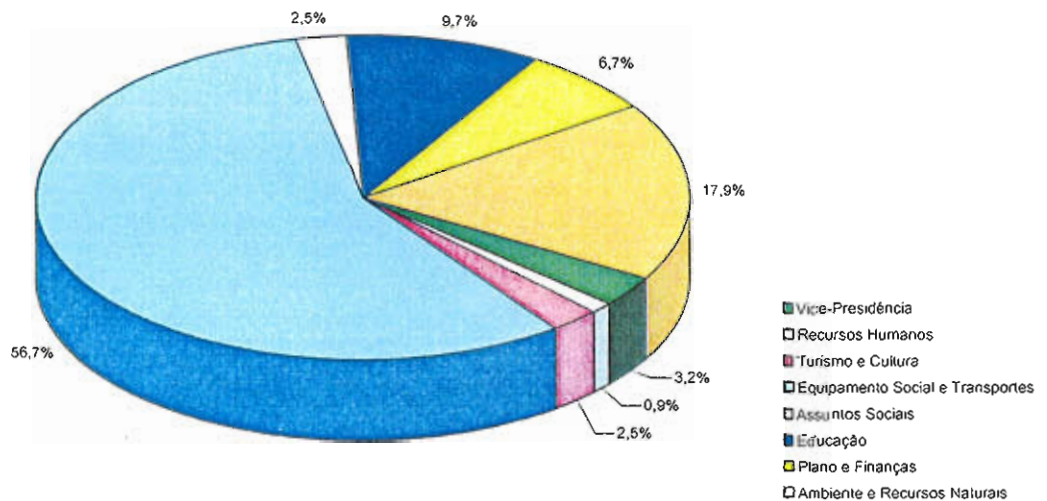
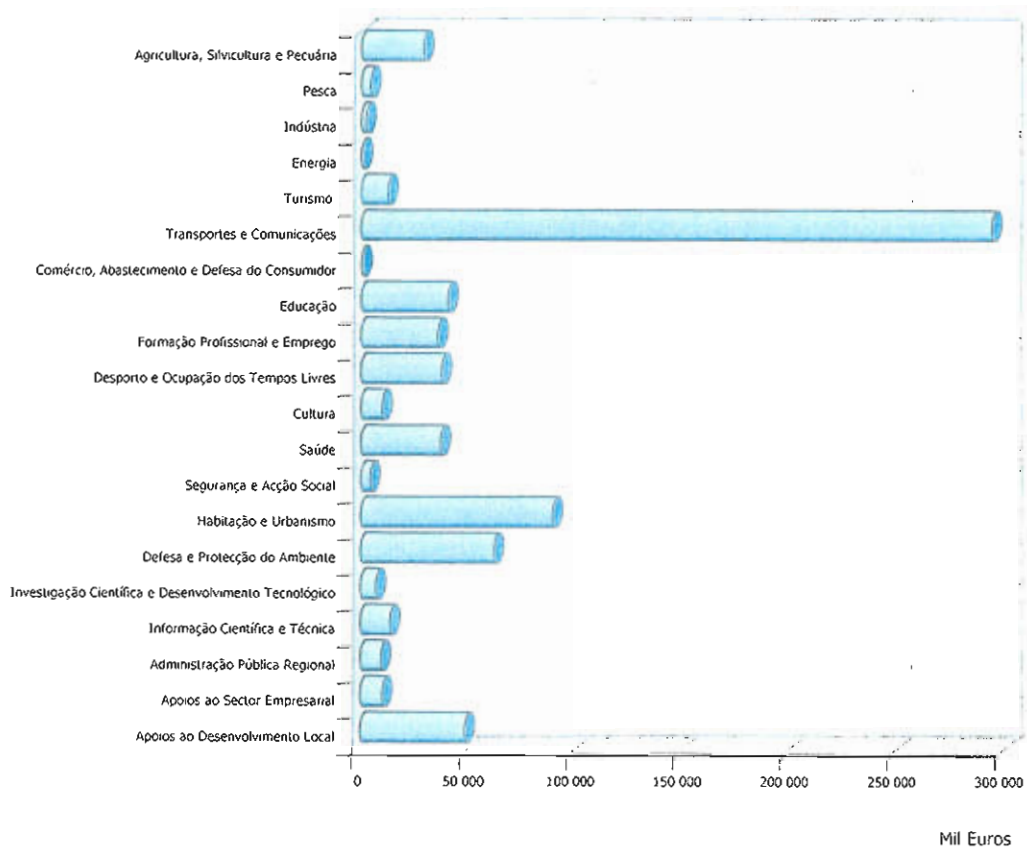




Gráfico 2

Repartição Sectorial do Investimento





**VIII. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS
E ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO
REGIONAL**

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	25 288 981	21 434 380	23 676 440	28 688 268	18 249 030	7 494 531	124 831 630
		CAP. 50 O.R.	25 408 643	18 634 380	19 698 940	22 795 953	14 999 030	4 994 531	106 531 477
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	25 288 981	21 434 380	22 417 620	28 661 268	18 249 030	7 494 531	123 545 810
		CAP. 50 O.R.	25 408 643	18 634 380	18 440 120	22 768 953	14 999 030	4 994 531	105 245 657
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	1 258 820	27 000	0	0	1 285 820
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 258 820	27 000	0	0	1 285 820
SECTOR: INDÚSTRIA		TOTAL	1 428 521	1 537 965	1 535 000	2 500 000	0	0	7 001 486
		CAP. 50 O.R.	1 428 521	1 537 965	1 535 000	2 500 000	0	0	7 001 486
DINAMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL		TOTAL	1 428 521	1 537 965	1 535 000	2 500 000	0	0	7 001 486
SE: VP N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	1 428 521	1 537 965	1 535 000	2 500 000	0	0	7 001 486
Estudo e Preservação dos Recursos Geológicos (DRCIE) 2002-04		TOTAL	3 523	37 965	35 000	0	0	0	76 488
		CAP. 50 O.R.	3 523	37 965	35 000	0	0	0	76 488
Madeira Parques Empresariais-Sociedade Gestora, MPE, S.A. 2002-05		TOTAL	1 424 998	1 500 000	1 500 000	2 500 000	0	0	6 924 998
		CAP. 50 O.R.	1 424 998	1 500 000	1 500 000	2 500 000	0	0	6 924 998
SECTOR: ENERGIA		TOTAL	3 230 146	699 019	576 500	473 800	458 100	40 000	5 477 565
		CAP. 50 O.R.	3 230 146	699 019	576 500	473 800	458 100	40 000	5 477 565
APOIOS A PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS		TOTAL	2 572 820	156 224	156 200	52 000	40 000	40 000	3 017 244
SE: DRCIE N.º Projectos: 3		CAP. 50 O.R.	2 572 820	156 224	156 200	52 000	40 000	40 000	3 017 244
Apoio aos Produtores Privados de Energia Eléctrica (Decreto - Lei n.º 129/88 e Resolução n.º 1063/88) 1995-04		TOTAL	2 568 211	136 224	100 000	0	0	0	2 804 435
		CAP. 50 O.R.	2 568 211	136 224	100 000	0	0	0	2 804 435
Incentivos para o Aproveitamento da Energia Solar Térmica para o Sector Residencial 2001-07		TOTAL	4 609	20 000	30 000	40 000	40 000	40 000	174 609
		CAP. 50 O.R.	4 609	20 000	30 000	40 000	40 000	40 000	174 609
N Estudo do Gás Natural COFIN - POE 2004-05		TOTAL	0	0	26 200	12 000	0	0	38 200
		CAP. 50 O.R.	0	0	26 200	12 000	0	0	38 200
CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DO CANIÇAL		TOTAL	3 980	3 017	24 800	15 000	0	0	46 797
SE: DRCIE N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	3 980	3 017	24 800	15 000	0	0	46 797
Centro Logístico de Combustíveis do Caniçal 1997 - 05		TOTAL	3 980	3 017	24 800	15 000	0	0	46 797
		CAP. 50 O.R.	3 980	3 017	24 800	15 000	0	0	46 797
COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA COM A AREAM		TOTAL	653 346	539 778	395 500	406 800	418 100	0	2 413 524
SE: VP N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	653 346	539 778	395 500	406 800	418 100	0	2 413 524
Cooperação Técnica e Científica com a AREAM 2000-06		TOTAL	653 346	539 778	395 500	406 800	418 100	0	2 413 524
		CAP. 50 O.R.	653 346	539 778	395 500	406 800	418 100	0	2 413 524
SECTOR: COMÉRCIO, ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR		TOTAL	162 322	125 122	414 690	295 000	225 000	185 000	1 407 134
		CAP. 50 O.R.	162 322	125 122	414 690	295 000	225 000	185 000	1 407 134
PROMOÇÃO DE PRODUTOS REGIONAIS		TOTAL	51 626	24 172	30 000	0	0	0	105 798
SE: DRCIE N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	51 626	24 172	30 000	0	0	0	105 798
Promoção de Produtos Regionais 1996-04		TOTAL	51 626	24 172	30 000	0	0	0	105 798
		CAP. 50 O.R.	51 626	24 172	30 000	0	0	0	105 798
APOIO A GESTÃO DA QUALIDADE		TOTAL	110 696	100 950	384 690	295 000	225 000	185 000	1 301 336
SE: DRCIE N.º Projectos: 6		CAP. 50 O.R.	110 696	100 950	384 690	295 000	225 000	185 000	1 301 336
Estratégia para a Qualidade na RAM 2003-07		TOTAL	0	25 000	100 000	50 000	50 000	50 000	275 000
		CAP. 50 O.R.	0	25 000	100 000	50 000	50 000	50 000	275 000
Programa da Promoção da Qualidade 2000-07		TOTAL	49 188	56 000	82 190	85 000	85 000	85 000	442 378
		CAP. 50 O.R.	49 188	56 000	82 190	85 000	85 000	85 000	442 378
Equipamentos Técnicos para o Laboratório Regional de Metrologia 2001-07		TOTAL	58 736	19 950	62 500	65 000	50 000	50 000	306 186
		CAP. 50 O.R.	58 736	19 950	62 500	65 000	50 000	50 000	306 186

PIDDAR 2004

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							Total
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes		
Programa da Qualidade em Parceria com o Instituto Português da Qualidade COFIN - POE 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 772 2 772	0 0	80 000 80 000	80 000 80 000	40 000 40 000	0 0	202 772 202 772
N Congresso Ibero-americano de Laboratórios (DRCIE) 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	25 000 25 000	0 0	0 0	0 0	25 000 25 000
N Certificação da Direcção de Serviços de Indústria (DRCIE) 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	35 000 35 000	15 000 15 000	0 0	0 0	50 000 50 000
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL CAP. 50 O.R.	326 554 326 554	94 067 94 067	874 741 874 741	130 018 130 018	124 994 124 994	124 994 124 994	1 675 368 1 675 368
SISTEMAS E PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO SE: DRCIE N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	281 503 281 503	86 150 86 150	113 080 113 080	122 500 122 500	122 500 122 500	122 500 122 500	848 233 848 233
Programa de Informação e Divulgação sobre a Actividade Económica (PIDAE) 1998-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	174 816 174 816	50 650 50 650	75 580 75 580	85 000 85 000	85 000 85 000	85 000 85 000	556 046 556 046
Sistema de Informação Geográfica do Comércio e Indústria 1997-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	106 687 106 687	35 500 35 500	37 500 37 500	37 500 37 500	37 500 37 500	37 500 37 500	292 187 292 187
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL SE: VP N.º Projectos: 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	45 051 45 051	7 917 7 917	761 661 761 661	7 518 7 518	2 494 2 494	2 494 2 494	827 135 827 135
Ações de Cooperação Externa (DRACE) 1996-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	45 051 45 051	2 500 2 500	2 494 2 494	2 494 2 494	2 494 2 494	2 494 2 494	57 527 57 527
Ultraperiferia e Coesão Económica, Social e Territorial (UCEST) (DRACE) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	5 417 5 417	9 167 9 167	5 024 5 024	0 0	0 0	19 608 19 608
N Madeira - Região Europeia 2004 (GS) 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	750 000 750 000	0 0	0 0	0 0	750 000 750 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 321 100 1 321 100	375 250 375 250	834 364 834 364	1 746 754 1 746 754	926 124 926 124	889 037 889 037	6 092 629 6 092 629
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL AFECTO À VICE-PRESIDÊNCIA SE: VP N.º Projectos: 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	247 866 247 866	19 500 19 500	35 164 35 164	37 864 37 864	43 664 43 664	34 964 34 964	419 022 419 022
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRACE 1998-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	229 877 229 877	12 500 12 500	14 964 14 964	14 964 14 964	14 964 14 964	14 964 14 964	302 233 302 233
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da DRCIE 1997-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	14 700 14 700	5 000 5 000	17 300 17 300	20 000 20 000	20 000 20 000	20 000 20 000	97 000 97 000
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal Afecto ao Gabinete da VP 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 289 3 289	2 000 2 000	2 900 2 900	2 900 2 900	8 700 8 700	0 0	19 789 19 789
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL E LOCAL SE: DRAPL N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	458 374 458 374	200 000 200 000	300 000 300 000	320 000 320 000	340 000 340 000	720 000 720 000	2 338 374 2 338 374
Ações de Formação na Administração Pública COFIN - POP RAM III - FSE 2001-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	458 374 458 374	200 000 200 000	300 000 300 000	320 000 320 000	340 000 340 000	720 000 720 000	2 338 374 2 338 374
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS SE: VP N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	614 860 614 860	40 750 40 750	29 200 29 200	224 660 224 660	192 460 192 460	134 073 134 073	1 236 003 1 236 003
Informatização dos Serviços de Apoio ao Gabinete da VP 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 668 12 668	4 000 4 000	7 300 7 300	7 400 7 400	7 500 7 500	0 0	38 868 38 868
Informatização dos Serviços Afectos à DRCIE 1995-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	140 385 140 385	2 500 2 500	7 300 7 300	110 000 110 000	82 700 82 700	70 000 70 000	412 885 412 885
Informatização dos Serviços Afectos à DRACE 1992-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	461 807 461 807	20 000 20 000	7 300 7 300	64 073 64 073	64 073 64 073	64 073 64 073	681 326 681 326
Informatização dos Serviços Afectos à DRAPL 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	14 250 14 250	7 300 7 300	43 187 43 187	38 187 38 187	0 0	102 924 102 924



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

209

VICE-PRESIDÊNCIA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE APOIO AO CIDADÃO	TOTAL	0	115 000	470 000	1 164 230	350 000	0	2 099 230
SE: DRAPL N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	0	115 000	470 000	1 164 230	350 000	0	2 099 230
Loja do Cidadão 2001-06	TOTAL	0	100 000	25 000	875 000	350 000	0	1 350 000
	CAP. 50 O.R.	0	100 000	25 000	875 000	350 000	0	1 350 000
Formulários/Serviços On-Line - Madeira Digital COFIN - POSI 2002-05	TOTAL	0	15 000	445 000	289 230	0	0	749 230
	CAP. 50 O.R.	0	15 000	445 000	289 230	0	0	749 230
SECTOR: APOIOS AO SECTOR EMPRESARIAL	TOTAL	10 700 529	9 047 957	10 292 570	13 391 921	8 219 812	6 255 500	57 908 289
	CAP. 50 O.R.	9 820 191	6 247 957	6 315 070	7 499 606	4 969 812	3 755 500	38 608 136
APOIO ÀS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS EMPRESARIAIS	TOTAL	794 336	155 000	279 200	250 000	185 000	185 000	1 848 536
SE: DRCEI N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	794 336	155 000	279 200	250 000	185 000	185 000	1 848 536
Apoio às Estruturas Associativas Empresarias 1996-07	TOTAL	794 336	155 000	279 200	250 000	185 000	185 000	1 848 536
	CAP. 50 O.R.	794 336	155 000	279 200	250 000	185 000	185 000	1 848 536
APOIOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (IDE - RAM)	TOTAL	9 257 455	7 398 000	8 510 500	11 824 665	6 710 000	5 140 500	48 841 120
SE: IDE-RAM N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	8 377 117	4 598 000	4 533 000	5 932 350	3 460 000	2 640 500	29 540 967
Programa de Incentivos ao Investimento e à Engenharia Financeira 2000-07	TOTAL	8 494 932	6 125 000	7 533 000	11 367 000	6 500 000	5 000 000	45 019 932
	CAP. 50 O.R.	7 614 594	3 325 000	3 700 000	5 683 500	3 250 000	2 500 000	26 073 094
Programa de Informação e Divulgação da Actividade Económica COFIN - INTERREG III B 2000-07	TOTAL	147 882	266 000	350 000	440 665	195 000	125 500	1 525 047
	CAP. 50 O.R.	147 882	266 000	205 500	231 850	195 000	125 500	1 171 732
Actualização, Formação e Qualidade 2001-07	TOTAL	7 141	7 000	5 000	17 000	15 000	15 000	66 141
	CAP. 50 O.R.	7 141	7 000	5 000	17 000	15 000	15 000	66 141
Implementação e Dinamização de Parques Empresariais (IDE) 2001-04	TOTAL	607 500	1 000 000	622 500	0	0	0	2 230 000
	CAP. 50 O.R.	607 500	1 000 000	622 500	0	0	0	2 230 000
APOIOS NO ÂMBITO DO CENTRO DE EMPRESAS E INOVAÇÃO DA MADEIRA	TOTAL	648 738	1 494 957	1 502 870	1 317 256	1 324 812	930 000	7 218 633
SE: CEIM N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	648 738	1 494 957	1 502 870	1 317 256	1 324 812	930 000	7 218 633
Criação de Infra-estruturas para Dinamização e Apoio ao Sector Empresarial (IDE) 2003-07	TOTAL	0	300 000	600 000	830 000	830 000	930 000	3 490 000
	CAP. 50 O.R.	0	300 000	600 000	830 000	830 000	930 000	3 490 000
Modernização e Inovação Empresarial 2001-06	TOTAL	648 738	1 194 957	480 250	487 256	494 812	0	3 306 013
	CAP. 50 O.R.	648 738	1 194 957	480 250	487 256	494 812	0	3 306 013
N E-CEIM - Madeira Digital 2004-04	TOTAL	0	0	422 620	0	0	0	422 620
	CAP. 50 O.R.	0	0	422 620	0	0	0	422 620
SECTOR: APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL	TOTAL	8 119 809	9 555 000	9 148 575	10 150 775	8 295 000	0	45 269 159
	CAP. 50 O.R.	9 119 809	9 555 000	9 148 575	10 150 775	8 295 000	0	46 269 159
criação de instrumentos para o desenvolvimento integrado regional e apoio à gestão	TOTAL	8 119 809	9 555 000	9 148 575	10 150 775	8 295 000	0	45 269 159
SE: VP N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	9 119 809	9 555 000	9 148 575	10 150 775	8 295 000	0	46 269 159
Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo - S.D.P.S., S.A. 1999-06	TOTAL	2 493 989	2 422 500	1 880 000	2 294 350	1 670 000	0	10 760 839
	CAP. 50 O.R.	3 493 989	2 422 500	1 880 000	2 294 350	1 670 000	0	11 760 839
Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira Ponta do Oeste, S.A. 2000-06	TOTAL	3 025 817	2 450 000	2 450 000	2 925 000	2 425 000	0	13 275 817
	CAP. 50 O.R.	3 025 817	2 450 000	2 450 000	2 925 000	2 425 000	0	13 275 817
Sociedade de Desenvolvimento do Norte - S.D.N., S.A. 2001-06	TOTAL	1 700 002	1 500 000	1 500 000	1 900 000	1 200 000	0	7 800 002
	CAP. 50 O.R.	1 700 002	1 500 000	1 500 000	1 900 000	1 200 000	0	7 800 002
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A. 2001-06	TOTAL	900 001	3 182 500	3 318 575	3 031 425	3 000 000	0	13 432 501
	CAP. 50 O.R.	900 001	3 182 500	3 318 575	3 031 425	3 000 000	0	13 432 501

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
Iniciativas Locais de Emprego	TOTAL	2 148 645	873 769	464 747	548 677	548 678	0	4 584 516
COFIN - POP RAM III - FSE 1994-06	CAP. 50 O.R.	2 112 678	351 069	348 560	504 783	504 784	0	3 821 874
Programa Ocupacional de Desempregados	TOTAL	2 777 042	956 639	731 868	972 655	972 656	0	6 410 860
COFIN - POP RAM III - FSE 1996-06	CAP. 50 O.R.	2 699 969	717 479	548 901	904 817	904 818	0	5 775 984
Clubes de Emprego	TOTAL	844 862	210 815	294 249	448 918	448 918	0	2 247 762
COFIN - POP RAM III - FSE 1996-06	CAP. 50 O.R.	791 308	139 497	220 687	428 964	428 964	0	2 009 420
Estágios Profissionais	TOTAL	3 216 224	1 436 868	1 119 303	1 496 393	1 496 394	0	8 765 182
COFIN - POP RAM III - FSE 1997-06	CAP. 50 O.R.	2 998 071	1 017 569	839 477	1 376 682	1 376 682	0	7 608 481
Programa Ocupacional de Trabalhadores Subsidiados	TOTAL	998 252	150 198	142 800	249 399	249 399	0	1 790 048
COFIN - POP RAM III - FSE 1996-06	CAP. 50 O.R.	972 560	114 898	107 100	204 507	204 508	0	1 603 573
Implementação, Controlo e Avaliação das Acções de Emprego	TOTAL	1 907 045	745 481	771 769	847 956	847 957	0	5 120 208
COFIN - POP RAM III - FSE 1997-06	CAP. 50 O.R.	1 727 951	445 000	466 990	593 570	593 570	0	3 827 081
Formação Emprego	TOTAL	2 120 011	374 157	386 928	823 016	823 017	0	4 527 129
COFIN - POP RAM III - FSE 1999-06	CAP. 50 O.R.	2 015 525	291 164	290 196	587 085	587 085	0	3 771 055
Acções de Formação Profissional (ILE/ACPE/CPE/AD/UNIVAS/CE)	TOTAL	6 790	1 320	36 380	249 399	249 399	0	543 288
COFIN - POP RAM III - FSE 1999-06	CAP. 50 O.R.	6 790	1 320	27 285	204 507	204 507	0	444 409
Programa para Toxicodependentes (Vida / Emprego)	TOTAL	0	78 225	75 707	149 639	149 640	0	453 211
COFIN - POP RAM III - FSE 2000-06	CAP. 50 O.R.	0	50 000	56 780	149 639	149 640	0	406 059
N Rendimento Social de Inserção	TOTAL	0	0	99 752	0	0	0	99 752
COFIN - POP RAM III - FSE 2004-04	CAP. 50 O.R.	0	0	74 814	0	0	0	74 814
N Programa de Apoio à Família	TOTAL	0	0	109 100	0	0	0	100 100
COFIN - POP RAM III - FSE 2004-04	CAP. 50 O.R.	0	0	75 075	0	0	0	75 075
COOPERAÇÃO INTERREGIONAL NO DOMÍNIO DO EMPREGO	TOTAL	0	125 000	178 606	0	0	0	303 606
SE: IRE N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	0	125 000	146 778	0	0	0	271 778
TELERUP - Central de Recursos de Teletrabalho nas Regiões Ultraperiféricas com Orientação a Portadores de Deficiência Física	TOTAL	0	25 000	25 000	0	0	0	50 000
COFIN - PIC INTERREG III B 2003-04	CAP. 50 O.R.	0	25 000	25 000	0	0	0	50 000
CORES - Cooperação Regional para o Desenvolvimento da Economia Solidária nas Empresas de Inserção	TOTAL	0	100 000	126 618	0	0	0	226 618
COFIN - PIC INTERREG III B 2003-04	CAP. 50 O.R.	0	100 000	121 778	0	0	0	221 778
N Rede Eures	TOTAL	0	0	26 988	0	0	0	26 988
2004-04	CAP. 50 O.R.	0	0	0	0	0	0	0
ACÇÕES NO DOMÍNIO DO TRABALHO PARA A DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-LABORAL	TOTAL	41 606	143 000	162 000	205 000	232 000	241 000	1 024 606
SE: SRRH N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	41 606	143 000	162 000	205 000	232 000	241 000	1 024 606
Consentação Social e Relações Institucionais na Área do Trabalho (GS)	TOTAL	0	43 000	43 000	80 000	90 000	100 000	356 000
2003-07	CAP. 50 O.R.	0	43 000	43 000	80 000	90 000	100 000	356 000
CRITE - Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (DRT)	TOTAL	3 830	9 000	9 000	13 000	14 000	13 000	61 830
2001-07	CAP. 50 O.R.	3 830	9 000	9 000	13 000	14 000	13 000	61 830
PRIO - Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades (DRT)	TOTAL	5 707	11 000	11 000	17 000	18 000	18 000	80 707
2001-07	CAP. 50 O.R.	5 707	11 000	11 000	17 000	18 000	18 000	80 707
Programa Higiene e Segurança no Trabalho (DRT)	TOTAL	23 098	59 438	59 301	60 000	70 000	70 000	341 837
2001-07	CAP. 50 O.R.	23 098	59 438	59 301	60 000	70 000	70 000	341 837

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
Formação na Área do Direito do Trabalho (DRT) 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	524 5 000	5 000 4 000	4 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000	39 524 39 524
Operações Estatísticas Laborais(DRT) 2002-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 447 8 447	15 562 15 562	15 699 15 699	25 000 25 000	30 000 30 000	30 000	124 708 124 708
N Acções no Âmbito do Trabalho Aprovadas no Programa Madera Região Europeia do Ano de 2004 (GS) 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	20 000 20 000	0 0	0 0	0	20 000 20 000
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL CAP. 50 O.R.	221 435 220 139	661 925 610 629	769 823 718 423	905 250 740 250	497 008 497 008	0	3 055 441 2 786 449
INFRA-ESTRUTURAS PARA ACTIVIDADES RECREATIVAS E DESPORTIVAS SE: JRE N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	158 473 157 177	114 925 113 629	144 823 143 423	74 820 74 820	74 819 74 819	0	567 860 563 868
Infra-estruturas para Actividades Recreativas e Desportivas 1998-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	158 473 157 177	114 925 113 629	144 823 143 423	74 820 74 820	74 819 74 819	0	567 860 563 868
criação de EQUIPAMENTOS DE APOIO À JUVENTUDE SE: IJM N.º Projectos: 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	52 341 52 341	325 000 275 000	401 000 351 000	595 000 430 000	182 750 182 750	0	1 556 091 1 291 091
RAICES - Lojas da Juventude COFIN - PIC INTERREG III B 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	52 341 52 341	218 750 168 750	108 000 58 000	465 000 300 000	100 000 100 000	0	944 091 679 091
Construção e Recuperação de Sedes de Movimentos Escutistas 2002-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 000 1 000	20 000 20 000	0 0	0 0	0	21 000 21 000
Construção do Edifício de Apoio ao Campo Escola do Montado do Pereiro 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	94 000 94 000	213 000 213 000	0 0	0 0	0	307 000 307 000
Ampliação do Centro de Juventude do Porto Moniz 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	2 250 2 250	10 000 10 000	100 000 100 000	57 750 57 750	0	170 000 170 000
Apetreçamento, Reapetreçamento e Recuperação dos Centros de Juventude da Madera 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	9 000 9 000	50 000 50 000	30 000 30 000	25 000 25 000	0	114 000 114 000
PROGRAMAS E ACÇÕES DESTINADOS À JUVENTUDE SE: IJM N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 621 10 621	222 000 222 000	224 000 224 000	235 430 235 430	239 439 239 439	0	931 490 931 490
Voluntariado Juvenil 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	10 621 10 621	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	0	70 621 70 621
Jovens em Formação 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	187 000 187 000	189 000 189 000	200 430 200 430	204 439 204 439	0	780 869 780 869
Mobilidade e Formação Juvenil 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	0	40 000 40 000
Apoio a Instituições na Área da Juventude 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	0	40 000 40 000
SECTOR: SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	395 940 395 940	191 198 191 198	191 265 191 265	310 000 310 000	325 000 325 000	350 000	1 763 403 1 763 403
APOIO AO ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS MIGRANTES SE: GS N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	395 940 395 940	191 198 191 198	191 265 191 265	310 000 310 000	325 000 325 000	350 000	1 763 403 1 763 403
Acções de Apoio Junto das Comunidades Madeirenses 1998-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	395 940 395 940	171 933 171 933	172 000 172 000	270 000 270 000	280 000 280 000	300 000	1 589 873 1 589 873
Acções de Apoio à Imigração 2002-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	19 265 19 265	19 265 19 265	40 000 40 000	45 000 45 000	50 000	173 530 173 530

PIDDAR 2004

SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	46 272	102 467	69 967	102 500	60 000	40 000	421 206
	CAP. 50 O.R.	46 272	102 467	69 967	102 500	60 000	40 000	421 206
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL AFECTO À SECRETARIA REGIONAL DOS RECURSOS HUMANOS	TOTAL	2 528	7 500	5 000	30 000	35 000	40 000	120 028
SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	2 528	7 500	5 000	30 000	35 000	40 000	120 028
Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal da Secretaria Regional dos Recursos Humanos 2000-07	TOTAL	2 528	7 500	5 000	30 000	35 000	40 000	120 028
	CAP. 50 O.R.	2 528	7 500	5 000	30 000	35 000	40 000	120 028
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	0	45 000	5 000	47 500	25 000	0	122 500
SE: IJM N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	45 000	5 000	47 500	25 000	0	122 500
Ampliação e Remodelação das Instalações do Instituto de Juventude da Madeira 2002-06	TOTAL	0	45 000	5 000	47 500	25 000	0	122 500
	CAP. 50 O.R.	0	45 000	5 000	47 500	25 000	0	122 500
INFORMATIZAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	43 744	49 967	59 967	25 000	0	0	178 678
SE: SRRH N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	43 744	49 967	59 967	25 000	0	0	178 678
Gestão Integrada dos Serviços da Secretaria Regional dos Recursos Humanos (GS) 2002-04	TOTAL	43 744	34 967	34 967	0	0	0	113 678
	CAP. 50 O.R.	43 744	34 967	34 967	0	0	0	113 678
Monitorização Integrada dos Serviços do Instituto de Juventude da Madeira (IJM) 2003-05	TOTAL	0	15 000	25 000	25 000	0	0	65 000
	CAP. 50 O.R.	0	15 000	25 000	25 000	0	0	65 000

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	80 580 624	15 782 430	18 478 000	22 331 560	23 259 400	25 212 950	185 644 964
		CAP. 50 O.R.	80 559 533	15 782 430	18 478 000	22 331 560	23 259 400	25 212 950	185 623 873
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	80 580 624	15 782 430	18 128 000	21 881 560	22 789 400	24 712 950	183 874 964
		CAP. 50 O.R.	80 559 533	15 782 430	18 128 000	21 881 560	22 789 400	24 712 950	183 853 873
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	350 000	450 000	470 000	500 000	1 770 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	350 000	450 000	470 000	500 000	1 770 000
SECTOR: TURISMO		TOTAL	60 908 701	10 967 722	12 658 500	12 550 560	13 655 350	14 953 700	125 694 533
		CAP. 50 O.R.	60 908 702	10 967 722	12 658 500	12 550 560	13 655 350	14 953 700	125 694 534
PROMOÇÃO TURÍSTICA		TOTAL	19 255 444	3 723 240	4 851 500	4 911 390	5 294 920	5 757 375	43 793 869
SE: SRTC N.º Projectos: 13		CAP. 50 O.R.	19 255 445	3 723 240	4 851 500	4 911 390	5 294 920	5 757 375	43 793 870
Acções para a Diversificação de Mercados (DRT)		TOTAL	3 595 158	672 500	930 000	784 190	862 600	948 870	7 793 318
COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-07		CAP. 50 O.R.	3 595 158	672 500	930 000	784 190	862 600	948 870	7 793 318
Dinamização do Turismo Interno (DRT)		TOTAL	1 791 976	316 840	300 000	387 200	425 920	468 500	3 690 436
COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-07		CAP. 50 O.R.	1 791 976	316 840	300 000	387 200	425 920	468 500	3 690 436
Promoção do Golfe (DRT)		TOTAL	3 868 859	763 740	750 000	825 000	907 500	998 250	8 113 349
1994-07		CAP. 50 O.R.	3 868 859	763 740	750 000	825 000	907 500	998 250	8 113 349
Campanha de Imagem (DRT)		TOTAL	4 688 337	842 460	1 387 500	1 100 000	1 210 000	1 331 000	10 559 297
COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-07		CAP. 50 O.R.	4 688 337	842 460	1 387 500	1 100 000	1 210 000	1 331 000	10 559 297
Material Promocional (DRT)		TOTAL	3 603 766	465 500	550 000	665 500	732 050	805 255	6 822 071
COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-07		CAP. 50 O.R.	3 603 766	465 500	550 000	665 500	732 050	805 255	6 822 071
Acções Culturais e de Promoção Turística (GS)		TOTAL	405 489	123 200	130 000	136 000	140 000	140 000	1 074 689
1994-07		CAP. 50 O.R.	405 489	123 200	130 000	136 000	140 000	140 000	1 074 689
Acções Promocionais Diversas (DRT)		TOTAL	677 775	232 000	100 000	151 250	166 375	183 000	1 510 400
1994-07		CAP. 50 O.R.	677 776	232 000	100 000	151 250	166 375	183 000	1 510 401
Acções de Relações Públicas (DRT)		TOTAL	301 858	106 000	200 000	220 000	242 000	266 200	1 336 058
2000-07		CAP. 50 O.R.	301 858	106 000	200 000	220 000	242 000	266 200	1 336 058
Novas Tecnologias da Informação		TOTAL	321 817	134 000	50 000	162 250	178 475	196 300	1 042 842
2000-07		CAP. 50 O.R.	321 817	134 000	50 000	162 250	178 475	196 300	1 042 842
Marca Quintas da Madeira		TOTAL	409	55 000	70 000	60 000	60 000	70 000	315 409
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07		CAP. 50 O.R.	409	55 000	70 000	60 000	60 000	70 000	315 409
Www. Tourism.Org		TOTAL	0	12 000	84 000	70 000	20 000	0	186 000
COFIN - POSI 2003-06		CAP. 50 O.R.	0	12 000	84 000	70 000	20 000	0	186 000
N Parceria Público-privada		TOTAL	0	0	250 000	250 000	250 000	250 000	1 000 000
2004-07		CAP. 50 O.R.	0	0	250 000	250 000	250 000	250 000	1 000 000
N Turismo Náutico (DRT)		TOTAL	0	0	50 000	100 000	100 000	100 000	350 000
COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-07		CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	100 000	100 000	100 000	350 000
ANIMAÇÃO E ACONTECIMENTOS ESPECIAIS		TOTAL	41 463 338	6 934 958	7 010 000	7 584 570	8 303 100	9 133 225	80 429 191
SE: DRT N.º Projectos: 7		CAP. 50 O.R.	41 463 338	6 934 958	7 010 000	7 584 570	8 303 100	9 133 225	80 429 191
Festa do Carnaval		TOTAL	2 775 653	323 249	310 000	356 475	392 100	431 300	4 588 777
COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-07		CAP. 50 O.R.	2 775 653	323 249	310 000	356 475	392 100	431 300	4 588 777
Festa da Flor		TOTAL	2 089 497	265 214	270 000	308 700	339 570	373 500	3 646 481
COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-07		CAP. 50 O.R.	2 089 497	265 214	270 000	308 700	339 570	373 500	3 646 481
Festa do Vinho da Madeira		TOTAL	1 092 189	94 005	120 000	143 325	157 650	173 400	1 780 569
COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-07		CAP. 50 O.R.	1 092 189	94 005	120 000	143 325	157 650	173 400	1 780 569

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
Festa do Fim do Ano COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	34 575 597 34 575 597	5 550 686 5 550 686	5 650 000 5 650 000	5 932 500 5 932 500	6 525 750 6 525 750	7 178 325 7 178 325	65 412 858 65 412 858
Encontro Regional de Bandas 1995-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	244 181 244 181	40 000 40 000	40 000 40 000	46 200 46 200	50 820 50 820	55 900 55 900	477 101 477 101
Festival do Atlântico COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	360 845 360 845	650 351 650 351	600 000 600 000	751 170 751 170	788 700 788 700	867 500 867 500	4 018 566 4 018 566
Iniciativas Diversas 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	325 376 325 376	11 453 11 453	20 000 20 000	46 200 46 200	48 510 48 510	53 300 53 300	504 839 504 839
CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE APOIO TURÍSTICO SE: SRTC N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	189 919 189 919	309 524 309 524	797 000 797 000	54 600 54 600	57 330 57 330	63 100 63 100	1 471 473 1 471 473
Infra-estruturas Turísticas Diversas (DRT) 1998-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	114 676 114 676	30 771 30 771	500 000 500 000	0 0	0 0	0 0	645 447 645 447
Conservação e Reparação de Locais de Interesse Turístico (DRT) 2000-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 471 8 471	1 253 1 253	47 000 47 000	23 100 23 100	24 255 24 255	26 700 26 700	130 779 130 779
Programas de Educação para o Turismo 2000-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	66 772 66 772	33 000 33 000	30 000 30 000	31 500 31 500	33 075 33 075	36 400 36 400	230 747 230 747
CIETMAC - Centro Investigação e Estudos Turísticos da Macaronésia (DRT) COFIN - PIC INTERREG III B 2003 - 04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	244 500 244 500	220 000 220 000	0 0	0 0	0 0	464 500 464 500
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	TOTAL CAP. 50 O.R.	243 814 243 814	108 225 108 225	197 500 197 500	61 000 61 000	62 050 62 050	64 250 64 250	736 839 736 839
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL SE: SRTC N.º Projectos: 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	243 814 243 814	52 625 52 625	32 500 32 500	61 000 61 000	62 050 62 050	64 250 64 250	516 239 516 239
Ações de Formação Turística (DRT) 1999-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	59 622 59 622	20 000 20 000	10 000 10 000	21 000 21 000	22 050 22 050	24 250 24 250	156 922 156 922
Ações de Formação no Âmbito da Cultura (DRAC) COFIN - POP RAM III - FSE 1999-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	141 258 141 258	19 300 19 300	10 000 10 000	25 000 25 000	25 000 25 000	25 000 25 000	245 558 245 558
Outras Ações de Formação (GS) 1999-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	42 934 42 934	13 325 13 325	12 500 12 500	15 000 15 000	15 000 15 000	15 000 15 000	113 759 113 759
CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	55 600 55 600	165 000 165 000	0 0	0 0	0 0	220 600 220 600
Escola de Hotelaria 2003 - 04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	55 600 55 600	165 000 165 000	0 0	0 0	0 0	220 600 220 600
SECTOR: CULTURA	TOTAL CAP. 50 O.R.	18 547 543 18 526 451	4 540 483 4 540 483	5 110 000 5 110 000	9 020 000 9 020 000	9 315 000 9 315 000	10 060 000 10 060 000	56 593 026 56 571 934
RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO PATRIMÓNIO CLASSIFICADO SE: DRAC N.º Projectos: 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	517 214 517 214	730 990 730 990	1 245 000 1 245 000	2 100 000 2 100 000	2 500 000 2 500 000	2 150 000 2 150 000	9 243 204 9 243 204
Convento de Santa Clara COFIN - POP RAM III - FEDER 1997-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	150 414 150 414	106 000 106 000	150 000 150 000	150 000 150 000	100 000 100 000	100 000 100 000	756 414 756 414
Igreja da Sé do Funchal COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	132 261 132 261	80 600 80 600	225 000 225 000	700 000 700 000	500 000 500 000	200 000 200 000	1 837 861 1 837 861
Igreja do Colégio COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	418 400 418 400	400 000 400 000	750 000 750 000	1 600 000 1 600 000	1 600 000 1 600 000	4 768 400 4 768 400
Núcleo Histórico de Santo Amaro COFIN - POP RAM III - FEDER 1997-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	207 167 207 167	53 450 53 450	400 000 400 000	300 000 300 000	100 000 100 000	100 000 100 000	1 160 617 1 160 617



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

217

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Museu de Imagem da Madeira (Fotografia Museu Vicentes)	TOTAL	27 372	72 540	70 000	200 000	200 000	150 000	719 912
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	27 372	72 540	70 000	200 000	200 000	150 000	719 912
2000-07								
REABILITAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO	TOTAL	3 164 014	538 936	810 000	2 220 000	1 270 000	2 170 000	10 172 950
SE: DRAC	CAP. 50 O.R.	3 164 014	538 936	810 000	2 220 000	1 270 000	2 170 000	10 172 950
N.º Projectos: 6								
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava)	TOTAL	645 905	10 720	50 000	150 000	70 000	70 000	996 625
1990-07	CAP. 50 O.R.	645 905	10 720	50 000	150 000	70 000	70 000	996 625
Forte de São Tiago	TOTAL	627 671	170 005	170 000	300 000	150 000	150 000	1 567 676
1994-07	CAP. 50 O.R.	627 671	170 005	170 000	300 000	150 000	150 000	1 567 676
Recuperação da Arquitectura Regional (Casas Típicas, Moinhos e Casas de Salão)	TOTAL	241 419	39 147	150 000	400 000	400 000	400 000	1 630 566
1996-07	CAP. 50 O.R.	241 419	39 147	150 000	400 000	400 000	400 000	1 630 566
Restauro dos Órgãos das Igrejas	TOTAL	126 455	50 000	200 000	250 000	400 000	400 000	1 426 455
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	126 455	50 000	200 000	250 000	400 000	400 000	1 426 455
1995-07								
Obras Diversas de Conservação do Património da RAM	TOTAL	1 284 544	218 535	200 000	1 000 000	100 000	1 000 000	3 803 079
1994-07	CAP. 50 O.R.	1 284 544	218 535	200 000	1 000 000	100 000	1 000 000	3 803 079
Estudos e Projectos de Restauro do Património Regional	TOTAL	238 020	50 529	40 000	120 000	150 000	150 000	748 549
1999-07	CAP. 50 O.R.	238 020	50 529	40 000	120 000	150 000	150 000	748 549
DIVULGAÇÃO E INVENTARIACÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA RAM	TOTAL	0	0	50 000	100 000	120 000	150 000	420 000
SE: DRAC	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	100 000	120 000	150 000	420 000
N.º Projectos: 1								
N Inventariação do Património Regional	TOTAL	0	0	50 000	100 000	120 000	150 000	420 000
2004-07	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	100 000	120 000	150 000	420 000
ACÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DO ATLÂNTICO	TOTAL	297 757	218 750	210 000	220 000	250 000	250 000	1 446 507
SE: CEHA	CAP. 50 O.R.	279 665	218 750	210 000	220 000	250 000	250 000	1 428 415
N.º Projectos: 2								
História e Autonomia do Arquipélago	TOTAL	297 757	118 750	120 000	200 000	250 000	250 000	1 236 507
2000-07	CAP. 50 O.R.	279 665	118 750	120 000	200 000	250 000	250 000	1 218 415
ATLÂNTICA - O Açúcar e a Cultura nas Ilhas Atlânticas	TOTAL	0	100 000	90 000	20 000	0	0	210 000
COFIN - PIC INTERREG III B	CAP. 50 O.R.	0	100 000	90 000	20 000	0	0	210 000
2003 - 05								
APOIO A MUSEUS E CASAS DE CULTURA	TOTAL	4 972 832	1 174 363	1 350 000	1 340 000	1 390 000	1 460 000	11 687 195
SE: DRAC	CAP. 50 O.R.	4 969 832	1 174 363	1 350 000	1 340 000	1 390 000	1 460 000	11 684 195
N.º Projectos: 11								
Casa das Mudas	TOTAL	237 469	70 848	60 000	90 000	120 000	150 000	728 317
1996-07	CAP. 50 O.R.	234 469	70 848	60 000	90 000	120 000	150 000	725 317
Museu Etnográfico da Madeira (Ribeira Brava)	TOTAL	546 158	82 283	60 000	90 000	90 000	90 000	958 441
1995-07	CAP. 50 O.R.	546 158	82 283	60 000	90 000	90 000	90 000	958 441
Museu de Arte Contemporânea - Forte de São Tiago	TOTAL	785 089	144 332	80 000	180 000	190 000	200 000	1 579 421
1995-07	CAP. 50 O.R.	785 089	144 332	80 000	180 000	190 000	200 000	1 579 421
Museu de Arte Sacra	TOTAL	663 326	109 139	80 000	120 000	120 000	120 000	1 212 465
1988-07	CAP. 50 O.R.	663 326	109 139	80 000	120 000	120 000	120 000	1 212 465
Fotografia-Museu Vicentes	TOTAL	410 671	97 450	80 000	150 000	180 000	180 000	1 098 121
1995-07	CAP. 50 O.R.	410 671	97 450	80 000	150 000	180 000	180 000	1 098 121
Casa-Museu Cristóvão Colombo	TOTAL	159 785	48 311	100 000	120 000	100 000	120 000	648 096
1995-07	CAP. 50 O.R.	159 785	48 311	100 000	120 000	100 000	120 000	648 096
Museu Quinta das Cruzes	TOTAL	866 141	255 800	650 000	200 000	200 000	200 000	2 371 941
1995-07	CAP. 50 O.R.	866 141	255 800	650 000	200 000	200 000	200 000	2 371 941
Solar São Cristóvão	TOTAL	283 092	48 392	20 000	40 000	50 000	50 000	491 484
1997-07	CAP. 50 O.R.	283 092	48 392	20 000	40 000	50 000	50 000	491 484
Casa Museu Frederico de Freitas	TOTAL	809 376	167 336	80 000	150 000	160 000	170 000	1 536 712
1997-07	CAP. 50 O.R.	809 376	167 336	80 000	150 000	160 000	170 000	1 536 712
Centro Cultural de Edmundo Bettencourt	TOTAL	211 725	74 305	40 000	100 000	80 000	80 000	586 030
1999-07	CAP. 50 O.R.	211 725	74 305	40 000	100 000	80 000	80 000	586 030

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Centro Cívico e Cultural de Santa Clara 2003 - 04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	76 167 76 167	100 000 100 000	100 000 100 000	100 000 100 000	100 000 100 000	476 167 476 167
APOIO AO SERVIÇO PÚBLICO DE BIBLIOTECAS E ARQUIVO	TOTAL	538 283	186 140	335 000	860 000	895 000	940 000	3 754 423
SE: DRAC N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	538 283	186 140	335 000	860 000	895 000	940 000	3 754 423
Biblioteca de Documentação Contemporânea 1997-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	168 293 168 293	50 250 50 250	70 000 70 000	90 000 90 000	100 000 100 000	110 000 110 000	588 543 588 543
Arquivo Regional 1995-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	313 725 313 725	116 604 116 604	150 000 150 000	250 000 250 000	270 000 270 000	300 000 300 000	1 400 329 1 400 329
Biblioteca de Culturas Estrangeiras 1997-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	47 583 47 583	11 350 11 350	15 000 15 000	20 000 20 000	25 000 25 000	30 000 30 000	148 933 148 933
Rede Regional de Bibliotecas Públicas 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 682 8 682	7 936 7 936	100 000 100 000	500 000 500 000	500 000 500 000	500 000 500 000	1 616 618 1 616 618
FESTIVAIS CULTURAIS	TOTAL	401 315	178 000	250 000	240 000	350 000	300 000	1 719 315
SE: DRAC N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	401 315	178 000	250 000	240 000	350 000	300 000	1 719 315
Festival Colombo (Porto Santo) 2000-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	341 422 341 422	86 000 86 000	90 000 90 000	120 000 120 000	150 000 150 000	150 000 150 000	937 422 937 422
Festival Raízes do Atlântico COFIN - POP RAM III - FEDER 2003 - 07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	92 000 92 000	100 000 100 000	120 000 120 000	120 000 120 000	150 000 150 000	582 000 582 000
Festival de Poesia do Porto Santo 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	59 893 59 893	0 0	60 000 60 000	0 0	80 000 80 000	0 0	199 893 199 893
DIVULGAÇÃO E APOIO À ACTIVIDADE ARTÍSTICA E CULTURAL	TOTAL	8 656 128	1 435 162	680 000	1 920 000	2 540 000	2 640 000	17 871 290
SE: DRAC N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	8 656 128	1 435 162	680 000	1 920 000	2 540 000	2 640 000	17 871 290
Publicação de Edições Culturais 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 107 752 1 107 752	99 100 99 100	60 000 60 000	170 000 170 000	200 000 200 000	250 000 250 000	1 886 852 1 886 852
Divulgação da Actividade Artística 1995-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	817 912 817 912	199 350 199 350	80 000 80 000	450 000 450 000	500 000 500 000	500 000 500 000	2 547 262 2 547 262
Apoio a Iniciativas Culturais 1998-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 151 028 4 151 028	245 052 245 052	100 000 100 000	500 000 500 000	750 000 750 000	750 000 750 000	6 496 080 6 496 080
Apoio à Descentralização Cultural 1998-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 422 160 2 422 160	797 444 797 444	300 000 300 000	500 000 500 000	750 000 750 000	750 000 750 000	5 519 604 5 519 604
Museu de História da Madeira 2002-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	11 000 11 000	40 000 40 000	50 000 50 000	70 000 70 000	90 000 90 000	261 000 261 000
Estudos e Divulgação de Museus da RAM 2002-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	143 678 143 678	54 246 54 246	60 000 60 000	200 000 200 000	220 000 220 000	250 000 250 000	927 924 927 924
Forum Internacional de Estudos e Debate Sobre a Sociedade Contemporânea 2002-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	13 598 13 598	28 970 28 970	40 000 40 000	50 000 50 000	50 000 50 000	50 000 50 000	232 568 232 568
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA CULTURA	TOTAL	0	78 142	180 000	20 000	0	0	278 142
SE: DRAC N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	0	78 142	180 000	20 000	0	0	278 142
MEDIAT - Memória Digital Atlântica de Fotografia COFIN - PIC INTERREG III B 2003 - 05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	78 142 78 142	180 000 180 000	20 000 20 000	0 0	0 0	278 142 278 142
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	880 566 880 566	166 000 166 000	512 000 512 000	700 000 700 000	227 000 227 000	135 000 135 000	2 620 566 2 620 566
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA	TOTAL	880 566	162 900	505 000	690 000	215 000	120 000	2 573 466
SE: SRTC N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	880 566	162 900	505 000	690 000	215 000	120 000	2 573 466
Beneficiação do Edifício da SRTC (GS) 1992-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	498 212 498 212	7 400 7 400	5 000 5 000	10 000 10 000	15 000 15 000	20 000 20 000	555 612 555 612
Recuperação e Reabilitação do Edifício da DRAC 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	217 219 217 219	31 767 31 767	100 000 100 000	80 000 80 000	20 000 20 000	20 000 20 000	463 986 463 986

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Beneficiação do Edifício da Direcção de Serviços Animação (GS) 2002-07	TOTAL	0	20 000	5 000	10 000	15 000	20 000	70 000
	CAP. 50 O.R.	0	20 000	5 000	10 000	15 000	20 000	70 000
Beneficiação do Armazém da SRTC (Camacha) (GS) 2002-07	TOTAL	0	40 000	5 000	100 000	15 000	20 000	180 000
	CAP. 50 O.R.	0	40 000	5 000	100 000	15 000	20 000	180 000
Informatização (GS) 1992-07	TOTAL	170 135	36 733	10 000	40 000	40 000	40 000	336 868
	CAP. 50 O.R.	170 135	36 733	10 000	40 000	40 000	40 000	336 868
SIGRT - Sistema de Informação e Gestão Turística da RAM (DRT) COFIN - POSI 2003 - 06	TOTAL	0	8 000	100 000	100 000	40 000	0	248 000
	CAP. 50 O.R.	0	8 000	100 000	100 000	40 000	0	248 000
Intraet e Serviços de Turismo (DRT) COFIN - POSI 2003 - 06	TOTAL	0	19 000	280 000	350 000	70 000	0	719 000
	CAP. 50 O.R.	0	19 000	280 000	350 000	70 000	0	719 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DO TURISMO SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL	0	3 100	7 000	10 000	12 000	15 000	47 100
	CAP. 50 O.R.	0	3 100	7 000	10 000	12 000	15 000	47 100
Projectos de Cooperação com as Regiões Ultraperiféricas 1997-07	TOTAL	0	3 100	7 000	10 000	12 000	15 000	47 100
	CAP. 50 O.R.	0	3 100	7 000	10 000	12 000	15 000	47 100



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

221

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	721 025 715	311 151 319	425 688 474	603 079 298	108 586 000	100 000	2 169 630 806
		CAP. 50 O.R.	720 352 295	310 841 842	424 927 285	602 867 114	108 576 000	100 000	2 167 664 536
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	721 025 715	311 151 319	410 285 974	561 064 298	90 486 000	100 000	2 094 113 306
		CAP. 50 O.R.	720 352 295	310 841 842	409 524 785	560 852 114	90 476 000	100 000	2 092 147 036
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	15 402 500	42 015 000	18 100 000	0	75 517 500
		CAP. 50 O.R.	0	0	15 402 500	42 015 000	18 100 000	0	75 517 500
SECTOR: TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES		TOTAL	618 893 732	239 101 542	294 334 144	412 537 500	91 731 000	100 000	1 656 697 918
		CAP. 50 O.R.	618 893 732	239 101 542	294 334 144	412 537 500	91 731 000	100 000	1 656 697 918
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIARIAS		TOTAL	521 394 662	199 290 153	220 784 144	341 950 000	30 731 000	0	1 314 149 959
SE: SREST N.º Projectos: 58		CAP. 50 O.R.	521 394 662	199 290 153	220 784 144	341 950 000	30 731 000	0	1 314 149 959
Saída Oeste do Funchal - 2.ª Fase 1989-05		TOTAL	23 915 386	0	217 500	200 000	0	0	24 332 886
		CAP. 50 O.R.	23 915 386	0	217 500	200 000	0	0	24 332 886
Circular à Cidade do Funchal Cota 200 - 2.ª Fase 1995-04		TOTAL	106 418 763	8 923 590	30 894	0	0	0	115 373 247
		CAP. 50 O.R.	106 418 763	8 923 590	30 894	0	0	0	115 373 247
Via Rápida Funchal - Aeroporto - 2.ª Fase 1996-04		TOTAL	111 796 665	9 341 308	7 885 500	0	0	0	129 023 473
		CAP. 50 O.R.	111 796 665	9 341 308	7 885 500	0	0	0	129 023 473
Variante à E.R. 104 na Via da Ribeira Brava COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05		TOTAL	7 291 031	13 440 804	11 250 000	30 000 000	0	0	61 981 835
		CAP. 50 O.R.	7 291 031	13 440 804	11 250 000	30 000 000	0	0	61 981 835
Variante à E.R. 101 - Tanque Lameiros - Ponta Delgada 2003-05		TOTAL	0	0	112 500	300 000	0	0	412 500
		CAP. 50 O.R.	0	0	112 500	300 000	0	0	412 500
Via Expresso Machico - Faial COFIN - POP RAM III - FEDER - FCN 1997-05		TOTAL	76 909 782	12 704 880	9 000 000	10 000 000	0	0	108 614 662
		CAP. 50 O.R.	76 909 782	12 704 880	9 000 000	10 000 000	0	0	108 614 662
Reconstrução, Beneficiação e Sinalização de Estradas Regionais 1998-06		TOTAL	6 250 595	5 380 374	4 760 000	5 000 000	5 000 000	0	26 390 969
		CAP. 50 O.R.	6 250 595	5 380 374	4 760 000	5 000 000	5 000 000	0	26 390 969
Variante à E.R. 104 - Rosário - São Vicente COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05		TOTAL	4 734 606	9 312 929	6 000 000	10 000 000	0	0	30 047 535
		CAP. 50 O.R.	4 734 606	9 312 929	6 000 000	10 000 000	0	0	30 047 535
Via Rápida Machico - Caniçal 2000-06		TOTAL	8 171	29 933 988	30 000 000	80 000 000	10 000 000	0	149 942 159
		CAP. 50 O.R.	8 171	29 933 988	30 000 000	80 000 000	10 000 000	0	149 942 159
E.R. 101 - Troço Calheta - Prazeres COFIN - POP RAM III - FEDER 1996-05		TOTAL	27 528 477	10 738 561	6 000 000	6 000 000	0	0	50 267 038
		CAP. 50 O.R.	27 528 477	10 738 561	6 000 000	6 000 000	0	0	50 267 038
N Construção de Central de Autocarros - Machico 2004-04		TOTAL	0	0	400 000	0	0	0	400 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	0	0	0	400 000
Reformulação dos Acessos da Via Rápida Câmara de Lobos Ribeira Brava (Variante à E.R. 230 - Campanário) 2000-04		TOTAL	43 401	1 868 350	56 500	0	0	0	1 968 251
		CAP. 50 O.R.	43 401	1 868 350	56 500	0	0	0	1 968 251
Nova Ligação Caniço - Camacha COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05		TOTAL	10 622 706	11 648 463	6 750 000	10 000 000	0	0	39 021 169
		CAP. 50 O.R.	10 622 706	11 648 463	6 750 000	10 000 000	0	0	39 021 169
Variante à Vila da Ponta do Sol 2000-05		TOTAL	434 285	15 723 949	3 000 000	5 000 000	0	0	24 158 234
		CAP. 50 O.R.	434 285	15 723 949	3 000 000	5 000 000	0	0	24 158 234
Via Rápida Câmara de Lobos Ribeira Brava - 1.º Troço 2.ª Fase 1990-04		TOTAL	89 837 451	1 458 969	847 500	0	0	0	92 143 920
		CAP. 50 O.R.	89 837 451	1 458 969	847 500	0	0	0	92 143 920
Variante à Vila da Calheta 2000-05		TOTAL	285 122	12 353 363	19 000 000	21 000 000	0	0	52 638 485
		CAP. 50 O.R.	285 122	12 353 363	19 000 000	21 000 000	0	0	52 638 485
Beneficiação de Ligações Locais 1999-04		TOTAL	439 610	29 387	375 000	0	0	0	843 997
		CAP. 50 O.R.	439 610	29 387	375 000	0	0	0	843 997
Ampliação do Aeroporto do Funchal - E.R. 101 - 2.ª fase 2000-04		TOTAL	9 776 561	5 500 000	4 000 000	0	0	0	19 276 561
		CAP. 50 O.R.	9 776 561	5 500 000	4 000 000	0	0	0	19 276 561
Novo Acesso ao Pizo 2003-04		TOTAL	0	0	400 000	2 000 000	0	0	2 400 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	2 000 000	0	0	2 400 000

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
Reconstrução da E.R. 101 - Troço São Vicente - Porto Moniz 1996-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	38 299 014 38 299 014	1 442 894 1 442 894	29 000 000 29 000 000	41 000 000 41 000 000	0 0	0 0	109 741 908 109 741 908
Beneficiação da E.R. 206 e Recarga de Pavimento - 1.ª Fase 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	464 737 464 737	675 000 675 000	300 000 300 000	0 0	0 0	1 439 737 1 439 737
Recarga de Pavimento da E.R. 101 entre a E.R. 218 e a Acharia da Cruz, Recta da Felpa e Túnel do Arco de São Jorge 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 085 138 1 085 138	450 000 450 000	400 000 400 000	0 0	0 0	1 935 138 1 935 138
N E.R. 101 - Prazeres Raposeira 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	2 000 000 2 000 000	15 000 000 15 000 000	0 0	0 0	17 000 000 17 000 000
Construção da Variante entre a Igreja de Água de Pena e Cardais Machico 1997-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 307 543 1 307 543	86 160 86 160	375 000 375 000	150 000 150 000	0 0	0 0	1 918 703 1 918 703
Ligação entre a E.R. 222 Moledos e Torreão - Madalena do Mar 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	483 047 483 047	1 812 011 1 812 011	225 000 225 000	0 0	0 0	0 0	2 520 058 2 520 058
Arruamentos de Acesso ao Centro da Tabua 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 731 1 731	381 318 381 318	600 000 600 000	1 300 000 1 300 000	0 0	0 0	2 283 049 2 283 049
Variante à E.R. 207 no Centro do Santo da Serra 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	69 832 69 832	373 011 373 011	1 500 000 1 500 000	3 000 000 3 000 000	0 0	0 0	4 942 843 4 942 843
Variante à E.R. 107 - Túnel entre a Ribeira da Lapa e o Curral das Freiras 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 590 868 2 590 868	11 082 260 11 082 260	6 000 000 6 000 000	10 000 000 10 000 000	0 0	0 0	29 673 128 29 673 128
N Cota 500 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	900 000 900 000	10 000 000 10 000 000	15 000 000 15 000 000	0 0	25 900 000 25 900 000
Beneficiação da E.R. 207 - Troço Santa Cruz - Campo de Golf 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	678 534 678 534	5 235 000 5 235 000	1 500 000 1 500 000	0 0	0 0	0 0	7 413 534 7 413 534
Reconstrução da E.R. 111 - Troço Hotel Porto Santo - Calheta COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	158 799 158 799	910 753 910 753	1 725 000 1 725 000	3 000 000 3 000 000	0 0	0 0	5 794 552 5 794 552
Beneficiação de Túneis entre a Madalena do Mar e o Arco da Calheta 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 398 1 398	3 553 798 3 553 798	1 500 000 1 500 000	900 000 900 000	0 0	0 0	5 955 196 5 955 196
Beneficiação da E.R. 223 - Troço Fajã da Ovelha - Paul do Mar 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 098 127 1 098 127	225 000 225 000	0 0	0 0	0 0	1 323 127 1 323 127
Beneficiação da E.R. 218 - Troço Santana - Pico das Pedras 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 222 1 222	605 000 605 000	75 000 75 000	0 0	0 0	0 0	681 222 681 222
Recarga e Recuperação de Diversos Troços na E.R. no Porto Santo 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 029 529 1 029 529	0 0	225 000 225 000	250 000 250 000	100 000 100 000	0 0	1 604 529 1 604 529
Reconstrução da Ponte sobre a Ribeira de São Vicente 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	334 995 334 995	1 434 004 1 434 004	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	1 968 999 1 968 999
Ligações à Via Expresso no Porto da Cruz 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 620 1 620	1 803 485 1 803 485	1 125 000 1 125 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	3 930 105 3 930 105
Novas Ligações Rodoviárias 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 276 1 276	525 000 525 000	300 000 300 000	0 0	0 0	826 276 826 276
Ligação entre a Ribeira da Cerejeira e a Ribeira Serrão de Cima Camacha 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 422 1 422	351 500 351 500	277 500 277 500	0 0	0 0	0 0	630 422 630 422
Acesso Viário à Marginal do Paul do Mar 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 421 1 421	4 362 814 4 362 814	600 000 600 000	0 0	0 0	0 0	4 964 235 4 964 235
Nó Rodoviário de Ligação da Cota 40 à Via de Acesso à Cota 200 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	68 717 68 717	600 000 600 000	3 000 000 3 000 000	631 000 631 000	0 0	4 299 717 4 299 717
Acesso Leste ao Campo da Barca (Saída Leste do Funchal) 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	38 38	1 290 000 1 290 000	2 625 000 2 625 000	4 000 000 4 000 000	0 0	0 0	7 915 038 7 915 038
Acesso Oeste à Cota 200 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	135 862 135 862	423 423 423 423	9 500 000 9 500 000	13 700 000 13 700 000	0 0	0 0	23 759 285 23 759 285
Acesso Oeste ao Porto do Funchal 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 723 1 723	350 000 350 000	9 500 000 9 500 000	15 500 000 15 500 000	0 0	0 0	25 351 723 25 351 723



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

223

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Pavimentação da Estrada entre Lamerão e a Ribeira de Machico 2003-04	TOTAL	0	677 803	187 500	0	0	0	865 303
	CAP. 50 O.R.	0	677 803	187 500	0	0	0	865 303
Ligação entre a ER 219 (Achada do Marques) e Lombo Antão Alves (Santana) 2003-05	TOTAL	0	0	1 800 000	2 000 000	0	0	3 800 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 800 000	2 000 000	0	0	3 800 000
Via Expresso Faial - Santana - São Jorge 2001-05	TOTAL	1 618	4 860 000	30 000 000	30 000 000	0	0	64 861 618
	CAP. 50 O.R.	1 618	4 860 000	30 000 000	30 000 000	0	0	64 861 618
Ligação entre a E.R. 101 e a Ribeira Funda - Sexual 2003-05	TOTAL	0	490 000	675 000	1 500 000	0	0	2 665 000
	CAP. 50 O.R.	0	490 000	675 000	1 500 000	0	0	2 665 000
Acesso Oeste a Santo Amaro 2003-05	TOTAL	0	0	1 800 000	3 150 000	0	0	4 950 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 800 000	3 150 000	0	0	4 950 000
N Construção de Estacionamento Público - Machico 2004-04	TOTAL	0	0	400 000	0	0	0	400 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	0	0	0	400 000
Correcção do Traçado da E.R. 236 entre a Igreja do Bom Caminho e a E.R. 108 na Ribeira de Machico - Santo da Serra 2002-04	TOTAL	0	465 000	525 000	0	0	0	990 000
	CAP. 50 O.R.	0	465 000	525 000	0	0	0	990 000
Ligação entre a ER 108 e a Ribeira Tem-te-não-caias - Porto da Cruz 2002-04	TOTAL	0	2 000 000	600 000	0	0	0	2 600 000
	CAP. 50 O.R.	0	2 000 000	600 000	0	0	0	2 600 000
Pavimentação da E.R. 209 - Troço entre o Fanal e o Paul da Serra 2003-04	TOTAL	0	1 855 009	950 000	0	0	0	2 805 009
	CAP. 50 O.R.	0	1 855 009	950 000	0	0	0	2 805 009
Ligação à Via Expresso entre Massapez e Jangalinha - Porto da Cruz 2002-05	TOTAL	38	700 000	600 000	2 000 000	0	0	3 300 038
	CAP. 50 O.R.	38	700 000	600 000	2 000 000	0	0	3 300 038
Conservação Corrente Integrada 2001-05	TOTAL	0	0	525 000	1 000 000	0	0	1 525 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	525 000	1 000 000	0	0	1 525 000
Ponte de Ligação entre a Estrada da Maiata e a E.R. 108 Porto da Cruz 2002-04	TOTAL	1 398	450 000	450 000	0	0	0	901 398
	CAP. 50 O.R.	1 398	450 000	450 000	0	0	0	901 398
Ligação entre a Vanante da Camacha e a Cova da Iria 2003-04	TOTAL	0	472 000	225 000	0	0	0	697 000
	CAP. 50 O.R.	0	472 000	225 000	0	0	0	697 000
Acesso ao Sítio dos Linhares - Porto Santo 2002-04	TOTAL	398	746 000	33 750	0	0	0	780 148
	CAP. 50 O.R.	398	746 000	33 750	0	0	0	780 148
INTERVENÇÕES E ACÇÕES DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA SE: SREST N.º Projectos: 8	TOTAL	44 869 062	23 684 982	46 575 000	47 212 500	45 150 000	100 000	207 591 544
	CAP. 50 O.R.	44 869 062	23 684 982	46 575 000	47 212 500	45 150 000	100 000	207 591 544
Plano Global de Sinalização e Segurança da Rede Viária Regional 2000-06	TOTAL	0	22 094	245 000	300 000	50 000	0	717 094
	CAP. 50 O.R.	0	22 094	245 000	300 000	50 000	0	717 094
Acções de Prevenção Rodoviária 2001-07	TOTAL	1 960	11 322	75 000	75 000	100 000	100 000	363 282
	CAP. 50 O.R.	1 960	11 322	75 000	75 000	100 000	100 000	363 282
Estruturas de Apoio à Segurança da Circulação Rodoviária nos Barreiros 2001-05	TOTAL	0	0	112 500	100 000	0	0	212 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	112 500	100 000	0	0	212 500
Monitorização, Segurança e Manutenção de Equipamentos de Túneis 2001-05	TOTAL	2 609	0	300 000	200 000	0	0	502 609
	CAP. 50 O.R.	2 609	0	300 000	200 000	0	0	502 609
Estruturas de Apoio à Segurança e Circulação Rodoviária na ER 101 - Portela 2001-05	TOTAL	0	0	112 500	900 000	0	0	1 012 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	112 500	900 000	0	0	1 012 500
Estruturas de Apoio à Segurança Rodoviária no Curral das Freiras 2002-05	TOTAL	1 427	637 500	600 000	637 500	0	0	1 876 427
	CAP. 50 O.R.	1 427	637 500	600 000	637 500	0	0	1 876 427
Gestão de Infra-estruturas Rodoviárias 2002-06	TOTAL	44 863 066	23 014 066	45 000 000	45 000 000	45 000 000	0	202 877 132
	CAP. 50 O.R.	44 863 066	23 014 066	45 000 000	45 000 000	45 000 000	0	202 877 132
N Centro Rodoviário Português 2004-04	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

224

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E DE PROJECTOS SE: DRE N.º Projectos: 2 Estudos e Projectos de Estradas Regionais 1987-06 N Estudos e Projectos de Obras Públicas 2004-04	TOTAL	2 389 263	288 983	662 500	850 000	850 000	0	5 040 746
	CAP. 50 O.R.	2 389 263	288 983	662 500	850 000	850 000	0	5 040 746
	TOTAL	2 389 263	288 983	550 000	750 000	750 000	0	4 728 246
	CAP. 50 O.R.	2 389 263	288 983	550 000	750 000	750 000	0	4 728 246
	TOTAL	0	0	112 500	100 000	100 000	0	312 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	112 500	100 000	100 000	0	312 500
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE: GAI N.º Projectos: 1 Aquisição de Terrenos para Construção e Beneficiação de Infra-estruturas Rodoviárias 1999-06	TOTAL	40 353 849	13 056 869	15 000 000	15 000 000	15 000 000	0	98 410 718
	CAP. 50 O.R.	40 353 849	13 056 869	15 000 000	15 000 000	15 000 000	0	98 410 718
	TOTAL	40 353 849	13 056 869	15 000 000	15 000 000	15 000 000	0	98 410 718
	CAP. 50 O.R.	40 353 849	13 056 869	15 000 000	15 000 000	15 000 000	0	98 410 718
TRANSPORTES MARÍTIMOS SE: SREST N.º Projectos: 3 Novo Navio de Ligação ao Porto Santo 2001 - 04 Aumento do Capital Social da APRAM 2001 - 05 N Aquisição de Equipamento de Combate à Poluição Marítima COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-04	TOTAL	9 853 399	2 729 861	6 345 000	4 475 000	0	0	23 403 260
	CAP. 50 O.R.	9 853 399	2 729 861	6 345 000	4 475 000	0	0	23 403 260
	TOTAL	2 620 829	2 729 861	1 195 000	0	0	0	6 545 690
	CAP. 50 O.R.	2 620 829	2 729 861	1 195 000	0	0	0	6 545 690
	TOTAL	7 232 570	0	5 000 000	4 375 000	0	0	16 607 570
	CAP. 50 O.R.	7 232 570	0	5 000 000	4 375 000	0	0	16 607 570
	TOTAL	0	0	150 000	100 000	0	0	250 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	100 000	0	0	250 000
TRANSPORTES AÉREOS SE: SREST N.º Projectos: 2 Infra-estruturas Aeroportuárias - Transferências de Capital para a ANAM, E.P. 2001 - 05 N Heliporto do Funchal COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-04	TOTAL	0	0	4 330 000	3 050 000	0	0	7 380 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 330 000	3 050 000	0	0	7 380 000
	TOTAL	0	0	4 000 000	2 750 000	0	0	6 750 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	4 000 000	2 750 000	0	0	6 750 000
	TOTAL	0	0	330 000	300 000	0	0	630 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	330 000	300 000	0	0	630 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTES SE: SREST N.º Projectos: 3 Estudo de Sistemas de Transportes Terrestres 2001-04 Estudos de Sistemas de Transportes Inter Insulares COFIN - PIC INTERREG III B 2003-04 Transporte Aéreo Madeira-Canónos COFIN - PIC INTERREG III B 2003-04	TOTAL	33 497	50 694	637 500	0	0	0	721 691
	CAP. 50 O.R.	33 497	50 694	637 500	0	0	0	721 691
	TOTAL	33 497	50 694	375 000	0	0	0	459 191
	CAP. 50 O.R.	33 497	50 694	375 000	0	0	0	459 191
	TOTAL	0	0	112 500	0	0	0	112 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	112 500	0	0	0	112 500
	TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
SECTOR: EDUCAÇÃO		TOTAL	54 926 770	23 188 884	33 765 000	50 201 000	7 750 000	169 831 654
	CAP. 50 O.R.	54 926 770	23 188 884	33 765 000	50 201 000	7 750 000	0	169 831 654
INFRA-ESTRUTURAS DE ENSINO BÁSICO, SECUNDÁRIO E ESPECIAL SE: SREST N.º Projectos: 20 Escola Básica do Campanário COFIN - POP RAM III - FEDER 1999-05 N Escola Básica do Curral das Freiras COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-05 Escola Secundária Horácio Bento de Gouveia 2001-05 Escola Básica Bartolomeu Perestrelo COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	TOTAL	51 380 474	20 727 904	27 627 500	42 431 000	7 750 000	0	149 916 878
	CAP. 50 O.R.	51 380 474	20 727 904	27 627 500	42 431 000	7 750 000	0	149 916 878
	TOTAL	23 793	2 136 500	2 500 000	1 181 000	0	0	5 841 293
	CAP. 50 O.R.	23 793	2 136 500	2 500 000	1 181 000	0	0	5 841 293
	TOTAL	0	0	800 000	2 200 000	0	0	3 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	800 000	2 200 000	0	0	3 000 000
	TOTAL	0	0	1 000 000	6 000 000	0	0	7 000 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	6 000 000	0	0	7 000 000
	TOTAL	0	1 833 000	4 500 000	3 500 000	0	0	9 833 000
	CAP. 50 O.R.	0	1 833 000	4 500 000	3 500 000	0	0	9 833 000

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Construção de Escolas Básicas	TOTAL	16 290 441	2 778 028	5 250 000	8 000 000	5 000 000	0	37 318 469
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	16 290 441	2 778 028	5 250 000	8 000 000	5 000 000	0	37 318 469
1997-06								
Escola Básica de São Jorge	TOTAL	0	0	500 000	1 300 000	0	0	1 800 000
2001-05	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	1 300 000	0	0	1 800 000
Beneficiação e Conservação de Escolas e Equipamento Escolar	TOTAL	6 060 025	2 444 110	600 000	1 000 000	500 000	0	10 604 135
1991-06	CAP. 50 O.R.	6 060 025	2 444 110	600 000	1 000 000	500 000	0	10 604 135
Remodelação e Modernização de Escolas Básicas e Secundárias	TOTAL	810 773	0	675 000	1 500 000	500 000	0	3 485 773
2002-06	CAP. 50 O.R.	810 773	0	675 000	1 500 000	500 000	0	3 485 773
Redimensionamento de Escolas	TOTAL	6 602 155	2 519 384	1 875 000	3 000 000	0	0	13 996 539
1997-05	CAP. 50 O.R.	6 602 155	2 519 384	1 875 000	3 000 000	0	0	13 996 539
Construção de Piscinas Escolares	TOTAL	5 078	5 260 000	6 000 000	6 000 000	0	0	17 265 078
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	5 078	5 260 000	6 000 000	6 000 000	0	0	17 265 078
2001-05								
Aquisição de Equipamento Escolar	TOTAL	0	197 773	262 500	200 000	250 000	0	910 273
2002-06	CAP. 50 O.R.	0	197 773	262 500	200 000	250 000	0	910 273
N Escola Básica e Secundária de São Martinho	TOTAL	0	0	500 000	3 000 000	1 500 000	0	5 000 000
COFIN - POP RAM III - FEDER - FCN	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	3 000 000	1 500 000	0	5 000 000
2004-06								
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo de Santa Cruz	TOTAL	8 632 412	0	150 000	0	0	0	8 782 412
1997 - 04	CAP. 50 O.R.	8 632 412	0	150 000	0	0	0	8 782 412
N Centro de Deficientes Motores	TOTAL	0	0	225 000	1 800 000	0	0	2 025 000
2004-04	CAP. 50 O.R.	0	0	225 000	1 800 000	0	0	2 025 000
Pavilhão Gimnodesportivo do Caniço	TOTAL	0	475 733	600 000	1 500 000	0	0	2 575 733
2002-05	CAP. 50 O.R.	0	475 733	600 000	1 500 000	0	0	2 575 733
Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo da Ponta do Sol	TOTAL	7 378 131	652 861	600 000	0	0	0	8 630 992
1997-04	CAP. 50 O.R.	7 378 131	652 861	600 000	0	0	0	8 630 992
Escola Básica e Pavilhão Gimnodesportivo do Porto Moniz	TOTAL	4 859 057	0	300 000	0	0	0	5 159 057
1998 - 04	CAP. 50 O.R.	4 859 057	0	300 000	0	0	0	5 159 057
Escola Básica da Fajã da Ovelha	TOTAL	0	1 391 000	900 000	2 000 000	0	0	4 291 000
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	0	1 391 000	900 000	2 000 000	0	0	4 291 000
2002-05								
Remodelação do Internato da Quinta do Leme	TOTAL	717 183	600 515	300 000	250 000	0	0	1 867 698
COFIN - POP RAM III - FEDER	CAP. 50 O.R.	717 183	600 515	300 000	250 000	0	0	1 867 698
2000-05								
Piscina para o Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família	TOTAL	1 426	439 000	90 000	0	0	0	530 426
2001-04	CAP. 50 O.R.	1 426	439 000	90 000	0	0	0	530 426
INFRA-ESTRUTURAS PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR	TOTAL	25 394	681 481	2 387 500	2 770 000	0	0	5 864 375
SE: SREST	CAP. 50 O.R.	25 394	681 481	2 387 500	2 770 000	0	0	5 864 375
N.º Projectos: 7								
N Creche do Porto Moniz	TOTAL	0	0	400 000	100 000	0	0	500 000
2004-05	CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	100 000	0	0	500 000
N Creche dos Canhas	TOTAL	0	0	300 000	200 000	0	0	500 000
2004-05	CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	200 000	0	0	500 000
Creche e Jardim de Infância de São Vicente	TOTAL	0	0	600 000	260 000	0	0	860 000
2003-05	CAP. 50 O.R.	0	0	600 000	260 000	0	0	860 000
Beneficiação de Creches e Jardins de Infância	TOTAL	23 613	436 627	225 000	400 000	0	0	1 085 240
1990-05	CAP. 50 O.R.	23 613	436 627	225 000	400 000	0	0	1 085 240
Creche e Jardim de Infância de Santana	TOTAL	1 781	244 854	262 500	310 000	0	0	819 135
2001-05	CAP. 50 O.R.	1 781	244 854	262 500	310 000	0	0	819 135
Creche e Jardim de Infância da Ponta do Sol	TOTAL	0	0	450 000	1 200 000	0	0	1 650 000
2001-05	CAP. 50 O.R.	0	0	450 000	1 200 000	0	0	1 650 000
Creche dos Prazeres	TOTAL	0	0	150 000	300 000	0	0	450 000
2002-05	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	300 000	0	0	450 000

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
AQUISIÇÃO DE TERRENOS		TOTAL	3 520 902	1 779 499	3 750 000	5 000 000	0	0	14 050 401
SE: SREST	N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	3 520 902	1 779 499	3 750 000	5 000 000	0	0	14 050 401
Aquisição de Terrenos para Edifícios Escolares Públicos e Infra-estruturas Desportivas 1999-05		TOTAL	3 520 902	1 779 499	3 750 000	5 000 000	0	0	14 050 401
		CAP. 50 O.R.	3 520 902	1 779 499	3 750 000	5 000 000	0	0	14 050 401
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES		TOTAL	7 424 795	5 783 947	8 482 500	25 200 000	1 200 000	0	48 091 242
		CAP. 50 O.R.	7 424 795	5 783 947	8 482 500	25 200 000	1 200 000	0	48 091 242
CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DESPORTIVAS E DE APOIO À JUVENTUDE		TOTAL	7 424 795	5 783 947	8 482 500	25 200 000	1 200 000	0	48 091 242
SE: SREST	N.º Projectos: 12	CAP. 50 O.R.	7 424 795	5 783 947	8 482 500	25 200 000	1 200 000	0	48 091 242
Complexo para Natação Desportiva da Madeira COFIN - POP RAM III 1991-05		TOTAL	6 548 230	4 254 580	4 200 000	15 000 000	0	0	30 002 810
		CAP. 50 O.R.	6 548 230	4 254 580	4 200 000	15 000 000	0	0	30 002 810
Polidesportivo da Lapeira - Porto Santo 2002-04		TOTAL	1 463	395 055	221 250	0	0	0	617 768
		CAP. 50 O.R.	1 463	395 055	221 250	0	0	0	617 768
Casa da Cultura e Pousada da Juventude - Santana 2003-05		TOTAL	0	0	400 000	3 000 000	0	0	3 400 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	3 000 000	0	0	3 400 000
N Campo de Futebol de Câmara de Lobos 2004-04		TOTAL	0	0	500 000	1 500 000	0	0	2 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	1 500 000	0	0	2 000 000
Centro de Juventude do Porto Santo 1998-04		TOTAL	633 859	47 000	37 500	0	0	0	718 359
		CAP. 50 O.R.	633 859	47 000	37 500	0	0	0	718 359
N Pavilhão Gimnodesportivo do Estreito de Câmara de Lobos 2004-06		TOTAL	0	0	800 000	3 000 000	1 200 000	0	5 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	800 000	3 000 000	1 200 000	0	5 000 000
N Construção de Polidesportivos em Escolas Básicas 2004-05		TOTAL	0	0	1 275 000	1 000 000	0	0	2 275 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 275 000	1 000 000	0	0	2 275 000
Outras Infra-estruturas Desportivas e de Apoio à Juventude 2000-05		TOTAL	6 761	0	75 000	100 000	0	0	181 761
		CAP. 50 O.R.	6 761	0	75 000	100 000	0	0	181 761
Campo de Futebol do Porto da Cruz 2002-05		TOTAL	0	0	400 000	1 600 000	0	0	2 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	1 600 000	0	0	2 000 000
Polidesportivo da Fajã da Ovelha 2000-04		TOTAL	231 799	188 280	142 500	0	0	0	562 579
		CAP. 50 O.R.	231 799	188 280	142 500	0	0	0	562 579
Polidesportivo do Sítio das Feteirinhas - Caniçal 2001-04		TOTAL	1 463	547 740	168 750	0	0	0	717 953
		CAP. 50 O.R.	1 463	547 740	168 750	0	0	0	717 953
Polidesportivo da Madalena do Mar 2001-04		TOTAL	1 220	351 292	262 500	0	0	0	615 012
		CAP. 50 O.R.	1 220	351 292	262 500	0	0	0	615 012
SECTOR: CULTURA		TOTAL	8 684 814	3 657 779	4 900 000	8 500 000	600 000	0	26 342 593
		CAP. 50 O.R.	8 684 814	3 657 779	4 900 000	8 500 000	600 000	0	26 342 593
CONSTRUÇÃO, BENEFICIAÇÃO E APETRECHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS CULTURAIS		TOTAL	8 684 814	3 657 779	4 900 000	8 500 000	600 000	0	26 342 593
SE: SREST	N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	8 684 814	3 657 779	4 900 000	8 500 000	600 000	0	26 342 593
Biblioteca e Arquivo da RAM COFIN - POP RAM III - FEDER 1992-05		TOTAL	8 482 820	2 657 779	2 775 000	5 000 000	0	0	18 915 599
		CAP. 50 O.R.	8 482 820	2 657 779	2 775 000	5 000 000	0	0	18 915 599
Arquivo Fotográfico da Madeira 1999-05		TOTAL	0	0	225 000	500 000	0	0	725 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	225 000	500 000	0	0	725 000
N Museu da Baleia 2004-05		TOTAL	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	2 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	1 000 000	0	0	2 000 000
Centro Cultural da Ponta do Sol 2000-05		TOTAL	201 994	1 000 000	675 000	1 000 000	0	0	2 876 994
		CAP. 50 O.R.	201 994	1 000 000	675 000	1 000 000	0	0	2 876 994
Museu de História da Madeira COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06		TOTAL	0	0	225 000	1 000 000	600 000	0	1 825 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	225 000	1 000 000	600 000	0	1 825 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

227

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
SECTOR: SAÚDE		TOTAL	1 395 314	10 255 599	22 962 500	36 730 000	2 200 000	0	73 543 413
		CAP. 50 O.R.	1 395 314	10 255 599	22 962 500	36 730 000	2 200 000	0	73 543 413
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE		TOTAL	888 882	7 142 703	19 487 500	30 470 000	2 200 000	0	60 189 085
SE: SREST N.º Projectos: 17		CAP. 50 O.R.	888 882	7 142 703	19 487 500	30 470 000	2 200 000	0	60 189 085
Centro de Saúde e Segurança Social de Santo António		TOTAL	471	1 230 000	1 350 000	2 670 000	0	0	5 250 471
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05		CAP. 50 O.R.	471	1 230 000	1 350 000	2 670 000	0	0	5 250 471
Centro Cívico da Quinta Grande		TOTAL	10	0	1 640 000	2 000 000	2 200 000	0	5 840 010
2002-06		CAP. 50 O.R.	10	0	1 640 000	2 000 000	2 200 000	0	5 840 010
Centro de Saúde da Ponta do Sol		TOTAL	0	0	1 100 000	1 900 000	0	0	3 000 000
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05		CAP. 50 O.R.	0	0	1 100 000	1 900 000	0	0	3 000 000
Centro Cívico do Faial		TOTAL	63 872	426 833	450 000	500 000	0	0	1 440 705
2001-05		CAP. 50 O.R.	63 872	426 833	450 000	500 000	0	0	1 440 705
Centro de Saúde de São Vicente		TOTAL	0	0	1 400 000	5 850 000	0	0	7 250 000
COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-04		CAP. 50 O.R.	0	0	1 400 000	5 850 000	0	0	7 250 000
Centro Cívico do Caniço		TOTAL	0	164 980	5 510 000	4 600 000	0	0	10 274 980
2003-05		CAP. 50 O.R.	0	164 980	5 510 000	4 600 000	0	0	10 274 980
Centro Cívico do Arco de São Jorge		TOTAL	0	0	400 000	1 500 000	0	0	1 900 000
2003-05		CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	1 500 000	0	0	1 900 000
Centro Cívico da Ponta do Pargo		TOTAL	0	0	1 400 000	4 500 000	0	0	5 900 000
2003-05		CAP. 50 O.R.	0	0	1 400 000	4 500 000	0	0	5 900 000
N Centro de Saúde dos Prazeres		TOTAL	0	0	350 000	750 000	0	0	1 100 000
COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-05		CAP. 50 O.R.	0	0	350 000	750 000	0	0	1 100 000
Centro Cívico da Serra D'Água		TOTAL	1 920	1 658 353	250 000	0	0	0	1 910 273
2000-04		CAP. 50 O.R.	1 920	1 658 353	250 000	0	0	0	1 910 273
Centro Cívico do Jardim da Serra		TOTAL	72 487	2 000 000	900 000	0	0	0	2 972 487
2000-04		CAP. 50 O.R.	72 487	2 000 000	900 000	0	0	0	2 972 487
Centro de Saúde e Segurança Social da Ribeira Brava		TOTAL	1 051	58 353	2 250 000	2 300 000	0	0	4 609 404
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05		CAP. 50 O.R.	1 051	58 353	2 250 000	2 300 000	0	0	4 609 404
Centro de Saúde do Monte		TOTAL	747 628	268 802	112 500	0	0	0	1 128 930
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-04		CAP. 50 O.R.	747 628	268 802	112 500	0	0	0	1 128 930
Centro Cívico do Estreito da Calheta		TOTAL	0	0	600 000	1 100 000	0	0	1 700 000
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05		CAP. 50 O.R.	0	0	600 000	1 100 000	0	0	1 700 000
Centro de Saúde e Segurança Social de São Roque		TOTAL	1 433	1 335 382	675 000	0	0	0	2 011 815
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-04		CAP. 50 O.R.	1 433	1 335 382	675 000	0	0	0	2 011 815
Centro de Saúde do Caniçal		TOTAL	0	0	700 000	2 100 000	0	0	2 800 000
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05		CAP. 50 O.R.	0	0	700 000	2 100 000	0	0	2 800 000
Centro de Saúde da Santa - Porto Moniz		TOTAL	10	0	400 000	700 000	0	0	1 100 010
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05		CAP. 50 O.R.	10	0	400 000	700 000	0	0	1 100 010
ESTRUTURAS HOSPITALARES		TOTAL	2 097	2 305 000	2 725 000	4 260 000	0	0	9 292 097
SE: SREST N.º Projectos: 3		CAP. 50 O.R.	2 097	2 305 000	2 725 000	4 260 000	0	0	9 292 097
Remodelação e Beneficiação do Hospital João de Almada		TOTAL	1 801	2 305 000	2 250 000	4 260 000	0	0	8 816 801
2001-05		CAP. 50 O.R.	1 801	2 305 000	2 250 000	4 260 000	0	0	8 816 801
Estruturas de Apoio ao Hospital da Cruz de Carvalho		TOTAL	296	0	75 000	0	0	0	75 296
2001-04		CAP. 50 O.R.	296	0	75 000	0	0	0	75 296
N Projecto do Novo Hospital		TOTAL	0	0	400 000	0	0	0	400 000
2004-04		CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	0	0	0	400 000

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE: SREST N.º Projectos: 1	TOTAL	504 335	807 896	750 000	2 000 000	0	0	4 062 231	
	CAP. 50 O.R.	504 335	807 896	750 000	2 000 000	0	0	4 062 231	
	Aquisição de Terrenos para Infra-estruturas de Saúde 1999-05	TOTAL	504 335	807 896	750 000	2 000 000	0	0	4 062 231
	CAP. 50 O.R.	504 335	807 896	750 000	2 000 000	0	0	4 062 231	
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO		TOTAL	26 225 231	26 653 886	52 086 250	56 460 000	1 775 000	0	163 200 367
	CAP. 50 O.R.	26 225 231	26 653 886	52 086 250	56 460 000	1 775 000	0	163 200 367	
RENOVAÇÃO URBANA SE: SREST N.º Projectos: 5	TOTAL	10	216 104	4 112 500	5 885 000	0	0	10 213 614	
	CAP. 50 O.R.	10	216 104	4 112 500	5 885 000	0	0	10 213 614	
	Jardim Público do Torreão	TOTAL	10	216 104	1 800 000	2 485 000	0	0	4 501 114
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	CAP. 50 O.R.	10	216 104	1 800 000	2 485 000	0	0	4 501 114	
Revitalização do Monte	TOTAL	0	0	800 000	1 000 000	0	0	1 800 000	
COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-05	CAP. 50 O.R.	0	0	800 000	1 000 000	0	0	1 800 000	
Parque e Jardim Público de Machico	TOTAL	0	0	900 000	1 500 000	0	0	2 400 000	
COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-05	CAP. 50 O.R.	0	0	900 000	1 500 000	0	0	2 400 000	
Arranjo Urbanístico de São Roque	TOTAL	0	0	500 000	400 000	0	0	900 000	
COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-05	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	400 000	0	0	900 000	
Renovação e Requalificação de Áreas Degradadas	TOTAL	0	0	112 500	500 000	0	0	612 500	
COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-05	CAP. 50 O.R.	0	0	112 500	500 000	0	0	612 500	
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO SE: SREST N.º Projectos: 2	TOTAL	1 308 160	52 134	300 000	0	0	0	1 660 294	
	CAP. 50 O.R.	1 308 160	52 134	300 000	0	0	0	1 660 294	
	Planos Directores Municipais, Especiais, Sectoriais e de Urbanização e de Pormenor 1992-04	TOTAL	955 020	17 078	187 500	0	0	0	1 159 598
	CAP. 50 O.R.	955 020	17 078	187 500	0	0	0	1 159 598	
Elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) 1997-04	TOTAL	353 140	35 056	112 500	0	0	0	500 696	
	CAP. 50 O.R.	353 140	35 056	112 500	0	0	0	500 696	
VALORIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA DA RAM SE: SREST N.º Projectos: 22	TOTAL	8 166 593	11 803 000	21 146 250	20 290 000	0	0	61 405 843	
	CAP. 50 O.R.	8 166 593	11 803 000	21 146 250	20 290 000	0	0	61 405 843	
	Ligação Pedonal entre a Praia da Lagoa e Fajã da Areia - Porto da Cruz 2001-05	TOTAL	0	0	150 000	25 000	0	0	175 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	25 000	0	0	175 000	
Construção de Pontão de Apoio Náutico na Foz da Ribeira da Boaventura 2000-05	TOTAL	449 301	2 096 215	375 000	400 000	0	0	3 320 516	
	CAP. 50 O.R.	449 301	2 096 215	375 000	400 000	0	0	3 320 516	
Protecção Marginal no Paul do Mar 1997-04	TOTAL	792 077	234 075	176 250	0	0	0	1 202 402	
	CAP. 50 O.R.	792 077	234 075	176 250	0	0	0	1 202 402	
Construção do Quebra Mar do Seixal e Ponta Delgada 2000-04	TOTAL	983 296	520 000	506 000	0	0	0	2 009 296	
	CAP. 50 O.R.	983 296	520 000	506 000	0	0	0	2 009 296	
Protecção Marítima do Cais do Seixal 2000-04	TOTAL	1 031 455	3 115 000	1 500 000	0	0	0	5 646 455	
	CAP. 50 O.R.	1 031 455	3 115 000	1 500 000	0	0	0	5 646 455	
Protecção Marginal do Jardim do Mar 2000-05	TOTAL	17 468	3 540 000	3 000 000	3 900 000	0	0	10 457 468	
	CAP. 50 O.R.	17 468	3 540 000	3 000 000	3 900 000	0	0	10 457 468	
Infra-estruturas de Protecção Marítima e de Apoio na Foz da Ribeira da Boaventura (Complexo Balnear) 2000-05	TOTAL	1 434 438	16 388	2 000 000	1 500 000	0	0	4 950 826	
	CAP. 50 O.R.	1 434 438	16 388	2 000 000	1 500 000	0	0	4 950 826	
Piscinas e Zona Balnear do Caniçal 2000-04	TOTAL	1 548 546	700 000	375 000	0	0	0	2 623 546	
	CAP. 50 O.R.	1 548 546	700 000	375 000	0	0	0	2 623 546	
Complexo Balnear dos Reis Magos 2000-04	TOTAL	326 466	378 172	150 000	0	0	0	854 638	
	CAP. 50 O.R.	326 466	378 172	150 000	0	0	0	854 638	

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
Zona Balnear do Garajau COFIN - PIC INTERREG III B 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	130 725 130 725	0 0	700 000 700 000	500 000 500 000	0 0	0 0	1 330 725 1 330 725
Zona Balnear do Calhau da Lapa (Campanário) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	300 000 300 000	500 000 500 000	0 0	0 0	800 000 800 000
Acesso Pedonal entre o Cais do Porto da Cruz e o Complexo Balnear do Penedo 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	890 890	230 000 230 000	375 000 375 000	300 000 300 000	0 0	0 0	905 890 905 890
Obras do Plano Frente Mar - Câmara de Lobos 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 312 216 1 312 216	438 306 438 306	600 000 600 000	600 000 600 000	0 0	0 0	2 950 522 2 950 522
Obras do Plano Frente Mar - Machico 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	52 559 52 559	1 500 000 1 500 000	1 500 000 1 500 000	0 0	0 0	3 052 559 3 052 559
Ampliação do Solário e Enrocamento de Protecção na Ribeira Brava 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	495 000 495 000	900 000 900 000	0 0	0 0	1 395 000 1 395 000
Prólongamento do Enrocamento e Solário até à Praceta 24 de Julho (Calheta) 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	3 390 3 390	4 000 000 4 000 000	6 000 000 6 000 000	0 0	0 0	10 003 390 10 003 390
OLTIORA - Estudos e Projectos de Obras do Litoral COFIN - PIC INTERREG III B 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	139 715 139 715	474 107 474 107	300 000 300 000	0 0	0 0	0 0	913 822 913 822
Frente Mar do Caniçal e Passeio Marítimo até à Ribeira do Natal 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 398 1 398	214 000 214 000	200 000 200 000	0 0	0 0	415 398 415 398
Zona Balnear e Protecção Marítima em São Vicente 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	3 390 3 390	1 350 000 1 350 000	1 500 000 1 500 000	0 0	0 0	2 853 390 2 853 390
Enrocamento de Protecção à Praia da Ponta do Sol 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 500 000 1 500 000	2 200 000 2 200 000	0 0	0 0	3 700 000 3 700 000
Infra-estruturas de Valorização e de Apoio Náutico e Balnear 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	375 000 375 000	0 0	0 0	0 0	375 000 375 000
N Arranjo Urbanístico da Frente-mar do Caniçal 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 205 000 1 205 000	265 000 265 000	0 0	0 0	1 470 000 1 470 000
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NOS DOMÍNIOS DO URBANISMO E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO SE: SREST N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	300 000 300 000	0 0	0 0	0 0	300 000 300 000
N GESTURIS - Gestão Urbanística de Espaços Turísticos Degradados e Infra-dotados COFIN - PIC INTERREG III B 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	150 000 150 000
N PAISAGEM - Programa Piloto para a Protecção, Gestão Integrada, Reabilitação e Valorização Sustentável da Paisagem das Ilhas da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	0 0	0 0	0 0	150 000 150 000
CANALIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E LIMPEZA DE RIBEIRAS E CÔRREGOS SE: SREST N.º Projectos: 10	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 761 449 12 761 449	6 214 208 6 214 208	6 187 500 6 187 500	4 895 000 4 895 000	1 775 000 1 775 000	0 0	31 833 157 31 833 157
Canalização da Ribeira de Santo António a Montante da Estrada da Circunvalação COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 633 134 2 633 134	49 223 49 223	600 000 600 000	1 000 000 1 000 000	775 000 775 000	0 0	5 057 357 5 057 357
Canalização da Ribeira dos Socorridos 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 404 218 3 404 218	1 398 1 398	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	3 605 616 3 605 616
Regularização de Ribeiras 1995-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 439 085 1 439 085	880 004 880 004	375 000 375 000	500 000 500 000	500 000 500 000	0 0	3 694 089 3 694 089
Canalização da Ribeira do Faial COFIN - POP RAM III - FEDER 1999-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	557 557	1 785 000 1 785 000	900 000 900 000	395 000 395 000	0 0	0 0	3 080 557 3 080 557

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Canalização da Ribeira de Santa Luzia a Montante da Ponte da Fundoa COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	400 000 400 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	1 400 000 1 400 000
Canalização da Ribeira de Machico 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 975 553 1 975 553	2 009 882 1 875 000	1 000 000 1 000 000	0 0	0 0	6 860 435 6 860 435
Bacias de Retenção nas Principais Ribeiras do Funchal COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	150 000 150 000	500 000 500 000	500 000 500 000	0 0	1 150 000 1 150 000
Canalização da Ribeira do Massapez e Estruturas de Apoio à E.R. 108 Porto da Cruz 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	905 058 905 058	475 000 475 000	112 500 112 500	0 0	0 0	1 492 558 1 492 558
Canalização da Ribeira da Boaventura (Santa Cruz) COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 321 1 321	1 000 000 1 000 000	375 000 375 000	0 0	0 0	1 376 321 1 376 321
Canalização da Ribeira de Santa Cruz COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 402 523 2 402 523	13 701 13 701	1 200 000 1 200 000	500 000 500 000	0 0	4 116 224 4 116 224
EQUIPAMENTO SÓCIO - CULTURAL	TOTAL	1 580 268	4 180 584	11 727 500	13 290 000	0	30 778 352
SE: SREST	CAP. 50 O.R.	1 580 268	4 180 584	11 727 500	13 290 000	0	30 778 352
N Casa do Povo do Faial 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	50 000 50 000	0 0	0 0	50 000 50 000
Recuperação do Solar do Ribeirinho - Machico COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	600 000 600 000	800 000 800 000	0 0	1 400 000 1 400 000
Recuperação de Edifícios de Interesse Público em Zonas Rurais 1999-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	103 348 103 348	0 0	45 000 45 000	0 0	0 0	148 348 148 348
Centro de Dia e Creche de Água de Pena 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 500 000 1 500 000	1 100 000 1 100 000	0 0	2 600 000 2 600 000
Centro Cívico da Ilha 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	2 485 000 2 485 000	3 000 000 3 000 000	0 0	5 485 000 5 485 000
N Centro Cívico de São Martinho 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	1 000 000 1 000 000	0 0	1 100 000 1 100 000
N Construção, Conservação e Beneficiação de Outros Equipamentos Cívicos e Culturais 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	70 000 70 000	0 0	0 0	70 000 70 000
Centro Cívico de Santo António 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 100 000 1 100 000	3 500 000 3 500 000	0 0	4 600 000 4 600 000
Centro Cultural e Paroquial de Santana 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	599 557 599 557	635 278 635 278	225 000 225 000	0 0	0 0	1 459 835 1 459 835
Centro Cultural da Ribeira Grande Marços - Machico 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	774 817 774 817	320 419 320 419	202 500 202 500	0 0	0 0	1 297 736 1 297 736
Centro Cívico do Porto da Cruz 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	50 531 50 531	1 000 000 1 000 000	1 500 000 1 500 000	1 365 000 1 365 000	0 0	3 915 531 3 915 531
Centro Cívico do Carriçal 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	50 613 50 613	1 754 387 1 754 387	750 000 750 000	0 0	0 0	2 555 000 2 555 000
Casa Paroquial do Carriçal 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 392 1 392	233 000 233 000	150 000 150 000	0 0	0 0	384 392 384 392
N Centro Cultural e Paroquial de Santa Cruz 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	400 000 400 000	0 0	600 000 600 000
Casa da Música de Machico COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	600 000 600 000	1 325 000 1 325 000	0 0	1 925 000 1 925 000
Centro Cívico de Santa Maria Maior 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	150 000 150 000	500 000 500 000	0 0	650 000 650 000

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Sede do Grupo "Flores de Maio" no Porto da Cruz 2002-05	TOTAL	10	0	400 000	300 000	0	0	700 010
	CAP. 50 O.R.	10	0	400 000	300 000	0	0	700 010
Casa do Povo da Fajã da Ovelha 2002-04	TOTAL	0	237 500	100 000	0	0	0	337 500
	CAP. 50 O.R.	0	237 500	100 000	0	0	0	337 500
N Parque Temático da Madeira 2004-04	TOTAL	0	0	1 500 000	0	0	0	1 500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 500 000	0	0	0	1 500 000
EQUIPAMENTO RELIGIOSO SE: SREST N.º Projectos: 4	TOTAL	1 040 173	735 260	812 500	100 000	0	0	2 687 933
	CAP. 50 O.R.	1 040 173	735 260	812 500	100 000	0	0	2 687 933
Construção da Igreja das Feteiras 2003-05	TOTAL	0	0	400 000	100 000	0	0	500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	400 000	100 000	0	0	500 000
Construção da Igreja da Nazaré 1997-04	TOTAL	654 140	120 432	90 000	0	0	0	864 572
	CAP. 50 O.R.	654 140	120 432	90 000	0	0	0	864 572
Beneficiação, Conservação e Restauro de Equipamento Religioso 1999-04	TOTAL	384 542	214 828	187 500	0	0	0	786 870
	CAP. 50 O.R.	384 542	214 828	187 500	0	0	0	786 870
Consolidação das Torres da Igreja de Santo António 2002-04	TOTAL	1 491	400 000	135 000	0	0	0	536 491
	CAP. 50 O.R.	1 491	400 000	135 000	0	0	0	536 491
AQUISIÇÃO DE TERRENOS SE: SREST N.º Projectos: 1	TOTAL	1 368 578	3 452 596	7 500 000	12 000 000	0	0	24 321 174
	CAP. 50 O.R.	1 368 578	3 452 596	7 500 000	12 000 000	0	0	24 321 174
Aquisição de Terrenos para Infra-estruturas Urbanísticas e de Ordenamento do Território 1998-05	TOTAL	1 368 578	3 452 596	7 500 000	12 000 000	0	0	24 321 174
	CAP. 50 O.R.	1 368 578	3 452 596	7 500 000	12 000 000	0	0	24 321 174
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	2 111 211	1 180 201	3 628 080	7 350 798	930 000	0	15 200 290
	CAP. 50 O.R.	1 437 791	870 724	2 866 891	7 138 614	920 000	0	13 234 020
DESENVOLVIMENTO NO DOMÍNIO DOS RECURSOS NATURAIS, ENERGIA E AMBIENTE SE: LREC N.º Projectos: 3	TOTAL	1 707 980	450 201	1 128 080	350 798	30 000	0	3 667 059
	CAP. 50 O.R.	1 034 560	140 724	366 891	138 614	20 000	0	1 700 789
Modernização e Consolidação das Infra-estruturas da Qualidade COFIN - POE 1998-05	TOTAL	1 448 930	175 001	775 645	320 798	0	0	2 720 374
	CAP. 50 O.R.	889 582	79 021	286 793	118 614	0	0	1 374 010
PAUER-Projecto de Avaliação e Utilização de Energias Renováveis COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-04	TOTAL	196 556	260 200	322 435	0	0	0	779 191
	CAP. 50 O.R.	101 628	53 576	60 098	0	0	0	215 302
Formação Profissional COFIN - POP RAM III - FSE 1998-06	TOTAL	62 494	15 000	30 000	30 000	30 000	0	167 494
	CAP. 50 O.R.	43 350	8 127	20 000	20 000	20 000	0	111 477
INFRA-ESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA PENTEADA SE: SREST N.º Projectos: 1	TOTAL	403 231	730 000	2 500 000	7 000 000	900 000	0	11 533 231
	CAP. 50 O.R.	403 231	730 000	2 500 000	7 000 000	900 000	0	11 533 231
Infra-estruturas do Madeira Tecnopolo - 2.ª e 3.ª fases COFIN - POP RAM III - FEDER 1996-06	TOTAL	403 231	730 000	2 500 000	7 000 000	900 000	0	11 533 231
	CAP. 50 O.R.	403 231	730 000	2 500 000	7 000 000	900 000	0	11 533 231
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA	TOTAL	177 771	160 405	3 380 000	5 000 000	1 300 000	0	10 018 176
	CAP. 50 O.R.	177 771	160 405	3 380 000	5 000 000	1 300 000	0	10 018 176
SISTEMAS E PROGRAMAS DE INFORMAÇÃO SE: SREST N.º Projectos: 4	TOTAL	177 771	160 405	3 380 000	5 000 000	1 300 000	0	10 018 176
	CAP. 50 O.R.	177 771	160 405	3 380 000	5 000 000	1 300 000	0	10 018 176
Divulgação Pública de Investimentos Comparticipados Pela União Europeia COFIN - POP RAM III - FEDER 1999-05	TOTAL	68 373	37 096	100 000	200 000	0	0	405 469
	CAP. 50 O.R.	68 373	37 096	100 000	200 000	0	0	405 469
Sistema de Informação Geográfica COFIN - POP RAM III - FEDER 1996-05	TOTAL	109 398	123 309	1 500 000	1 500 000	0	0	3 232 707
	CAP. 50 O.R.	109 398	123 309	1 500 000	1 500 000	0	0	3 232 707
CARTOGRAF e GABITEC - Sistemas de Gestão de Planeamento Territorial COFIN - PIC INTERREG III B 2003-06	TOTAL	0	0	1 500 000	3 000 000	1 000 000	0	5 500 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	1 500 000	3 000 000	1 000 000	0	5 500 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

232

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
N Disponibilização de Conteúdos e Informatização Georeferenciada 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	280 000 280 000	300 000 300 000	300 000 300 000	0 0	880 000 880 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 186 077 1 186 077	1 169 076 1 169 076	2 150 000 2 150 000	1 100 000 1 100 000	1 100 000 1 100 000	0 0	6 705 153 6 705 153
INSTALAÇÕES E ACÇÕES NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL SE: SREST N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	637 663 637 663	728 522 728 522	1 950 000 1 950 000	1 000 000 1 000 000	1 000 000 1 000 000	0 0	5 316 185 5 316 185
N Modernização do Sistema Cadestral da RAM 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	825 000 825 000	0 0	0 0	0 0	825 000 825 000
Beneficiação e Remodelação de Edifícios Públicos 1995-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	637 663 637 663	728 522 728 522	1 125 000 1 125 000	1 000 000 1 000 000	1 000 000 1 000 000	0 0	4 491 185 4 491 185
ACÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SREST SE: SREST N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	548 414 548 414	440 554 440 554	200 000 200 000	100 000 100 000	100 000 100 000	0 0	1 388 968 1 388 968
Ações de Formação, Aperfeiçoamento e Informatização dos Serviços da SREST 1990-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	548 414 548 414	440 554 440 554	200 000 200 000	100 000 100 000	100 000 100 000	0 0	1 388 968 1 388 968

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	21 771 661	11 166 960	18 861 876	4 027 584	0	0	55 828 081
		CAP. 50 O.R.	15 318 072	9 146 156	12 200 000	3 190 511	0	0	39 854 739
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	21 771 661	11 166 960	15 364 824	4 027 584	0	0	52 331 029
		CAP. 50 O.R.	15 318 072	9 146 156	9 930 343	3 190 511	0	0	37 585 082
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	3 497 052	0	0	0	3 497 052
		CAP. 50 O.R.	0	0	2 269 657	0	0	0	2 269 657
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO		TOTAL	900 600	100 000	125 000	0	0	0	1 125 600
		CAP. 50 O.R.	900 600	100 000	37 500	0	0	0	1 038 100
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL DA SRAS		TOTAL	900 600	100 000	125 000	0	0	0	1 125 600
SE: DRGDR N.º Projectos: 1		CAP. 50 O.R.	900 600	100 000	37 500	0	0	0	1 038 100
Formação e Aperfeiçoamento Profissional - SFP		TOTAL	900 600	100 000	125 000	0	0	0	1 125 600
COFIN - POP RAM III - FSE 1994-04		CAP. 50 O.R.	900 600	100 000	37 500	0	0	0	1 038 100
SECTOR: SAÚDE		TOTAL	17 146 381	8 457 310	14 136 884	206 182	0	0	39 946 757
		CAP. 50 O.R.	10 921 074	6 463 360	8 399 581	206 182	0	0	25 990 197
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA SAÚDE		TOTAL	0	84 272	402 222	56 182	0	0	542 676
SE: SRAS N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	0	84 272	179 719	56 182	0	0	320 173
N MEREMA (DRGDR)		TOTAL	0	0	261 768	0	0	0	261 768
COFIN - PIC INTERREG III B 2004-04		CAP. 50 O.R.	0	0	39 265	0	0	0	39 265
ATLANTE - Acções Formativas para a Prevenção do Consumo de Drogas (SRPT)		TOTAL	0	84 272	140 454	56 182	0	0	280 908
COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		CAP. 50 O.R.	0	84 272	140 454	56 182	0	0	280 908
ESTRUTURAS E ACÇÕES NO ÂMBITO DA SAÚDE		TOTAL	15 891 337	7 428 705	11 332 200	150 000	0	0	34 802 242
SE: SRAS N.º Projectos: 12		CAP. 50 O.R.	10 268 059	6 087 038	7 272 200	150 000	0	0	23 777 297
Apoio a Famílias e a Instituições Particulares de Solidariedade Social (GS) 1997-05		TOTAL	515 647	107 938	149 639	150 000	0	0	923 224
		CAP. 50 O.R.	515 647	107 938	149 639	150 000	0	0	923 224
N Plano Regional de Saúde (DRPSP) 2004-04		TOTAL	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 000 000	0	0	0	1 000 000
Beneficiação das Estruturas Físicas dos Centros de Saúde (DRGDR) 2000-04		TOTAL	1 310 425	1 200 000	1 200 000	0	0	0	3 710 425
		CAP. 50 O.R.	947 267	1 200 000	1 200 000	0	0	0	3 347 267
Equipamentos de Inovação e Substituição para os Centros de Saúde (DRGDR) 2001-04		TOTAL	977 218	730 000	400 000	0	0	0	2 107 218
		CAP. 50 O.R.	796 488	730 000	400 000	0	0	0	1 926 488
Equipamento para o Hospital Dr. João de Almada (DRGSR) 1997-04		TOTAL	3 626	0	1 700 000	0	0	0	1 703 626
		CAP. 50 O.R.	3 626	0	510 000	0	0	0	513 626
Beneficiação das Estruturas Físicas Hospitalares (DRGDR) 1994-04		TOTAL	4 353 321	1 200 000	1 258 061	0	0	0	6 811 382
		CAP. 50 O.R.	3 017 696	1 200 000	1 258 061	0	0	0	5 475 757
Equipamento de Diagnóstico e Terapêutica (DRGDR) 1994-04		TOTAL	3 441 816	1 400 000	800 000	0	0	0	5 641 816
		CAP. 50 O.R.	2 395 878	1 400 000	800 000	0	0	0	4 595 878
Equipamento de Apoio às Áreas Médicas (DRGDR) 2000-04		TOTAL	1 946 611	374 100	214 000	0	0	0	2 534 711
		CAP. 50 O.R.	1 513 460	374 100	214 000	0	0	0	2 101 560
Bens e Equipamentos para Acolhimento de Doentes (DRGDR) 1994-04		TOTAL	820 901	500 000	300 000	0	0	0	1 620 901
		CAP. 50 O.R.	678 959	500 000	300 000	0	0	0	1 478 959
Implementação do Plano Director do HCF (DRGDR)		TOTAL	2 521 772	1 916 667	4 100 000	0	0	0	8 538 439
COFIN - POP RAM III - FEDER 1995-04		CAP. 50 O.R.	399 038	575 000	1 230 000	0	0	0	2 204 038
N Inovação em Saúde Pública (DRPSP) 2004-04		TOTAL	0	0	133 000	0	0	0	133 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	133 000	0	0	0	133 000
N Gestão do Plano de Saúde (DRPSP) 2004-04		TOTAL	0	0	77 500	0	0	0	77 500
		CAP. 50 O.R.	0	0	77 500	0	0	0	77 500

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
INTEGRAÇÃO E FUNCIONALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE		TOTAL	1 255 044	944 333	2 402 462	0	0	0	4 601 839
SE: SRAS N.º Projectos: 9		CAP. 50 O.R.	653 015	292 050	947 662	0	0	0	1 892 727
N	Processo Clínico Electrónico (DRGDR)	TOTAL	0	0	275 000	0	0	0	275 000
COFIN - POSI 2004-04		CAP. 50 O.R.	0	0	68 750	0	0	0	68 750
N	Digitalização da Informação Clínica (DRGDR)	TOTAL	0	0	825 000	0	0	0	825 000
COFIN - POSI 2004-04		CAP. 50 O.R.	0	0	206 250	0	0	0	206 250
N	Telemedicina (DRGDR)	TOTAL	0	0	189 856	0	0	0	189 856
COFIN - POSI 2004-04		CAP. 50 O.R.	0	0	47 464	0	0	0	47 464
N	Portal do Serviço Regional de Saúde (DRGDR)	TOTAL	0	0	50 000	0	0	0	50 000
COFIN - POSI 2004-04		CAP. 50 O.R.	0	0	12 500	0	0	0	12 500
N	Sistema de Informação para Administração, Pessoal e Contabilidade (DRPSP)	TOTAL	0	0	100 000	0	0	0	100 000
2004-04		CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	0	0	0	100 000
N	Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados (GS)	TOTAL	0	0	120 000	0	0	0	120 000
2004-04		CAP. 50 O.R.	0	0	120 000	0	0	0	120 000
Implementação do Cartão de Utente (GS) 1997-04		TOTAL	231 093	12 500	49 880	0	0	0	293 473
		CAP. 50 O.R.	231 093	12 500	49 880	0	0	0	293 473
Gestão Informática da Prescrição de Medicamentos (DRGDR) 2003-04		TOTAL	0	0	150 000	0	0	0	150 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	150 000	0	0	0	150 000
RISM - Rede Integrada de Saúde na Madeira (DRGDR) 2000-04		TOTAL	1 023 951	931 833	642 726	0	0	0	2 598 510
		CAP. 50 O.R.	421 922	279 550	192 818	0	0	0	894 290
SECTOR: SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL		TOTAL	3 724 680	2 609 650	4 164 992	3 821 402	0	0	14 320 724
		CAP. 50 O.R.	3 496 398	2 582 796	3 327 919	2 984 329	0	0	12 391 442
APOIO AO SOCORRO E EMERGÊNCIA		TOTAL	3 724 680	2 609 650	4 164 992	3 821 402	0	0	14 320 724
SE: SRAS N.º Projectos: 7		CAP. 50 O.R.	3 496 398	2 582 796	3 327 919	2 984 329	0	0	12 391 442
Aquisição de Equipamentos de Socorro (SRPC) 2000-04		TOTAL	413 661	229 483	250 000	0	0	0	893 144
		CAP. 50 O.R.	242 918	229 483	250 000	0	0	0	722 401
Construção do Campo Escola (SRPC) 2000-04		TOTAL	0	0	74 820	0	0	0	74 820
		CAP. 50 O.R.	0	0	74 820	0	0	0	74 820
Desenvolvimento de Estudos Técnicos (SRPC) 2000-04		TOTAL	63 845	0	19 952	0	0	0	83 797
		CAP. 50 O.R.	6 306	0	19 952	0	0	0	26 258
SICOSEDMA/TETRA-CAM - Sistema Integrado de Comunicações de Segurança, Emergência e Defesa da Madeira (SRPC) 2003-05		TOTAL	0	31 417	984 792	984 792	0	0	2 001 001
		CAP. 50 O.R.	0	4 563	147 719	147 719	0	0	300 001
N	Equipamentos de Comunicações (SRPC) 2004-04	TOTAL	0	0	29 928	0	0	0	29 928
		CAP. 50 O.R.	0	0	29 928	0	0	0	29 928
Apoio à Construção de Quartos de Bombeiros (GS) 1998-05		TOTAL	3 247 174	1 018 790	1 250 000	1 250 000	0	0	6 765 964
		CAP. 50 O.R.	3 247 174	1 018 790	1 250 000	1 250 000	0	0	6 765 964
Apoio às Associações de Bombeiros (GS) 2003-05		TOTAL	0	1 329 960	1 555 500	1 586 610	0	0	4 472 070
		CAP. 50 O.R.	0	1 329 960	1 555 500	1 586 610	0	0	4 472 070
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	0	0	435 000	0	0	0	435 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	435 000	0	0	0	435 000
MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SRAS		TOTAL	0	0	435 000	0	0	0	435 000
SE : SRAS N.º Projectos: 3		CAP. 50 O.R.	0	0	435 000	0	0	0	435 000
N	Equipamento de Inovação da DRGDR 2004-04	TOTAL	0	0	60 000	0	0	0	60 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	0	0	0	60 000
N	Beneficiação das Estruturas Físicas da DRGDR 2004-04	TOTAL	0	0	125 000	0	0	0	125 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	125 000	0	0	0	125 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

235

SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
N Remodelação e Conservação das Instalações da DRPSP 2004-04	TOTAL	0	0	250 000	0	0	0	250 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	250 000	0	0	0	250 000

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	259 552 771	74 072 728	72 621 589	78 917 378	71 291 060	72 873 744	629 329 270
		CAP. 50 O.R.	130 321 832	47 170 148	45 965 000	39 572 166	26 650 574	23 585 093	313 264 813
PROJECTOS EM CURSO		TOTAL	259 552 771	74 072 728	71 573 189	73 989 986	70 073 293	72 724 576	621 986 543
		CAP. 50 O.R.	130 321 832	47 170 148	44 916 600	34 644 774	25 432 807	23 435 925	305 922 086
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	1 048 400	4 927 392	1 217 767	149 168	7 342 727
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 048 400	4 927 392	1 217 767	149 168	7 342 727
SECTOR: EDUCAÇÃO		TOTAL	22 808 458	7 667 552	6 648 400	17 760 364	9 545 580	8 449 884	72 880 238
		CAP. 50 O.R.	22 808 458	7 667 552	6 648 400	17 760 364	9 545 580	8 449 884	72 880 238
DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL ESCOLAR SE: DRPRE N.º Projectos: 8		TOTAL	7 960 260	4 848 024	3 215 000	5 076 971	3 952 550	5 864 884	30 917 689
		CAP. 50 O.R.	7 960 260	4 848 024	3 215 000	5 076 971	3 952 550	5 864 884	30 917 689
Redimensionamento, Modernização e Ampliação de Infra-estruturas Escolares de 1.º Ciclo e Educação Pré-escolar 2001-05		TOTAL	0	172 650	150 000	10 000	0	0	332 650
		CAP. 50 O.R.	0	172 650	150 000	10 000	0	0	332 650
Apoio à Construção e Reapetrechamento de Escolas Particulares 1994-08		TOTAL	4 130 519	3 065 374	1 800 000	2 101 866	1 911 914	5 864 884	18 874 557
		CAP. 50 O.R.	4 130 519	3 065 374	1 800 000	2 101 866	1 911 914	5 864 884	18 874 557
Centro Coordenador da Rede Regional Escolar 1994-06		TOTAL	202 709	60 000	60 000	116 438	86 822	0	525 969
		CAP. 50 O.R.	202 709	60 000	60 000	116 438	86 822	0	525 969
Ampliação e Reapetrechamento de Estabelecimentos de 1.ª Infância 1994-06		TOTAL	365 102	130 000	80 000	262 875	173 644	0	1 011 621
		CAP. 50 O.R.	365 102	130 000	80 000	262 875	173 644	0	1 011 621
Equipamento Escolar - Informático COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	2 114 261	900 000	700 000	1 717 925	999 729	0	6 431 915
		CAP. 50 O.R.	2 114 261	900 000	700 000	1 717 925	999 729	0	6 431 915
Equipamento Escolar - Laboratórios Científicos COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	539 415	250 000	200 000	284 060	400 000	0	1 673 475
		CAP. 50 O.R.	539 415	250 000	200 000	284 060	400 000	0	1 673 475
Equipamento Escolar Básico COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	385 816	220 000	175 000	365 517	230 441	0	1 376 774
		CAP. 50 O.R.	385 816	220 000	175 000	365 517	230 441	0	1 376 774
Equipamento Escolar Técnico COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	222 438	50 000	50 000	218 290	150 000	0	690 728
		CAP. 50 O.R.	222 438	50 000	50 000	218 290	150 000	0	690 728
EDUCAÇÃO DIGITAL - REDE AVANÇADA DE ENSINO E COMUNICAÇÃO SE: DRPRE N.º Projectos: 5		TOTAL	342 608	850 000	1 025 000	6 554 830	2 375 870	0	11 148 308
		CAP. 50 O.R.	342 608	850 000	1 025 000	6 554 830	2 375 870	0	11 148 308
N Mediateca Escolar 2004-06		TOTAL	0	0	100 000	1 450 000	450 000	0	2 000 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	1 450 000	450 000	0	2 000 000
REI XXI - Rede Escolar Escolar Integrada Séc XXI COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	318 035	600 000	600 000	3 100 000	1 604 130	0	6 222 165
		CAP. 50 O.R.	318 035	600 000	600 000	3 100 000	1 604 130	0	6 222 165
Madera - EDU - Sítio da Educação COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	24 573	250 000	200 000	951 080	321 740	0	1 747 393
		CAP. 50 O.R.	24 573	250 000	200 000	951 080	321 740	0	1 747 393
N Equipamento Escolar Informático - Wireless Labs COFIN - POSI 2004-05		TOTAL	0	0	75 000	675 000	0	0	750 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	75 000	675 000	0	0	750 000
N Portal da Educação COFIN - POSI 2004-05		TOTAL	0	0	50 000	378 750	0	0	428 750
		CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	378 750	0	0	428 750
CENTRO DE AUDIOVISUAIS E MULTIMÉDIA SE: DRE N.º Projectos: 3		TOTAL	0	154 938	155 000	39 193	0	0	349 131
		CAP. 50 O.R.	0	154 938	155 000	39 193	0	0	349 131
CAME - Centro de Audiovisuais e Multimédia Escolares COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		TOTAL	0	116 500	80 000	39 193	0	0	235 693
		CAP. 50 O.R.	0	116 500	80 000	39 193	0	0	235 693
Tecnologias de Informação e Comunicação COFIN - POP RAM III - FSE 2003-04		TOTAL	0	38 438	50 000	0	0	0	88 438
		CAP. 50 O.R.	0	38 438	50 000	0	0	0	88 438



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

238

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
N Mediateca 2004-04	TOTAL	0	0	25 000	0	0	0	25 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	0	0	0	25 000
FORMAÇÃO DE PROFESSORES SE: DRE N.º Projectos: 5	TOTAL	1 301 793	178 446	330 000	0	0	0	1 810 239
	CAP. 50 O.R.	1 301 793	178 446	330 000	0	0	0	1 810 239
Metodologias COFIN - POP RAM III - FSE 1996-04	TOTAL	422 042	36 074	50 000	0	0	0	508 116
	CAP. 50 O.R.	422 042	36 074	50 000	0	0	0	508 116
Áreas Técnicas e Tecnológicas COFIN - POP RAM III - FSE 1995-04	TOTAL	397 623	93 435	100 000	0	0	0	591 058
	CAP. 50 O.R.	397 623	93 435	100 000	0	0	0	591 058
Projectos de Inovação Educativa COFIN - POP RAM III - FSE 1996-04	TOTAL	482 128	48 937	50 000	0	0	0	581 065
	CAP. 50 O.R.	482 128	48 937	50 000	0	0	0	581 065
N Mão de Aprendizagem COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-04	TOTAL	0	0	100 000	0	0	0	100 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	0	0	0	100 000
N Quality School COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-04	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
FORMAÇÃO CONTÍNUA E APOIO TÉCNICO A DOCENTES SE: SRE N.º Projectos: 3	TOTAL	0	0	250 000	922 570	52 160	0	1 224 730
	CAP. 50 O.R.	0	0	250 000	922 570	52 160	0	1 224 730
N Um Professor, Um Computador (DRPRE) COFIN - POSI 2004-06	TOTAL	0	0	50 000	400 000	0	0	450 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	50 000	400 000	0	0	450 000
N E-Formação (DRE) COFIN - POSI 2004-06	TOTAL	0	0	100 000	263 640	52 160	0	415 800
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	263 640	52 160	0	415 800
N Net Acção - Acções de Animação, Seminários e Formação On-line (DRE) COFIN - POSI 2004-06	TOTAL	0	0	100 000	258 930	0	0	358 930
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	258 930	0	0	358 930
EDUCAÇÃO PERMANENTE SE: DRE N.º Projectos: 2	TOTAL	690 429	176 144	250 000	0	0	0	1 116 573
	CAP. 50 O.R.	690 429	176 144	250 000	0	0	0	1 116 573
Acções de Educação Permanente COFIN - POP RAM III - FSE 1989-04	TOTAL	432 320	135 695	150 000	0	0	0	718 015
	CAP. 50 O.R.	432 320	135 695	150 000	0	0	0	718 015
Edição de Publicações 1988-04	TOTAL	258 109	40 449	100 000	0	0	0	398 558
	CAP. 50 O.R.	258 109	40 449	100 000	0	0	0	398 558
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À EDUCAÇÃO ESPECIAL SE: DREER N.º Projectos: 3	TOTAL	1 486 315	210 000	170 000	690 000	430 000	430 000	3 416 315
	CAP. 50 O.R.	1 486 315	210 000	170 000	690 000	430 000	430 000	3 416 315
Formação Profissional de Pessoal Docente e Técnico COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL	1 104 683	150 000	120 000	480 000	300 000	300 000	2 454 683
	CAP. 50 O.R.	1 104 683	150 000	120 000	480 000	300 000	300 000	2 454 683
Formação Contínua COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL	180 832	30 000	25 000	135 000	80 000	80 000	530 832
	CAP. 50 O.R.	180 832	30 000	25 000	135 000	80 000	80 000	530 832
Programa Regional de Apoio aos Sobredotados COFIN - POP RAM III - FSE 1997-07	TOTAL	200 800	30 000	25 000	75 000	50 000	50 000	430 800
	CAP. 50 O.R.	200 800	30 000	25 000	75 000	50 000	50 000	430 800
FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE DEFICIENTES SE: DREER N.º Projectos: 3	TOTAL	6 942 065	750 000	600 000	1 650 000	1 125 000	1 125 000	12 192 065
	CAP. 50 O.R.	6 942 065	750 000	600 000	1 650 000	1 125 000	1 125 000	12 192 065
Formação Pré-Profissional de Deficientes 1989-07	TOTAL	390 143	50 000	50 000	100 000	75 000	75 000	740 143
	CAP. 50 O.R.	390 143	50 000	50 000	100 000	75 000	75 000	740 143

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Formação Profissional de Deficientes COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 147 944 5 147 944	500 000 500 000	400 000 400 000	1 200 000 1 200 000	800 000 800 000	800 000 800 000	8 847 944 8 847 944
Integração Profissional de Deficientes COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 403 978 1 403 978	200 000 200 000	150 000 150 000	350 000 350 000	250 000 250 000	250 000 250 000	2 603 978 2 603 978
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA DEFICIENTES SE: DREER N.º Projectos: 5	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 084 988 4 084 988	500 000 500 000	415 000 415 000	1 645 000 1 645 000	1 030 000 1 030 000	1 030 000 1 030 000	8 704 988 8 704 988
Instalação de Centros Psico-pedagógicos 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 276 779 1 276 779	100 000 100 000	75 000 75 000	225 000 225 000	150 000 150 000	150 000 150 000	1 976 779 1 976 779
Equipamento de Estabelecimentos de Ensino e de Apoio 1987-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 569 092 2 569 092	247 500 247 500	200 000 200 000	1 000 000 1 000 000	600 000 600 000	600 000 600 000	5 216 592 5 216 592
Adaptações Habitacionais 1997-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	60 811 60 811	30 000 30 000	30 000 30 000	70 000 70 000	50 000 50 000	50 000 50 000	290 811 290 811
Instalação de Centros de Actividades Ocupacionais 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	178 306 178 306	120 000 120 000	100 000 100 000	200 000 200 000	150 000 150 000	150 000 150 000	898 306 898 306
Criação de Centros de Emprego Protegido 2001-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	2 500 2 500	10 000 10 000	150 000 150 000	80 000 80 000	80 000 80 000	322 500 322 500
COMBATE À INFO-EXCLUSÃO E APOIO A CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS SE: SRE N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	200 000 200 000	1 060 200 1 060 200	500 000 500 000	0 0	1 760 200 1 760 200
N O Acesso à Sociedade da Informação na Educação Especial (DREER) COFIN - POSI 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	900 000 900 000	500 000 500 000	0 0	1 500 000 1 500 000
N Escola Virtual - FrontOffice (DRE) COFIN - POSI 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	160 200 160 200	0 0	0 0	260 200 260 200
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL SE: DREER N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	38 400 38 400	121 600 121 600	80 000 80 000	0 0	240 000 240 000
N ALP2PA 2002 - Criação de uma Rede de Comercialização de Produtos Elaborados por Pessoas Portadoras de Deficiência COFIN - PIC INTERREG III 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	38 400 38 400	121 600 121 600	80 000 80 000	0 0	240 000 240 000
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	TOTAL CAP. 50 O.R.	169 354 930 40 556 534	32 054 405 6 453 942	30 246 848 6 740 000	43 960 558 15 739 505	47 201 455 13 853 923	46 486 909 9 812 123	369 305 105 93 156 027
ESTRUTURAS E ACÇÕES NO ÂMBITO DA DIRECÇÃO REGIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL SE: DRFP N.º Projectos: 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	24 097 904 24 097 904	2 696 954 2 696 954	2 650 000 2 650 000	5 668 766 5 668 766	3 990 383 3 990 383	3 990 3 990	39 107 997 39 107 997
Implementação, Controlo e Avaliação de Acções de Formação Profissional COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	23 922 697 23 922 697	2 415 708 2 415 708	2 500 000 2 500 000	5 480 766 5 480 766	3 990 383 3 990 383	3 990 3 990	38 313 544 38 313 544
Construção de Biblioteca e Zona de Lazer dos Formandos COFIN - POP RAM III - FSE 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	175 207 175 207	281 246 281 246	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	506 453 506 453
N Esteticismo - Cosmetologia COFIN - POP RAM III - FSE 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	100 000 100 000	188 000 188 000	0 0	0 0	288 000 288 000
PROGRAMAS POR INICIATIVA DE OUTREM SE: FGAPFP N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	126 736 805 316 639	24 754 015 16 280	23 025 200 15 000	27 552 430 16 460	32 757 960 29 928	36 033 756 32 920	270 860 166 427 227
Programas por Iniciativa de Outrem COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	126 736 805 316 639	24 754 015 16 280	23 025 200 15 000	27 552 430 16 460	32 757 960 29 928	36 033 756 32 920	270 860 166 427 227

PIDDAR 2004

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA PROFISSIONAL DE HOTELARIA E TURISMO DA MADEIRA SE: EPHTM N.º Projectos: 2	TOTAL CAP. 50 O.R.	15 039 145 13 573 608	3 150 000 3 150 000	3 280 000 3 280 000	8 470 790 8 470 790	8 334 502 8 334 502	9 167 953 9 167 953	47 442 390 45 976 853
Acções de Formação Profissional para Jovens Fora do Sistema de Ensino COFIN - POP RAM III - FSE 1999-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	15 039 145 13 573 608	3 150 000 3 150 000	3 200 000 3 200 000	8 339 518 8 339 518	8 198 895 8 198 895	9 018 785 9 018 785	46 946 343 45 480 806
N Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências 2004-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	80 000 80 000	131 272 131 272	135 607 135 607	149 168 149 168	496 047 496 047
FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONSERVATÓRIO - ESCOLA PROFISSIONAL DAS ARTES DA MADEIRA SE: CEPAM N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	707 584 707 584	515 059 215 059	651 648 500 000	923 352 808 269	910 000 910 000	0 0	3 707 643 3 140 912
Acções de Formação no Âmbito do CEPAM COFIN - POP RAM III - FSE 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	707 584 707 584	515 059 215 059	651 648 500 000	923 352 808 269	910 000 910 000	0 0	3 707 643 3 140 912
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL NO DOMÍNIO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DO EMPREGO SE: FGAPFP N.º Projectos: 4	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 170 046 270 694	747 228 185 000	460 000 115 000	760 000 190 000	826 000 206 500	898 600 224 650	4 862 374 1 191 844
PIC Leonardo da Vinci COFIN - POP RAM III - FSE 1995-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	363 655 77 245	167 228 40 000	40 000 10 000	100 000 25 000	100 000 25 000	100 000 25 000	871 383 202 245
PIC EQUAL COFIN - POP RAM III - FSE 1996-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	509 926 137 334	320 000 80 000	200 000 50 000	352 000 88 000	387 200 96 800	425 920 106 480	2 195 046 558 614
Outros Programas Comunitários COFIN - POP RAM III - FSE 1996-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	296 465 56 115	160 000 40 000	100 000 25 000	176 000 44 000	193 600 46 400	212 960 53 240	1 139 025 266 755
TELEFOR-MAC - Outros Programas Comunitários COFIN - PIC INTERREG III B 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 000 25 000	120 000 30 000	132 000 33 000	145 200 36 300	159 720 39 930	656 920 164 230
ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO DO POPRAM III - COMPONENTE FSE SE: DRFP N.º Projectos: 3	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 603 446 1 590 105	190 649 190 649	180 000 180 000	585 220 585 220	382 610 382 610	382 610 382 610	3 324 535 3 311 194
Monitorização do Subprograma COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	535 111 535 111	50 000 50 000	50 000 50 000	397 672 397 672	223 836 223 836	223 836 223 836	1 480 455 1 480 455
Funcionamento da Comissão de Gestão COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	396 425 383 084	80 655 80 655	80 000 80 000	124 508 124 508	102 254 102 254	102 254 102 254	886 096 872 755
Estudos, Publicidade e Promoção COFIN - POP RAM III - FSE 1994-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	671 910 671 910	59 994 59 994	50 000 50 000	63 040 63 040	56 520 56 520	56 520 56 520	957 984 957 984
SECTOR: DESPORTO E OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES	TOTAL CAP. 50 O.R.	65 649 382 65 649 382	28 324 318 28 324 318	28 323 920 28 323 920	0 0	0 0	0 0	122 297 620 122 297 620
ACÇÕES DE FOMENTO DESPORTIVO SE: IDRAM N.º Projectos: 9	TOTAL CAP. 50 O.R.	65 649 382 65 649 382	28 324 318 28 324 318	28 323 920 28 323 920	0 0	0 0	0 0	122 297 620 122 297 620
Apoio aos Clubes Participantes em Competição Nacional e Internacional de Futebol (I e II Liga) e Campeonato da Liga de Clubes de Basquetebol Masculino 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	18 090 640 18 090 640	8 167 276 8 167 276	8 616 860 8 616 860	0 0	0 0	0 0	34 874 776 34 874 776
Promoção e Desenvolvimento das Modalidades Desportivas Amadoras 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	21 174 412 21 174 412	7 173 452 7 173 452	6 970 980 6 970 980	0 0	0 0	0 0	35 318 844 35 318 844
Apoio aos Transportes Aéreos e Marítimos Inerentes à Competição Nacional e Internacional 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 133 074 8 133 074	3 000 000 3 000 000	3 217 950 3 217 950	0 0	0 0	0 0	14 351 024 14 351 024
Apoio aos Atletas de Alta Competição, Clubes em Competição Regional, Recreação e Lazer e Organização de Eventos Desportivos 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	7 520 777 7 520 777	4 320 194 4 320 194	4 102 740 4 102 740	0 0	0 0	0 0	15 943 711 15 943 711
Apoio a Obras de Melhoramento das infra-estruturas do IDRAM 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	5 632 960 5 632 960	587 500 587 500	664 000 664 000	0 0	0 0	0 0	6 884 460 6 884 460

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
Apetreçamento de Infra-estruturas Desportivas 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 024 756 1 024 756	112 500 112 500	250 000 250 000	0 0	0 0	0 0	1 387 256 1 387 256
Construção de Infra-estruturas e Arrelvamentos de Campos de Futebol 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	20 000 20 000	200 000 200 000	0 0	0 0	0 0	220 000 220 000
Apoio à Construção de Infra-estruturas Desportivas por Clubes/Associações 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	3 336 555 3 336 555	4 892 896 4 892 896	4 282 640 4 282 640	0 0	0 0	0 0	12 512 091 12 512 091
Participação no Capital de Sociedades Anónimas Desportivas 1991-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	736 208 736 208	50 500 50 500	18 750 18 750	0 0	0 0	0 0	805 458 805 458
SECTOR: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL CAP. 50 O.R.	99 760 99 760	1 671 412 1 355 431	3 544 130 1 108 000	12 904 098 2 479 219	11 689 290 1 316 257	16 323 196 3 709 331	46 231 866 10 067 998
INFRA-ESTRUTURAS DO POLO TECNOLÓGICO DA MADEIRA	TOTAL	0	419 026	1 391 996	9 998 998	9 903 998	9 834 210	31 548 228
SE: Madeira Tecnopolo N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	0	209 663	145 000	334 788	239 788	170 000	1 099 239
Modernização, Eficiência e Versatilidade do CIFEK COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	418 726 209 363	50 000 50 000	89 788 89 788	69 788 69 788	0 0	628 302 418 939
Edifícios e Módulos Empresariais COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	1 010 247 75 000	9 577 461 225 000	9 502 461 150 000	9 502 461 150 000	29 592 730 600 100
Edifícios e Módulos de Revitalização Urbana COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	321 749 10 000	321 749 10 000	321 749 10 000	321 749 10 000	1 287 096 40 100
Espaço de Restauração e Congressos COFIN - POP RAM III - FEDER 2003-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	10 000 10 000	40 100 40 100
ACÇÕES NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	TOTAL	99 760	1 252 386	2 152 134	2 905 100	1 785 292	6 488 986	14 683 658
SE: Madeira Tecnopolo N.º Projectos: 11	CAP. 50 O.R.	99 760	1 145 768	963 000	2 144 431	1 076 469	3 539 331	8 968 759
Promoção de Congressos e Feiras - CIFEK COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	213 236 106 618	36 000 36 000	36 000 36 000	36 000 36 000	0 0	321 236 214 618
Iniciativas Comunitárias 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	99 760 99 760	1 038 250 1 038 250	400 000 400 000	336 540 336 540	293 268 293 268	586 536 586 536	2 754 354 2 754 354
Promoção e Campanhas Publicitárias para a Inovação COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	184 748 80 000	161 223 108 849	38 408 20 950	0 0	384 479 209 899
Desenvolvimento de Projecto Piloto para a Inovação COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	623 738 100 000	1 106 112 844 243	192 038 104 748	0 0	1 921 988 1 049 091
Ações de Sensibilização e Demonstração para a Inovação COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	239 639 90 000	254 604 179 784	54 868 29 928	0 0	549 211 299 812
Missões e Intercâmbio para a Inovação COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	344 459 120 000	396 905 284 675	82 302 44 892	0 0	823 766 449 667
Estudos Sobre a Inovação e Transferência de Tecnologia COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	249 639 100 000	244 604 169 784	54 868 29 928	0 0	549 211 299 812
Estudos para a Internacionalização COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	19 477 10 000	94 722 47 386	265 390 132 680	1 515 823 757 650	1 895 562 947 816
Projectos para a Internacionalização COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	27 458 10 000	174 580 87 290	488 822 244 411	2 800 726 1 404 092	3 491 686 1 745 893
Missões de Internacionalização COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	100 100	10 741 7 000	37 410 18 705	104 748 52 374	592 070 296 020	745 069 374 199

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total
Feiras Internacionais	TOTAL	0	100	16 235	62 350	174 580	993 831	1 247 096
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-08	CAP. 50 O.R.	0	100	10 000	31 175	87 290	495 033	623 598
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	1 449 989	4 276 968	3 770 291	4 250 358	2 824 735	1 613 755
		CAP. 50 O.R.	1 017 446	3 290 832	3 056 680	3 551 078	1 904 814	1 613 755
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO		TOTAL	1 449 989	4 276 968	3 770 291	4 250 358	2 824 735	1 613 755
SE: SRE	N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	1 017 446	3 290 832	3 056 680	3 551 078	1 904 814	1 613 755
Info - Acesso (NESI)	TOTAL	52 046	350 000	350 000	1 512 986	531 196	0	2 796 228
COFIN - POP RAM III - FSE 2000-06	CAP. 50 O.R.	52 046	350 000	350 000	1 512 986	531 196	0	2 796 228
Info-Conteúdos (NESI)	TOTAL	576 889	1 527 204	1 651 680	563 642	563 642	0	4 883 057
COFIN - POP RAM III - FSE 2000-06	CAP. 50 O.R.	576 889	1 527 204	1 651 680	563 642	563 642	0	4 883 057
Formação do Pessoal do NESI	TOTAL	747	5 000	5 000	19 928	9 976	0	40 651
COFIN - POP RAM III - FSE 2002-06	CAP. 50 O.R.	747	5 000	5 000	19 928	9 976	0	40 651
Criação de Infocentros (M. Tecnopolo)	TOTAL	196 822	343 253	100 000	154 882	0	0	794 957
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	CAP. 50 O.R.	107 888	130 000	100 000	154 882	0	0	492 770
Fomento da Utilização de PC e Internet - "Uma Família um Computador" (M. Tecnopolo)	TOTAL	623 485	1 366 642	1 073 827	1 489 424	1 719 921	1 613 755	7 887 054
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-07	CAP. 50 O.R.	279 876	593 759	450 000	850 000	800 000	1 613 755	4 587 390
Madeira Digital (M. Tecnopolo)	TOTAL	0	684 769	450 000	350 000	0	0	1 484 769
COFIN - POSI 2002-05	CAP. 50 O.R.	0	684 769	450 000	350 000	0	0	1 484 769
Fomento da Utilização de PC e Internet - Telecomunicações (M. Tecnopolo))	TOTAL	0	100	139 784	159 496	0	0	299 380
COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	CAP. 50 O.R.	0	100	50 000	99 640	0	0	149 740
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	190 252	78 073	88 000	42 000	30 000	0
		CAP. 50 O.R.	190 252	78 073	88 000	42 000	30 000	0
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL DA SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO		TOTAL	190 252	78 073	88 000	42 000	30 000	0
SE: SRE	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	190 252	78 073	88 000	42 000	30 000	0
Ações de Formação Profissional (DRAE)	TOTAL	187 129	38 073	50 000	0	0	0	275 202
COFIN - POP RAM III - FSE 1998-04	CAP. 50 O.R.	187 129	38 073	50 000	0	0	0	275 202
Formação Especializada de Inspectores de Educação (DIRE)	TOTAL	3 123	40 000	38 000	42 000	30 000	0	153 123
COFIN - POP RAM III - FSE 2001-06	CAP. 50 O.R.	3 123	40 000	38 000	42 000	30 000	0	153 123

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL		TOTAL	87 218 862	37 848 949	50 015 440	4 077 975	3 926 989	1 100 000	184 188 215
		CAP. 50 O.R.	87 206 837	37 848 949	47 061 861	4 077 975	3 926 989	1 100 000	181 222 611
PROJECTOS EM CURSOS		TOTAL	87 218 862	37 848 949	48 643 364	4 013 724	3 851 863	1 100 000	182 676 762
		CAP. 50 O.R.	87 206 837	37 848 949	45 689 785	4 013 724	3 851 863	1 100 000	179 711 158
PROJECTOS NOVOS		TOTAL	0	0	1 372 076	64 251	75 126	0	1 511 453
		CAP. 50 O.R.	0	0	1 372 076	64 251	75 126	0	1 511 453
SECTOR: INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA		TOTAL	1 326 829	3 590 583	5 857 314	3 853 515	3 707 517	1 100 000	19 435 758
		CAP. 50 O.R.	1 314 804	3 590 583	2 903 735	3 853 515	3 707 517	1 100 000	16 470 154
PROGRAMAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		TOTAL	0	0	754 708	64 251	75 126	0	894 085
SE: SRPF N.º Projectos: 5		CAP. 50 O.R.	0	0	754 708	64 251	75 126	0	894 085
Base de Dados de Legislação (DRI) 1999-04		TOTAL	0	0	7 482	0	0	0	7 482
		CAP. 50 O.R.	0	0	7 482	0	0	0	7 482
Base de dados da Direcção Regional de Planeamento e Finanças 2002-04		TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
N Criação do Gabinete de Metodologia Estatística na DREM COFIN - POP RAM III - FSE 2004-04		TOTAL	0	0	20 000	0	0	0	20 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	0	0	0	20 000
N Sistemas Integrados de Informação Financeira (DRI) 2004-04		TOTAL	0	0	600 000	0	0	0	600 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	600 000	0	0	0	600 000
N SIER - Sistema de Informação do Espaço Rural (DRE) COFIN - POP RAM III - FEDER 2004-06		TOTAL	0	0	107 226	64 251	75 126	0	246 603
		CAP. 50 O.R.	0	0	107 226	64 251	75 126	0	246 603
COOPERAÇÃO INTER-REGIONAL		TOTAL	153 747	663 629	1 003 227	1 197 510	950 000	1 100 000	5 068 113
SE: SRPF N.º Projectos: 3		CAP. 50 O.R.	153 747	663 629	1 003 227	1 197 510	950 000	1 100 000	5 068 113
TIO-MAC - Sistema Integrado de Contas Regionais - Elaboração de Quadros Input-Output (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05		TOTAL	0	40 629	79 227	97 510	0	0	217 366
		CAP. 50 O.R.	0	40 629	79 227	97 510	0	0	217 366
UCEST - Ultrapenínsula e Coesão Económica, Social e Territorial (DRE) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-04		TOTAL	0	24 000	24 000	0	0	0	48 000
		CAP. 50 O.R.	0	24 000	24 000	0	0	0	48 000
Assistência Técnica no âmbito do PIC INTERREG III B - Espaço Madeira, Açores e Canárias (GS) COFIN - PIC INTERREG III B 2001-07		TOTAL	153 747	599 000	900 000	1 100 000	950 000	1 100 000	4 802 747
		CAP. 50 O.R.	153 747	599 000	900 000	1 100 000	950 000	1 100 000	4 802 747
GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL PLURIFUNDOS 2000 - 2006 (POPRAM III)		TOTAL	963 859	2 877 136	4 016 179	2 307 439	2 348 196	0	12 512 809
SE: IFC N.º Projectos: 3		CAP. 50 O.R.	961 434	2 877 136	1 100 000	2 307 439	2 348 196	0	9 594 205
Gestão, Acompanhamento e Controlo COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	675 571	1 585 933	2 640 979	2 152 812	2 193 569	0	9 248 864
		CAP. 50 O.R.	673 146	1 585 933	750 000	2 152 812	2 193 569	0	7 355 460
Estudos, Informação e Publicidade COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06		TOTAL	231 459	336 928	391 200	124 699	124 699	0	1 208 985
		CAP. 50 O.R.	231 459	336 928	100 000	124 699	124 699	0	917 785
Sistema de Informação COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06		TOTAL	56 829	954 275	984 000	29 928	29 928	0	2 054 960
		CAP. 50 O.R.	56 829	954 275	750 000	29 928	29 928	0	1 320 960
ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS		TOTAL	185 547	21 418	39 200	259 375	259 375	0	764 915
SE: IFC N.º Projectos: 2		CAP. 50 O.R.	185 547	21 418	39 200	259 375	259 375	0	764 915
Acções de Acompanhamento no âmbito do RIME 1998-04		TOTAL	185 547	21 418	14 200	0	0	0	221 165
		CAP. 50 O.R.	185 547	21 418	14 200	0	0	0	221 165
Acções de Acompanhamento Diversas 2002-06		TOTAL	0	0	25 000	259 375	259 375	0	543 750
		CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	259 375	259 375	0	543 750

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	TOTAL	23 676	28 400	44 000	24 940	74 820	0	195 836	
	SE: IFC N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R. 14 076	28 400	6 600	24 940	74 820	0	148 836	
Assistência Técnica no Âmbito do Fundo de Coesão COFIN - POP RAM III - F. COESÃO 1998-06	TOTAL	23 676	28 400	44 000	24 940	74 820	0	195 836	
	CAP. 50 O.R.	14 076	28 400	6 600	24 940	74 820	0	148 836	
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL		TOTAL	1 968 536	4 088 205	4 607 276	224 460	219 472	0	11 107 949
		CAP. 50 O.R.	1 968 536	4 088 205	4 607 276	224 460	219 472	0	11 107 949
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS	TOTAL	4 630	4 478	18 576	0	0	0	27 684	
	SE: SRPF N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R. 4 630	4 478	18 576	0	0	0	27 684	
Formação e Aperfeiçoamento Profissional do Pessoal Afecto ao GS, DRE, DRI, DRPF e DROC 2002-04	TOTAL	4 630	4 478	5 000	0	0	0	14 108	
	CAP. 50 O.R.	4 630	4 478	5 000	0	0	0	14 108	
Formação dos Quadros da Inspeção Regional de Finanças COFIN - POP RAM III - FSE 2003-04	TOTAL	0	0	13 576	0	0	0	13 576	
	CAP. 50 O.R.	0	0	13 576	0	0	0	13 576	
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PESSOAL AFECTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	70 176	51 538	100 000	0	0	0	221 714	
	SE: DRI N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R. 70 176	51 538	100 000	0	0	0	221 714	
No Domínio da Informática COFIN - POP RAM III - FSE 1998-04	TOTAL	70 176	51 538	100 000	0	0	0	221 714	
	CAP. 50 O.R.	70 176	51 538	100 000	0	0	0	221 714	
ACTUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA DIRECÇÃO REGIONAL DE INFORMÁTICA	TOTAL	1 893 730	1 067 224	980 000	224 460	219 472	0	4 384 886	
	SE: DRI N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R. 1 893 730	1 067 224	980 000	224 460	219 472	0	4 384 886	
Aquisição de Equipamentos Informáticos e Suportes Lógicos 1994-04	TOTAL	1 285 165	845 968	850 000	0	0	0	2 981 133	
	CAP. 50 O.R.	1 285 165	845 968	850 000	0	0	0	2 981 133	
GEDAP - Gestão Electrónica de Documentos da Administração Pública 2000-04	TOTAL	332 896	59 856	50 000	0	0	0	442 752	
	CAP. 50 O.R.	332 896	59 856	50 000	0	0	0	442 752	
RIGRAM - Rede Integrada do Governo Regional da RAM 2000-06	TOTAL	243 808	89 400	50 000	114 724	114 724	0	612 656	
	CAP. 50 O.R.	243 808	89 400	50 000	114 724	114 724	0	612 656	
SEG - Serviço Electrónico do Governo 2000-06	TOTAL	31 861	72 000	30 000	109 736	104 748	0	348 345	
	CAP. 50 O.R.	31 861	72 000	30 000	109 736	104 748	0	348 345	
INSTALAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	0	2 964 965	3 508 700	0	0	0	6 473 665	
	SE: SRPF N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R. 0	2 964 965	3 508 700	0	0	0	6 473 665	
Remodelação e Ampliação das Instalações da DRI 2003-04	TOTAL	0	430 000	300 000	0	0	0	730 000	
	CAP. 50 O.R.	0	430 000	300 000	0	0	0	730 000	
Aquisição de Edifícios (DRP) 2003-04	TOTAL	0	2 534 965	3 208 700	0	0	0	5 743 665	
	CAP. 50 O.R.	0	2 534 965	3 208 700	0	0	0	5 743 665	
SECTOR: APOIOS AO DESENVOLVIMENTO LOCAL		TOTAL	83 923 497	30 170 161	39 550 850	0	0	153 644 508	
		CAP. 50 O.R.	83 923 497	30 170 161	39 550 850	0	0	153 644 508	
APOIO À CONSTRUÇÃO E RENOVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E RELIGIOSO	TOTAL	1 328 223	972 768	2 494 850	0	0	0	4 795 841	
	SE: GS N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R. 1 328 223	972 768	2 494 850	0	0	0	4 795 841	
Apelo à Construção e Renovação do Património Religioso 2002-04	TOTAL	1 328 223	972 768	1 850 000	0	0	0	4 150 991	
	CAP. 50 O.R.	1 328 223	972 768	1 850 000	0	0	0	4 150 991	
N Apelo à Construção e Renovação de Património Edificado de Instituições Particulares 2004-04	TOTAL	0	0	644 850	0	0	0	644 850	
	CAP. 50 O.R.	0	0	644 850	0	0	0	644 850	
PROGRAMA DE COOPERAÇÃO COM A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RAM (ADERAM)	TOTAL	156 354	244 800	360 000	0	0	0	761 154	
	SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R. 156 354	244 800	360 000	0	0	0	761 154	
Programa de Cooperação com a ADERAM 2002-04	TOTAL	156 354	244 800	360 000	0	0	0	761 154	
	CAP. 50 O.R.	156 354	244 800	360 000	0	0	0	761 154	

SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO			PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
			Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	Total	
APOIO FINANCEIRO AS AUTARQUIAS LOCAIS			TOTAL	82 438 920	28 952 593	36 696 000	0	0	0	148 087 513
SE: DRPF			CAP. 50 O.R.	82 438 920	28 952 593	36 696 000	0	0	0	148 087 513
N.º Projectos: 11										
Câmara Municipal da Calheta			TOTAL	6 748 083	2 194 000	2 807 500	0	0	0	11 749 583
			CAP. 50 O.R.	6 748 083	2 194 000	2 807 500	0	0	0	11 749 583
Câmara Municipal de Câmara de Lobos			TOTAL	8 580 307	5 081 693	5 575 500	0	0	0	19 237 500
			CAP. 50 O.R.	8 580 307	5 081 693	5 575 500	0	0	0	19 237 500
Câmara Municipal do Funchal			TOTAL	20 444 971	5 056 964	6 901 700	0	0	0	32 403 635
			CAP. 50 O.R.	20 444 971	5 056 964	6 901 700	0	0	0	32 403 635
Câmara Municipal de Machico			TOTAL	6 799 393	3 005 742	3 907 300	0	0	0	13 712 435
			CAP. 50 O.R.	6 799 393	3 005 742	3 907 300	0	0	0	13 712 435
Câmara Municipal da Ponta do Sol			TOTAL	5 821 675	1 947 176	2 150 900	0	0	0	9 919 751
			CAP. 50 O.R.	5 821 675	1 947 176	2 150 900	0	0	0	9 919 751
Câmara Municipal do Porto Moniz			TOTAL	3 069 253	679 689	1 750 000	0	0	0	5 498 942
			CAP. 50 O.R.	3 069 253	679 689	1 750 000	0	0	0	5 498 942
Câmara Municipal do Porto Santo			TOTAL	3 916 065	1 566 089	2 068 500	0	0	0	7 550 654
			CAP. 50 O.R.	3 916 065	1 566 089	2 068 500	0	0	0	7 550 654
Câmara Municipal da Ribeira Brava			TOTAL	6 794 656	1 612 592	2 700 200	0	0	0	11 107 448
			CAP. 50 O.R.	6 794 656	1 612 592	2 700 200	0	0	0	11 107 448
Câmara Municipal de Santa Cruz			TOTAL	9 602 989	3 982 499	4 241 100	0	0	0	17 826 588
			CAP. 50 O.R.	9 602 989	3 982 499	4 241 100	0	0	0	17 826 588
Câmara Municipal de Santana			TOTAL	5 373 703	2 273 964	2 423 800	0	0	0	10 071 467
			CAP. 50 O.R.	5 373 703	2 273 964	2 423 800	0	0	0	10 071 467
Câmara Municipal de São Vicente			TOTAL	5 287 825	1 552 185	2 169 500	0	0	0	9 009 510
			CAP. 50 O.R.	5 287 825	1 552 185	2 169 500	0	0	0	9 009 510



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

247

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL	
TOTAL DO DEPARTAMENTO DO GOVERNO REGIONAL	TOTAL	323 337 231	98 673 738	134 017 221	187 586 054	101 427 133	31 584 676	876 626 053	
	CAP. 50 O.R.	307 375 424	89 100 025	120 500 000	171 880 519	94 600 033	23 287 589	806 743 590	
TOTAL DOS PROJECTOS EM CURSO	TOTAL	323 337 231	98 673 738	121 167 643	164 921 330	99 435 861	30 603 476	838 139 279	
	CAP. 50 O.R.	307 375 424	89 100 025	107 801 192	149 271 295	92 608 761	22 306 389	768 463 086	
TOTAL DOS PROJECTOS NOVOS	TOTAL	0	0	12 849 578	22 664 724	1 991 272	981 200	38 486 774	
	CAP. 50 O.R.	0	0	12 698 808	22 609 224	1 991 272	981 200	38 280 504	
SECTOR: AGRICULTURA, SILVICULTURA E PECUÁRIA		TOTAL	88 353 551	24 646 515	29 069 971	43 449 026	14 476 502	16 573 479	216 569 044
		CAP. 50 O.R.	87 446 478	23 116 101	25 646 000	37 668 793	11 076 502	8 276 392	193 230 266
APOIOS À AGRICULTURA MADEIRENSE		TOTAL	8 494 547	9 451 192	8 450 818	20 249 331	11 931 576	16 559 779	75 137 243
SE: DRA	N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	8 481 566	8 050 778	5 590 000	14 695 998	8 531 576	8 262 692	53 612 610
Acções de Apoio à Agricultura Madeirense 1994-05		TOTAL	5 757 519	513 293	270 000	377 221	0	0	6 918 033
		CAP. 50 O.R.	5 757 519	513 293	270 000	377 221	0	0	6 918 033
Agricultura e Desenvolvimento Rural - Apoios no âmbito do PAR 2001-07		TOTAL	2 172 055	5 000 656	2 500 000	10 000 000	5 000 000	4 500 000	29 172 711
		CAP. 50 O.R.	2 172 055	5 000 656	2 500 000	10 000 000	5 000 000	4 500 000	29 172 711
Comparticipação em Projectos da Administração Pública Regional no âmbito do PAR COFIN - POP RAM III - FEOGA-O 2002-08		TOTAL	28 981	1 647 546	3 560 818	6 533 333	4 000 000	9 761 396	25 532 074
		CAP. 50 O.R.	16 000	247 132	700 000	980 000	600 000	1 464 309	4 007 441
Plano de Desenvolvimento Agrícola e Rural - PDRU COFIN - PDRU - POP RAM III - FEOGA-G 2002-07		TOTAL	0	633 089	670 000	1 735 312	1 500 070	2 298 383	6 836 854
		CAP. 50 O.R.	0	633 089	670 000	1 735 312	1 500 070	2 298 383	6 836 854
Reestruturação do Sector da Banana 2002-06		TOTAL	535 992	1 656 608	1 450 000	1 603 465	1 431 506	0	6 677 571
		CAP. 50 O.R.	535 992	1 656 608	1 450 000	1 603 465	1 431 506	0	6 677 571
ORIENTAÇÃO, FOMENTO E MELHORIA DA PRODUÇÃO VEGETAL		TOTAL	14 844 807	1 505 357	751 000	6 613 863	1 354 997	0	25 070 024
SE: DRA	N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R.	14 844 807	1 505 357	751 000	6 613 863	1 354 997	0	25 070 024
Planos de Desenvolvimento Agrícola 1976-06		TOTAL	10 574 904	577 800	280 000	1 164 665	754 997	0	13 352 366
		CAP. 50 O.R.	10 574 904	577 800	280 000	1 164 665	754 997	0	13 352 366
Campanha de Calagens 1990-06		TOTAL	1 190 562	86 527	60 000	282 000	200 000	0	1 819 089
		CAP. 50 O.R.	1 190 562	86 527	60 000	282 000	200 000	0	1 819 089
Inspeção Fitossanitária 1990-06		TOTAL	852 837	45 038	50 000	110 000	150 000	0	1 207 875
		CAP. 50 O.R.	852 837	45 038	50 000	110 000	150 000	0	1 207 875
Campanha de Desratização 1996-06		TOTAL	1 212 560	746 293	150 000	2 907 200	100 000	0	5 116 053
		CAP. 50 O.R.	1 212 560	746 293	150 000	2 907 200	100 000	0	5 116 053
Poseima - Medidas Agrícolas 1993-06		TOTAL	957 991	34 544	1 000	299 000	150 000	0	1 442 535
		CAP. 50 O.R.	957 991	34 544	1 000	299 000	150 000	0	1 442 535
Campanha de Desinfestação de Solos 1997-05		TOTAL	55 953	15 155	10 000	20 998	0	0	102 106
		CAP. 50 O.R.	55 953	15 155	10 000	20 998	0	0	102 106
N Laboratório de Análise de Resíduos 2004-05		TOTAL	0	0	200 000	1 830 000	0	0	2 030 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	200 000	1 830 000	0	0	2 030 000
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE APROVISIONAMENTO E DE UTILIZAÇÃO DA ÁGUA DE REGA		TOTAL	2 970 423	1 069 461	1 815 000	20 000	0	0	5 874 884
SE: DRA	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	2 970 423	1 069 461	1 815 000	20 000	0	0	5 874 884
Cobertura e Resguardo de Tanques 1990-05		TOTAL	179 661	22 487	15 000	20 000	0	0	237 148
		CAP. 50 O.R.	179 661	22 487	15 000	20 000	0	0	237 148
Obras de Hidráulica Agrícola 1994-04		TOTAL	2 790 762	1 046 974	1 800 000	0	0	0	5 637 736
		CAP. 50 O.R.	2 790 762	1 046 974	1 800 000	0	0	0	5 637 736
APETRECHAMENTO ESPECIAL DOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS		TOTAL	6 871 361	702 947	640 000	220 000	0	0	8 434 308
SE: SRARN	N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	6 871 361	702 947	640 000	220 000	0	0	8 434 308
Mecanização Agrícola (GS) 1989-04		TOTAL	6 391 246	681 978	500 000	0	0	0	7 573 224
		CAP. 50 O.R.	6 391 246	681 978	500 000	0	0	0	7 573 224
Centros de Formação Agrária (DRA) 1994-05		TOTAL	480 115	20 969	140 000	220 000	0	0	861 084
		CAP. 50 O.R.	480 115	20 969	140 000	220 000	0	0	861 084

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL	
CONSERVAÇÃO DO SOLO, PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS		TOTAL	8 280 435	2 112 184	1 414 000	2 546 000	250 000	0	14 602 619
SE: DRF	N.º Projectos: 12	CAP. 50 O.R.	8 280 435	2 112 184	1 414 000	2 546 000	250 000	0	14 602 619
Plano de Repovoamento Florestal e Correção Torrencial 1988-05		TOTAL	4 578 718	981 506	150 000	750 000	0	0	6 460 224
		CAP. 50 O.R.	4 578 718	981 506	150 000	750 000	0	0	6 460 224
Recuperação de Espaços Verdes no Jardim Botânico 1994-05		TOTAL	525 590	27 006	60 000	100 000	0	0	712 596
		CAP. 50 O.R.	525 590	27 006	60 000	100 000	0	0	712 596
Diversificação de Espécies Florestais e de Luta Contra a Desertificação na Ilha do Porto Santo 2002-05		TOTAL	0	46 104	10 000	15 000	0	0	71 104
		CAP. 50 O.R.	0	46 104	10 000	15 000	0	0	71 104
Recuperação e Sinalização de Veredas 1997-05		TOTAL	238 314	100 552	65 000	135 000	0	0	538 866
		CAP. 50 O.R.	238 314	100 552	65 000	135 000	0	0	538 866
Racionalização do Regime Silvo-pastoril 1995-06		TOTAL	2 633 824	750 000	900 000	620 000	250 000	0	5 153 824
		CAP. 50 O.R.	2 633 824	750 000	900 000	620 000	250 000	0	5 153 824
Fomento Cinegético 1993-05		TOTAL	234 055	29 146	12 000	48 000	0	0	323 201
		CAP. 50 O.R.	234 055	29 146	12 000	48 000	0	0	323 201
Repopoamento Piscícola 1994-04		TOTAL	69 934	416	12 000	0	0	0	82 350
		CAP. 50 O.R.	69 934	416	12 000	0	0	0	82 350
Melhoramento das Infra-estruturas Florestais e de Vigilância 2003-05		TOTAL	0	154 211	50 000	200 000	0	0	404 211
		CAP. 50 O.R.	0	154 211	50 000	200 000	0	0	404 211
Inventário Florestal 2003-05		TOTAL	0	0	25 000	160 000	0	0	185 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	25 000	160 000	0	0	185 000
Operação Verde 2003-05		TOTAL	0	23 243	110 000	290 000	0	0	423 243
		CAP. 50 O.R.	0	23 243	110 000	290 000	0	0	423 243
N Ordenamento dos perímetros florestais da RAM 2004-05		TOTAL	0	0	10 000	38 000	0	0	48 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	38 000	0	0	48 000
N Construção e melhoramento de infra-estruturas no Jardim Botânico da Madeira 2004-05		TOTAL	0	0	10 000	190 000	0	0	200 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	190 000	0	0	200 000
PROMOÇÃO SOCIAL DOS MEIOS RURAIS		TOTAL	9 561 126	2 001 534	1 646 700	77 182	0	0	13 286 542
SE: DRA	N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	9 561 126	2 001 534	1 646 700	77 182	0	0	13 286 542
Apoio às Casas do Povo 1988-04		TOTAL	9 561 126	2 001 534	1 575 150	0	0	0	13 137 810
		CAP. 50 O.R.	9 561 126	2 001 534	1 575 150	0	0	0	13 137 810
N ECORURAL - Observatório para a Realidade Agrária COFIN - PIC INTERREG III B 2004-05		TOTAL	0	0	24 000	27 632	0	0	51 632
		CAP. 50 O.R.	0	0	24 000	27 632	0	0	51 632
N TERRAJOVEN - Dinamização de Jovens de Zonas Rurais para o Desenvolvimento Sustentável COFIN - PIC INTERREG III B 2004-05		TOTAL	0	0	47 550	49 550	0	0	97 100
		CAP. 50 O.R.	0	0	47 550	49 550	0	0	97 100
MELHORIA DAS ESTRUTURAS DE APOIO À PRODUÇÃO PECUÁRIA		TOTAL	2 250 752	536 181	150 000	1 566 704	47 500	0	4 551 137
SE: DR Pecuária	N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	2 250 752	536 181	150 000	1 566 704	47 500	0	4 551 137
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Bovinos e Cavalos 1995-05		TOTAL	1 445 136	294 000	60 000	786 000	0	0	2 585 136
		CAP. 50 O.R.	1 445 136	294 000	60 000	786 000	0	0	2 585 136
Melhoramento das Estruturas de Apoio à Produção de Ovinos e Caprinos 1995-05		TOTAL	803 052	211 400	35 000	223 600	0	0	1 273 052
		CAP. 50 O.R.	803 052	211 400	35 000	223 600	0	0	1 273 052
Serviço de Apoio às Explorações de Ovinos 2001-05		TOTAL	2 368	1 584	10 000	30 500	0	0	44 452
		CAP. 50 O.R.	2 368	1 584	10 000	30 500	0	0	44 452
Instalação de Sistema de Rega no Centro de Ovinicultura 2001-05		TOTAL	0	2 197	25 000	244 000	0	0	271 197
		CAP. 50 O.R.	0	2 197	25 000	244 000	0	0	271 197
Centro de Atendimento Veterinário do Porto Santo 2002-05		TOTAL	196	27 000	10 000	7 104	0	0	44 300
		CAP. 50 O.R.	196	27 000	10 000	7 104	0	0	44 300
N Centros de Atendimento Veterinário da Madeira 2004-06		TOTAL	0	0	10 000	275 500	47 500	0	333 000
		CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	275 500	47 500	0	333 000



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

249

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLuíDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL
LABORATÓRIO REGIONAL DE VETERINÁRIA	TOTAL	4 246 591	51 290	1 200 000	1 878 010	0	0	7 375 891
	SE: DR Pecuária N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R. 4 246 591	51 290	1 200 000	1 878 010	0	0	7 375 891
Laboratório Regional de Veterinária 1994-05	TOTAL	4 246 591	51 290	1 200 000	1 878 010	0	0	7 375 891
	CAP. 50 O.R.	4 246 591	51 290	1 200 000	1 878 010	0	0	7 375 891
PROGRAMA DE RASTREIO E CONTROLO NO DOMÍNIO VETERINÁRIO	TOTAL	295 921	350 184	84 000	220 215	0	0	950 320
	SE: DR Pecuária N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R. 295 921	350 184	84 000	220 215	0	0	950 320
Programa de Rastreo de Zoonoses na RAM 1999-04	TOTAL	107 662	50 000	24 000	0	0	0	181 662
	CAP. 50 O.R.	107 662	50 000	24 000	0	0	0	181 662
Controlo de Carrageas na Ilha do Porto Santo 2001-04	TOTAL	12 762	9 869	10 000	0	0	0	32 631
	CAP. 50 O.R.	12 762	9 869	10 000	0	0	0	32 631
Unidade Laboratorial para o Rastreo da BSE 2001-04	TOTAL	164 404	60 000	40 000	0	0	0	264 404
	CAP. 50 O.R.	164 404	60 000	40 000	0	0	0	264 404
PIF - Posto de Inspeção Fronteiriço do Porto do Funchal 2001-05	TOTAL	11 093	230 315	10 000	220 215	0	0	471 623
	CAP. 50 O.R.	11 093	230 315	10 000	220 215	0	0	471 623
PROTECÇÃO DAS FLORESTAS	TOTAL	54 880	69 768	76 000	324 000	0	0	524 648
	SE: DRF N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R. 54 880	69 768	76 000	324 000	0	0	524 648
Prevenção de Incêndios Florestais 1999-05	TOTAL	54 880	69 768	60 000	290 000	0	0	474 648
	CAP. 50 O.R.	54 880	69 768	60 000	290 000	0	0	474 648
N Controlo de incidência dos Fogos Florestais 2004-05	TOTAL	0	0	16 000	34 000	0	0	50 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	16 000	34 000	0	0	50 000
VALORIZAÇÃO AGRO-INDUSTRIAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	TOTAL	0	882	500 000	0	0	0	500 882
	SE: DRA N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R. 0	882	500 000	0	0	0	500 882
Transformação de Banana e Outros Frutos 2003-04	TOTAL	0	882	500 000	0	0	0	500 882
	CAP. 50 O.R.	0	882	500 000	0	0	0	500 882
PROGRAMAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DO VINHO MADEIRA	TOTAL	2 085 381	589 500	807 383	565 900	0	0	4 048 164
	SE: IVM N.º Projectos: 7	CAP. 50 O.R. 1 191 289	459 500	395 000	394 500	0	0	2 440 289
Beneficiação e Arranjo do Edifício Sede 1997-05	TOTAL	716 220	150 000	70 000	130 000	0	0	1 066 220
	CAP. 50 O.R.	773 574	150 000	70 000	130 000	0	0	1 123 574
Plano Promocional do Vinho da Madeira COFIN - POPRAM III - FEDER 1994-04	TOTAL	1 130 190	200 000	285 715	0	0	0	1 615 905
	CAP. 50 O.R.	189 344	70 000	100 000	0	0	0	359 344
Redimensionamento do Laboratório do IVM 1996-05	TOTAL	238 971	35 000	35 000	34 000	0	0	342 971
	CAP. 50 O.R.	228 371	35 000	35 000	34 000	0	0	332 371
Ampliação e Adaptação do Museu do IVM COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL	0	10 000	266 668	231 900	0	0	508 568
	CAP. 50 O.R.	0	10 000	40 000	60 500	0	0	110 500
Cadastro Vitivinícola da RAM 2003-05	TOTAL	0	44 500	50 000	5 000	0	0	99 500
	CAP. 50 O.R.	0	44 500	50 000	5 000	0	0	99 500
Plano de Desenvolvimento e Reordenamento Vitivinícola 2003-05	TOTAL	0	150 000	90 000	140 000	0	0	380 000
	CAP. 50 O.R.	0	150 000	90 000	140 000	0	0	380 000
N Certificação do IVM 2004-05	TOTAL	0	0	10 000	25 000	0	0	35 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	25 000	0	0	35 000
PROGRAMA DE LUTA BIOLÓGICA	TOTAL	13 201 993	1 727 759	500 000	900 000	0	0	16 329 752
	SE: DRA N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R. 13 201 993	1 727 759	500 000	900 000	0	0	16 329 752
Programa de Luta Biológica 1994-05	TOTAL	13 201 993	1 727 759	500 000	900 000	0	0	16 329 752
	CAP. 50 O.R.	13 201 993	1 727 759	500 000	900 000	0	0	16 329 752
INVESTIGAÇÃO EXPERIMENTAL E DEMONSTRAÇÃO NO DOMÍNIO DA AGRICULTURA	TOTAL	279 032	631 196	1 575 000	5 101 130	892 429	13 700	8 492 487
	SE: SRARN N.º Projectos: 18	CAP. 50 O.R. 279 032	631 196	1 575 000	5 101 130	892 429	13 700	8 492 487
Centros de Desenvolvimento Agrícola e Experimental (DRA) 1996-05	TOTAL	1 438	4 329	48 000	58 600	0	0	112 367
	CAP. 50 O.R.	1 438	4 329	48 000	58 600	0	0	112 367



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

250

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL
	TOTAL	216 150	26 616	35 000	45 000	0	0	322 766
	CAP. 50 O.R.	216 150	26 616	35 000	45 000	0	0	322 766
N	Multiplicação de Galinhas Poedeiras para o Modo de Produção Biológico Biológico (DR Pecuária)	0	0	10 000	0	0	0	10 000
	TOTAL	0	0	10 000	0	0	0	10 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	0	0	0	10 000
	TOTAL	2 591	22 000	40 000	892 000	0	0	956 591
	CAP. 50 O.R.	2 591	22 000	40 000	892 000	0	0	956 591
	TOTAL	351	59 851	25 000	0	0	0	85 202
	CAP. 50 O.R.	351	59 851	25 000	0	0	0	85 202
	TOTAL	0	13 890	60 000	283 000	0	0	356 890
	CAP. 50 O.R.	0	13 890	60 000	283 000	0	0	356 890
	TOTAL	1 041	1 551	7 000	0	0	0	9 592
	CAP. 50 O.R.	1 041	1 551	7 000	0	0	0	9 592
	TOTAL	331	500	20 000	230 000	0	0	250 831
	CAP. 50 O.R.	331	500	20 000	230 000	0	0	250 831
	TOTAL	57 130	188 080	185 000	87 030	0	0	517 240
	CAP. 50 O.R.	57 130	188 080	185 000	87 030	0	0	517 240
N	Saúde Apícola (DRA)	0	0	15 000	47 000	27 416	0	89 416
	TOTAL	0	0	15 000	47 000	27 416	0	89 416
	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	47 000	27 416	0	89 416
	TOTAL	0	70 000	40 000	207 000	0	0	317 000
	CAP. 50 O.R.	0	70 000	40 000	207 000	0	0	317 000
	TOTAL	0	30 321	100 000	156 000	0	0	286 321
	CAP. 50 O.R.	0	30 321	100 000	156 000	0	0	286 321
N	Centro de Bananicultura (DRA)	0	0	70 000	319 000	203 211	0	592 211
	TOTAL	0	0	70 000	319 000	203 211	0	592 211
	CAP. 50 O.R.	0	0	70 000	319 000	203 211	0	592 211
	TOTAL	0	194 478	200 000	442 000	0	0	836 478
	CAP. 50 O.R.	0	194 478	200 000	442 000	0	0	836 478
	TOTAL	0	19 580	200 000	280 000	0	0	499 580
	CAP. 50 O.R.	0	19 580	200 000	280 000	0	0	499 580
N	Genotipagem de Cabras de Bugio (DR Pecuária)	0	0	10 000	37 000	27 000	13 700	87 700
	TOTAL	0	0	10 000	37 000	27 000	13 700	87 700
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	37 000	27 000	13 700	87 700
	TOTAL	0	0	500 000	2 011 000	634 802	0	3 145 802
	CAP. 50 O.R.	0	0	500 000	2 011 000	634 802	0	3 145 802
N	INTERFRUTA - Promoção da Fruticultura e Pesquisa das Plantas Bioactivas na perspectiva da Protecção e Produção Integrada (DRA)	0	0	10 000	6 500	0	0	16 500
	TOTAL	0	0	10 000	6 500	0	0	16 500
	CAP. 50 O.R.	0	0	10 000	6 500	0	0	16 500
	TOTAL	14 916 302	3 847 080	9 330 070	3 166 691	0	0	31 260 143
	CAP. 50 O.R.	14 916 302	3 847 080	9 179 300	3 111 191	0	0	31 053 873
	TOTAL	3 882 643	426 775	433 300	0	0	0	4 742 718
	CAP. 50 O.R.	3 882 643	426 775	433 300	0	0	0	4 742 718
	TOTAL	3 769 298	309 870	300 000	400 000	0	0	4 779 168
	CAP. 50 O.R.	3 769 298	309 870	300 000	400 000	0	0	4 779 168
	TOTAL	5 421 621	1 915 825	1 490 000	510 000	0	0	9 337 446
	CAP. 50 O.R.	5 421 621	1 915 825	1 490 000	510 000	0	0	9 337 446
	TOTAL	632 570	200 000	70 000	180 000	0	0	1 082 570
	CAP. 50 O.R.	632 570	200 000	70 000	180 000	0	0	1 082 570

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL	
Acções de Informação de Mercados Agrícolas e Promoção de Produtos Regionais (DRA) 1993-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 154 845 1 154 845	106 691 106 691	120 000 120 000	180 000 180 000	0 0	0 0	1 561 536 1 561 536
Incentivos à Produção de Produtos Regionais (DRA) 1996-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	333 334 333 334	300 000 300 000	0 0	0 0	0 0	633 334 633 334
Mercados, Exposições e Feiras de Produtos Pecuários Regionais (DR Pecuária) 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	240 306 240 306	130 000 130 000	135 000 135 000	0 0	0 0	505 306 505 306
Centro de Abate da Madeira (DRA) 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	55 325 55 325	167 382 167 382	5 000 000 5 000 000	1 201 191 1 201 191	0 0	0 0	6 423 898 6 423 898
Organização de Mercados (DRA) 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	48 252 48 252	50 000 50 000	100 000 100 000	0 0	0 0	198 252 198 252
Unidade de Apoio ao Comércio Agrícola dos Canhas (DRA) 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	98 645 98 645	1 000 000 1 000 000	200 000 200 000	0 0	0 0	1 298 645 1 298 645
N PAPAC - Implementação de Instrumentos de Gestão Integral de Produtos Agro-Alimentares de Qualidade (DRA) COFIN - PIC INTERREG III B 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	1 000 1 000	100 000 100 000	0 0	0 0	101 000 101 000
N Adega da Bela Vista (IVM) COFIN - POP RAM III - FEOGA-O 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	435 770 285 000	160 500 105 000	0 0	0 0	596 270 390 000
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO SE: GS N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	130 000 130 000	0 0	0 0	0 0	130 000 130 000
N Desenvolvimento da Agricultura no Modo de Produção Biológico 2004-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	130 000 130 000	0 0	0 0	0 0	130 000 130 000
SECTOR: PESCA	TOTAL CAP. 50 O.R.	13 349 707 13 349 707	3 568 984 3 568 984	4 490 220 4 490 220	8 348 462 8 348 462	2 702 871 2 702 871	0 0	32 460 244 32 460 244
APOIO À FROTA PESQUEIRA E À INDÚSTRIA SE: DR Pescas N.º Projectos: 1	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 186 269 6 186 269	400 000 400 000	300 000 300 000	500 000 500 000	500 000 500 000	0 0	7 886 269 7 886 269
Apoio à Frota Pesqueira e à Indústria 1987-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	6 186 269 6 186 269	400 000 400 000	300 000 300 000	500 000 500 000	500 000 500 000	0 0	7 886 269 7 886 269
EQUIPAMENTO DOS PORTOS DE PESCA SE: DR Pescas N.º Projectos: 7	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 894 009 2 894 009	1 355 057 1 355 057	2 277 000 2 277 000	2 480 000 2 480 000	645 000 645 000	0 0	9 651 066 9 651 066
Lota do Caniçal Construção, Maquinaria e Equipamentos COFIN - POP RAM III - IFOP 1997-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 197 715 2 197 715	371 987 371 987	37 000 37 000	0 0	0 0	0 0	2 606 702 2 606 702
Lota do Funchal Construção, Maquinaria e Equipamentos COFIN - POP RAM III - IFOP 1997-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	305 807 305 807	122 171 122 171	180 000 180 000	370 000 370 000	100 000 100 000	0 0	1 077 978 1 077 978
Entrepasto Frigorífico do Porto Santo Construção, Maquinaria e Equipamentos COFIN - POP RAM III - IFOP 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	124 124	180 000 180 000	309 000 309 000	0 0	0 0	489 124 489 124
Modernização das Lotas COFIN - POP RAM III - IFOP 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	75 704 75 704	85 554 85 554	80 000 80 000	150 000 150 000	100 000 100 000	0 0	491 258 491 258
Modernização do Entrepasto Frigorífico do Porto Novo COFIN - POP RAM III - IFOP 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	76 307 76 307	161 481 161 481	100 000 100 000	150 000 150 000	130 000 130 000	0 0	617 788 617 788
Modernização do Entrepasto Frigorífico do Funchal COFIN - POP RAM III - IFOP 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	238 476 238 476	377 476 377 476	200 000 200 000	101 000 101 000	115 000 115 000	0 0	1 031 952 1 031 952
Entrepasto Frigorífico do Caniçal COFIN - POP RAM III - IFOP 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	236 264 236 264	1 500 000 1 500 000	1 400 000 1 400 000	200 000 200 000	0 0	3 336 264 3 336 264

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL	
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS PESCAS	TOTAL	1 565 058	1 613 610	1 793 220	5 094 362	1 258 593	0	11 324 843
SE: DR Pescas N.º Projectos: 12	CAP. 50 O.R.	1 565 058	1 613 610	1 793 220	5 094 362	1 258 593	0	11 324 843
Investigação Aplicada às Pescas e Aquacultura 1995-06	TOTAL	1 467 139	156 284	80 000	260 000	200 000	0	2 163 423
	CAP. 50 O.R.	1 467 139	156 284	80 000	260 000	200 000	0	2 163 423
Melhora da Produtividade das Artes da Pesca COFIN - POP RAM III - IFOP 2000-06	TOTAL	22 445	0	20 000	50 000	50 000	0	142 445
	CAP. 50 O.R.	22 445	0	20 000	50 000	50 000	0	142 445
Embarcação de Investigação COFIN - POP RAM III - IFOP 2001-05	TOTAL	0	23 587	20 000	1 371 694	0	0	1 415 281
	CAP. 50 O.R.	0	23 587	20 000	1 371 694	0	0	1 415 281
Repopoamento Pesqueiro COFIN - POP RAM III - IFOP 2002-06	TOTAL	4 943	562 803	800 000	2 900 000	500 000	0	4 767 746
	CAP. 50 O.R.	4 943	562 803	800 000	2 900 000	500 000	0	4 767 746
PRECPROF-1 - Recursos Pesqueiros de Águas Profundas do Atlântico Centro Oriental COFIN - PIC INTERREG III B 2002-05	TOTAL	346	149 754	250 000	32 984	0	0	433 084
	CAP. 50 O.R.	346	149 754	250 000	32 984	0	0	433 084
BASBLACK II - Estudos Biológicos e Pescarias de Peixe-Espada-Preto COFIN - F. Ciência e Tecnologia 2002-06	TOTAL	5 076	27 785	70 000	70 000	50 000	0	222 861
	CAP. 50 O.R.	5 076	27 785	70 000	70 000	50 000	0	222 861
Programa de Recolha de Dados (PMN) (R. n.º 1543/00) COFIN - OIC 2002-06	TOTAL	65 109	171 306	150 305	344 741	458 000	0	1 189 461
	CAP. 50 O.R.	65 109	171 306	150 305	344 741	458 000	0	1 189 461
MARINOVA - Aquacultura Marinha e Recifes Artificiais - Novos Modelos de Produção Integrada COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL	0	420 101	190 000	23 173	0	0	633 274
	CAP. 50 O.R.	0	420 101	190 000	23 173	0	0	633 274
ORPAM - Observatório em Rede das Pescas e Ambiente Marinho da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL	0	28 212	75 000	14 435	0	0	117 647
	CAP. 50 O.R.	0	28 212	75 000	14 435	0	0	117 647
SIGAMARMAC - Sistema de Informação Georeferenciado dos Recursos Marinhos da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL	0	71 228	100 000	21 404	0	0	192 632
	CAP. 50 O.R.	0	71 228	100 000	21 404	0	0	192 632
PREVIMAR - Previsão da Circulação no Espaço Marinho Macaronésio COFIN - PIC INTERREG III B 2003-04	TOTAL	0	2 550	9 215	0	0	0	11 765
	CAP. 50 O.R.	0	2 550	9 215	0	0	0	11 765
CMC - Sistema de Informação, Organização, Promoção e Comercialização da Cadeia Alimentar COFIN - POSI 2004-06	TOTAL	0	0	28 700	5 931	593	0	35 224
	CAP. 50 O.R.	0	0	28 700	5 931	593	0	35 224
AQUACULTURA	TOTAL	2 704 371	200 317	120 000	274 100	299 278	0	3 598 066
SE: DR Pescas N.º Projectos: 2	CAP. 50 O.R.	2 704 371	200 317	120 000	274 100	299 278	0	3 598 066
Aquacultura - Unidade de Produção na Baía d'Abra 1994-05	TOTAL	2 494 349	91 329	20 000	100 100	0	0	2 705 778
	CAP. 50 O.R.	2 494 349	91 329	20 000	100 100	0	0	2 705 778
Centro de Aquacultura da Calheta 1995-06	TOTAL	210 022	108 988	100 000	174 000	299 278	0	892 288
	CAP. 50 O.R.	210 022	108 988	100 000	174 000	299 278	0	892 288
SECTOR: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO	TOTAL	1 511 596	22 722	78 780	92 980	154 627	0	1 860 705
	CAP. 50 O.R.	1 511 596	22 722	78 780	92 980	154 627	0	1 860 705
ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	TOTAL	1 511 596	22 722	78 780	92 980	154 627	0	1 860 705
SE: SRARN N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	1 511 596	22 722	78 780	92 980	154 627	0	1 860 705
Acções de Formação Profissional no Sector das Pescas COFIN - POP RAM III - FSE 1995-06	TOTAL	1 502 727	2 459	49 780	49 980	154 627	0	1 759 573
	CAP. 50 O.R.	1 502 727	2 459	49 780	49 980	154 627	0	1 759 573

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL	
Formação Profissional no Sector da Pecuária 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	8 869 8 869	12 313 12 313	24 000 24 000	18 000 18 000	0 0	0 0	63 182 63 182
Formação e Intercâmbio Técnico (DRF) 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	7 950 7 950	5 000 5 000	25 000 25 000	0 0	0 0	37 950 37 950
SECTOR: HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL CAP. 50 O.R.	78 072 372 63 394 067	24 123 741 16 338 064	37 432 920 27 770 000	64 338 983 55 339 569	60 707 100 57 280 000	0 0	264 675 116 220 121 700
PROMOCÃO DIRECTA E INDIRECTA DE HABITAÇÃO SOCIAL SE: IHM N.º Projectos: 7	TOTAL CAP. 50 O.R.	78 072 372 63 394 067	24 123 741 16 338 064	37 432 920 27 770 000	64 338 983 55 339 569	60 707 100 57 280 000	0 0	264 675 116 220 121 700
Estudos e Projectos 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	85 413 79 911	81 000 81 000	75 472 50 000	80 000 80 000	80 000 80 000	0 0	401 885 370 911
Aquisição de Terrenos 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	2 955 507 1 978 920	674 088 613 742	695 503 600 000	1 500 000 1 500 000	2 000 000 2 000 000	0 0	7 825 098 6 692 662
Construção / Aquisição / Grande Reparação de Fogos COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	37 405 682 30 413 588	16 587 360 9 463 532	22 725 782 14 100 000	33 999 414 25 000 000	28 427 100 25 000 000	0 0	139 145 338 103 977 120
Habitação a Custos Controlados 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	4 403 134 3 783 319	577 712 577 712	8 200 000 8 200 000	16 945 448 16 945 448	18 000 000 18 000 000	0 0	48 126 294 47 506 479
Apoio a Municípios 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	18 862 724 17 574 713	3 731 863 3 350 860	2 920 000 2 920 000	7 214 121 7 214 121	7 200 000 7 200 000	0 0	39 928 708 38 259 694
Infra-estruturas Complementares à Habitação COFIN - POP RAM III - FEDER 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 851 593 1 359 992	569 743 569 743	1 114 533 700 000	1 800 000 1 800 000	2 000 000 2 000 000	0 0	7 335 869 6 429 735
Apoio a Particulares 1994-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 508 319 8 203 624	1 901 975 1 681 475	1 701 630 1 200 000	2 800 000 2 800 000	3 000 000 3 000 000	0 0	21 911 924 16 885 099
SECTOR: DEFESA E PROTECÇÃO DO AMBIENTE	TOTAL CAP. 50 O.R.	141 706 371 141 329 942	45 713 798 45 456 176	62 045 330 61 615 000	69 751 603 68 825 715	23 309 119 23 309 119	15 011 197 15 011 197	357 537 418 355 547 149
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E GESTÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS SE: SRARN N.º Projectos: 28	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 700 171 1 324 102	1 199 133 941 531	2 135 330 1 705 000	3 587 029 2 661 141	780 982 780 982	700 000 700 000	10 102 645 8 112 756
Protecção e Recuperação da Laurissíva (PNM) 1998-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	328 163 285 008	22 500 22 500	20 000 20 000	130 000 130 000	100 000 100 000	100 000 100 000	700 663 657 508
Centros de Informação dos Serviços do PNM 1995-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	436 672 300 336	23 000 23 000	70 000 70 000	180 000 180 000	300 000 300 000	300 000 300 000	1 309 672 1 173 336
Investigação da Fauna e da Flora (DRF) 1999-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	35 657 35 657	3 573 3 573	15 000 15 000	0 0	0 0	0 0	54 230 54 230
Conservação de Espécies Vegetais Prioritárias e Raras da Madeira Reg. CE N.º 1973/92 (DRF) COFIN - P. LIFE 1999-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	180 058 180 058	273 345 273 345	250 000 250 000	98 502 98 502	0 0	0 0	801 905 801 905
Reserva Natural das Selvagens (PNM) 1998-07	TOTAL CAP. 50 O.R.	75 206 67 807	33 000 33 000	100 000 100 000	225 000 225 000	75 000 75 000	75 000 75 000	583 206 575 807
Recuperação da Floresta Laurissíva das Funduras (DRF) COFIN - P. LIFE 2000-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	176 445 176 445	114 126 114 126	50 000 50 000	0 0	0 0	0 0	340 571 340 571
Recuperação do Ecossistema do Maciço Montanhoso e Laurissíva (PNM) COFIN - P. LIFE 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	415 733 250 032	200 000 194 114	200 000 100 000	800 000 400 000	0 0	0 0	1 615 733 944 146
Recuperação do Habitat Terrestre da Selvagem Grande (PNM) COFIN - LEADER + 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	23 478 0	197 000 20 284	86 615 10 000	136 600 15 760	0 0	0 0	443 693 46 044
Redes de Áreas Marinhas Protegidas (DR Ambiente) 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	16 026 16 026	9 9	10 000 10 000	20 000 20 000	0 0	0 0	46 035 46 035
Estudo do Estado de Conservação da Biodiversidade Indígena e Endémica (DR Ambiente) 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	12 733 12 733	1 130 1 130	10 000 10 000	20 000 20 000	0 0	0 0	43 863 43 863



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

255

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL
ACÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	TOTAL	4 901	636 025	450 000	50 000	0	0	1 140 926
	SE: SRARN N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R. 4 901	636 005	450 000	50 000	0	0	1 140 906
Recuperação de Áreas com Riscos de Erosão (DR Ambiente) 2000-05	TOTAL	0	0	15 000	25 000	0	0	40 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	15 000	25 000	0	0	40 000
Medidas de Valorização da Qualidade da Paisagem (DR Ambiente) 2001-05	TOTAL	4 901	0	15 000	25 000	0	0	0
	CAP. 50 O.R.	4 901	0	15 000	25 000	0	0	0
Tampão Verde (GS) 2001-04	TOTAL	0	636 025	420 000	0	0	0	1 056 025
	CAP. 50 O.R.	0	636 005	420 000	0	0	0	1 056 005
PROMOÇÃO DA CULTURA AMBIENTAL E FOMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FLORESTA	TOTAL	215 173	75 988	67 000	178 000	0	0	536 161
	SE: DRF N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R. 215 173	75 988	67 000	178 000	0	0	536 161
Promoção e Extensão Florestal 1999-05	TOTAL	29 551	5 825	5 000	15 000	0	0	55 376
	CAP. 50 O.R.	29 551	5 825	5 000	15 000	0	0	55 376
Construção e Melhoramento de Infra-estruturas de Lazer em Parques Florestais 1999-05	TOTAL	185 622	70 163	32 000	118 000	0	0	405 785
	CAP. 50 O.R.	185 622	70 163	32 000	118 000	0	0	405 785
N Reparação da Casa de Abrigo da Bica da Cana 2004-05	TOTAL	0	0	30 000	45 000	0	0	75 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	45 000	0	0	75 000
EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO AMBIENTAL	TOTAL	972 791	903 081	1 600 000	788 573	414 160	285 000	4 963 605
	SE: SRARN N.º Projectos: 11	CAP. 50 O.R. 972 791	903 081	1 600 000	788 573	414 160	285 000	4 963 605
Campanha de Sensibilização Ambiental no âmbito do Projecto "Unidade de Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha da Madeira" (DR Ambiente) COFIN - POP RAM III - F. COESÃO 2000-04	TOTAL	507 459	385 936	156 000	0	0	0	1 049 395
	CAP. 50 O.R.	507 459	385 936	156 000	0	0	0	1 049 395
Actividades de Educação Ambiental (DR Ambiente) 2001-04	TOTAL	56 583	29 243	50 000	0	0	0	135 826
	CAP. 50 O.R.	56 583	29 243	50 000	0	0	0	135 826
Sistema Regional de Informação Ambiental (DR Ambiente) COFIN - POSI 2002-06	TOTAL	12 927	1 684	150 000	141 938	6 737	0	313 286
	CAP. 50 O.R.	12 927	1 684	150 000	141 938	6 737	0	313 286
Sistema de Sensibilização e Educação Ambiental Digital (DR Ambiente) COFIN - POSI 2002-06	TOTAL	38 958	7 226	80 000	84 118	4 923	0	215 225
	CAP. 50 O.R.	38 958	7 226	80 000	84 118	4 923	0	215 225
Rede de Lojas do Ambiente (DR Ambiente) COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-04	TOTAL	0	26 832	140 000	0	0	0	166 832
	CAP. 50 O.R.	0	26 832	140 000	0	0	0	166 832
Rede de Centros de Recursos Ambientais da Macaronésia COFIN - PIC INTERREG III B 2002-04	TOTAL	904	957	10 000	0	0	0	11 861
	CAP. 50 O.R.	904	957	10 000	0	0	0	11 861
ATLÁNTICO - Base de Dados da Biodiversidade da Macaronésia (DR Ambiente) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL	0	0	100 000	100 000	0	0	200 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	100 000	0	0	200 000
ÍNDICE - Indicadores de Sustentabilidade para a Macaronésia (DR Ambiente) COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	TOTAL	0	0	60 000	40 017	0	0	100 017
	CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	40 017	0	0	100 017
Sistema de Informação das Actividades do SRARN - Balção Verde (GS) COFIN - POSI 2001-05	TOTAL	355 960	451 203	800 000	300 000	280 000	0	2 187 163
	CAP. 50 O.R.	355 960	451 203	800 000	300 000	280 000	0	2 187 163
N O Ambiente Informa (DR Ambiente) 2004-08	TOTAL	0	0	40 000	55 000	55 000	150 000	300 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	40 000	55 000	55 000	150 000	300 000
N De Pequeno é que se Torce o Pepino (1º Ciclo) (DR Ambiente) 2004-08	TOTAL	0	0	14 000	67 500	67 500	135 000	284 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	14 000	67 500	67 500	135 000	284 000

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							TOTAL
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes		
CONTROLO DE QUALIDADE DO AMBIENTE	TOTAL	304 638	690 756	543 000	294 250	293 250	532 500	2 658 394
SE: DR Ambiente N.º Projectos: 10	CAP. 50 O.R.	304 278	690 756	543 000	294 250	293 250	532 500	2 658 034
Redes de Estações de Controlo da Poluição Atmosférica	TOTAL	165 495	517 772	50 000	0	0	0	733 267
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-04	CAP. 50 O.R.	165 495	517 772	50 000	0	0	0	733 267
Monitorização de Impactos Ambientais	TOTAL	126 734	23 105	53 947	0	0	0	203 786
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-04	CAP. 50 O.R.	126 374	23 105	53 947	0	0	0	203 426
Inventário de Emissões Atmosféricas	TOTAL	7 746	334	5 000	0	0	0	13 080
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-04	CAP. 50 O.R.	7 746	334	5 000	0	0	0	13 080
Avaliação da Qualidade das Águas Costeiras, Doces Superficiais e Subterrâneas da RAM	TOTAL	4 663	149 545	175 000	0	0	0	329 208
COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-04	CAP. 50 O.R.	4 663	149 545	175 000	0	0	0	329 208
N NOEMA - Normalização de Estruturas Macaronésicas de Inspeção Ambiental	TOTAL	0	0	5 000	28 000	27 000	0	60 000
COFIN - PIC INTERREG III B 2004-06	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	28 000	27 000	0	60 000
N STRUCTURA - Remodelar e Consolidar a Estrutura Funcional	TOTAL	0	0	30 000	3 750	3 750	7 500	45 000
2004-08	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	3 750	3 750	7 500	45 000
N CRITERIUM - Implementar a Normalização Processual	TOTAL	0	0	24 000	5 000	5 000	10 000	44 000
2004-08	CAP. 50 O.R.	0	0	24 000	5 000	5 000	10 000	44 000
N INSPECTIO - Incrementar a Capacidade Técnica	TOTAL	0	0	20 000	7 500	7 500	15 000	50 000
2004-08	CAP. 50 O.R.	0	0	20 000	7 500	7 500	15 000	50 000
N Acções para Implementação da Directiva-Quadro da Água	TOTAL	0	0	30 053	250 000	250 000	500 000	1 030 053
2004-08	CAP. 50 O.R.	0	0	30 053	250 000	250 000	500 000	1 030 053
N Equipamentos de Controlo e Combate à Poluição Marinha	TOTAL	0	0	150 000				150 000
2004-04	CAP. 50 O.R.	0	0	150 000				150 000
COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E INSTITUCIONAL	TOTAL	268 411	180 742	50 000	0	0	0	499 153
SE: DR Ambiente N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	268 411	180 742	50 000	0	0	0	499 153
Cooperação Técnica e Científica com o CEDE	TOTAL	268 411	180 742	50 000	0	0	0	499 153
1998-04	CAP. 50 O.R.	268 411	180 742	50 000	0	0	0	499 153
APOIO AO REFORÇO E MELHORIA DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, ADUÇÃO E TRATAMENTO DA ÁGUA	TOTAL	13 123 663	94 570	1 200 000	70 000	0	0	14 488 233
SE: IGA N.º Projectos: 5	CAP. 50 O.R.	13 123 663	94 570	1 200 000	70 000	0	0	14 488 233
Apoio ao Reforço e Melhoria do Sistema de Captação, Adução e Tratamento da Água	TOTAL	13 089 578	0	369 111	0	0	0	13 458 689
2002-04	CAP. 50 O.R.	13 089 578	0	369 111	0	0	0	13 458 689
Plano Regional de Água da Madeira	TOTAL	34 085	94 570	17 195	0	0	0	145 850
2002-04	CAP. 50 O.R.	34 085	94 570	17 195	0	0	0	145 850
Reforço da Adução de Água ao Paul do Mar	TOTAL	0	0	180 694	20 000	0	0	200 694
2003-05	CAP. 50 O.R.	0	0	180 694	20 000	0	0	200 694
Reforço da Adução de Água ao Santo da Serra - Zona Industrial e Parque Agro-industrial	TOTAL	0	0	343 000	20 000	0	0	363 000
2003-05	CAP. 50 O.R.	0	0	343 000	20 000	0	0	363 000
Substituição da Rede de Água Potável da E.R. 111 - Porto Santo	TOTAL	0	0	290 000	30 000	0	0	320 000
2003-05	CAP. 50 O.R.	0	0	290 000	30 000	0	0	320 000
SANEAMENTO BÁSICO - ÁGUAS RESIDUAIS	TOTAL	5 926 264	1 565 629	10 434 000	27 732 000	7 635 000	0	53 292 893
SE: DRSB N.º Projectos: 22	CAP. 50 O.R.	5 926 264	1 565 629	10 434 000	27 732 000	7 635 000	0	53 292 893
Destino Final de Águas Residuais no Porto Moniz	TOTAL	0	966 392	300 000	0	0	0	1 266 392
COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-04	CAP. 50 O.R.	0	966 392	300 000	0	0	0	1 266 392
Destino Final de Águas Residuais em Zonas Rurais	TOTAL	5 697 128	90 407	350 000	0	0	0	6 137 535
1990-04	CAP. 50 O.R.	5 697 128	90 407	350 000	0	0	0	6 137 535

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL	
Destino Final de Águas Residuais na Boaventura 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	1 162 1 162	149 770 149 770	360 000 360 000	640 000 640 000	0 0	0 0	1 150 932 1 150 932
Destino Final de Águas Residuais no Concelho da Ponta do Sol COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	194 813 194 813	155 055 155 055	1 090 000 1 090 000	2 335 000 2 335 000	0 0	0 0	3 774 868 3 774 868
Reformulação do Sistema de Tratamento na ETAR do Funchal COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	50 086 50 086	710 000 710 000	5 290 000 5 290 000	1 450 000 1 450 000	0 0	7 500 086 7 500 086
Reformulação do Sistema de Tratamento na ETAR de Câmara de Lobos COFIN - POP RAM III - FEDER 2000-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	710 000 710 000	4 290 000 4 290 000	2 500 000 2 500 000	0 0	7 500 000 7 500 000
Destino Final de Águas Residuais do Porto da Cruz 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	710 000 710 000	740 000 740 000	0 0	0 0	1 450 000 1 450 000
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Santana COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	40 208 40 208	740 000 740 000	710 000 710 000	0 0	0 0	1 490 208 1 490 208
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Machico COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	7 898 7 898	980 000 980 000	2 945 000 2 945 000	0 0	0 0	3 932 898 3 932 898
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias da Calheta e Arco da Calheta COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	360 000 360 000	1 600 000 1 600 000	0 0	0 0	1 960 000 1 960 000
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de São Vicente COFIN - POP RAM III - FEDER 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	13 13	490 000 490 000	1 110 000 1 110 000	400 000 400 000	0 0	2 000 013 2 000 013
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia da Ponta Delgada 2001-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	38 000 38 000	512 000 512 000	950 000 950 000	0 0	1 500 000 1 500 000
Laboratório de Controlo de Qualidade de Águas Residuais 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	18 586 18 586	6 356 6 356	38 000 38 000	0 0	0 0	0 0	62 942 62 942
Programa de Monitorização Ambiental dos Sistemas de Destino Final em Câmara de Lobos, Funchal, Caniço e Santa Cruz 2001-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	14 575 14 575	48 434 48 434	38 000 38 000	0 0	0 0	0 0	101 009 101 009
Destino Final de Águas Residuais no Concelho da Ribeira Brava COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	35 482 35 482	690 000 690 000	2 310 000 2 310 000	925 000 925 000	0 0	3 960 482 3 960 482
Destino Final de Águas Residuais na Freguesia de Gaula COFIN - POP RAM III - FEDER 2002-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	13 838 13 838	700 000 700 000	650 000 650 000	0 0	0 0	1 363 838 1 363 838
Destino Final de Águas Residuais no Sexal 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	690 000 690 000	760 000 760 000	0 0	0 0	1 450 000 1 450 000
Destino Final de Águas Residuais nas Freguesias do Paul do Mar, Jardim do Mar e Prazeres 2003-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	340 000 340 000	1 160 000 1 160 000	950 000 950 000	0 0	2 450 000 2 450 000
Monitorização da Qualidade nos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais 2003-04	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	1 690 1 690	40 000 40 000	0 0	0 0	0 0	41 690 41 690
Reformulação do sistema de tratamento na ETAR do Caniço 2003-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	110 000 110 000	90 000 90 000	0 0	0 0	200 000 200 000
N Destino final de águas residuais da Santa e Lameceiros 2004-05	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	910 000 910 000	1 590 000 1 590 000	0 0	0 0	2 500 000 2 500 000
N Interceptor da freguesia do Santo da Serra 2004-06	TOTAL CAP. 50 O.R.	0 0	0 0	40 000 40 000	1 000 000 1 000 000	460 000 460 000	0 0	1 500 000 1 500 000

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO	PROGRMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR							
	Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL	
SANEAMENTO BÁSICO - RESÍDUOS SÓLIDOS	TOTAL	119 190 359	38 824 689	43 354 000	36 344 177	13 985 727	13 493 697	265 192 649
SE: DRSB N.º Projectos: 6	CAP. 50 O.R.	119 190 359	38 824 689	43 354 000	36 344 177	13 985 727	13 493 697	265 192 649
Sistema Integrado de Tratamento e Destino Final de Resíduos Sólidos Incluindo ETRS da Meia Serra	TOTAL	119 190 359	38 824 689	32 446 794	21 847 721	13 985 727	13 493 697	239 788 987
COFIN - POP RAM III - F. COESÃO 1994-07	CAP. 50 O.R.	119 190 359	38 824 689	32 446 794	21 847 721	13 985 727	13 493 697	239 788 987
Equipamento de Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos	TOTAL	0	0	1 350 301	0	0	0	1 350 301
COFIN - F. COESÃO 2000-04	CAP. 50 O.R.	0	0	1 350 301	0	0	0	1 350 301
Selagem do Aterro do Porto Santo	TOTAL	0	0	46 400	470 000	0	0	516 400
COFIN - F. COESÃO 2001-05	CAP. 50 O.R.	0	0	46 400	470 000	0	0	516 400
N Operação do Aterro e Requalificação de Locais de deposição não Controlados no Porto Santo	TOTAL	0	0	1 070 000	551 200	0	0	1 621 200
COFIN - F. COESÃO 2004-05	CAP. 50 O.R.	0	0	1 070 000	551 200	0	0	1 621 200
N Sistema de Transferência e Triagem da RAM	TOTAL	0	0	8 341 905	11 734 216	0	0	20 076 121
COFIN - F. COESÃO 2004-05	CAP. 50 O.R.	0	0	8 341 905	11 734 216	0	0	20 076 121
N Remodelação da Estação de Transferência do Funchal	TOTAL	0	0	98 600	1 741 040	0	0	1 839 640
COFIN - F. COESÃO 2004-05	CAP. 50 O.R.	0	0	98 600	1 741 040	0	0	1 839 640
SANEAMENTO BÁSICO - RESÍDUOS ESPECIAIS	TOTAL	0	1 543 185	2 212 000	707 574	200 000	0	4 662 759
SE: DRSB N.º Projectos: 4	CAP. 50 O.R.	0	1 543 185	2 212 000	707 574	200 000	0	4 662 759
MACROCARD - Ajuda à Reconversão de Empresas de Recuperação de Sucata de Ferro	TOTAL	0	1 993	7 000	2 574	0	0	11 567
COFIN - PIC INTERREG III B 2003-05	CAP. 50 O.R.	0	1 993	7 000	2 574	0	0	11 567
Transporte de Resíduos Especiais	TOTAL	0	1 541 192	1 900 000	0	0	0	3 441 192
COFIN - F. COESÃO 2003-04	CAP. 50 O.R.	0	1 541 192	1 900 000	0	0	0	3 441 192
Infra-estruturas de Gestão de Resíduos Especiais	TOTAL	0	0	300 000	705 000	200 000	0	1 205 000
COFIN - F. COESÃO 2003-06	CAP. 50 O.R.	0	0	300 000	705 000	200 000	0	1 205 000
N Estudos e Informação Sobre os Resíduos Especiais	TOTAL	0	0	5 000	0	0	0	5 000
COFIN - F. COESÃO 2004-04	CAP. 50 O.R.	0	0	5 000	0	0	0	5 000
SECTOR: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL	TOTAL	343 634	597 978	900 000	1 605 000	76 914	0	3 523 526
	CAP. 50 O.R.	343 634	597 978	900 000	1 605 000	76 914	0	3 523 526
ASSISTÊNCIA TÉCNICA - IFOP	TOTAL	34 187	69 880	60 000	65 000	76 914	0	305 981
SE: DR Pescas N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	34 187	69 880	60 000	65 000	76 914	0	305 981
Gestão e Acompanhamento do POPRAM III - MARRAM	TOTAL	34 187	69 880	60 000	65 000	76 914	0	305 981
COFIN - POP RAM III - IFOP 2002-06	CAP. 50 O.R.	34 187	69 880	60 000	65 000	76 914	0	305 981
SISTEMA DE INFORMAÇÃO E ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA SRARN	TOTAL	63 430	102 495	450 000	0	0	0	615 925
SE: GS N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	63 430	102 495	450 000	0	0	0	615 925
Parcelar Agrícola	TOTAL	17 103	55 134	150 000	0	0	0	222 237
COFIN - F. COESÃO 2002-04	CAP. 50 O.R.	17 103	55 134	150 000	0	0	0	222 237
Eventos de Sensibilização e Divulgação	TOTAL	46 327	47 361	200 000	0	0	0	293 688
COFIN - F. COESÃO 2002-04	CAP. 50 O.R.	46 327	47 361	200 000	0	0	0	293 688
N Núcleo de Audiovisuais	TOTAL	0	0	100 000	0	0	0	100 000
COFIN - F. COESÃO 2004-04	CAP. 50 O.R.	0	0	100 000	0	0	0	100 000
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS	TOTAL	246 017	348 902	200 000	0	0	0	794 919
SE: GS N.º Projectos: 1	CAP. 50 O.R.	246 017	348 902	200 000	0	0	0	794 919
Gestão de Equipamento Mecânico	TOTAL	246 017	348 902	200 000	0	0	0	794 919
COFIN - F. COESÃO 2002-04	CAP. 50 O.R.	246 017	348 902	200 000	0	0	0	1 589 838



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

PIDDAR 2004

259

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

(Un.: Euros)

DESIGNAÇÃO		PROGRAMAÇÃO (INDICATIVA) DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DE PROGRAMAS E PROJECTOS INCLUIDOS NO PIDDAR						
		Executado até 2002	Execução prevista em 2003	2004	2005	2006	Anos seguintes	TOTAL
INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL	0	76 701	190 000	1 540 000	0	0	1 806 701
SE: SRARN N.º Projectos: 3	CAP. 50 O.R.	0	76 701	190 000	1 540 000	0	0	1 806 701
Adaptação da Construção do ex-Laboratório para Instalação de Serviços Administrativos (DR Pecúria) 2003-05	TOTAL	0	76 701	100 000	1 450 000	0	0	1 626 701
	CAP. 50 O.R.	0	76 701	100 000	1 450 000	0	0	1 626 701
N Reparação e Remodelação das Instalações do Edifício Sede em Santo António (DRF) 2004-04	TOTAL	0	0	30 000	0	0	0	30 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	30 000	0	0	0	30 000
N Reparação e Remodelação das Instalações de Serviços Florestais na Ribeira Brava (DRF) 2004-05	TOTAL	0	0	60 000	90 000	0	0	150 000
	CAP. 50 O.R.	0	0	60 000	90 000	0	0	150 000



Região Autónoma da Madeira
Governo Regional